

ISSN: 2318-9657

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.12, n.22, jan/jun 2024



## **Editores**

Andrea Santos, UFABC | Brasil  
Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil  
Filipe Leite, UFF | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

## **Conselho Editorial**

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido  
Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil  
André Guimarães, UFF | Brasil  
André Martins, UFJF | Brasil  
Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil  
Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil  
Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil  
Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha  
Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil  
Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil  
Eurelino Coelho, UEFS | Brasil  
Fábio Frizzo, UFTM | Brasil  
Felipe Demier, UERJ | Brasil  
Franklin Trein, UFRJ | Brasil  
Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil  
Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil  
José Rodrigues, UFF | Brasil  
Kênia Miranda, UFF | Brasil  
Lúcia Neves, UFPE | Brasil  
Luciana Requião, UFF | Brasil  
Maracajaro Mansor, UFF | Brasil  
Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil  
Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil  
Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil  
Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina  
Paulo Gajanigo, UFF | Brasil  
Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal  
Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil  
Sara Granemann, UFRJ | Brasil  
Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil  
Virgínia Fontes, UFF | Brasil  
Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

## **Projeto Gráfico**

Carolina Noury

## **Comitê Científico**

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil  
Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil  
Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil  
Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil  
Eleuterio F S Prado, USP | Brasil  
Ellen Tristão, UFVJM | Brasil  
Ester Vaisman, UFMG | Brasil  
Eunice Trein, UFF | Brasil  
Flávio Ferreira de Miranda, UFRJ | Brasil  
Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil  
Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil  
João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil  
José Ernesto Moura Knust, IFF | Brasil  
Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil  
Marcos Del Roio, UNESP | Brasil  
Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil  
Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil  
Paulo Alentejano, UERJ | Brasil  
Paulo Pachá, UFRJ | Brasil  
Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil  
Roberto Leher, UFRJ | Brasil  
Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil  
Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil  
Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil  
Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

## **Revisão de texto**

Andrea Santos  
Bianca Imbiriba Bonente  
Eduardo Sá Barreto  
Fabrício Zanghelini  
Marcio Lauria Monteiro  
Marco Pestana  
Maurício Vieira Martins  
Sávio Freitas Paulo

## **Diagramação**

Eduardo Sá Barreto  
Filipe Leite Pinheiro  
João Leonardo Medeiros  
Regis Argüelles  
Sávio Freitas Paulo

ISSN: 2318-9657

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.12, n.22, jan/jun 2024



Marx e o Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – v.12, n.22, jan/jun 2024. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024.  
195 p.; il.

ISSN 2318-9657

Semestral  
Inclui bibliografia  
Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

## Política editorial

**Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx** é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP-Marx, defende uma *concepção materialista da história*, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a *historicidade* e sua compreensão como um *processo contraditório* não-linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens – as classes sociais – originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.



## Sumário

9 Editorial

### Artigos

14 Marx e Espinosa

*Alex Callinicos*

44 Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais

*Chris Wickham*

77 Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista

*Marcelo Badaró Mattos*

93 A relação entre Rosa Luxemburgo e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (1897-1903)

*Antônio Mota Filho*

114 As ocupações fabris controladas por operários em Joinville, SC (2002–2007)

*Francisco Lino de Aviz Neto*

*Mariluci Neis Carelli*

*Daniela Pistorello*

135 A reforma do ensino médio e a crítica marxista: uma reflexão acerca da ideologia

*Frederico Baptista*

157 O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina

*Maicon Cláudio da Silva*

## Notas críticas

- 177 Resenha  
Alfred Baümler. *Männerbund und Wissenschaft*  
*György Lukács*
- 183 Resenha  
Raymundo Espinoza Hernández. *La maquinización del Derecho*. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecno-informático  
*Carlos Jesús Magaña Iñiguez*

## Luta e memória

- 188 La Escuelita zapatista, dez anos depois  
*Ana Lília Felix Pichardo*

## Editorial

Seis meses depois do mais recente número de *Marx e o Marxismo*, novamente a questão climática precisa ocupar nosso editorial. A catástrofe que assolou o Rio Grande do Sul em maio é uma confluência de três fatores principais.

Em primeiro lugar, o El Niño formado em 2023 e que agora começa a dissipar-se. Muitos cientistas atribuíram o comportamento anômalo dos principais indicadores climáticos desde então a este fenômeno. Embora o debate em torno dos padrões excepcionais de 2023 ainda esteja em aberto, o aumento significativo da precipitação pluviométrica na região Sul do Brasil é um dos efeitos mais conhecidos do aquecimento atípico do Pacífico equatorial.

Em segundo lugar, a tendência de fundo de aquecimento global e mudanças climáticas. Por um lado, a elevação da temperatura média do planeta (solo, oceanos, atmosfera) aumenta a capacidade da atmosfera de reter vapor d'água, fazendo com que as chuvas venham a ser mais intensas. Por outro, as mudanças na circulação atmosférica têm multiplicado a ocorrência de bloqueios que eventualmente prolongam a duração de eventos meteorológicos extremos e impedem o seu deslocamento para outras regiões, potencializando, portanto, seu impacto destrutivo.

Por fim, a crônica negligência do poder público com medidas de preparação e adaptação a eventos previsíveis (e frequentemente *previstos*). Diante de grandes tragédias socioecológicas, faz parte do *script* de prefeitos, governadores e presidentes afetar uma consternada surpresa com o desvio supostamente imprevisível de uma suposta normalidade ambiental. Naturalmente, esse é um estratagema cada vez mais frágil, já que o Brasil conta com sistemas de monitoramento e alerta de eventos meteorológicos e uma fração crescente da população sabe que os governantes não podem<sup>1</sup> desconhecê-los.

Tais sistemas permitem prever com considerável precisão a ocorrência, intensidade e abrangência de chuvas, ventos, temperaturas extremas e até riscos de deslizamentos de encostas. Isso, porém, não é tudo. Levando em conta os padrões de aquecimento global e o El Niño, desde meados de 2023 já era possível antecipar a urgência de medidas de preparação e adaptação para 2024. Ninguém poderia afirmar tão precocemente que essa chuva cairia em maio no Rio Grande do Sul, mas era possível assegurar o *risco* bastante palpável desse e outros eventos extremos.

Se esse é o caso, a crônica negligência do poder público não pode ser atribuída a desconhecimento das transformações ecológicas em curso ou a uma incapacidade de antever alguns de seus mais graves desdobramentos. Trata-se, sem sombra de dúvidas,

---

<sup>1</sup> Tanto no sentido de não ser possível quanto no de não ser admissível.

de uma negligência consciente. Isto posto, duas hipóteses fortes devem ser levantadas para explicá-la. A primeira é que medidas de preparação frequentemente entram em inconciliável choque com o movimento do capital. Evacuações preventivas perturbam o comércio, desocupações permanentes de áreas aniquilam valores de imóveis e do solo urbano, a manutenção e mobilização de estoques públicos de alimentos e água mina a capacidade de obter ganhos extraordinários especulando com a escassez repentina etc.

É verdade que haveria oportunidades lucrativas para o capital explorar num eventual esforço de preparação e adaptação conduzido pelo Estado e que há prejuízos consideráveis em meio à destruição. Contudo, e essa é a segunda hipótese, a destruição multiplica de maneira muito mais intensa e volumosa as oportunidades de ganho privado. Por um lado, até economistas insuspeitos de serem subversivos sustentam há décadas que processos materialmente destrutivos (como as guerras) são capazes de reativar demanda e, em seu rastro, a acumulação de capital. Por outro lado, os esforços de reconstrução costumam vir acompanhados de avalanches de recursos públicos que fluem com critérios e exigências burocráticas relaxadas, criando condições ideais não apenas para a acumulação de capital, mas também de fortunas pessoais ilícitas. Até a socialização dos prejuízos encontra resistência consideravelmente menor nessas condições.

Levando em conta apenas esses três determinantes, especialmente o segundo e o terceiro, é preciso reconhecer com franqueza três verdades duríssimas: não vai passar, não vai parar, vai piorar.

*Não vai passar.* Catástrofes não são uma novidade para a espécie humana. Tragédias de origens naturais, sociais, econômicas, geopolíticas e até cósmicas povoam nossa história. Aprendemos que elas podem vir e nos derrubar, mas também aprendemos que sempre nos reerguemos. Não demora muito e, em meio a um cataclisma qualquer, as atenções se voltam aos esforços de conceber e executar a reconstrução. Há inegáveis virtudes nisso, porém a ideia de reconstrução traz a reboque uma noção de retorno à normalidade anterior. Para Porto Alegre, isso foi possível após a chuva de 1941. Para o Rio Grande do Sul, não será possível após as chuvas de 2024. Não demorará outros 80 anos para que algo semelhante se repita, ali e alhures. Outros eventos meteorológicos extremos virão, em intervalos de tempo cada vez menores.

*Não vai parar.* Desde a pandemia de COVID-19, a ideia de um “novo normal” passou a integrar o vocabulário do senso comum. Quanto se trata de mudanças climáticas, no entanto, é inadequado falar de um “novo normal”. Não haverá um trânsito a um estado de coisas pior que o atual, porém estável. A marca do tempo presente é, desde já, a instabilidade e a piora progressiva. E a marca do futuro previsível é de uma natureza cada vez mais hostil e um planeta cada vez mais convulsivo, tanto no sentido ambiental quanto no social.

Por isso, *vai piorar.* Os impactos do aquecimento crescem mais que proporcionalmente à elevação da temperatura. Mesmo no improvável caso de limitarmos o aquecimento a 2°C acima do período base (1850-1900) – e mesmo admitindo a hipótese de uma plena ruptura revolucionária com a sociedade capitalista –, o caminho até lá é de

agravamento *acelerado* das condições climáticas/ecológicas do planeta. Em outras palavras, mesmo no caso de maior êxito, tanto das metas preconizadas pela ciência e pela ordem política vigente, quanto das mais elevadas ambições dos comunistas, ainda estaríamos confrontados com desafios *crescentes* à nossa capacidade de adaptação.

Em meio a esta crise (e todas as que a sucederão), é imperativo, portanto, compreender os limites objetivos para a ação efetiva do Estado. Para isso, não precisamos recorrer a concepções vulgares do Estado como mero executor linear da lógica do capital ou, pior, dos interesses da burguesia. Basta perceber que linhas de ação que impliquem inviabilizar por completo a reprodução do capital estão fora do seu alcance. É precisamente esse hiato intransponível entre o necessário (para a humanidade) e o possível (para o Estado) que está posto desde já. E quanto mais avança o agravamento das condições ecológicas globais, mais claramente o curso de ação exigido envolve recuos monumentais e persistentes de escala, escopo e velocidade da interação metabólica entre humanidade e natureza, o exato oposto dos padrões que o capital precisa garantir para sobreviver.

Assim sendo, é também imperativo extrair ao máximo lições das experiências observadas e vividas de auto-organização. Neste episódio recente, ficou novamente evidente uma crítica cínica dirigida ao Estado pela extrema direita e até uma exortação à auto-organização (nada mais que um disfarce para a defesa do puro protagonismo individualista). O contraponto a isso não pode ser a defesa (nem mesmo uma defesa constrangida/tática) do protagonismo do Estado. A ideia de que algo muito melhor do que foi feito poderia ter sido feito – de que políticas públicas melhores poderiam ter sido elaboradas, que políticas existentes poderiam ter sido adequadamente implementadas, que mais orçamento poderia ter sido destinado ou executado, que os alertas poderiam ter sido levados a sério – é sedutora, porém falaciosa. Ela nos leva a entreter a noção de que um capitalismo melhor que esse seria ainda possível, no mundo e/ou aqui. Não é. Essa realidade catastrófica é o melhor que esse capitalismo senil tem a oferecer.

Em suma, é também imperativo extrair dos aprendizados daquelas experiências de auto-organização caminhos para a constituição de um poder popular paralelo, com capacidade de navegar a proliferação de urgências e de, enfim, ser catalisador e bússola da superação da sociedade do capital.

\*\*\*

Esta edição da *Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx* é aberta com o artigo “Marx e Espinosa”, texto de Alex Callinicos que consolida um extenso trabalho de pesquisa sobre o tema. Sua tese principal é a de que a partir de uma interpretação imanente seria possível conciliar as ideias de ambos os autores. Para isso, Callinicos nega que exista uma oposição entre Hegel e Espinosa e explora conexões entre este último e Marx. No entanto, Marx iria além de Espinosa ao apresentar uma perspectiva crítica sobre a sociedade capitalista.

Em seguida temos a tradução do artigo do historiador britânico Chris Wickham, “How did the feudal economy works? The economic logic of medieval societies”.

[“Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais.”] No texto, o autor propõe uma compreensão da lógica interna da economia feudal a partir do controle direto da produção por parte dos camponeses.

Já em “Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista”, Marcelo Badaró Mattos apresenta uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo através de uma análise dos discursos da cúpula das forças armadas, ao mesmo tempo que identifica elementos dessa perspectiva na visão de historiadores não necessariamente ligados à direita.

No artigo “A relação entre Rosa Luxemburgo e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (1897-1903)”, Antônio Mota Filho analisa a relação entre essas duas organizações, sobretudo da principal dirigente da social-democracia polonesa, Rosa Luxemburgo, com o partido judeu, entre o período de 1897 a 1903.

Em seguida, no artigo “As ocupações fabris controladas por operários em Joinville, SC (2002–2007)”, Francisco Lino de Aviz Neto, Mariluci Neis Carelli e Daniela Pistorello, apresentam uma análise da cobertura jornalística sobre o controle operário nas fábricas da Cipla e Interfibra em Joinville, entre 2002 e 2007. No texto, destacam o apagamento da memória das ocupações fabris no principal polo industrial de Santa Catarina.

No trabalho “A reforma do ensino médio e a crítica marxista: uma reflexão acerca da ideologia”, Frederico Baptista se vale do conceito de ideologia para fazer uma análise crítica a essa reforma. O autor destaca que este papel ideológico pretende atender à demanda por força de trabalho precarizada.

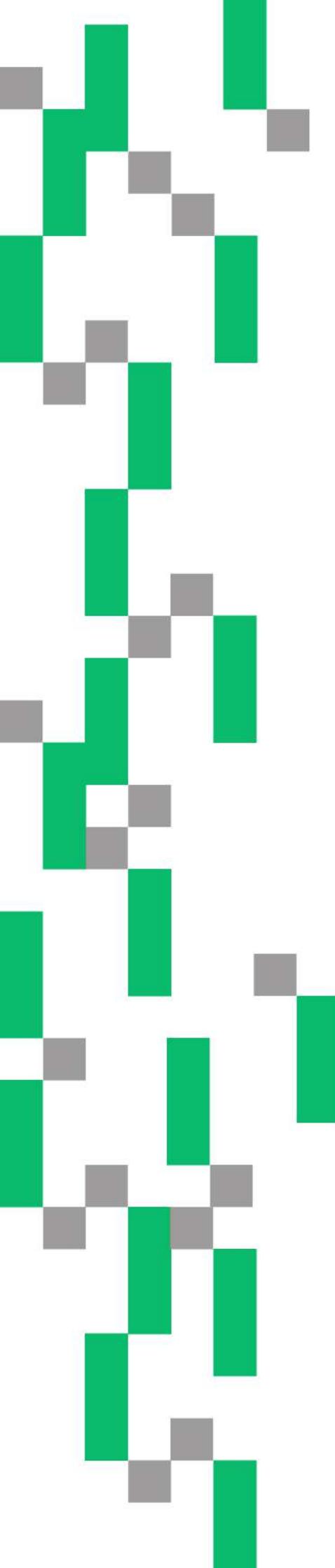
Fechando a seção de artigos temos “O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina”, texto de Maicon Cláudio da Silva que apresenta uma discussão sobre a particularidade do Estado na América Latina partindo de elementos fundamentais da crítica da economia política, como a relação entre a forma valor e o mercado. Segundo o autor, tal particularidade se consumaria na forma dependente assumida pelo Estado nas formações sociais latino-americanas.

Na seção Notas Críticas, trazemos duas resenhas críticas. A primeira é a tradução de uma resenha inédita de György Lukács sobre a obra de Alfred Baümler, filósofo associado ao Reich, intitulada “A filosofia do militarismo fascista”. A segunda é “Relevância histórica da maquinização do direito para a crítica jurídica”, resenha da obra “La maquinización del Derecho. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecnológico”, de Raymundo Espinoza Hernández. O autor da resenha é de Carlos Jesús Magaña Iñiguez.

Fechando este número, na seção Luta e Memória, temos “La Escuelita zapatista, dez anos depois”, que traz o relato de Ana Lília Felix Pichardo sobre sua experiência como facilitadora de ensino e de formação política nos caracóis zapatistas.

\*\*\*

Esta edição contou com apoio da Capes Proex do Programa de Pós-graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense.



# ARTIGOS

# Marx e Espinosa<sup>1</sup>

## *Marx and Espinosa*

**Alex Callinicos\***

*Este artigo é dedicado à memória de outro rebelde judeu sefardita, Roni Margulies (1955-2023).*

### **Resumo**

Como exposto claramente em seu título, o artigo discute a relação entre a obra de Marx e a de Espinosa. Em particular, o propósito é demonstrar, mediante uma análise imanente da obra de ambos os autores, mas também por recurso a interpretações diversas e consagradas a respeito dessa possível relação, que as ideias de Espinosa não são inconciliáveis com as de Marx. O primeiro passo para isso é a rejeição de que exista um antagonismo entre as obras de Hegel, filósofo que exerce influência expressiva sobre o pensamento de Marx, e Espinosa. Em seguida, demonstra-se que há conexões diversas possíveis no terreno ontológico, sobretudo no que se refere ao metabolismo entre sociedade e natureza. Por fim, o artigo demonstra como Marx permite ir além de Espinosa ao lidar criticamente com a sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Marx; Espinosa; Hegel; natureza e sociedade; crítica do capitalismo

### **Abstract**

As clearly stated in its title, the article discusses the relationship between the works of Marx and Spinoza. In particular, the purpose is to demonstrate, through an immanent analysis of the works of both authors, but also by resorting to various and established interpretations regarding this possible relationship, that Spinoza's ideas are not irreconcilable with those of Marx. The first step for this is to reject the notion that it is necessary to choose between Hegel, a philosopher who had a significant influence on Marx's thought, and Spinoza. Next, it shows that there are various possible connections in the ontological realm, especially concerning the metabolism between society and nature. Finally, the article demonstrates how Marx allows us to go beyond Spinoza by critically addressing capitalist society.

**Keywords:** Marx; Spinoza; Hegel; nature and society; critique of capitalism

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado sob o título "Marx and Spinoza" na *International Socialism: a quarterly review of socialist theory* em 11/10/202. Disponível em: <<https://isj.org.uk/marx-and-spinoza/>>. Acesso em: 18/05/2024. Tradução de João Leonardo Medeiros. Revisão técnica de Maurício Vieira Martins. [N.E.] A Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx agradece à International Socialism e a Alex Callinicos pela permissão para a tradução e publicação em nosso periódico.

\* Alex Callinicos é Professor Emérito de Estudos Europeus no King's College de Londres, co-editor do *Routledge handbook of Marxism and post-Marxism* (Routledge, 2020) e colunista do *Socialist Worker*. O seu último livro é *The new age of catastrophe* (Polity, 2023).

Por que discutir Marx e Espinosa agora? O lançamento de uma nova biografia monumental escrita por Jonathan Israel (2023), um historiador excepcional do início da modernidade dos Países Baixos, certamente é uma oportunidade para reavaliar Espinosa.<sup>2</sup> Bento, Baruch ou Benedictus de Espinosa<sup>3</sup> (os prenomes, respectivamente em português, hebraico e latim, significam “abençoado”) nasceu em Amsterdã em 1632, na comunidade judaica sefardita. Junto com seu irmão, herdou o negócio de seu pai como operador comercial, mas sua excomunhão da sinagoga por heresia em 1656 o forçou a abandoná-lo. A partir de então, ele se sustentou lixando e polindo lentes, complementando com doações de uma ampla rede de amigos que sua personalidade e intelecto atraíam. Ele morreu em 1677. A rápida publicação de sua *Opera posthuma* por este círculo após sua morte, incluindo sua obra-prima, a *Ética*, assegurou o reconhecimento rápido de Espinosa como um grande filósofo, embora amplamente condenado por “ateísmo”. O grande metafísico alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, que conheceu Espinosa quando jovem e foi ao mesmo tempo fascinado e repellido por sua crítica à ortodoxia cristã, citou favoravelmente a descrição dele como “o homem mais ímpio e perigoso deste século”. (Israel, 2023, p.1117-1118)

Karl Marx, esse outro grande pensador radical judeu, escreveu muito pouco sobre ele. Em 1841, quando jovem, Marx dedicou um caderno a extratos do *Tratado teológico-político*, principal obra política de Espinosa, e às *Cartas*. Todavia, em sua correspondência com o líder socialista alemão Ferdinand Lassalle, há um trecho sugestivo: “Mesmo no caso de filósofos que dão forma sistemática ao seu trabalho, como Espinosa, a verdadeira estrutura interna do sistema é bastante diferente da forma em que foi conscientemente apresentada por ele”.<sup>4</sup> Isso implica uma profunda familiaridade com a *Ética*, cuja estrutura dedutiva axiomática “equivale a uma espécie de terrorismo da mente”, como afirmou Gilles Deleuze (1990, p. 345).<sup>5</sup> No entanto, a *Ética* não é visível nos próprios escritos teóricos de Marx.<sup>6</sup>

<sup>2</sup> Sou grato ao Professor Zang Fengyu por me ter convidado para dar a palestra na Escola de Filosofia da Universidade Renmin da China a partir da qual se originou esse artigo, a Roland Boer por sua resposta, e a Joseph Choonara, Richard Donnelly, Dariush Doust, Roberto Finelli, Rob Jackson, Gareth Jenkins e Camilla Royle pelos seus comentários aos rascunhos.

<sup>3</sup> [N.T.] Não é só o primeiro nome que é grafado de formas diversas. Também o sobrenome Espinosa pode ser grafado como Spinoza ou, o que é mais raro, Spinoz. Nesta tradução, optamos por utilizar sempre Espinosa, mesmo quando no texto citado a grafia era outra (no caso, Spinoza).

<sup>4</sup> Ver a carta de Marx a Lassalle de 31 de maio de 1858. (Marx e Engels, 2010, p. 316) De modo similar, em abril de 1879, Marx escreveu ao sociólogo russo Maksim Kovalevsky: “O que Espinosa considerava a pedra angular de seu sistema e o que constitui efetivamente essa pedra angular são duas coisas completamente diferentes”. (Marx e Engels, 2010, p. 452) Obrigado a Joseph Choonara por esta referência.

<sup>5</sup> Deleuze converge com o que Marx diz sobre a estrutura da *Ética* no seu fascinante “*A formal study of the plan of the Ethics and of the role of scholia in its realisation: the two Ethics*” [“Um estudo formal do plano da *Ética* e do papel dos escólios em sua realização: as duas *Éticas*”] – ver Deleuze (1990, p. 337-350).

<sup>6</sup> [N.A.] Ver o resumo das referências de Marx a Espinosa em Martins (2022, p. 31-32). [N.T.] A edição em português do livro de Martins é muito semelhante à edição em inglês, mas não a mera tradução da obra, seja porque a lista de capítulos foi alterada pela supressão de um capítulo e a introdução de outro, seja porque o autor introduziu modificações no texto original. A passagem aqui mencionada, por exemplo, foi bastante modificada. Na edição em português,

Apesar disso, Georgi Plekhanov, o fundador do marxismo russo, enfatizou a importância de Espinosa como precursor do que ele tendia a descrever como “monismo materialista” moderno, que entende o mundo como uma única realidade material interconectada. (Plekhanov, 1974) Ao afirmar que, “no período *materialista* de seu desenvolvimento, Marx e Friedrich Engels nunca abandonaram o ponto de vista de Espinosa, ele relata o seguinte diálogo entre ele e Engels em 1889:

“Então, você acha”, perguntei, “que o velho Espinosa estava certo quando disse que o *pensamento* e a *extensão* nada mais são que dois atributos de uma única e mesma substância?”

“É claro”, respondeu Engels, “o velho Espinosa estava absolutamente certo”.<sup>7</sup> (Plekhanov, 1976)

Antonio Labriola, a contraparte italiana mais sutil de Plekhanov, que cunhou a frase “filosofia da práxis” para descrever o que chamou de “a medula do materialismo histórico”, também argumentou que “a filosofia implícita ao materialismo histórico é a *tendência ao monismo*” e chamou Espinosa de “o verdadeiro herói do pensamento”.<sup>8</sup> (Labriola, 1964, p. 207; 222; 226)

O principal filósofo marxista com o mais profundo envolvimento com Espinosa foi Louis Althusser, que o chamou de “um grande filósofo materialista e, em meu juízo, o maior filósofo de todos os tempos”. (Althusser, 2017, p. 168)<sup>9</sup> Althusser apresentou uma interpretação anti-humanista de Marx em *Para Marx* e em *Lendo o Capital* (ambos publicados em 1965), argumentando que um “corte epistemológico” separava *O capital* dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844. Mais tarde, ele explicou: “*Nós éramos espinosistas [...] fizemos um desvio via Espinosa para aprimorar nosso entendimento da filosofia de Marx*”.<sup>10</sup> (Althusser, 1976, p. 134) Porém, devemos também observar, na mesma época, aqueles que, operando na fronteira entre o marxismo e o pós-estruturalismo, buscaram em Espinosa, como Althusser, um ponto de referência alternativo ao grande idealista alemão G. W. F. Hegel. Incluem-se aí especialmente os filósofos Gilles Deleuze, Félix Guattari e Toni Negri. Espinosa parecia a eles, como Hegel, um filósofo radicalmente antiempírico; no entanto, ele também parecia livre do idealismo de Hegel, de sua redução da realidade ao autodesenvolvimento do Espírito Absoluto.<sup>11</sup>

---

o trecho correspondente é: Martins (2021, p. 46-49). [N.A.] O falecido André Tosel, um distinto estudioso marxista de Espinosa, escreveu um excelente estudo – Tosel (1994a). Num ensaio posterior, ele defende que Espinosa teve uma influência teórica persistente em Marx, mas se baseia numa leitura extremamente dúbia do Capítulo 1 do Livro 1 de *O capital*, – ver Tosel (2008). Tracie Matysik oferece uma discussão muito interessante, ainda que necessariamente especulativa, sobre o significado das notas de Marx sobre o *Tratado* para o desenvolvimento de sua concepção de liberdade – Matysik (2022, Capítulo 3).

<sup>7</sup> Sobre o espinosismo de Plekhanov, ver Matysik (2022, Capítulo 6).

<sup>8</sup> Ver a interessante discussão sobre o “espinosismo crítico” de Labriola em Tosel (1994a, p. 200-204).

<sup>9</sup> Esse interessante livro inacabado foi escrito em 1976, mas só foi publicado após a morte de Althusser.

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre a complexa relação entre Althusser e seus colaboradores e Espinosa, ver Montag (2013, Capítulo 5). Ver também Sánchez Estop (2022).

<sup>11</sup> Ver o importante estudo sobre a relevância de Espinosa na filosofia francesa do século XX em Peden (2014).

O contexto no qual escrevo agora é muito diferente daquele no qual uma série de pensadores críticos se envolveram intensamente com Espinosa nas décadas de 1960 e 1970. Estamos confrontados hoje com uma crise multidimensional do sistema capitalista global. Isso é impulsionado – não apenas, mas em grande parte – pelas consequências da destruição da natureza pelo modo de produção prevalecente, que podemos ver no caos climático acelerado assim como na pandemia de Covid-19. (Callinicos, 2023) As catástrofes que enfrentamos muito nitidamente levantam a questão da relação da humanidade com o resto da natureza. Dentro do marxismo, isso tem sido explorado recentemente, especialmente por John Bellamy Foster e seus colaboradores e pelo último Mike Davis.<sup>12</sup>

A obra premiada de Foster, *The return of nature: socialism and ecology* [O retorno da natureza: socialismo e ecologia], reconstrói a tradição do engajamento radical de esquerda com o mundo natural, começando com Engels e seus contemporâneos e estendendo-se ao longo do século XX. (Foster, 2020) Este é um trabalho rico e esclarecedor com o qual há muito a se aprender. O principal ponto de referência filosófico de Foster, entretanto, é provido pela *Dialética da natureza* de Engels. O valor dos estudos de Engels sobre as ciências físicas de sua época reside em sua concepção ampla da natureza como um complexo de processos dinâmicos sofrendo transformações históricas. Todavia, os conceitos que ele usou para articular essa concepção, especialmente a ideia das três “leis da dialética”, são problemáticos tanto em termos de seu estatuto epistemológico quanto de seu conteúdo substantivo.<sup>13</sup>

Nesse contexto, talvez seja útil para aqueles marxistas que exploram a relação entre os seres humanos e o restante da natureza começar por Espinosa, que, afinal, afirma que “somos uma parte da Natureza, que não pode ser concebida por si sem as outras” (*Ética*, Parte 4, Proposição 2). (Curley, 1985, p. 548)<sup>14</sup> O detalhamento político e social rico e esclarecedor fornecido pela nova biografia de Israel é uma ajuda valiosa nessa empreitada.<sup>15</sup> É importante, no entanto, acrescentar duas ressalvas. Em primeiro lugar, causa-me impacto a sugestão de Franck Fischbach em um interessante livro recente sobre Espinosa e Marx de que, em vez de procurar demonstrar filologicamente a influência do primeiro sobre o último, “Vamos agir ‘como se’ a *Ética* de Espinosa tivesse fornecido a Marx sua ontologia, ou ‘como se’ Marx tivesse encontrado sua pri-

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Foster (2001); Burkett (1999); Angus (2016); Saito (2017); Davis (1999; 2001); Moore (2015). [N.T.] As edições correspondentes disponíveis em português são: Foster (2023); Angus (2023); Saito (2021); Davis (2022; 2001).

<sup>13</sup> Ver Callinicos (2006, p. 209-215). Ver também o estudo massivo de Sven-Eric Liedman, Liedman (2023).

<sup>14</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 385).

<sup>15</sup> Infelizmente, a extensão proibitiva do livro de Israel – mais de 1.300 páginas – provavelmente afastará muitos leitores em potencial. Frequentemente ele se permite ser digressivo para traçar os caminhos mais obscuros das redes de que Espinosa participou e se entrega a esforços repetitivos e demorados para demonstrar a originalidade e a influência do seu tema. Apesar dos muitos pontos fortes do livro, a preocupação de Israel em fundamentar a ideia, contestada por muitos dos primeiros historiadores modernos, de um “Iluminismo Radical”, com Espinosa e seus seguidores em seu centro, impede a produção de uma biografia administrável. A rejeição do marxismo por parte de Israel, expressa explicitamente em outras obras, é comparativamente muito menos problemática aqui.

meira filosofia em Espinosa, e ver que efeitos isso tem em nossa leitura de Marx”. (Fischbach, 2014, p. 36) Em segundo lugar, ao buscar ler “Marx com Espinosa”, como recomenda Fischbach, não estou opondo Espinosa a Hegel, como o colaborador próximo de Althusser, Pierre Macherey, parecia advogar com o título polêmico de seu “Hegel ou Espinosa” de 1979 (embora ele posteriormente tenha recuado dessa contraposição). (Macherey, 2011)<sup>16</sup> Não importa como seja compreendida, a influência de Hegel sobre Marx é facilmente demonstrável e abertamente reconhecida por Marx, que o chama de “meu professor”. (Marx, 2008, p. 32)<sup>17</sup> Concluirei com um aspecto em que Hegel oferece o que não encontramos em Espinosa.

### “Naturalismo plenamente desenvolvido”

O cerne da ontologia de Espinosa, sua teoria da estrutura básica da realidade, é delineado na Parte 1 da *Ética*. Ele afirma: “além de Deus nenhuma substância pode ser dada nem concebida”, definindo Deus como “a substância que consiste em infinitos atributos, dos quais cada um exprime uma essência eterna e infinita, existe necessariamente” (*Ética*, Parte 1, Proposições 14; 11). (Curley, 1985, p. 420; 417)<sup>18</sup> Os dois atributos que nós humanos conhecemos são o pensamento e a extensão. (Para Espinosa, “extensão” refere-se a objetos físicos e às relações espaciais entre eles.) Todavia, esses atributos são expressos em um número infinito de modos, incluindo tanto modos infinitos, como “a face do universo inteiro” (“*facies totius universi*”, isto é, “a ordem e a coerência de toda a natureza”) e a totalidade das coisas que o compõem, quanto os modos finitos – coisas como seres humanos, outros animais e objetos físicos.<sup>19</sup> Nossa relação intelectual com a substância, seus atributos e modos envolve três tipos de conhecimento, que são, em ordem ascendente de validade, baseados respectivamente na percepção sensorial, em deduções a partir de “noções comuns” e no “conhecimento da essência eterna e infinita de Deus” (*Ética*, Parte 2, Proposição 46). (Curley, 1985, p. 482)<sup>20</sup>

Esse pode parecer um ponto de partida estranho para um “materialismo monista”. De fato, é verdade que Espinosa emerge do emaranhado de discussões entre filósofos medievais judeus, islâmicos e cristãos sobre a natureza de Deus. Como Harry Austryn Wolfson diz em seu maravilhoso comentário, “Benedictus é o primeiro dos modernos; Baruch é o último dos medievais”. (Wolfson, 1934a, pviii)<sup>21</sup> Entretanto, Althusser argumenta que é uma força que:

Espinosa começou simplesmente com Deus. “Outros começam”, ele escreveu, “com o pensamento (Descartes) ou os seres (Santo Tomás de Aquino)”. Ele começou com Deus. Foi um golpe de audácia inaudito, de um tipo raro na história. Pois começar com Deus era começar com a origem e o fim ao mesmo tempo e, portanto, literalmente excluir, do curso subsequente de

<sup>16</sup> Ver o prefácio à segunda edição. Ver também Read (2012).

<sup>17</sup> Cf. Marx (2008, p. 32). Para duas diferentes leituras recentes da influência de Hegel sobre *O capital*, ver Callinicos (2014) e Finelli (2014).

<sup>18</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 57; 69).

<sup>19</sup> Cf. “Letter 64 to G. H. Schuller (29 July 1675)” em Curley (2016, p. 439; 284). Sobre a questão difícil dos modos infinitos, ver Gueroult (1969, Capítulo 11).

<sup>20</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 211).

<sup>21</sup> De forma mais geral, ver Wolfson (1934a, Capítulo 1).

suas ideias, este par que constitui todo idealismo na filosofia. Começar com Deus era simultaneamente dizer que nada além de Deus existe no mundo, e isso equivalia a dizer, desafiando todos os teólogos, os quais não foram enganados, que, uma vez que Deus existe em tudo, ele não existe em nada e, portanto, não existe.<sup>22</sup> (Althusser, 2017, p. 271)

Althusser está implicitamente contrastando Espinosa com Hegel, cuja *Ciência da Lógica* começa com o puro ser despido de todas as determinações. No entanto, Hegel procura mostrar que essas determinações são implícitas ao ser, delineando um processo circular que as articula progressivamente até que sejam conscientemente compreendidas como uma totalidade na autocompreensão retrospectiva do Espírito Absoluto. Espinosa, ao contrário, rejeita sistematicamente qualquer forma de teleologia, que explica as coisas pelos propósitos que supostamente cumprem – o que Aristóteles chamava de “causas finais”. Ele argumenta “que a natureza não tem para si nenhum fim prefixado e que todas as causas finais não são senão humanas ficções” (*Ética*, Parte 1, Apêndice). (Curley, 1985, p. 442)<sup>23</sup>

Espinosa e Hegel foram ambos filósofos da imanência. Eles viram a realidade como possuindo uma estrutura integrada e um significado que não vem de fora dela, de um Deus criador transcendente. Hegel, no entanto, acusa Espinosa de “acosmismo” [*acosmism*], argumentando que ele concebeu a unidade da substância como absorvendo as coisas particulares.<sup>24</sup> (Hegel, 1963, p. 280-282) Este argumento está intimamente relacionado à afirmação de Hegel de que “tudo decorre de compreender e exprimir o verdadeiro não como *substância*, mas também, precisamente, como *sujeito*”. (Hegel, 2018, p. 12)<sup>25</sup> O alvo imediato de Hegel aqui é seu rival idealista Friedrich Schelling, mas por detrás dele encontra-se Espinosa. Um dos méritos de Espinosa, entretanto, é exatamente que ele curto-circuita o processo todo do autodesenvolvimento da subjetividade absoluta, começando em vez disso com a unidade da natureza – “Deus ou Natureza” (“Deus, sive Natura”), como ele celebrenemente afirma (*Ética*, IV Prefácio). (Curley, 1985, p. 584)<sup>26</sup> Ou, como coloca em um trabalho anterior, ela “é uma *unidade eterna, infinita, onipotente etc.*, a saber, a *Natureza* infinita e tudo o que está contido nela. E à negação disso chamamos o *nada*”.<sup>27</sup> (Curley, 1985, p. 74) A filosofia de Espinosa é uma filosofia de imanência livre de teleologia. Chamá-la de “panteísmo” é enganoso, pois isso implica uma absorção emocional na natureza, enquanto em Espinosa tudo diz respeito a conhecimento e poder, refletindo tanto o que o historiador francês da filosofia, Martial Gueroult, chama de seu “racionalismo absoluto” quanto seu realismo dinâmico. (Gueroult, 1969, p. 9)

<sup>22</sup> Althusser pode ter adaptado uma observação de Leibniz: “A maioria dos filósofos começa com criaturas; René Descartes começa com a alma; Espinosa com Deus” – citado em Gueroult (1974, p. 8). Deleuze nega que “a *Ética* ‘começa’ com Deus”. Deleuze (1990, p. 337) No entanto, uma vez que a Parte 1 da *Ética* é chamada “De Deus”, isso parece um tanto absurdo. Tosel fez uma detalhada defesa do materialismo de Espinosa. Tosel (1994b, Capítulo 5)

<sup>23</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 115).

<sup>24</sup> Para diagnósticos da crítica hegeliana, ver Gueroult (1969, p. 462-468); Melamed (2012); Hindrichs (2012).

<sup>25</sup> [N.T.] Edição em português: Hegel (2014, p. 32).

<sup>26</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 373).

<sup>27</sup> Essa citação foi extraída do *Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*, que não foi publicado no período de vida de Espinosa. [N.T.] Edição em português: Espinosa (2014, p. 63).

O grande filósofo marxista soviético Evald Ilyenkov expressa isso bem ao delinear o tratamento de Espinosa sobre a relação entre mente e corpo:

Espinosa também definiu o pensamento como um *atributo da substância*, e não como seu *modus*, não como um caso parcial. Assim, ele afirmou, na linguagem de sua época, que o único sistema no interior do qual o pensamento era encontrado por necessidade e não fortuitamente (o que pode ou não ser), não era um único corpo ou mesmo uma ampla gama de corpos conforme você desejasse, mas apenas e exclusivamente a *natureza como um todo*. O corpo individual possuía o pensamento apenas em virtude do acaso ou coincidência. O cruzamento e a combinação de massas de cadeias de causa e efeito poderiam levar, em um caso, à aparência de um corpo pensante e, em outro caso, simplesmente a um corpo, uma pedra, uma árvore e assim por diante. Então, o corpo individual, mesmo o corpo humano, não possuía o pensamento por qualquer necessidade. Apenas a natureza como um todo era esse sistema que possuía todas as suas perfeições, incluindo o pensamento, de absoluta necessidade, embora ela não realizasse essa perfeição em nenhum corpo único e em nenhum momento do tempo, ou em qualquer de seus *modi* (modos).<sup>28</sup> (Ilyenkov, 1977, p. 53-54)

A acusação de “acosmismo” de Hegel parece inepta e, de fato, pressupõe seu próprio conceito altamente problemático de negação determinada.<sup>29</sup> A tentativa de Espinosa provar que só existe uma substância não procura absorver a particularidade no Uno. A prova é dirigida contra a afirmação dualista da mente e do corpo como dois tipos de substância de seu grande predecessor René Descartes. Espinosa os transforma em atributos de uma única substância expressa em uma infinidade de modos, todos possuindo sua própria realidade, mas emergindo por necessidade, direta ou indiretamente, da natureza de Deus. Como mostra Deleuze, para Espinosa, a substância é numericamente singular, mas contém as distinções reais através das quais toda a variedade da natureza é expressa.<sup>30</sup> De fato, segundo a interpretação de Deleuze, argumenta Knox Peden, a substância é “um lugar para o jogo da multiplicidade”.<sup>31</sup> (Peden, 2014, p. 238) Gueroult descreve a substância de Espinosa, de modo tanto mais paradoxal como acurado, como “um ser absolutamente homogêneo composto de elementos radicalmente heterogêneos”.<sup>32</sup> (Gueroult, 1969, p. 447-448) Espinosa afirma celeberramente que a única substância é “a causa de si mesma” (“causa sui”) (*Ética*, Parte 1, Proposição 7). (Curley, 1985, p. 412) Wolfson descreve isso como “uma assertiva de autossuficiência e, portanto, de existência efetiva”. (Wolfson, 1934a, p. 129) Para Engels, isso compromete Espinosa em “explicar o mundo a partir de si mesmo”.<sup>33</sup> (Marx e Engels, 2010, p. 323)<sup>34</sup>

<sup>28</sup> Sobre as virtudes e debilidades da leitura de Espinosa por Ilyenkov, ver Bowring (2022).

<sup>29</sup> A demonstração mais completa da relação entre a teleologia de Hegel e a doutrina da negação determinada segue sendo Rosen (1982).

<sup>30</sup> Cf. Deleuze (1990), especialmente Capítulo 1.

<sup>31</sup> Sobre a interpretação de Espinosa por Deleuze, ver Peden (2014, Capítulos 6 e 7).

<sup>32</sup> Isto resulta de uma crítica detalhada daquilo que ele chama de “a interpretação idealista, subjetivista ou formalista dos atributos” como irrealis – Gueroult (1969, p. 428-461). Wolfson foi um dos principais defensores da subjetividade dos atributos – ver Wolfson (1934a, p. 142-157). Ver também Della Rocca (2012) e Garrett (2012).

<sup>33</sup> Sou grato a Roland Boer pela indicação dessa referência.

<sup>34</sup> [N.T.] Edição em português: Engels (2020, p. 44).

Como então essa ontologia nos ajuda a entender melhor Marx? O exemplo mais óbvio da influência de Espinosa sobre Althusser reside no conceito de causalidade estrutural que ele desenvolveu ao interpretar *O capital* de Marx. Isso ressoa com a afirmação de Espinosa de que “Deus é causa imanente de todas as coisas, mas não transitiva” (*Ética*, Parte 1, Proposição 18).<sup>35</sup> (Curley 1985, p. 428)<sup>36</sup> De acordo com Espinosa, “o efeito produzido por essa causa depende dela de tal maneira que sem ela não pode existir nem ser entendido, e também não está submetido a nenhuma outra causa. Ademais, está unido a ela de tal maneira que faz com ela um todo”. (Curley, 1985, p. 148)<sup>37</sup>

Espinosa rejeita a concepção tradicional de Deus como uma pessoa transcendente e imaterial distinta do mundo que ele escolhe criar. Seu Deus é impessoalmente imanente ao mundo, em seus efeitos. Similarmente, Althusser alega que o modo de produção capitalista é uma totalidade complexa, a conjunção estruturada das determinações que o compõem, que tem um efeito composto sobre elas. Ele buscou em Espinosa uma forma de pensar o todo social que não reduzisse suas diferentes determinações a expressões de um núcleo simples. O grande crítico marxista Fredric Jameson invoca a mesma ideia quando escreve sobre “o novo sistema mundial, o terceiro estágio do capitalismo, que para nós é a totalidade ausente, o Deus ou natureza de Espinosa, o referente último (de fato, talvez o único), o verdadeiro fundamento do Ser do nosso tempo”. (Jameson, 1992, p. 82)<sup>38</sup> Essa é uma abordagem que tentei usar em meu último livro, *The new age of catastrophe [A nova era da catástrofe]*.<sup>39</sup> (Callinicos, 2023)

Fischbach, por outro lado, baseia sua leitura especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e em *A ideologia alemã*, também recorrendo ao *Grundrisse* entre os escritos econômicos posteriores de Marx. No primeiro desses textos, Marx chama o comunismo de “naturalismo plenamente desenvolvido”, mas isso poderia ser uma descrição de sua própria antropologia filosófica, sua teoria da natureza humana. Em um trecho-chave, ele procura destacar por que a alienação do trabalho na sociedade burguesa é tão prejudicial em seu estranhamento dos seres humanos do restante da natureza:

Precisamente a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda natureza o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, como na medida em que ela é 2) o objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, quer dizer, a natureza na medida em que não é ela própria corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espi-

<sup>35</sup> Sobre Deus como uma causa imanente, ver Wolfson (1934a, p. 319-328). As principais discussões de Althusser sobre causalidade estrutural estão em Althusser (2015, Capítulo 9) e Althusser (2020). [N.T.] Edições em português: Althusser (2022; 1980).

<sup>36</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 81).

<sup>37</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2014, p. 151).

<sup>38</sup> Sou grato a Jason Read por um *tweet* que chamou minha atenção para essa passagem.

<sup>39</sup> Ver minha discussão sobre as nuances dessa abordagem da totalidade em Callinicos (2012).

ritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza. (Marx, 1975, p. 327; 347)<sup>40</sup>

Esta última frase é altamente espinosista, ecoando, como observa Fischbach, a afirmação anteriormente citada de Espinosa de que “somos uma parte da Natureza, que não pode ser concebida por si sem as outras”. Claro, distintivo do naturalismo de Marx é que ele concebe esse relacionamento entre humanos e “outras partes” da natureza como constituída pela “atividade vital” dos humanos, notadamente o trabalho. O que ele chama aqui de nosso “diálogo” com o restante da natureza através do trabalho é um tema que informa o primeiro volume de *O capital*, especialmente em sua conceituação do processo de trabalho situando-se à base de cada formação social como “a apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo (*Stoffwechsel*) entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana [...]”. (Marx, 1976, p. 290)<sup>41</sup> O significado do metabolismo mediado pelo trabalho entre a humanidade e o restante da natureza é um dos temas principais da crítica ecológica de Foster e seus colaboradores ao capitalismo e à “fratura metabólica” que ele criou.

Como Fischbach mostra em detalhe, essa concepção dos humanos como parte da natureza perpassa toda a obra de Marx. A leitura de Fischbach de Marx “com Espinosa”<sup>42</sup> é extremamente valiosa e reforça a mensagem transmitida por Foster em *O retorno da natureza*. Porém, há um lado mais problemático nessa leitura, que é o fato de Fischbach extrair tanto de Espinosa quanto de Marx o tema da “impotência do sujeito”.<sup>43</sup> Há um elemento de verdade nisso, o fato de que tanto Espinosa quanto Marx são anti-humanistas no sentido de Althusser. Ou seja, eles rejeitam a problemática do sujeito soberano autodefinidor que se origina acima de tudo em Descartes e sua tentativa de fundar a filosofia na pura autoconsciência: “*cogito ergo sum*” – “penso, logo existo”. A caracterização da mente humana por Espinosa na Parte 2 da *Ética* é radicalmente anticartesiana na maneira como apresenta os estados mentais como paralelos aos estados do corpo, que por si só é altamente complexo, atravessado por interações causais dentro de si e com outros corpos: “O objeto da ideia que constitui a Mente humana é o Corpo” (*Ética*, Parte 2, Proposição 13). (Curley, 1985, p. 457)<sup>44</sup> Como Fischbach observa, Marx acrescenta uma crítica histórica, mostrando como a ideia de subjetividade abstrata emerge no contexto do desenvolvimento da sociedade burguesa, com sua dissolução dos laços sociais particularistas e promoção do individualismo possessivo.

Contudo, Fischbach atribui a Espinosa (e implicitamente a Marx) uma crítica ainda mais radical da subjetividade. Isso é refletido mais claramente em sua apreciação favorável do livro do sociólogo crítico Frédéric Lordon, *Os escravos voluntários do capital*. Lordon busca suplementar Marx com Espinosa ao mostrar como os trabalhadores sob o capitalismo neoliberal se submetem voluntariamente à sua exploração através do que ele chama de “obediência alegre”, desfrutando não apenas do consumo

<sup>40</sup> [N.T.] Edição em português: Marx (2015, p. 311).

<sup>41</sup> [N.T.] Edição em português: Marx (2013, p. 261).

<sup>42</sup> [N.A.] Esse texto em breve será traduzido para o inglês.

<sup>43</sup> Ver especialmente Fischbach (2014, Capítulo 7).

<sup>44</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 149).

que seus salários tornam possível, mas também de sua participação no processo de produção em si. Ele invoca Espinosa para apoiar uma crítica à ideia de que os trabalhadores consentem com sua exploração:

Se o ato de dar consentimento é a expressão autêntica de uma interioridade livremente determinada, então o consentimento não existe. Se for entendido como a aprovação incondicionada de um sujeito que procede apenas de si mesmo, então ele não existe, pois a heteronomia é a condição de todas as coisas, e nenhuma ação é tal que alguém possa reivindicá-la inteiramente como sua. Todas as coisas estão sob o efeito de uma causação inadequada; isto é, são parcialmente determinadas a agir por outras coisas.<sup>45</sup> (Lordon, 2014, p. 55)

Lordon aqui apela para uma distinção traçada por Espinosa: “Denomino causa adequada aquela cujo efeito pode ser percebido clara e distintamente por ela mesma. E inadequada ou parcial chamo aquela cujo efeito não pode só por ela ser entendido” (*Ética*, Parte 3, Definição 1).<sup>46</sup> (Curley, 1985, p. 492) A análise de Lordon da submissão dos trabalhadores ao capital funda-se na teoria das emoções da Parte 4 da *Ética*, “Da servidão humana, ou das forças dos afetos”. No entanto, ele ignora a Parte 5, “Da potência do intelecto, ou da liberdade humana”. Parece-me que Lordon inclina a balança em favor de uma interpretação estritamente determinista de Espinosa. Se o seguíssemos, então seria muito mais difícil relacionar Espinosa a Marx, para quem a liberdade é um valor central e que acredita que os trabalhadores podem se emancipar da dominação do capital.

É verdade que Espinosa polemiza consistentemente contra a doutrina da liberdade da vontade, chamando famosamente a ideia de a “vontade de Deus”, de o “asilo da ignorância” (*Ética*, Parte 1, Apêndice). (Curley, 1985, p. 443)<sup>47</sup> Isso é vital para sua crítica a Descartes, para quem as vontades divina e humana desempenham um papel filosófico central, mas também para a negação mais geral de Espinosa de que o mundo é governado por causas finais. Para Espinosa, tudo é causado, tanto a partir da interação dos corpos e dos afetos que isso gera em nós, quanto através, direta ou indiretamente, da natureza de Deus. As ações humanas emergem dos afetos, ações e paixões gerados por interações corporais, mas também são impulsionadas pelo “*conatus*” da pessoa: “O esforço pelo qual cada coisa se esforça para perseverar em seu ser que não é nada além da essência dada da coisa da coisa” (*Ética*, Parte 3, Proposição 7). (Curley, 1985, p. 499)<sup>48</sup> Israel denomina habilmente o *conatus*, um conceito desenvolvido por Thomas Hobbes mas grandemente elaborado por Espinosa, como “a tendência generalizada em evolução em qualquer corpo dado para responder à sua própria maneira distinta e composta – percebendo, deliberando, aprendendo com a experiência e eventualmente regulando sua própria resposta a estímulos externos”: “um fenômeno complexo, simultaneamente mental e físico”. (Israel, 2023, p. 450)

<sup>45</sup> Comparar com “Frédéric Lordon, Marx et Spinoza: la question de l’aliénation” em Fischbach, 2014.

<sup>46</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 237).

<sup>47</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 117).

<sup>48</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 251).

Espinosa é explícito quanto ao fato de esse nexos causal onipresente ser consistente com a liberdade, sendo que “É dita livre aquela coisa que existe a partir da só<sup>49</sup> necessidade de sua natureza e determina-se por si só a agir”. (*Ética*, Parte 1, Definição 7).<sup>50</sup> (Curley, 1985, p. 409) Assim:

Quando Descartes diz que é livre quem não é compelido por uma causa externa, se ele entende por um homem que é compelido alguém que age involuntariamente, eu concedo que em certas coisas não somos compelidos de forma alguma; neste aspecto, temos livre-arbítrio. Porém, se por compelido ele entende aquele que age necessariamente, embora não involuntariamente, então (como expliquei acima) nego que sejamos livres em qualquer coisa.<sup>51</sup>

Portanto, Espinosa acredita que podemos agir livremente, embora essas ações sejam sempre causadas. Ele é capaz de afirmar isso de forma coerente graças à distinção que estabelece entre as emoções ativas e passivas. Imediatamente após a passagem na qual Lordon se baseia, Espinosa escreve:

Digo que agimos quando ocorre em nós ou fora de nós algo de que somos causa adequada, isto é [...], quando de nossa natureza segue em nós ou fora de nós algo que pode ser entendido clara e distintamente só por ela mesma. Digo, ao contrário, que padecemos quando em nós ocorre algo, ou de nossa natureza segue algo, de que não somos causa senão parcial. (*Ética*, Parte 3, Definição 2). (Curley, 1985, p. 493)<sup>52</sup>

A psicologia mais detalhada de Espinosa privilegia a atividade sobre a passividade. Assim, por exemplo, “A Mente se esforça para imaginar apenas o que põe sua potência de agir” (*Ética*, Parte 3, Proposição 54). (Curley, 1985, p. 525)<sup>53</sup> Na medida em que esse poder é ampliado, e assim somos “determinados a agir por” nós mesmos “sós”, podemos ser considerados livres. Curiosamente, ao discutir a alienação do trabalhador de seu trabalho nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx também contrasta atividade e passividade:

Essa relação é a relação do trabalhador com a sua atividade própria como alienada, não lhe pertencendo, a atividade como sofrer [*Leiden*], a força como impotência, a procriação como castração. A energia física e espiritual *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade? – como

<sup>49</sup> [N.T.] Vale a pena registrar o seguinte esclarecimento da equipe de tradutores da *Ética* para o português: “O termo latino *sola* tende a ser traduzido por advérbios como *somente* e *apenas*, os quais evidentemente apontam para uma alteração do verbo, ao passo que se trata, no original, de um adjetivo (só, no sentido de sozinho) [...]”. Equipe de tradutores *apud* Espinosa (2018, p. 583, n. 6)

<sup>50</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 47).

<sup>51</sup> Cf. “Letter 58 to G. H. Schuler (October 1674)” em Curley (2016, p. 429). Allen Wood argumenta que a posição de Espinosa é incoerente – Wood (2012). Compare, todavia, com a lúcida exposição em Hampshire (1951, Capítulo 4).

<sup>52</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 237).

<sup>53</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 323).

uma atividade voltada contra ele próprio, independente dele, não lhe pertencendo. A *autoalienação* tal como acima a alienação da *coisa* [Sache].<sup>54</sup> (Marx, 1975, p. 326)<sup>55</sup>

Ao contrário de Marx, entretanto, Espinosa é influenciado pelo ideal clássico platônico e estoico de que a razão governa nossas paixões, embora ele insista que a razão não pode dominar os afetos. De fato, ele vê a liberdade como alcançada através da mediação dos afetos, na medida em que as emoções ativas prevalecem sobre as passivas. Isso requer reflexão racional que nos permite entender clara e distintamente a rede causal por meio da qual somos constituídos. Esse processo é facilitado por nossos relacionamentos sociais – “Nada, pois, mais útil ao homem do que o homem” (*Ética*, Parte 4, Proposição 18)<sup>56</sup> – e também por nossas instituições políticas: “O homem que é conduzido pela razão é mais livre na cidade, onde vive pelo decreto comum, do que na solidão, onde obedece apenas a si mesmo” (*Ética*, Parte 4, Proposição 73).<sup>57</sup> (Curley, 1985, p. 556; 587) Lordon é, portanto, insuficientemente espinosista ao focar no trabalhador individual, quando seus relacionamentos com seus colegas de trabalho desempenham um papel crítico para que eles cooperem ou resistam à gestão (ou, tipicamente, ambos).

Lordon e Fischbach refletem aqui a influência da interpretação vitalista de Espinosa desenvolvida especialmente por Deleuze. Isso provê uma plataforma para a concepção de Deleuze do ser como constituído por fluxos materiais incessantes e em constante mudança nos quais os sujeitos são dissolvidos (embora no breve e elegante livro *Espinosa: filosofia prática*, Deleuze mesmo ofereça uma apresentação brilhante da vertente ético-política de Espinosa). (Deleuze, 1988) O vitalismo de Deleuze tem ajudado a inspirar o chamado “novo materialismo” nas ciências sociais. Associar isso a Espinosa é enganoso: por um lado, Espinosa não equipara “substância” e “vida” – como outros filósofos naturais dos séculos XVII e XVIII, ele vê a natureza como impulsionada principalmente por forças mecânicas; por outro lado, ele desenvolve, como vimos, uma teoria materialista da subjetividade.

O filósofo Jason Read interpreta Espinosa de forma mais produtiva como um teórico do que ele chama de “transindividualidade”:

A crítica ontológica ou antropológica de Espinosa do indivíduo independente é seguida por uma análise política ou social que ilustra como os afetos, a imaginação e a razão constituem cada indivíduo e coletivo. Os afetos e o intelecto, a imaginação e a razão, combinam-se em todo indivíduo e coletivo, mas o fazem de maneira diferente em momentos históricos diferentes. No nível do coletivo, os sistemas políticos de tirania e democracia constituem dois polos; um é dominado pela superstição, e o outro é dominado pela circulação de ideias. No nível do indivíduo, esses polos são representados pela ambição, o desejo ambivalente de fazer com que os outros amem o que se ama, e pela razão, o reconhecimento de que os seres humanos são úteis precisamente por conta de suas diferenças. (Read, 2016, p. 37-38)

<sup>54</sup> Surpreendentemente, Fischbach não cita ou discute essa passagem.

<sup>55</sup> [N.T.] Edição em português: Marx (2015, p. 310). [N.T.] Na edição dos *Manuscritos* em português aqui utilizada, o tradutor optou por verter *Entfremdung* por alienação e *Entäusserung* por exteriorização.

<sup>56</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 407).

<sup>57</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 490). Ver Wolfson (1934b, Capítulo 19).

Em seus princípios políticos, Espinosa remonta à ala radical da Revolução Inglesa, um dos principais eventos de sua vida. Aqui está um dos líderes *levellers*, o Coronel Thomas Rainsborough, durante os Debates de Putney em outubro-novembro de 1647:

Na realidade, acredito que o mais pobre que está na Inglaterra tem uma vida para viver como o maior de todos; e, portanto, verdadeiramente acredito, senhor, que esteja claro que todo homem que vai viver sob um governo deveria primeiro, por seu próprio consentimento, colocar-se sob esse governo; e eu acredito que o homem mais pobre na Inglaterra não está de modo algum vinculado, em sentido estrito, àquele governo no qual ele não teve voz para se submeter. (Sharp, 1998, p. 103)

Assim como Rainsborough e os *levellers*, mas também como seu contemporâneo conservador e autoritário Hobbes, Espinosa argumenta no *Tratado teológico-político*, na *Ética* e no inacabado *Tratado Político* que um governo legítimo depende de um contrato social entre aqueles que concordam em se submeter a ele (embora também diga que a emergência de Oliver Cromwell como Lorde Protetor mostra os perigos envolvidos em tentar mudar a forma de governo à qual um povo está habituado). Contudo, de forma excepcional para um pensador do século XVII, ele também argumenta:

[O] estado democrático [*imperii democratici*] [...] me parece o mais natural e o que mais se aproxima da liberdade que a natureza reconhece a cada um. Em democracia, com efeito, ninguém transfere o seu direito natural para outrem a ponto de este nunca mais precisar de o consultar; transfere-o, sim, para a maioria do todo social, de que ele próprio faz parte e, nessa medida, todos continuam iguais, tal como acontecia anteriormente no estado de natureza. (Curley, 1985, p. 289)<sup>58</sup>

Israel resume a posição política de Espinosa como “‘republicanismo democrático’ urbano, comercial, igualitário”. Ele enfatiza como, partindo do mesmo tipo de redes heterodoxas e de pensamento livre que Christopher Hill, em sua obra *The world turned upside down*, redescobriu na Inglaterra de meados do século XVII (por exemplo, os colegiantes [*collegiants*]<sup>59</sup>), que eram críticos de todas as formas de cristianismo institucional), os escritos de Espinosa tiveram uma influência seminal no desenvolvimento político e filosófico do “Iluminismo radical” que começou a surgir nas décadas

<sup>58</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2003, p. 242). [N.A.] Sobre o pensamento político de Espinosa (ver Negri (1990); Balibar (1998); Montag (1999); e Malcolm (1991)). Na Holanda do século XVII, ele foi precedido na defesa da democracia pelos irmãos Johan e Pieter de la Court – ver Israel (2023, p. 482-483).

<sup>59</sup> [N.T.] Os colegiantes [*collegiants*] são membros de uma seita dissidente originada, em 1619, a partir de uma cisão da Igreja remonstrante holandesa. O verbete sobre Espinosa na Enciclopédia Britânica registra sua relação com este grupo: “Em 1656, Spinoza já havia feito amizade com membros dos colegiantes, um grupo religioso de Amsterdã que resistia a qualquer credo ou prática formais. Alguns estudiosos acreditam que Espinosa realmente viveu com os colegiantes depois de deixar a comunidade judaica. Outros acham mais provável que ele tenha ficado com Franciscus van den Enden, um político radical e ex-jesuíta, e dado aulas na escola que van den Enden fundou em Amsterdã”. Cf. <<https://www.britannica.com/biography/Benedict-de-Spinoza/Association-with-Collegiants-and-Quakers>>. Acesso em: 03/05/2024.

após sua morte. (Israel, 2007, p. xxx)<sup>60</sup> A crítica à “superstição”, encarnada nas ortodoxias religiosas católica, protestante e judaica, que levou à sua excomunhão e perpassa seus escritos, teve uma motivação crescentemente mais política. Como afirma Israel,

Se Espinosa começou sua rebelião nos estudos hebraicos e na crítica bíblica lutando contra a autoridade rabínica, sua filosofia madura constitui um ataque generalizado altamente sofisticado à “superstição”, aos milagres, à teologia e à autoridade eclesiástica ligada à tirania e especialmente à monarquia. (Israel, 2023, p. 100)

Espinosa foi profundamente influenciado pela experiência dos marranos, incluindo seus próprios ancestrais imediatos – judeus sefarditas que, especialmente em Portugal, foram compelidos a se converter ao catolicismo, mas que secretamente mantiveram seu judaísmo. Eles frequentemente combinavam sua prática religiosa secreta com a resistência à monarquia espanhola enquanto migravam para a França e os Países Baixos, apoiando as revoltas holandesa, aragonesa e portuguesa contra a coroa espanhola. Israel descreve o pensamento de Espinosa como “uma fervilhante combinação inebriante de rebelião cultural ibérica combinada com vertentes da filosofia judaica medieval, crítica dos colegiantes [*collegiants*] holandeses ao cristianismo convencional e ao cartesianismo holandês contemporâneo”. (Israel, 2023, p. 300)<sup>61</sup> Um de seus primeiros biógrafos, Jean Colerus, viu um caderno de esboços de Espinosa hoje desaparecido que incluía um autorretrato como Masaniello, o pescador napolitano que liderou uma revolta popular contra os espanhóis em 1647. (Israel, 2023, p. 467)

No entanto, Espinosa também teve que negociar com os intensos conflitos políticos e ideológicos dentro das Províncias Unidas dos Países Baixos entre a Casa de Orange, apoiada pelo clero calvinista ortodoxo, e os líderes cívicos republicanos, apoiados por seitas cristãs mais tolerantes. Essas lutas foram exacerbadas à medida que o velho inimigo espanhol era cada vez mais substituído por rivais vizinhos e dinâmicos no comércio e nas colônias, na forma de França e da Inglaterra, respectivamente a monarquia absoluta mais poderosa da Europa e, sob a égide dos Stuarts restaurados, uma monarquia aspirante. Essas “guerras culturais-teológicas”, como Israel as descreve, culminaram em 1672, conhecido em holandês como o *rampjaar* (ano do desastre), quando, após uma invasão francesa apoiada pela Inglaterra e o alagamento parcial do país, o líder republicano Johan de Witt e seu irmão foram linchados por uma turba orangista e o Príncipe Guilherme de Orange (mais tarde Rei Guilherme III da Inglaterra) assumiu o poder.<sup>62</sup>

Mesmo antes dessa erupção climática, a interação de antagonismos domésticos e geopolíticos durante a Segunda Guerra Anglo-Holandesa (1665-7) levaram Espinosa a suspender temporariamente o trabalho na *Ética* e abordar religião e política diretamente no *Tratado teológico-político*, que Israel chama de “sua principal intervenção política”. (Israel, 2023, p. 506)<sup>63</sup> Este foi um dos vários textos produzidos pelo cír-

<sup>60</sup> Ver também Israel (2001).

<sup>61</sup> Ver também, de forma mais geral, os Capítulos 4, 9 e 10; e Tosel (1994, p. 12; 209).

<sup>62</sup> Cf. Israel (2023, p. 474; Capítulo 30); Israel (1998, Capítulo 31). Israel descreve a Inglaterra da Restauração como “uma aspirante a monarquia absoluta” que era ideologicamente hostil à República Holandesa – Israel (2023, p. 493).

<sup>63</sup> Ver também Israel (2023, Capítulos 19 e 23-28).

culo que havia então se cristalizado ao seu redor, com o objetivo de subverter a ortodoxia cristã. A suspeita que Espinosa expressa no *Tratado* sobre a irracionalidade “da multidão (submetida ainda à superstição dos gentios)” parecia ser corroborada pelos tumultos enfrentados pela República Holandesa. (Curley, 2016, p. 70)<sup>64</sup> Republicanos ingleses como o poeta John Milton e o teórico político James Harrington também lidaram com o problema do conservadorismo popular após a derrota dos *levellers* por Cromwell e a restauração da monarquia em 1660. O medo das massas levou os radicais a buscar “o governo dos santos”, ou seja, uma minoria eleita.<sup>65</sup>

Porém, particularmente em sua reconstrução crítica da história judaica antiga, Espinosa dá um passo importante em direção ao que se tornaria a teoria marxista da ideologia ao localizar o papel da “superstição” na sustentação das relações de dominação. Ademais, essas crenças pertencem ao primeiro tipo de conhecimento, que surge espontaneamente na experiência cotidiana, na qual “a Mente não tem de si própria, nem de seu Corpo, nem dos corpos externos conhecimento adequado, mas apenas confuso e mutilado” (*Ética*, Parte 2, Proposição 29). (Curley, 1985, p. 471)<sup>66</sup> Althusser chama isso de “materialismo do imaginário”:

A “teoria” de Espinosa rejeitava toda ilusão sobre a ideologia, e especialmente sobre a ideologia número um da época, a religião, ao identificá-la como imaginária. Ao mesmo tempo, recusava-se a tratar a ideologia como um simples erro, ou como ignorância pura, porque baseava o sistema desse fenômeno imaginário na relação dos homens com o mundo, conforme “expresso” pelo estado de seus corpos. (Althusser, 1976, p. 136)

Então, o pensamento político de Espinosa, como afirma Israel, não é “favorável à insurreição” [*“insurrection-friendly”*]; ele argumenta que

o povo comum não pode ser emancipado diretamente por uma rebelião popular, mas apenas indiretamente ao ser libertado da “superstição” [...] [através] do fomento a uma ideologia desmistificadora republicana clandestinamente direcionada para a mudança do pensamento dos ocupantes de cargos, profissionais e estudiosos presentes e futuros; infiltrando-se na sociedade nem por cima nem por baixo, mas, como Espinosa sempre preferiu ao longo de sua vida, incessantemente pela lateral, por meio de discussões subversivas, universidades e grupos intelectuais. (Israel, 2023, p. 108; 109)

No entanto, isso não faz nada para minar seu radicalismo. Seus escritos políticos não contêm a crítica à propriedade privada que é tão importante para Marx nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Ainda assim, se compararmos Espinosa com os outros dois grandes teóricos do contrato social do século XVII, ele não possui o individualismo extremo de Hobbes, e não há a preocupação em legitimar e proteger a propriedade privada que domina o *Segundo tratado sobre o governo civil* de John Locke, que foi escrito pouco depois da morte de Espinosa e é, de muitas maneiras, o texto-

<sup>64</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2003, p. 9).

<sup>65</sup> Ver a exploração desse dilema em Hill (1984). [N.T.] Edição em português: Hill (1987). Ver também minha crítica – Callinicos (1984).

<sup>66</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 185).

chave da filosofia política burguesa. (Locke leu cuidadosamente o *Tratado*, mas sempre negou qualquer conexão com Espinosa.<sup>67</sup>) Como Negri enfatiza, o conceito chave em seu pensamento ético-político é o de poder (*potentia*), não propriedade.

Assim, embora Espinosa certamente rejeite a concepção de subjetividade autoconstituída pioneiramente proposta por Descartes, ele desenvolve uma explicação de como podemos *nos tornar* sujeitos, no sentido mais modesto de autores de nossas ações, enquanto ainda afirma que essas ações são todas causadas. Essa explicação em si mesma se conecta com a concepção de subjetividade *política* que encontramos no *Tratado Teológico-Político* (o principal texto que sabemos que Marx estudou) e no *Tratado Político*. Como André Tosel afirmou, “A *Ética* é ontologia política e política ontológica. É um sistema de libertação, uma teoria da produção do efeito de libertação como uma possibilidade da produtividade infinita da natureza”. De fato, ele argumenta que, desde essa perspectiva, apesar de outros pontos fortes, “O Espinosa de Althusser perdeu qualquer dimensão ético-política”. (Tosel, 1994a, p. 12; 209) Portanto, com todo o respeito a Lordon, e apesar da própria precaução estratégica de Espinosa, podemos encontrar em sua escrita recursos que podem nos ajudar a entender não simplesmente como os trabalhadores são submetidos ao capital, mas também como podem resistir e até mesmo se revoltar.<sup>68</sup>

### **Além de Espinosa: ciência, capitalismo e história**

É claro que não é suficiente catalogar as ressonâncias entre Espinosa e Marx. Precisamos também considerar as diferenças e, mais especificamente, as limitações de Espinosa em comparação com Marx. Três, em particular, valem a pena mencionar.

(1) *As ciências e a natureza*: assim como seu colega materialista e teórico do contrato social Hobbes, Espinosa viu a “nova ciência” emergindo no século XVII, uma ciência que usava a geometria para revelar a natureza do mundo físico, como um modelo para entender tanto os humanos quanto o mundo social. De fato, de acordo com Israel,

Embora “*ordo geometricus*” (ordem geométrica) estivesse universalmente na moda entre os cartesianos holandeses das décadas de 1650 e 1660... apenas Espinosa estende a nova perspectiva geométrica tridimensional, com suas linhas, superfícies, planos, movimentos e proporções, a tudo, incluindo discussões sobre Deus, o bem e o mal, e as paixões humanas. (Israel, 2023, p. 416)

Sua correspondência mostra até que ponto ele participou ativamente nos debates entre a rede transnacional em desenvolvimento de filósofos naturais, especialmente graças à sua amizade com Henry Oldenburg, secretário da Royal Society de Londres. Como refletido em sua prática como polidor e lapidador de lentes, Espinosa es-

<sup>67</sup> Cf. Israel (2023, p. 947).

<sup>68</sup> O próprio Lordon mostrou isso nas suas análises do enorme movimento francês contra a “reforma” neoliberal das pensões do Presidente Emmanuel Macron – ver, por exemplo, Lordon (2023).

tava comprometido com a ciência experimental, embora guiado pela dedução matemática e pela conceituação filosófica.<sup>69</sup> Raciocinar “*more geometrico*” (no estilo geométrico), como Espinosa faz na *Ética*, proporciona certeza, acreditava ele; a verdade teria sido ocultada “ao gênero humano para sempre, não fosse a Matemática, que não se volta para fins, mas somente para essências e propriedades de figuras, ter mostrado aos homens outra norma da verdade” (*Ética*, Parte 1, Apêndice).<sup>70</sup> (Curley 1985, p. 441)<sup>71</sup> Lamentavelmente, sabemos agora que a matemática não proporciona certeza nem mesmo em seus próprios termos. Por exemplo, de acordo com os teoremas de incompletude do matemático do século XX Kurt Gödel, dentro de um sistema axiomático formal com alguma aritmética (exatamente o que forneceu a Espinosa seu modelo de conhecimento), existem proposições que não podem ser provadas ou refutadas, e a consistência do sistema em si também não pode ser provada.<sup>72</sup> (Raatikainen, 2013)

Também sabemos que a matematização da natureza inaugurada por Galileu, Descartes e Isaac Newton não impediu a superação radical de suas teorizações do mundo físico, sobretudo com o desenvolvimento da teoria da relatividade e da mecânica quântica no início do século XX. Entretanto, a historicização da natureza que Engels viu emergir no século XIX, sobretudo na teoria da evolução por seleção natural de Charles Darwin, foi muito mais longe com, por exemplo, o desenvolvimento da teoria da complexidade e do caos. Nenhum desses desenvolvimentos é estritamente inconsistente com a concepção geral de Espinosa da natureza como constituída por um processo de interação entre e dentro de corpos que encontra paralelo no pensamento. Todavia, como deveremos ver abaixo, para Espinosa, a compreensão mais completa da natureza, proporcionada pelo terceiro tipo de conhecimento (baseado no “conhecimento da essência infinita e eterna de Deus”), nos leva além do tempo e da mudança.

Isso é perdido por Engels em uma nota marginal frequentemente citada de sua *Dialética da natureza*: “Espinosa: a substância é *causa sui* [causa de si mesma], expressa a ação recíproca de modo contundente”. (Marx e Engels, 2010, p. 511)<sup>73</sup> A natureza de fato envolve a interação dos modos, mas isso só é totalmente compreendido quando eles estão situados nos dois atributos infinitos de Deus que conhecemos: pensamento e extensão. Como afirma Wolfson, “Todas as causas na natureza são rastreáveis até uma causa, que é a necessidade da natureza divina”. (Wolfson, 1934a, p. 399) Quando Espinosa procura demonstrar essa necessidade, especialmente na Proposição 11 da Parte 1 da *Ética*, ele se baseia na prova ontológica da existência de Deus desenvolvida na teologia católica e reiterada por Descartes, segundo a qual um ser perfeito não pode não existir. Claro, Espinosa entende esse ser não como uma divindade pessoal, mas como o impessoal “*Deus, sive Natura*”. Podemos, de fato, concordar com ele que não podemos duvidar que o universo exista, pois de outra forma não estaríamos aqui para pensar sobre ele. Porém, isso não é o mesmo que afirmar que ele é perfeito,

<sup>69</sup> Ver, especialmente, Israel (2023, Capítulos 13; 14; 16; 18; e 20).

<sup>70</sup> Sobre o uso por Espinosa do método geométrico e a influência de Hobbes, ver Gueroult (1974, Capítulo 17).

<sup>71</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 113).

<sup>72</sup> Uma subversão brilhante do modelo dedutivista de matemática que cativou Espinosa pode ser encontrada em Lakatos (1976). [N.T.] Edição em português: Lakatos (1978). Sobre a matematização da natureza ocorrida no século XVII, ver Koyré (1966).

<sup>73</sup> [N.T.] Edição em português: Engels (2020, p. 131).

considerando, por exemplo, todas as contingências envolvidas em levar nosso pedaço local de natureza até o ponto em que os humanos existem.<sup>74</sup>

Assim, a concepção de natureza de Espinosa não pode ser simplesmente incorporada nas ciências físicas modernas sem alterações. O filósofo marxista brasileiro Mauricio Vieira Martins está, ademais, correto ao afirmar que essa concepção seria fortalecida se complementada por uma teoria da emergência que conceitualiza a natureza como estratificada, com cada camada – para simplificar bastante, a física, química, biológica, humana e social – emergindo do, mas sendo irreduzível ao nível anterior. (Martins, 2022, Capítulos 5 e 6)<sup>75</sup>

(2) *A emergência e especificidade do social*: a segunda limitação, intimamente relacionada, também é observada por Vieira Martins, ou seja, que o naturalismo de Espinosa o impede de conceituar adequadamente a especificidade das relações sociais. Isso é evidenciado quando ele responde a uma pergunta sobre a diferença entre sua compreensão do contrato social e a de Hobbes: “Eu sempre preservo o direito natural inalterado, e sustento que em cada estado o magistrado supremo não tem mais direito sobre seus súditos do que tem maior poder sobre eles. Isso é sempre o caso no estado de natureza”.<sup>76</sup> A ordem política então tendencialmente regride à ordem física. Assim, mesmo que seja verdade, como diz Althusser, que “o continente da história, para o qual Marx avançaria resolutamente, foi aberto por Espinosa com seu *Tratado teológico-político*” (Althusser, 2017, p. 275), Vieira Martins está correto em afirmar que “esse reconhecimento da singularidade [das legalidades] humana[s] não vem acompanhado do aprofundamento da discussão da *emergência de uma causalidade peculiar*, que se distancia de sua fundação natural [e adquire uma lógica própria]”. (Martins, 2022, p. 62)<sup>77</sup>

Para ser justo com Espinosa, conceituar essa causalidade “peculiar” – social – pressupunha o desenvolvimento da economia política clássica e, em particular, a descoberta pelos fisiocratas, por Adam Smith e por David Ricardo de que as modernas “sociedades comerciais” são regidas por leis que não são conscientemente formuladas e aplicadas por governantes, mas surgem involuntariamente através das interações de seus membros.<sup>78</sup> Essa inovação conceitual, a descoberta da estrutura social, que permitiu a Marx formular sua concepção distintiva das relações de produção, dependia de um desenvolvimento muito mais expressivo do modo de produção capitalista que viria a ocorrer depois da época de Espinosa (embora ele tenha se beneficiado, por vias que merecem maior exploração, por viver nas Províncias Unidas, o enclave mais avançado do capitalismo no século XVII). Negri escreveu sobre isso com brilhantismo, argumentando que o caráter avançado do pensamento de Espinosa decorre da especificidade da revolução burguesa holandesa, que tomou uma “forma anômala: ela não é

<sup>74</sup> Por exemplo, Gould (1990). [N.T.] Edição em português: Gould (1990).

<sup>75</sup> [N.T.] Edição em português: Martins (2021, Capítulos 5 e 6).

<sup>76</sup> Cf. “Letter 50 to Jarig Jelles (2 June 1674)” em Curley (2016, p. 405).

<sup>77</sup> [N.T.] Edição em português: Martins (2021, p. 77). Os textos entre colchetes foram inseridos na tradução para o inglês.

<sup>78</sup> Os fisiocratas foram uma escola de economia política dos séculos XVII e XVIII associada a teóricos franceses como François Quesnay, o Marquês de Mirabeau e Anne-Robert-Jacques Turgot.

protegida pelo poder absoluto, mas se desdobra resolutamente, em um vasto projeto de dominação e de reprodução selvagens”.<sup>79</sup> (Negri, 1990, p. 7)<sup>80</sup>

Essa limitação está provavelmente relacionada ao fato de que, como vimos, embora Espinosa privilegie a atividade sobre a passividade no *conatus* humano, ele não desenvolve mais sua conceitualização da atividade com o tipo de análise do trabalho que Marx desenvolve – uma análise que permite uma compreensão mais profunda de como os humanos interagem com outras partes da natureza. De novo aqui o fracasso de Espinosa em desenvolver sua concepção de atividade humana é pelo menos em parte um produto de suas circunstâncias históricas. Como Marx assinalou famosamente, o conceito de trabalho enquanto tal só se torna pensável à medida que o capital conquista a produção:

A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. Um tal estado de coisas encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa – os Estados Unidos. (Marx, 1973, p. 104)<sup>81</sup>

Há uma passagem notável na correspondência de Espinosa em que as realidades do capitalismo atlântico do início da modernidade irrompem. Tentando persuadir um amigo que afirma ter previsto a morte de seu filho durante a grande peste de meados dos anos 1660, que também o levaria em breve, de que os chamados presságios são “efeitos da imaginação que emergem da constituição do corpo ou da mente”, ele relata “um incidente [...] no último inverno em Rijnsburg”, a vila holandesa em que Espinosa habitava no início dos anos 1660:

Certa manhã, quando o céu já estava clareando, acordei de um sonho muito profundo e percebi que as imagens que me vieram no sonho permaneciam diante dos meus olhos tão vividamente como se as coisas tivessem sido reais – especialmente a imagem de um certo brasileiro negro, sarnento que eu nunca tinha visto antes. Na maior parte das vezes, essa imagem desaparecia quando, para me distrair com outra coisa, fixava os olhos em um livro ou em outro objeto; mas assim que afastava os olhos desse objeto sem fixá-los

<sup>79</sup> Sobre o cenário econômico, ver Israel (1989).

<sup>80</sup> [N.T.] Edição em português: Negri (1993, p. 33-34).

<sup>81</sup> [N.T.] Edição em português: Marx (2011, p. 57-58).

atentamente em nada, a mesma imagem do mesmo homem negro me aparecia com a mesma vivacidade, alternadamente, até desaparecer gradualmente do meu campo visual.<sup>82</sup>

Espinosa não oferece uma análise dessa imagem, passando, em lugar disso, a dar uma explanação bastante plausível das premonições de seu amigo. Entretanto, é evidente que ele estava vendo um escravo africano que ele associa às plantações brasileiras. Israel situa Espinosa no que ele chama de “o comércio da comunidade sefardita florescente de Amsterdã com sua incomparável rede de laços familiares e grupais no Brasil, no Caribe e em todo o mundo atlântico ibero-americano”. (Israel, 2023, p. 120) Os judeus sefarditas de Amsterdã dominavam o comércio holandês com o Brasil, especialmente no açúcar, que era produzido pelo trabalho escravo. A luta entre a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e Portugal pelo controle do Brasil e de sua lucrativa indústria açucareira percorreu grande parte do século XVII.<sup>83</sup>

O pai de Espinosa, Michael, cujo negócio ele coerdou em 1654, especializou-se no comércio com Portugal e com o Norte da África, mas também estava envolvido no comércio com o Brasil. A firma da família foi arruinada pela interrupção do comércio e do transporte marítimo causada pela Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1652-1654). Israel sugere que pode ter sido para liberar-se das complicações debilitantes causadas pela falência e pelas dívidas deixadas por Michael que Espinosa rompeu com a comunidade sefardita renunciando à sua herança num tribunal civil e expressando abertamente sua crítica à ortodoxia judaica, provocando assim sua excomunhão. (Israel, 2023, Capítulo 7) É claro que é impossível dizer por que Espinosa foi assombrado por essa imagem de um escravo africano. Talvez a carta apoie a proposição de Althusser de que “formalmente – eu digo formalmente – Espinosa deixou a porta aberta para outro continente, no qual Freud posteriormente se aventuraria”, aquele do inconsciente.<sup>84</sup> (Althusser, 2017, p. 275) No entanto, os sinais do papel da Holanda e de sua própria comunidade na vanguarda do capitalismo em seu tempo devem ter permeado a vida cotidiana de Espinosa como rapaz e como jovem comerciante em dificuldades.

(3) *Negatividade e contradição*: é notável que tenha cabido a Althusser, o grande anti-hegeliano, reconhecer a terceira limitação de Espinosa em comparação com Marx: “Hegel introduziu na filosofia precisamente o que faltava a Espinosa: a dialética, ou o ‘trabalho do negativo’”. (Althusser, 2017, p. 276) Graças a Hegel, Marx desenvolve uma teoria da contradição social. A instância mais importante dessa teoria é, evidentemente, a tese de que o desenvolvimento de contradições entre as forças e as relações de produção é uma condição necessária para a transformação de um modo de produção em outro.<sup>85</sup> Em um estranho capítulo, Fischbach procura negar que Marx afirme essa tese. Ele o faz ostensivamente com base numa leitura forçada de um trecho de *Ideologia Alemã*, mas realmente em bases espinosistas. Fischbach escreve:

<sup>82</sup> Cf. “Letter 17 to Pieter Balling (20 July 1664)” em Curley (1985, p. 353). Não surpreendentemente, essa carta atraiu esforços interpretativos. Ver, por exemplo, Feuer (1957); Montag (1999, p. 87-89); e Goetschel (2016).

<sup>83</sup> Cf. Nadler (2018, p. 25-28; Capítulo 3); Blackburn (1997, Capítulos 4 e 5) [N.T.] Edição em português: Blackburn (2003); Israel (2023, p. 165-170).

<sup>84</sup> Ver a discussão sobre os quatro “continentes científicos” – matemática, física, história e o inconsciente – em Althusser (2017, Capítulo 5).

<sup>85</sup> Ver a exploração fundamental de Cohen (1978). [N.T.] Edição em português: Cohen (2014).

Deste ponto de vista, o do ‘poder infinito da natureza’ de Espinosa (onde vemos que a concepção das coisas sub *specie aeternitatis* [sob o aspecto da eternidade] é também a que permite uma concepção verdadeira da história), os modos de troca e as relações de produção sempre foram, em cada momento, as condições inorgânicas que correspondem perfeitamente ao estado de desenvolvimento das forças produtivas humanas. A contradição entre relações de produção e forças produtivas só pode, portanto, ser imaginada historicamente, e só aparece como tal para aqueles que pertencem a uma época posterior, cujo ponto de vista é, por sua vez, limitado e unilateral pelo próprio fato de pertencerem a uma formação social no seio da qual as relações sociais são relações subjugadas. A contradição inerente a uma formação social só pode ser, então, imaginada, e só pode ser imaginada retrospectivamente, a partir de uma outra formação social posterior, por homens que se julgam tanto mais clarividentes em relação ao passado quanto mais cegos em relação a si próprios.<sup>86</sup> (Fischbach, 2014, p. 88)

Esta interpretação não me parece ter muito a ver com Marx. Aqui está o trecho de *A Ideologia Alemã* no qual Fischbach se baseia:

A condição determinada sob a qual eles produzem corresponde, assim, enquanto não surge a contradição, à sua real condicionalidade [*Bedingtheit*], à sua existência unilateral, unilateralidade que se mostra apenas com o surgimento da contradição e que, portanto, existe somente para os pósteros. Assim, essa condição aparece como um entrave acidental, e a consciência de que ela é um entrave é também furtivamente introduzida na época anterior (Marx e Engels, 1975, p. 82; ênfase adicionada)<sup>87</sup>

Algo que “surge” tem uma existência independente de sua percepção, e é a “consciência” do aprisionamento das forças pelas relações que é posteriormente atribuída à “época anterior”, não a contradição em si. De qualquer forma, os escritos posteriores de Marx, incluindo seu resumo do materialismo histórico no Prefácio de 1859 de *Para a crítica da economia política*, tratam consistentemente a contradição entre as forças produtiva e as relações de produção como objetiva e independente da consciência daqueles submetidos a ela. Fischbach é levado a esse argumento estranho pelo que parece ser uma interpretação equivocada de Espinosa. “Sob o aspecto da eternidade” é a condição que adquirimos quando alcançamos o terceiro tipo de conhecimento (*Ética*, Parte 5, Proposição 23).<sup>88</sup> (Curley, 1985, p. 607) Aqui, como Gueroult coloca, conhecemos as coisas finitas como “causadas não apenas por sua própria essência, mas por Deus”, com sua finitude refletida no fato de que “elas não são produzidas apenas pela causalidade absoluta de Deus, mas ao mesmo tempo por uma cadeia infinita de causas finitas”. (Gueroult, 1974, p. 610)

É sob o aspecto da eternidade que, como Espinosa afirma repetidamente, “realidade e perfeição” são efetivamente, para ele, “o mesmo” (*Ética*, Parte 2, Definição

<sup>86</sup> Para um exame mais geral, ver Fischbach (2014, Capítulo 5).

<sup>87</sup> [N.T.] Edição em português: Marx e Engels (2007, p. 68). [N.A.] Esta versão de *Marx and Spinoza* corrige a tradução para o inglês da passagem de *A ideologia alemã*, que induz o leitor ao erro. Ver o original em alemão em Marx e Engels (1978, p. 72). O autor agradece a João Leonardo Medeiros por ter detectado o problema.

<sup>88</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 553).

6). (Curley, 1985, p. 447)<sup>89</sup> Distinguir as coisas como mais ou menos perfeitas é apenas uma projeção subjetiva humana:

[Na medida em que atribuímos a indivíduos da Natureza] algo que envolve negação, como termo, fim, impotência etc., nesta medida os chamamos imperfeitos, porque não afetam nossa Mente da mesma maneira que aqueles que denominamos perfeitos, e não porque lhes algo que seja deles ou porque a Natureza tenha pecado. Com efeito, nada compete à natureza de alguma coisa a não ser o que segue da necessidade da natureza da causa eficiente, e o que quer que siga da necessidade da natureza da causa eficiente, acontece necessariamente (*Ética*, Parte 4, Prefácio). (Curley, 1985, p. 545)<sup>90</sup>

Tudo o que é implicado pela essência de Deus é realizado; tudo o que parece negativo ou uma limitação reflete apenas uma falha de entendimento de nossa parte. Fischbach está aplicando essa doutrina quando procura explicar o uso do termo “contradição” por Marx. Porém, ele parece esquecer a distinção que Espinosa traça entre “eternidade” e “duração”, que é claramente afirmada aqui:

Quando nos atemos apenas à essência dos modos, e não à ordem de toda a natureza, não podemos inferir a partir do fato de que eles existem agora que eles existirão ou não existirão posteriormente, ou que existiram ou não anteriormente. Daí é claro que concebemos a existência da substância como sendo inteiramente diferente da existência dos modos.

A diferença entre eternidade e duração decorre disso. Pois é apenas por meio dos modos que podemos explicar a existência pela duração; mas podemos explicar a existência da substância pela eternidade, ou seja, pelo gozo infinito de existir, ou (em latim ruim) de ser.<sup>91</sup>

Admitida essa distinção, parece-me altamente duvidoso que ver as coisas “sob o aspecto da eternidade” possa ser a base de “uma verdadeira concepção da história”. Pois, como coloca Stuart Hampshire, em Espinosa, “dizer de algo que é eterno... é dizer que nenhum predicado temporal, nenhum tempo ou determinação temporal de qualquer tipo podem em princípio ser aplicáveis a ele”. (Hampshire, 1956, p. 129) Todavia, a história certamente pertence ao domínio da duração – formas finitas que surgem e desaparecem no tempo. Ademais, como vimos, a explicação de Espinosa da conquista da liberdade nas Partes 4 e 5 da *Ética* admite a mudança individual, na medida em que somos capazes de fortalecer as emoções ativas contra as passivas. É difícil conceituar a mudança sem contrastar a possibilidade e a efetividade de modo a identificar que possibilidades foram realizadas e explicar por que elas e não outras foram realizadas. O mesmo vale para o tipo de mudança coletiva que é o objeto de investigação histórica.

É então interessante notar que Espinosa descreve explicitamente o método que utiliza no *Tratado teológico-político*, o mesmo que é requerido para estudar a natureza, como histórico:

<sup>89</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 127).

<sup>90</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 177).

<sup>91</sup> Cf. “Letter 12 to Lodewijk Meyer (20 April 1663)” em Curley (1985, p. 202). Ver Wolfson (1934a, Capítulo 10); e Tosel (1994, Capítulo 2).

[...] o método de interpretar a Escritura não difere em nada do método de interpretar a natureza; concorda até inteiramente com ele. Na realidade, assim como o método para interpretar a natureza consiste essencialmente em descrever a história da mesma natureza e concluir daí, com base em dados certos, as definições das coisas naturais, também para interpretar a Escritura é necessário elaborar a sua história autêntica e, depois, com base em dados e princípios certos, deduzir daí como legítima consequência o pensamento dos seus autores. (Curley, 2016, p. 171)<sup>92</sup>

Deleuze oferece uma objeção de autoridade à interpretação que estou apresentando: “Vir a ser não deve ser entendido em Espinosa como uma transição do possível para o real”.<sup>93</sup> (Deleuze, 1990, p. 212) Além disso, é verdade que Espinosa diz que “essas duas coisas [*contingente e possível*] não são nada mais do que faltas de nossa percepção”. No entanto, essa falha é exatamente do ponto de vista da eternidade, pois não há “na eternidade nem quando nem antes nem depois, nenhuma afecção temporal” (“*René Descartes. Princípios da filosofia, Partes I e II, demonstradas à maneira geométrica*”). (Curley, 1985, p. 308; 309)<sup>94</sup> Aqui estamos vendo a natureza para além da duração e da mudança. Pouco depois de argumentar que descrever as coisas como mais ou menos perfeitas, ou de fato boas ou más, é subjetivo, Espinosa diz: “porque desejamos formar uma ideia de homem que observemos como modelo da natureza humana, nos será útil reter esses mesmos vocábulos no sentido em que disse”. Assim, quando diz “que alguém passa de uma menor a uma maior perfeição, e inversamente”, Espinosa quer dizer que é “sua potência de agir, enquanto esta é entendida por sua própria natureza” que é concebida como “aumentada ou diminuída” (*Ética*, IV Prefácio). (Curley, 1985, p. 545-546)<sup>95</sup> Na realidade, no *Tratado*, Espinosa vai ainda mais longe: “A isso acresce o fato de ignorarmos completamente a própria coordenação e concatenação das coisas, isto é, de que modo elas estão realmente ordenadas e concatenadas, tornando-se, por isso mesmo, preferível e até necessário considerá-las na prática como possíveis” (*Tratado teológico-político*). (Curley, 2016, p. iv-4; p. 126)<sup>96</sup>

Nessas passagens, Espinosa parece estar considerando os seres humanos não apenas como parte da grande cadeia da natureza, mas como *atores*. Sem dúvida, da perspectiva da eternidade, esses processos aparecem de forma diferente, na medida em que estão mais plenamente integrados aonexo causal que une os atributos e as interações dos modos e, portanto, não são mais entendidos como mudanças que se desdobram no tempo, mas sim como coexistindo no intelecto divino. Mas, então, deixamos o domínio da história e da duração e estamos participando na condição do que Espinosa chama de “felicidade ou beatitude” [*Beatitudo*]<sup>97</sup>, em que o “Amor intelectual de Deus”, isto é, o terceiro tipo de conhecimento, nos leva a “começar a entender as coisas sob o aspecto da eternidade” (*Ética*, Parte 5, Proposições 33; 31).<sup>98</sup> (Curley 1985,

<sup>92</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2003, p. 115-116).

<sup>93</sup> Peden diagnostica uma hostilidade de Deleuze à categoria mesma do possível – ver Peden (2014, Capítulo 7).

<sup>94</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2014, p. 273-274).

<sup>95</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 177-178).

<sup>96</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2003, p. 67).

<sup>97</sup> [N.T.] Em inglês, a palavra de difícil tradução foi vertida como “*blessedness*”.

<sup>98</sup> Tradução ajustada de acordo com a interpretação de Gueroult das espécies como “uma forma, ponto de vista ou aspecto” – Gueroult (1974, p. 609). A tentativa de Fischbach de

p. 610-611)<sup>99</sup> Entretanto, o processo de formação do sujeito que Espinosa analisa nas Partes 4 e 5 da *Ética*, culminando no terceiro tipo de conhecimento, implica que os domínios da eternidade e da duração se interpenetram. Tosel escreveu: “A vida eterna nem sempre já está dada; é uma possibilidade, a possibilidade última de nossa individuação que não pode ser produzida e reproduzida exceto no final de um processo que é um progresso temporal, e arrisquemos a palavra, história”. (Tosel, 1994a, p. 50) Negri vai mais longe, argumentando com base em uma leitura muito atenta da *Ética* que “a democracia espinosana... não é uma forma de governo, mas sim uma atividade social de transformação, um ‘devir-eterno’”. (Negri, 2004, p. 111)

Se esta interpretação tiver algum grau de precisão, então podemos ver mais claramente a importância de Hegel, pela historicização muito mais radical do pensamento que ele alcança, sobretudo na *Fenomenologia do Espírito*, que traça as formas históricas sucessivas da consciência europeia, mas também em sua interpretação da história como “o progresso da consciência da liberdade”. (Hegel, 1975, p. 54) Porém, Hegel também busca em última instância subordinar o tempo ao Conceito, declarando no final da *Fenomenologia* que “o espírito se manifesta necessariamente no tempo; e manifesta-se no tempo enquanto não *apreende* seu conceito puro; quer dizer, enquanto não elimina o tempo”.<sup>100</sup> (Hegel, 2018, p. 461)<sup>101</sup> Aqui novamente vemos o valor acrescentado pela teoria da história mais consistentemente materialista de Marx. Portanto, devemos dizer, não “*Hegel ou Espinosa*”, mas Espinosa, Hegel – e Marx.

---

erradicar a contradição em Marx lembra a fraqueza do espinosismo influenciado por Deleuze e Negri, que é diagnosticada por Ernesto Laclau. Ver Laclau (2004) [N.T.] Edição em português: Laclau (2018), bem como a minha discussão em Callinicos (2006, p. 146-151).

<sup>99</sup> [N.T.] Edição em português: Espinosa (2018, p. 563-564).

<sup>100</sup> Ver Callinicos (1995, Capítulo 1).

<sup>101</sup> [N.T.] Edição em português: Hegel (2014, p. 525).

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. "On genesis". In: ALTHUSSER, Louis. *History and imperialism – writings 1963-1986*. Hoboken: Wiley, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. *How to be a Marxist in philosophy*. New York: Bloomsbury Academic, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. "The object of *Capital*". In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. *Reading Capital: the complete edition*. New York; London: Verso, 2015.
- ALTHUSSER, Louis. *Essays in self-criticism*. London: New Left Books, 1976.
- ANGUS, Ian. *Facing the Anthropocene: fossil capitalism and the crisis of the Earth system*. New York: Monthly Review Foundation, 2016.
- BALIBAR, Étienne. *Spinoza and politics*. London; New York: Verso, 1998.
- BLACKBURN, Robin. *The making of new world slavery: from the baroque to the modern – 1492-1800*. London; New York: Verso, 1997.
- BOWRING, Bill. "Spinoza, Marx and Ilyenkov (who did not know Marx's transcription of Spinoza)". *Studies in East European Thought*, v. 74, n. 3, 2022.
- BURKETT, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. New York: St. Martin's Press, 1999.
- CALLINICOS, Alex. *The new age of catastrophe*. Cambridge: Polity Press, 2023.
- CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CALLINICOS, Alex. "Daniel Bensaïd and the broken time of politics". *International Socialism*, 135, summer, 2012. Disponível em: <<http://isj.org.uk/daniel-bensaid-and-the-broken-time-of-politics>>. Acesso em: 24/04/2024.
- CALLINICOS, Alex. *The resources of critique*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- CALLINICOS, Alex. *Theories and narratives: reflections on the philosophy of history*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CALLINICOS, Alex. "The rule of the saints: Christopher Hill and the English Revolution". *Socialist Worker Review*, 69, October, 1984. Disponível em: <[www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1984/10/saints.html](http://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1984/10/saints.html)>. Acesso em: 24/04/2024.
- COHEN, G. A. *Karl Marx's theory of history: a defence*. Woodstock (UK): Princeton University Press, 1978.
- CURLEY, Edwin (edit.). *The collected works of Spinoza: volume 2*. Princeton (US) Woodstock (UK): Princeton University Press, 2016.
- CURLEY, Edwin (edit.). *The collected works of Spinoza: Volume 1*. Woodstock (UK): Princeton University Press, 1985.
- DAVIS, Mike. *Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the Third World*. London; New York: Verso, 2001.
- DAVIS, Mike. *The ecology of fear: Los Angeles and the imagination of disaster*. New York: Metropolitan Books, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Expressionism in philosophy: Spinoza*. New York: Zone Books, 1990.
- DELEUZE, Gilles. *Spinoza: practical philosophy*. San Francisco: City Lights, 1988.

- DELLA ROCCA, Michael. "Rationalism, idealism, monism, and beyond". In: FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (edits.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- DESCARTES, René. *Princípios de filosofia*. São Paulo: Edições 70, 2006.
- FEUER, Lewis S. "The dream of Benedict de Spinoza". *American Imago*, Baltimore, v. 14, n. 3, 1957.
- FINELLI, Roberto. *Un parricido compiuto: il confronto finale di Marx con Hegel*. Milano: Jaca Books, 2014.
- FISCHBACH, Franck. *La production des hommes: Marx avec Spinoza*. Paris: Vrin, 2014.
- FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (edits.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- FOSTER, John Bellamy. *The return of nature: socialism and ecology*. New York: Monthly Review, 2020.
- FOSTER, John Bellamy. *Marx's ecology: materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2001.
- GARRETT, Don. "A reply on Spinoza's behalf". In: FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (edits.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- GOETSCHEL, Willi. "Spinoza's dream". *Cambridge Journal of Postcolonial Literary Inquiry*, Cambridge, v. 3, n. 1, 2016.
- GOULD, Stephen Jay. *Wonderful life: the Burgess shale and the nature of history*. New York: W. W. Norton & Company, 1990.
- GUEROULT, Martial. *Spinoza, tome II: l'Âme (Ethique, II)*. Hildesheim: Georg Olms, 1974.
- GUEROULT, Martial. *Spinoza, tome I: Dieu (Ethique, I)*. Hildesheim: Georg Olms, 1969.
- HAMPSHIRE, Stuart. *Spinoza*. London: Pelican Books, 1951.
- HEGEL, G. W. F. *The phenomenology of Spirit*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2018.
- HEGEL, G. W. F. *Lectures on the philosophy of world history*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975.
- HEGEL, G. W. F. *Lectures on the history of philosophy: volume 3*. London: Routledge, 1963.
- HILL, Christopher. *The experience of defeat: Milton and some contemporaries*. London: Faber & Faber, 1984.
- HILL, Christopher. *The world turned upside down: radical ideas during the English Revolution*. London: Penguin, 1976.
- HINDRICHS, Gunnar. "Two models of metaphysical inferentialism: Spinoza and Hegel". In: FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (edits.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- ILYENKOV, Evald. *Dialectical logic, essays on its history and theory*. Moscow: Progress Publishers, 1977. Disponível em: <[www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/essays/index.htm](http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/essays/index.htm)>. Acesso em: 25/04/2024.
- ISRAEL, Jonathan. *Spinoza: life and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

- ISRAEL, Jonathan. "Introduction". In: SPINOZA, Benedictus de. *Theological-political treatise*: Cambridge (UK) Cambridge University Press, 2007.
- ISRAEL, Jonathan. *Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity – 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ISRAEL, Jonathan. *The Dutch republic: its rise, greatness and fall*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- ISRAEL, Jonathan. *Dutch primacy in world trade – 1585-1740*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- JAMESON, Fredric. *The geopolitical aesthetic: cinema and space in the world system*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- KOYRÉ, Alexandre. *Études galiléennes*. Paris: Hermann, 1966.
- LABRIOLA, Antonio. *Saggi sul materialismo storico*. Roma: Editori Riuniti, 1964.
- LACLAU, Ernesto. "Can immanence explain social struggles?". In: DEAN, Jodi; PASSAVANT, Paul (edits.). *Empire's new clothes: reading Hardt and Negri*. London: Routledge, 2004.
- LAKATOS, Imre. *Proofs and refutations: the logic of mathematic discovery*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1976.
- LIEDMAN, Sven-Eric. *The game of contradictions: the philosophy of Friedrich Engels and nineteenth-century science*. Leiden: Brill, 2023.
- LORDON, Frédéric. "The French uprising", 2023. Disponível em: <<https://newleftreview.org/sidecar/posts/the-french-uprising>>. Acesso em: 25/04/2024.
- LORDON, Frédéric. *Willing slaves of capital: Spinoza and Marx on desire*. London; New York: Verso, 2014.
- MACHEREY, Pierre. *Hegel or Spinoza*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- MALCOLM, Noel. "Hobbes and Spinoza". In: BURNS, J. H. (edit.). *The Cambridge history of political thought: 1450-1700*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1991.
- MARTINS, Mauricio Vieira. *Marx, Spinoza and Darwin: materialism, subjectivity and critique of religion*. New York: Palgrave Macmillan, 2022.
- MARX, Karl. "Manuskripte zum zweiten Buch des 'Kapitals' 1868 bis 1881". In: *Marx-Engels Gesamtausgabe: zweite Abteilung (Das Kapital und Vorarbeiten)*, volume 11. Berlin: Akademie Verlag, 2008.
- MARX, Karl. *Capital*, volume 1. London: Penguin, 1976.
- MARX, Karl. *Early writings*. London: Penguin, 1975.
- MARX, Karl. *Grundrisse: foundations of the critique of Political Economy*. London: Penguin, 1973.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*, volume 45. Moscow: Progress Publishers, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*, Volume III. Berlin: Dietz Verlag, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, volume 5. Moscow: Progress Publishers, 1975.

- MATYSIK, Tracie. *When Spinoza met Marx: experiments in nonhumanist activity*. Chicago: University of Chicago Press, 2022.
- MELAMED, Yitzhak. “*Omnis determinatio est negatio*’: determination, negation and self-negation in Spinoza, Kant and Hegel”. In: FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (edits.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- MONTAG, Warren. *Althusser and his contemporaries: philosophy’s perpetual war*. Durham: Duke University Press, 2013.
- MONTAG, Warren. *Bodies, masses, power: Spinoza and his contemporaries*. London; New York: Verso, 1999.
- MOORE, Jason. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. London; New York: Verso, 2015.
- NADLER, Steven. *Spinoza: a life*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2018.
- NEGRI, Antonio. “Democracy and eternity in Spinoza”. In: NEGRI, Antonio; MURPHY, Timothy; HARDT, Michael; STOLTZE, Ted; WOLFE, Charles (edits.). *Subversive Spinoza*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- NEGRI, Antonio. *The savage anomaly: power of Spinoza’s metaphysics and politics*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1990.
- PEDEN, Knox. *Spinoza contra phenomenology: French rationalism from Cavailles to Deleuze*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- PLEKHANOV, Georgi. [1898] “Bernstein and Materialism”. In: *Selected Philosophical Works: Volume 2*. Moscow: Progress Press, 1976. Disponível em: <[www.marxists.org/archive/plekhanov/1898/07/bernsteinmat.html](http://www.marxists.org/archive/plekhanov/1898/07/bernsteinmat.html)>. Acesso em 15/04/2024>.
- PLEKHANOV, Georgi. *The development of the monist view of history*. Moscow: Progress Publishers, 1974.
- RAATIKAINEN, Panu. “Gödel’s incompleteness theorems”. *Stanford Encyclopaedia of Philosophy*, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/5csnanze>>. Acesso em: 30/04/2024.
- READ, Jason. *The politics of transindividuality*. Leiden: Brill, 2016.
- READ, Jason. “Beginnings without ends. A review of Pierre Macherey, Hegel or Spinoza”. *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science*, n. 10, jan., 2012. Disponível em: <[www.newappsblog.com/2012/01/jason-read-reviews-the-new-translation-of-pierre-macherey-hegel-or-spinoza.html](http://www.newappsblog.com/2012/01/jason-read-reviews-the-new-translation-of-pierre-macherey-hegel-or-spinoza.html)>. Acesso em: 30/04/2024.
- ROSEN, Michael E. *Hegel’s dialectic and its criticism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1982.
- SAITO, Kohei. *Karl Marx’s ecosocialism: capital, nature and the unfinished critique of political economy*. New York: Monthly Review Press, 2017.
- SÁNCHEZ ESTOP, Juan Domingo. *Althusser et Spinoza: Détours et retours*. Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles, 2022.
- SHARP, Andrew (edit.). *The English Levellers*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998.
- TOSEL, André. “D’une radicalité à l’autre: Spinoza et Marx”. In: TOSEL, André. *Spinoza ou l’autre (in)finitude*. Paris: L’Harmattan, 2008.

- TOSEL, André. “Le Marxisme au miroir de Spinoza”. In: TOSEL, André. *Du matérialisme de Spinoza*. Paris: Éditions Kimé, 1994a.
- TOSEL, André. *Du matérialisme de Spinoza*. Paris: Éditions Kimé, 1994b.
- WOLFSON, Harry Austryn. *The philosophy of Spinoza: unfolding the latent processes of his reasoning – volume 1*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1934a.
- WOLFSON, Harry Austryn. *The philosophy of Spinoza: unfolding the latent processes of his reasoning – volume 2*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1934b.
- WOOD, Allen. “Fichte and freedom: the Spinozistic background”. In: FÖRSTER, Eckart; MELAMED, Yitzhak Y. (eds.). *Spinoza and German idealism*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.

### Edições em português das referências

- ALTHUSSER, Louis. “Sobre a gênese”. In: ALTHUSSER, Louis. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- ALTHUSSER, Louis. “O objeto de *O capital*”. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET. *Ler O capital: volume 2*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- ANGUS, Ian. *Enfrentando o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno – 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- COHEN, G. A. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo*. São Paulo, Veneta, 2022.
- DAVIS, Mike. *Ecologia do medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Editora Escuta, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- ESPINOSA, Baruch de. “Princípios da filosofia cartesiana e pensamentos metafísicos”. *Spinoza – obra completa I: (Breve) Tratado e outros escritos*. In: GUINSBURG, José; CUNHA, Newton; ROMANO, Roberto (eds.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- ESPINOSA, Baruch de. *Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- ESPINOSA, Baruch de. *Tratado teológico-político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- GOULD, Stephen Jay. *Vida maravilhosa: o acaso na evolução e a natureza da história*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

- ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade – 1650-1750*. São Paulo: Editora Madras, 2009.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos galilaicos*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- LACLAU, Ernesto. “A imanência consegue explicar os conflitos sociais?”. *Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2018, p. 279-289.
- LAKATOS, Imre. *A lógica do descobrimento matemático: provas e refutações*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARTINS, Mauricio Vieira. *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*, 2ª edição. São Paulo: Usina Editorial, 2021.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”. In: Netto, José Paulo (edit.). *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NEGRI, Antonio. “Democracia e eternidade em Espinosa”. In: NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo: e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

Texto traduzido sob encomenda da Equipe Editorial

# Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais<sup>1</sup>

*How did the feudal economy work? The economic logic of medieval societies*

**Chris Wickham\***

## Resumo

Este artigo tem como objetivo criar um modelo para a lógica econômica subjacente da economia feudal, que pode, então, ser contrastado com os modelos muito mais conhecidos da economia capitalista. Isso é feito desenvolvendo uma discussão sobre um padrão muito frequente em sociedades pré-industriais e feudais: economias locais ativas com trocas altamente desenvolvidas, que nunca, nem remotamente, se desenvolveram na direção do capitalismo. Argumenta-se aqui que isso ocorre porque elas obedeciam a uma lógica econômica diferente, e não apenas a uma versão mais simples da lógica do mundo capitalista, que de alguma forma teria sido “bloqueada” de se desenvolver ainda mais. O artigo então estabelece os elementos básicos do que essa lógica poderia ser.

**Palavras-chave:** economia feudal; lógica econômica; sociedades medievais

## Abstract

This article aims to create a model for the underlying economic logic of the feudal economy, which can then be contrasted with the much better-known models for the capitalist economy. It does so by developing a discussion of a very frequent pattern in pre-industrial, feudal, societies: active local economies with highly developed exchange, which never, even remotely, developed in the direction of capitalism. It is argued here that this is because they obeyed a different economic logic, rather than just a simpler version of the logic of the capitalist world, which was somehow “blocked” from developing any further. The article then sets out the basic elements of what that logic could be.

**Keywords:** feudal economy; economic logic; medieval societies

---

<sup>1</sup> Wickham, Chris. “How did the feudal economy work? The economic logic of medieval societies”. *Past and Present*, v. 251, maio, 2021, p. 3-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtaa018>. Tradução: Cinthia M. M. Rocha, com a permissão da *Past and Present Society*.

\* Apresentei a primeira versão deste texto em uma palestra em homenagem à memória de Eric Hobsbawm, patrocinada pela Birkbeck, Universidade de Londres, em 14 de maio de 2019. Agradeço a Jan Rüger, Rebecca Darley e todo o Departamento de História da Birkbeck por um evento altamente estimulante. Sou muito grato a Leslie Brubaker, Sandro Carocci, Chris Dyer, John Haldon, Matthew Hilton, Kevin O'Rourke, Paolo Tedesco e, especialmente, a Shami Ghosh pelas críticas a este texto; nem todos concordam com suas conclusões. Mais tarde, percebi que também é tão influenciado por Rodney Hilton, companheiro de longa data de Hobsbawm, que é apropriado honrar sua memória também.

As economias não tiveram a mesma estrutura interna ao longo da história humana. Alguns dos elementos mais simples da economia são, é claro, encontrados praticamente em todos os lugares, como, nas transações comerciais, a relação entre oferta, demanda e preço. No entanto, existem diferenças fundamentais, em particular, entre os sistemas econômicos que se baseiam na apropriação de excedentes dos camponeses, em produtos, serviços ou dinheiro, e aqueles que se baseiam no pagamento de salários aos trabalhadores. Existem outros sistemas econômicos também, mas esses dois foram os mais recorrentes nos registros históricos. O primeiro dos dois, o que Karl Marx chamou de modo de produção feudal, foi o mais abrangente e duradouro de todos – o capitalismo, o segundo, tem, afinal, apenas dois ou três séculos de existência – mas é o capitalismo, cuja lógica interna, cujos padrões de desenvolvimento e mudança foram, de longe, os mais amplamente estudados, desde o próprio Marx até os dias de hoje. Portanto, se quisermos entender melhor a história – ou a economia – precisamos compreender melhor o feudalismo.<sup>2</sup>

Essas afirmações não são particularmente controversas, exceto possivelmente a última; mesmo assim, uma disparidade no foco analítico tem, muitas vezes, significado que as regras subjacentes da economia capitalista são consideradas válidas de forma implícita em todos os tempos e lugares. Mesmo a nova onda de histórias econômicas não europeias do período pré-industrial, que buscam mostrar – e na minha opinião mostram – que partes da China e da Índia eram tão economicamente complexas quanto partes da Europa até o século XVIII, não dedicam nenhuma página a estabelecer lógicas alternativas para as economias que estão estudando.<sup>3</sup> O desafio mais sistemático a isso, é claro, vem do próprio marxismo, que considera axiomático o fato de que as regras capitalistas são contingentes e podem ser substituídas no futuro; mas isso continua sendo um desafio no nível da teoria econômica e política, já que exemplos empíricos reais de economias pós-capitalistas têm sido difíceis de estabelecer em qualquer perspectiva de longo prazo até agora. O desafio empírico mais constante tem vindo, na verdade, da antropologia substantivista, que identificou e teorizou as práticas econômicas de sociedades relativamente igualitárias em todo o mundo, dramaticamente divergentes, como geralmente são, de qualquer lógica capitalista; mas, na prática, esse trabalho se restringiu principalmente a sociedades sem classes, e não é tão bem redimensionado quando entram em jogo questões de domínio político e econômico.<sup>4</sup> Então, neste artigo, espero superar essas questões, oferecendo uma análise ao menos parcial da dinâmica econômica interna do modo de produção feudal. Para tanto, concentro-me em dados da Idade Média na Europa, embora

---

<sup>2</sup> Preciso adicionar uma nota terminológica desde o início: vou me referir à economia feudal (ou modo de produção) e feudalismo de forma intercambiável. Essas palavras não devem ser entendidas aqui como referentes à relação entre feudo e vassalo em meio à aristocracia militar medieval, que também é chamada de “feudalismo” na literatura. Eu discuti a variedade de significados da palavra em Wickham (2000). Para caracterizações mais detalhadas do que o feudalismo significa no contexto deste artigo, consulte a seção I abaixo.

<sup>3</sup> Veja, por exemplo, Pomeranz (2000); Rosenthal e Wong (2011); Parthasarathi (2011); e a importante contribuição de Wong (2014), seção I, capítulo 6, um livro muitas vezes peculiar. Para discussões, consulte a nota 21 abaixo.

<sup>4</sup> Clássicos incluem Godelier (1972), p. 243-319; Sahlins (1972). O teórico substantivista original, Karl Polanyi, certamente considerava que suas categorizações eram válidas para sociedades de classes – veja, acima de tudo, Polanyi, Arensberg e Pearson (1957); mas para mim suas aplicações empíricas resistem consideravelmente menos do que sua abordagem subjacente.

estenda minhas discussões para o Norte da África e Ásia, tanto antes de 500 como depois de 1500, quando relevante. Uma história econômica global do feudalismo é muito necessária e é, a esta altura, provavelmente possível, pelo menos em linhas gerais, mas isso iria muito além dos limites de um único artigo.

Marx escreveu sobre isso algumas vezes, é claro, principalmente em seu *Formen*, “Formações econômicas que precedem a produção capitalista” em seu título completo.<sup>5</sup> O texto fazia parte de seus *Grundrisse*, que não foram escritos para publicação e não estavam facilmente disponíveis até que uma edição da Alemanha Oriental apareceu em 1953. Jack Cohen traduziu o *Formen* para o inglês em 1964, com uma introdução lúcida de Eric Hobsbawm, que ainda é uma das exposições mais sistemáticas do que Marx realmente pensava sobre as economias pré-capitalistas e sobre como elas funcionavam e mudavam à luz de suas próprias contradições. A problemática colocada por Marx nesse contexto será um ponto de referência para mim aqui. Mas apenas sua problemática, não suas conclusões de fato. Nesse texto, Marx estava escrevendo notas para si mesmo que não foram publicadas, e não algum tipo de discussão acabada; e, como Hobsbawm de fato observou, nem aqui nem em nenhum outro lugar ele dedicou tempo a discutir a dinâmica interna do feudalismo – em outras palavras, sua lógica econômica (Marx talvez tivesse preferido – como em suas análises do capitalismo – suas “leis de movimento”).<sup>6</sup> Muitas pessoas tentaram adivinhar o que Marx teria dito se ele tivesse realmente discutido isso. Esse é um esforço desperdiçado; ninguém trabalhando nas décadas de 1850 e 1860 sabia o suficiente sobre as sociedades feudais para poder fazer qualquer tipo de análise sistemática de sua lógica econômica subjacente. Provavelmente, lamento dizer, isso ainda é verdade hoje. Restringindo-me ao período medieval aqui, a lista do que não sabemos sobre elementos fundamentais de sua economia (ou economias) é pelo menos tão longa quanto a lista do que sabemos com relativa certeza. Mas temos muitos mais dados e, às vezes, em regiões bem estudadas, temos uma compreensão bastante detalhada dos padrões econômicos em diferentes séculos medievais; então podemos talvez chegar mais perto de uma análise do que estava acontecendo economicamente no período. Eu mesmo reclamei que ninguém elaborou adequadamente a lógica econômica dominante das sociedades medievais, em trabalhos anteriores. Isso não é totalmente justo, pois existiram várias discussões substanciais, especialmente nas últimas duas décadas, que fazem observações importantes para pelo menos partes da Europa medieval e além; aqui, eu me baseio no trabalho de vários deles.<sup>7</sup> Mesmo assim, precisamos enfrentar a questão de forma mais explícita; por-

<sup>5</sup> [N.T.] O título original em alemão é *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen*. Foi traduzido em português com o título de “Formas que precederam a produção capitalista”.

<sup>6</sup> Marx (1964), traduzido por Jack Cohen e editado por E. J. Hobsbawm; consulte p. 41-43 para o resumo de Hobsbawm sobre Marx em relação ao feudalismo, e p. 62-64 para o feudalismo global. Este livro ainda precisa ser lido, pela força da introdução de Hobsbawm, mas como tradução foi superado por Marx (1973), tradução por Martin Nicolaus, p. 471-514, não apenas porque este último tem a vantagem, sendo o texto completo, de incluir a seção sobre a acumulação original de capital, p. 459-471, que imediatamente precede o *Formen* e contextualiza esta última seção. Uma das melhores descrições do modo feudal, Kuchenbuch e Michae (1977), na verdade, apesar do título, não nos diz muito sobre sua dinâmica.

<sup>7</sup> Em ordem cronológica aproximada, Rodney Hilton, Witold Kula, Robert Brenner, Guy Bois, Chris Dyer, John Haldon, Jane Whittle, Larry (S. R.) Epstein, Jairus Banaji, Bas van Bavel, Jessica Goldberg, Shami Ghosh. Eu cito seus trabalhos nas notas que seguem.

que estabelecer um modelo de economia feudal que possa ser confrontado com as premissas básicas da economia capitalista é fundamental para uma compreensão real de como funcionou o período medieval como um todo, e não apenas do período medieval.

Neste artigo, concentro-me em exemplos relativamente dinâmicos de economias feudais, que argumento serem os mais úteis, porque são os mais complexos, guias de como uma lógica econômica feudal poderia ter funcionado, inclusive em situações em que os camponeses têm considerável acesso aos mercados. Após uma ambientação introdutória na seção I, que inevitavelmente será, em grande medida, familiar para os especialistas, alguns desses exemplos serão trabalhados com mais detalhes na seção II, a fim de tornar o mais claro possível os elementos empíricos que fundamentam os argumentos do artigo. Somente após isso, na seção III, terei material suficiente que me permita confrontar diretamente o ponto principal que quero defender aqui, que é propor como as estruturas básicas da lógica da economia feudal, consideradas como um todo, poderiam ser efetivamente compreendidas.

## I

Vamos começar com um problema. No mundo pré-industrial, havia muitas regiões em que a economia demonstrava grande complexidade e, em alguns setores, dinamismo. Existiam grandes cidades com muitos artesãos produzindo para o mercado (muitos deles assalariados), crescimento Smithiano baseado em divisões de trabalho em processo de desenvolvimento, economias agrárias orientadas, em muitos casos, para o mercado (como efetivamente teria que ser, se as cidades fossem grandes), e complexas redes de trocas – às vezes sustentadas pelo que podemos legitimamente chamar de investimento de capital, e em alguns casos também por mercados de fatores, ou seja, mercados relativamente integrados de terra, trabalho e crédito. Diferentes partes do Império Romano nos séculos I a VI, o Iraque no século IX, o Egito do X ao XIV, o vale do Yangtzé do XI ao XIII (muitas pessoas estenderiam essas datas chinesas até o século XVIII), Bizâncio e a Espanha Islâmica no século XII, Flandres nos séculos XII a XV, o Norte da Itália nos séculos XIII a XVI, o Sul da Alemanha nos séculos XV a XVII, Bengala e Sul da Índia nos séculos XVI a XVIII, e também Holanda e Inglaterra nos séculos XVI a XVIII – todas essas datas são aproximadas e frequentemente contestadas em seus limites – são muitos dos principais exemplos, além de alguns outros também. No entanto, essa situação não durou em quase nenhuma delas, pelo menos não com um mesmo grau de dinamismo, inclusive quando mantiveram depois um constante nível de elevada eficiência na produção e nas trocas, o que ocorreu em várias delas. Quando seu dinamismo de fato dura, historiadores dos países envolvidos são muito propensos a insistir nisso, mas a análise microrregional tende a minar essa insistência. No caso dos dois últimos, em particular, é um inconveniente para os historiadores econômicos holandeses que a industrialização tenha, em realidade, começado na Bélgica, e não no centro comercial das terras ao redor de Amsterdã, e em uma área relativamente marginal, no vale médio do Mosa; é um inconveniente para os historiadores ingleses que a mesma mudança tenha começado em Lancashire e nas Midlands Ocidentais, também áreas relativamente marginais ao redor de 1600, e não em centros

protoindustriais precoces como Gloucestershire e Kent.<sup>8</sup> Então, por que as condições econômicas dessas regiões não duraram, ou se tornaram ainda mais complexas?

O problema é bem conhecido, é claro, pelo menos de maneira genérica. Como resultado, apesar do entusiasmo dos historiadores ao analisarem os pontos altos, uma metanarrativa de fracasso – ou seja, um fracasso em se desenvolver ainda mais na direção do capitalismo – tem sido subjacente a grande parte da historiografia econômica global. Isso remonta a uma suposição de longa data mantida por historiadores, frequentemente até os anos 1970 (Marx também, em parte), de que cidades e comércio, e o uso de dinheiro, eram antitéticos ao sistema da economia feudal, supostamente fechado e baseado apenas na subsistência, e que, no final das contas, o dissolveriam, ou, pelo menos, deveriam.<sup>9</sup> Poucas pessoas ainda acreditam nisso, mas a ideia persiste, atrapalhando análises mais estruturadas. Como resultado, a maioria das explicações para o “fracasso” – agora coloco aspas em torno da palavra – têm sido fragmentadas, focadas em uma região de cada vez. Guerra, conquista e peste são recorrentes nessas explicações: a desintegração do Império Romano, a invasão mongol na China, a Peste Negra, os britânicos na Índia. Nem deveríamos desconfiar de, pelo menos, algumas dessas interpretações específicas (pois algumas funcionam muito melhor do que outras), embora valha a pena observar desde já que, para muitos desses casos, historiadores também têm destacado problemas estruturais internos: como, por exemplo, um estudo recente e altamente estimulante sobre mercados de fatores em três dos casos que mencionei (Iraque, Itália e Países Baixos) por Bas van Bavel.<sup>10</sup> Mas por que uma recuada do dinamismo econômico ocorria tão regularmente? Aqui, “fracasso” não é de forma alguma a questão, como discuto posteriormente; pois eu responderia que tem a ver com a lógica do feudalismo.

Tudo isso, obviamente, levanta a questão do que é o feudalismo, uma vez que estou usando a palavra aqui de uma maneira que evidentemente se estende muito além da Europa medieval ocidental, sua localização tradicional. Aqui, como já afirmado, estou utilizando-a em seu sentido econômico como um modo de produção, derivado novamente de Marx e seus contemporâneos, mas generalizando a partir deles; em sua forma ideal, é um sistema socioeconômico baseado em relações de produção de exploração entre camponeses, ou seja, agricultores de subsistência, e senhores. No seu cerne estão as unidades familiares camponesas, que trabalham a terra e criam animais, geralmente realizam algum trabalho artesanal de subsistência, como tecelagem, e também, em regiões onde estão disponíveis, extraem metais. Preciso declarar desde o início que vou tratar a família camponesa como uma unidade e, portanto, não discutirei questões de gênero; dentro da família, o trabalho era altamente marcado pelo

<sup>8</sup> Veja, para uma pesquisa global criteriosa dessas economias e outras, Findlay e O'Rourke (2007). Para os Países Baixos e a Bélgica, consulte, por exemplo, De Vries e van der Woude (1997); Mokyr (1976). Para a Inglaterra, veja as importantes discussões regionais em Hudson (1989). Yorkshire é o caso mais claro na Inglaterra de um importante foco protoindustrial (na produção de lã) que realmente se tornou um foco industrial; veja Hudson (1986).

<sup>9</sup> Veja, de maneira emblemática, Postan (1972, p. 212-213); Lopez (1971, p. 148-164). Para a visão dupla de Marx sobre o assunto, compare Marx (1981), livro III de *O capital*, tradução por David Fernbach, capítulo 20 com capítulo 47, seção IV. Em contrapartida, um exemplo bom – porque é explícito – é Hilton (1992); mas veja também a (ainda) interessante discussão sobre o tema já na década de 1950, em Hilton (1978b).

<sup>10</sup> Van Bavel (2016). Consulte abaixo, na seção II, para a Itália.

gênero – homens arando e mulheres fiando e tecendo era um clichê desde a França até a China – mas esse não é o meu foco aqui.<sup>11</sup> Peço desculpas aos leitores medievalistas pelo nível básico do que vou dizer nos próximos parágrafos, mas é necessário estabelecer a forma ideal mais a fundo, para ser claro.

Os camponeses eram a grande maioria dos habitantes do mundo em qualquer período entre o Neolítico e o século XX. Eles controlavam e, onde o campesinato continua a existir, ainda controlam o processo de produção, ou seja, o que é realmente produzido na terra. Nem todos tiveram senhores o tempo todo, mas em sociedades feudais a maioria tinha. A principal relação de domínio e sistema de extração de excedente aqui consiste nos camponeses fornecendo excedente, frequentemente, mas não apenas, em forma de renda e serviços aos senhores, em várias formas, sob a ameaça, pelo menos implícita, de violência.<sup>12</sup> O excedente que os senhores tomam, portanto, depende da luta de classes real ou potencial e não é baseado diretamente no mercado.<sup>13</sup> Os senhores podem afetar o processo de produção ao exigir diferentes tipos de renda, e frequentemente o fazem. Mas eles não têm um papel estrutural na produção, e suas tentativas de exercer formas de controle direto sobre ela, embora documentadas (de fato, bastante bem documentadas, já que nossos registros tendem a ser obra dos senhores), raramente duraram muito tempo. Eles, assim, não são apenas externos como exploradores, mas também, na maior parte, o são de forma muito visível – ao contrário do capitalismo, onde os capitalistas dominam diretamente o processo de trabalho, e a exploração envolvida é ocultada pela natureza aparentemente livre do contrato de trabalho assalariado. Esses poderes externos, que estou chamando genericamente de “senhores”, podem ser senhorios que extraem renda, ou Estados e outras

---

<sup>11</sup> Destaco aqui as relações de produção feudais; eu não vejo a outra parte da diáde marxista, tecnologia e conhecimento produtivo (as “forças produtivas”), como determinante aqui. Veja Wickham (2008). Na realidade, no entanto, a tecnologia agrária medieval muitas vezes foi subestimada: veja, por exemplo, Epstein (2000, p. 38-49); Campbell (1995); Myrdal e Sapoznik (2017). Para estereótipos de gênero, veja, por exemplo, Cluny (2009); Herlihy (1990); Bozhong (1998, p. 143).

<sup>12</sup> A violência efetiva durante a cobrança de renda é menos bem documentada; a renda era relativamente rotineira e, se costumeira, relativamente aceita pelos camponeses – o ponto será desenvolvido posteriormente. (A cobrança de tributos tinha muito mais um aspecto violento em muitas sociedades, precisamente porque era menos aceita). Mas havia uma ameaça mesmo assim, e o potencial para a violência senhorial era, em geral, muito visível, mesmo que apenas porque era frequentemente utilizada (e muitas vezes às custas dos camponeses) em conflitos com outros senhores.

<sup>13</sup> Há nuances aqui; havia algumas forças de mercado relevantes, como a escassez de arrendatários após a Peste Negra. Além disso, mesmo na Idade Média, poderia haver mercados de arrendamento, ligados aos mercados de terras, que eram bastante estáveis – como exemplo, de Lucca no século XII, veja Esch (1974); van Bavel (2016), tem outros, especialmente em p. 157-159, para os Países Baixos tardo-medievais. Mas coerção e resistência estavam por trás da definição dos níveis de renda em primeiro lugar, dadas as diferenças de poder entre senhorios e arrendatários e, com algumas exceções, a relativa falta de mobilidade das famílias camponesas. Isso era verdade mesmo em torno de Lucca, onde o poder senhorial era, na realidade, relativamente restrito: Wickham (1998, p. 21-28). Na maioria dos ambientes feudais, além disso, os mercados de arrendamento mal existiam; e os mercados de terras, embora mais bem documentados, tendiam a funcionar de maneira diferente em contextos feudais, dada a estreita relação entre obtenção de terras e obtenção de poder – veja Feller e Wickham (2006). Agradeço a Kevin O'Rourke por me obrigar a esclarecer minhas ideias aqui.

potências políticas que exigem taxas ou tributos, ou ambos. No período medieval, a renda, e até mesmo as taxas, podiam ser pagas em trabalho, na terra diretamente cultivada pelo senhor (o “domínio”) ou em estradas públicas, fortificações ou diques; podiam ser pagas também em gênero (o padrão predefinido em todas as sociedades); mas, apenas se a troca fosse suficientemente desenvolvida, seria em dinheiro, pois os camponeses teriam que ser capazes de vender produtos de forma sistemática para obter as moedas necessárias para tanto. As trocas poderiam, de fato, ser altamente desenvolvidas, e os camponeses poderiam produzir substancialmente para o mercado, mas precisavam garantir suas necessidades de subsistência primeiro. O cultivo comercial puro, em que os camponeses produzem apenas para vender e precisam comprar alimentos, era quase desconhecido sob o feudalismo, e de fato era raro até o século XX, mesmo sob o capitalismo. (O cultivo comercial parcial era, em contraste, frequente, quando os senhores o exigiam e/ou os mercados o tornavam vantajoso, mas isso era adicional às necessidades de subsistência, não um substituto).<sup>14</sup> Esses são padrões que podem ser amplamente encontrados na história da Eurásia, desde muito antes do Império Romano até o presente, e se estendendo a grande parte da África subsaariana e do Novo Mundo, embora nenhum destes últimos tenha tido muitos senhores no sentido estrito antes da chegada dos europeus.

É por isso que nunca tive dificuldade em ver o feudalismo como um sistema mundial. Em 100 d.C., por exemplo, o núcleo do sistema era o mesmo desde a Gália Romana à China Han, assim como também o era durante a maior parte da história pós-Romana e pós-Han. A versão desse sistema baseada em servidão e prestação de trabalho, bem conhecida pelos medievalistas ocidentais e considerada por muitos desses historiadores (assim como por Marx) como a economia feudal, era apenas uma de suas variantes. E, de fato, havia muitas variantes, mesmo na Idade Média. Propriedades rurais poderiam ter arrendatários que pagavam renda, trabalho compulsório e trabalho assalariado ao mesmo tempo, ou alternar entre eles; embora o trabalho assalariado seja, por excelência, parte do capitalismo como sistema, ele teve muitos antecedentes nas economias feudais, certamente na produção artesanal nas cidades, mas também na sociedade rural, como uma forma minoritária de exploração, muitas vezes sazonal.<sup>15</sup> As formas como a renda e seus análogos eram apresentados e justificados

<sup>14</sup> Veja Wickham (2008) para mais discussões; algumas das frases usadas aqui são retiradas desse artigo (aquele é um contraponto a este, abordando pontos ligeiramente diferentes, embora seja mais preliminar). Compare também Marx (1981), *O capital*, livro III, capítulo 47, sobre formas de renda pré-capitalistas.

<sup>15</sup> Veja, por exemplo, Wickham (2005, p. 259-302; p. 535-536). Para o mundo não europeu, por exemplo, Wickham (1994, p. 43-75); Wickham (2018), capítulo 7. O feudalismo em nível global (aqui chamado de “modo tributário”, um termo alternativo e igualmente válido) é mais bem discutido por Haldon (1993). Eu descrevi às vezes de maneira muito resumida o modo feudal como simplesmente constituído pela cobrança de renda; Banaji (2010, p. 2-3), está certo em criticar isso – é preciso entender o sistema como um todo e reconhecer que cada modo usa uma variedade de formas de trabalho, ponto que Banaji traz ao longo de seu livro. O cultivo direto através do trabalho escravo, em si um modo de produção diferente, também foi na Idade Média dominado pela estrutura de cobrança de renda, como em algumas propriedades carolíngias. Veja a nota 46 abaixo; e veremos amplas referências a salários em formações feudais mais tarde. Mas resisto à afirmação correspondente de Banaji (2010, p. 198-203; veja também p. 74 e p. 145-147), de que algumas propriedades camponesas eram tão circunscritas pelos senhores, e tão difíceis de sobreviver a partir delas, que realmente constituíam um “salário em terra” e podem,

também variavam muito. Os senhores, sendo altamente visíveis como exploradores, precisavam justificar seus direitos auto reivindicados para obter excedentes; eles corriam o risco de enfrentar resistência se não o fizessem, e, embora tivessem superioridade em armamento, eram imensamente superados em número pelos camponeses. Parte dessa justificativa se dava em termos de direitos de propriedade, pois, mesmo que os camponeses possuísem a terra, eles nem sempre – geralmente não – tinham plenos direitos sobre ela. Parte derivava de alegações de que uma proporção de camponeses tinha uma condição intrinsecamente subalterna, então, como pessoas não livres, estavam sujeitos ao controle direto dos senhores; estes extraíam encargos “servis”, que na prática eram simplesmente rendas mais pesadas, serviços e outros tributos (o inglês infelizmente carece da útil palavra francesa *prélèvement*, que abrange todas essas cobranças). Intimamente relacionado a isso, pelo menos no caso específico da Europa Ocidental, estavam os encargos “senhoriais” similares exigidos por muitos senhores como poderes políticos locais, justificados por alegações de proteção e justiça senhoriais em esfera local; essas eram às vezes direitos públicos concedidos a eles, com os senhores assumindo o papel local do Estado, mas eles também estavam muitas vezes em concorrência com a taxa ou cobrança de tributos dos governantes.<sup>16</sup> Impostos e tributos, de forma ampla em toda a Eurásia, eram cobrados por reis, imperadores, califas, sultões – ou, às vezes, uma cidade-estado local – como uma forma de superseñhor, derivada de seus próprios direitos políticos de comando e dominação, em troca, mais uma vez, de proteção e justiça. Na Europa, podemos adicionar igrejas, que desenvolveram sua própria forma de semitributação, o dízimo, sobre suas propriedades, para financiar suas atividades.<sup>17</sup> Algumas infelizes comunidades camponesas deviam encargos de todos esses tipos ao mesmo tempo.

Estou apenas listando aqui; para ser mais sistemático, teria que desmembrar todas as diferentes formas que assumiram, separadamente e (muitas vezes) em conjunto, em cem ou mais sociedades diferentes. Cada uma variava muito em escala também; a tributação poderia ser a principal forma de extração de excedente, ou, em outros casos, quase invisível quando comparada com a renda. É também importante reconhecer que, de todas essas formas de extração de excedente, a tributação era, em geral e de longe, a mais eficiente (mesmo quando não a mais pesada), e que Estados baseados em um sistema eficaz de tributação tinham uma estrutura política totalmente diferente, e muito mais estabilidade e poder, do que os reinos ou senhorios de qualquer rei ou senhor cuja riqueza derivasse principalmente das rendas sobre propriedades. Este é um tópico que discuti extensamente em outro lugar, na verdade;<sup>18</sup> mas não é o foco deste artigo. Nem é a mudança política de forma geral, que antes de 1800 se alinhava mais com mudanças no equilíbrio nos diferentes tipos feudais de extração de excedente do que com sua lógica subjacente. Aqui, ao contrário, é simplesmente necessário enfatizar que todas essas formas institucionais separadas, cada uma com sua própria história e padrões de desenvolvimento – e cada uma também com seus próprios estudos intensivos para a maior parte da Eurásia – tinham, em um aspecto, a mesma essência e propósito, ou seja, justificar a apropriação do excedente agrícola e

---

assim, ser assimiladas ao trabalho assalariado; a meu ver, a maioria desses exemplos ainda era de cultivo camponês de subsistência.

<sup>16</sup> Existem convenientes levantamentos coletivos dessa variedade em Bourin e Sopena (2004).

<sup>17</sup> Para o dízimo, veja, por exemplo, Lauwers (2012); para a tributação, consulte a nota 56 abaixo.

<sup>18</sup> Entre outros, Wickham (2005, p. 56-150).

outros excedentes dos camponeses, que podiam ver muito bem que foram produzidos por eles mesmos. Os camponeses eram, às vezes, convencidos; curiosamente, considerando contra o que se revoltavam (o que faziam com mais frequência do que os historiadores tendem a afirmar, pelo menos em alguns períodos e regiões), eles eram convencidos com mais frequência pelas reivindicações de direito sobre as terras pelos proprietários e, menos frequentemente, por justificativas para taxaço e limitaço da liberdade, com direitos senhoriais e dízimo no meio.<sup>19</sup> Mas eles eram ao menos quase-convencidos, sobretudo se as obrigaçoões fossem sancionadas e – crucialmente – estabilizadas pelo costume, o que significava que sabiam onde estavam e podiam fazer seus próprios cálculos futuros. Renda e tributo às vezes eram difíceis de distinguir; mas quando o eram, eram apenas formas institucionais separadas e também formas ideológicas separadas, da mesma relação de extraço de excedente: camponeses tendo que entregar seus produtos aos senhores, com a ameaça implícita de força.

Este era, então, o cerne da relação social e econômica feudal e, para meus propósitos aqui, também medieval. Em termos simples, todo o restante da sociedade – todas as partes do mundo medieval em que as pessoas tendem a pensar em primeiro lugar – estava baseado nisso: cortes reais e seus requintes, edifícios ambiciosos, literatura, arte e música, direito, madraças e universidades, exércitos, e também toda a agitação da atividade comercial nas economias regionais dinâmicas listadas no início deste artigo, pelo menos na medida em que esse comércio era direcionado ao poder de compra dos senhores e seus séquitos, o que era em grande parte. Tudo isso era pago forçando os camponeses a entregar sua produção. Por esse motivo, muitas vezes resisti à ideia de “desenvolvimento” econômico como um conceito positivo visto de forma simplista ao discutir o mundo medieval (e também a maior parte do mundo antigo e moderno); uma vez que, em grande medida, isso significa simplesmente que senhores estavam obtendo mais dos camponeses para que pudessem gastar em si mesmos de maneiras mais complexas.<sup>20</sup> Todos nós sabemos disso, na verdade; até mesmo políticos sabem, que é uma das principais razões pelas quais “feudal” de modo algum é uma palavra positiva no discurso político, mesmo entre a maior parte da extrema direita, e, de fato, não tem sido desde que foi popularizada por Montesquieu nos anos 1740. Mas tendemos a esquecer isto na prática, quando celebramos qualquer aspecto da cultura e sociedade medieval que mais nos atrai. Tudo isso é, de qualquer forma, o que historiadores como Rodney Hilton queriam dizer quando afirmavam que o “motor principal” básico do feudalismo era a luta de classes sobre, precisamente, essas rendas e tributos.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Consulte Firnhaber-Baker e Schoenaers (2017) para trabalhos recentes; Cohn (2006) para a frequência de revoltas europeias.

<sup>20</sup> Isso deixa de lado o desenvolvimento econômico urbano, que de fato – como era geralmente impulsionado pelo aumento na produção artesanal – realmente contribuía para a prosperidade geral das economias regionais, e os camponeses também se beneficiavam disso; isso será discutido mais adiante, com referência à Itália. Mas veremos também que mesmo esse desenvolvimento permaneceu parte de um sistema econômico feudal; a lógica não mudou, exceto em setores relativamente restritos.

<sup>21</sup> Montesquieu estava pensando inicialmente em feudos e vassallos, a vertente da categorização feudal não discutida aqui (ver nota 1 acima), mas automaticamente estendeu isso (por exemplo, *De l'esprit des lois*, livro XXX, capítulo 20) aos direitos senhoriais de justiça, ou seja, parte das taxas “feudais” abolidas pela Assembleia Nacional em 1790. Para Montesquieu e seus

Isso está claro, então; mas o que é um pouco menos claro é como os resultados disso funcionavam. Como exatamente a “luta pela renda” sustentava o restante da economia, incluindo a economia comercial, e sua lógica interna? Aqui, não somos ajudados por grande parte da historiografia. A história econômica europeia moderna tende, ainda hoje, a ver as economias pré-capitalistas (ou pré-industriais, ou simplesmente “pré-modernas”) como essencialmente primitivas, “atrasadas”, como são às vezes descritas, incapazes de aproveitar os avanços tecnológicos que se apresentaram; ou então – ou, inclusive, também –, simplesmente como sociedades potencialmente modernas, regidas por regras econômicas modernas, mas apenas minadas ou bloqueadas por falhas institucionais, ou por vezes favorecidas por suas eficiências, como na Nova História Econômica Institucional.<sup>22</sup> Diferentes regiões ganham estrelinhas por se parecerem mais com sociedades modernas; as economias ativas na lista com a qual comecei são vistas como passando o bastão uma para a outra, até que finalmente chegamos à sua terra natal, a Inglaterra do século XVII ou XVIII, pronta para o nascimento da sociedade industrial. Há trabalhos mais ponderados, é claro, mas não estou exagerando que esta seja uma tendência geral; isso explica, entre outras coisas, o fervor com que os historiadores econômicos da Inglaterra reagiram inicialmente aos argumentos de Kenneth Pomeranz de que a região do Delta do Yangtzé, no Leste da China, tinha uma economia tão complexa quanto a da Inglaterra até o século XVIII, pois discussões incomumente acaloradas sempre indicam pressupostos ocultos, mas ideologicamente cruciais, das microcomunidades de historiadores – na terminologia de Jacques Derrida, elas iluminam as aporias não reconhecidas nas metanarrativas.<sup>23</sup> Eu acrescentaria, como exemplo de incompreensão geral, a tendência de muitos historiadores econômicos, até mesmo dos bons, de “explicar” a singularidade da Inglaterra moderna (somada à Holanda) mostrando que os índices salariais documentados nesses países eram muito mais altos que no Sul da Europa, sem mencionar a Ásia, ou mesmo o Império Romano: negligenciando o fato de que os camponeses, em realidade, não recebiam salários e que a proporção de trabalhadores assalariados na China moderna, o principal comparativo asiático, era apenas cerca de 10%.<sup>24</sup>

---

predecessores, veja Wood (2013, p. 19-41). Para a luta de classes sobre renda, uma formulação clássica é a de Hilton (1978a, p. 9-29; p. 109-117); veja também, mais recentemente, Haldon (2013).

<sup>22</sup> Uma análise importante da Nova Economia Institucional sobre o comércio medieval é encontrada em Greif (2006); algumas de suas afirmações empíricas específicas são efetivamente contestadas em Goldberg (2012, p. 41-42; p. 148-149; p. 155-156; p. 357-358). Ogilvie (2007) critica abordagens da Nova Economia Institucional – de dentro do mesmo campo, mas, convincentemente, enfatizando o papel considerável das instituições na coerção econômica. Existem outras abordagens teóricas modernas centradas na Idade Média, mas para mim elas têm ainda menos aderência.

<sup>23</sup> Veja Pomeranz (2000); e os debates no *Journal of Asian Studies*, lxi (2002), lxii (2003). Veja ainda as análises das próximas etapas do debate em Vries (2010), e especialmente Ghosh (2015), que analisa algumas das grandes contribuições recentes. O debate agora está mais calmo, com mais concordância de que o Yangtzé – e agora, partes da Índia (veja a nota 2 acima) – e a Inglaterra eram semelhantes até pelo menos 1700.

<sup>24</sup> Veja, por exemplo, Allen (2009, p. 33-48; p. 112-130); Allen (2001); Allen (2005); Allen (2009) – o paralelo menos útil, mas o artigo é em grande parte um *jeu d'esprit*; Broadberry e Gupta (2006). Allen é associado, acima de tudo, a essa abordagem, como é evidente; mas, inversamente, ele tem experiência direta da pesquisa de que os camponeses estavam

Quanto à história econômica medieval europeia tradicional, tanto marxista quanto não marxista, ela foi dificilmente mais útil por muito tempo. Até a década de 1970, ela operava com a suposição geral de que os senhores tiravam todo o excedente disponível dos camponeses, deixando-lhes pouco a mais para fazer qualquer outra coisa – exceto na medida em que os camponeses precisavam ter acesso a mercados até o século XII em grande parte da Europa, pela simples razão de que cada vez mais precisavam pagar a renda em dinheiro, que não poderiam obter de outra forma. Como os camponeses de Cliviano, nos Apeninos da Itália central, disseram pouco antes de 1100, *seniores tollunt omnia* – “os senhores tomam tudo”.<sup>25</sup> Portanto, qualquer demanda por mercadorias que pudesse se desenvolver em um setor de trocas complexo e dinâmico, como o de Flandres ou da Itália no século XIII, teria que partir dos senhores. Isso, de forma geral, está errado. Claro, muitas vezes poderia ser verdade; havia muitos regimes agrários altamente opressores; e mesmo quando não havia, a demanda aristocrática muitas vezes podia determinar a escala da troca em si, como na maior parte da Alta Idade Média europeia, um ponto ao qual voltarei. Mas a última geração de pesquisas deixou claro que, em muitos ambientes, os camponeses rotineiramente tinham uma quantidade razoável de excedentes disponíveis – ou pelo menos os mais ricos entre eles tinham, e pelo menos nos anos em que as safras eram suficientemente boas – que eram comercializados onde quer que houvesse mercados que lhes permitissem isso. Desde o milênio, a teoria da comercialização teve um impacto considerável na história econômica da Baixa Idade Média da Inglaterra, em particular, embora a Inglaterra estivesse longe de ser a economia europeia mais complexa neste período. Bruce Campbell mostrou como as rendas no século XIII eram muito mais baixas do que poderiam ter sido, dando a muitos camponeses uma considerável flexibilidade ao decidir o que fazer com os excedentes; Christopher Dyer e Jane Whittle destacaram o fato de que os ciclos de vida dos camponeses permitiam um uso considerável do trabalho assalariado, especialmente entre filhos e filhas jovens que ainda não haviam herdado fazendas e se casado; e Richard Britnell mostrou que havia centenas de mercados rurais, aumentando em número a cada século, mas com uma curva acentuada de crescimento no século XIII, nos quais os camponeses rotineiramente não apenas vendiam produtos por dinheiro para pagar as rendas, mas também compravam bens artesanais, ferragem

---

geralmente fora da economia salarial, como mostrado em Allen (1992), um trabalho importante, e ele próprio reconheceu a questão de que os salários não são um bom indicador em Allen (2009), que para mim é o verdadeiro ponto de partida. Ghosh (2015, p. 28-29), faz afirmações similares. Malanima (2009) discute a produtividade agrícola como um todo, mas presta surpreendentemente pouca atenção à renda e outras formas de expropriação de excedentes; seus cálculos dos entraves na economia agrícola “pré-moderna”, especialmente em (*ibidem*, p. 129-157; p. 353-381), concentram-se quase que exclusivamente na demografia e produtividade por pessoa, com proprietários de terras ou Estados quase não aparecendo (inclusive, sua caracterização da subsistência camponesa afirma que se refere a “em termos modernos... um tipo de salário”, p. 113). Para a estimativa aproximada de 10% para a China, veja, por exemplo, Pomeranz (2011, p. 190-191).

<sup>25</sup> Veja, como extremos do argumento, mas concordando com isso, Postan (1966), por exemplo nas páginas (p. 602-604); Brenner (1985), por exemplo nas páginas (p. 33-34). Quanto à citação, Giorgi e Balzani (1879-1919); este texto muito citado é mais bem caracterizado em Fiore (2017, p. 60).

e, cada vez mais, tecidos.<sup>26</sup> Essa conjuntura inglesa, mostrando uma participação camponesa considerável no mercado, pode ser muito facilmente generalizada para outras partes da Europa medieval e, de fato, da Eurásia, como veremos daqui a pouco.

Antes de desenvolver este último ponto, algumas distinções precisam ser feitas. Podemos observar, especialmente na Europa medieval e moderna, três formas amplas de interseção entre economia feudal e troca comercial. No início da Idade Média, e por um tempo ainda mais longo em grande parte da Europa oriental e setentrional, quanto menos poderosos eram os senhores em uma determinada região, menos trocas tendiam a ocorrer: uma afirmação respaldada consistentemente pela arqueologia em todo o continente. De fato, em muitas partes da Europa, os camponeses eram suficientemente independentes e as relações feudais ainda não tinham sido totalmente impostas; uma vez que os camponeses deixados inteiramente por própria conta tendem a consumir a maior parte de seu excedente, não havia acumulação suficiente de bens para vender ou comprar em grande escala. Ou seja, não havia uma rede de trocas densa o suficiente para que as sociedades camponesas autônomas tivessem muito acesso a um mercado, quer tivessem excedente suficiente para vender ou não; em contraste, a maioria da demanda por artigos artesanais e alimentícios não locais vinha dos senhores e seu séquito. Portanto, os padrões básicos de troca eram limitados, com poucas conexões inter-regionais, exceto em áreas onde sabemos que os senhores eram fortes e o modo feudal estava mais completamente estabelecido, como, sobretudo, no núcleo político do Norte da França. As áreas do mundo na Alta Idade Média onde as trocas eram mais complexas ficavam fora da Europa: em regiões islâmicas como Egito e Síria, que mantiveram um padrão de tributação e posse de terras em grande parte inalterado desde o período romano, e em algumas regiões do Leste asiático, particularmente na China; em cada um desses lugares, os padrões de extração de excedente, acumulação e comercialização remontavam muito mais no tempo.<sup>27</sup>

A segunda forma desenvolveu-se na Europa ocidental, em grande parte com a “revolução senhorial” do século XI, embora tenha sido correspondida por um desenvolvimento paralelo em bases bastante diferentes no Império Bizantino; ambos começaram lentamente a desenvolver pela primeira vez uma economia tão complexa quanto a de seus vizinhos islâmicos.<sup>28</sup> Na Europa ocidental, em particular, a dominação econômica aristocrática sobre essencialmente todos os grupos sociais estabeleceu-se plenamente neste período, o que significa que houve mais exploração senhorial, e assim excedente, e assim demanda. A troca comercial urbana e de mercado desenvolveu-se como resultado disso, ainda mais porque esse processo coincidiu com um período de expansão demográfica e agrária; e os camponeses, quando tinham mercadorias para vender, encontravam cada vez mais facilidade em achar saídas para tanto. Isso foi uma forma de feudalismo em que a demanda camponesa poderia ainda assim aumentar, por razões que abordaremos mais tarde; em algumas circunstâncias, como em muitas das economias particularmente dinâmicas listadas no início, poderia igualar ou superar a demanda senhorial em quantidade, mesmo que esta tendesse a

---

<sup>26</sup> Campbell (2005); Dyer (2005), especialmente nas páginas (p. 211-232); Whittle (2000, p. 225-304); Britnell (1996), com os mapas em Britnell (2004, p. 162-165). Para mais informações, para uma comparação entre Inglaterra e Alemanha, veja Ghosh (2016).

<sup>27</sup> Veja, para tudo isso, Wickham (2005, capítulos 6, 9 e 11).

<sup>28</sup> Quanto a Bizâncio, consulte Laiou e Morrisson (2007), especialmente nas páginas (p. 90-165).

continuar a estruturar a troca comercial, considerada como um todo. Há um paradoxo aqui: que um maior vigor na demanda aristocrática levou a contextos econômicos nos quais os camponeses tinham mais acesso à troca que em períodos em que eram mais autônomos. Mas a constância na demanda senhorial, agora que os senhores eram claramente dominantes e, portanto, ricos em áreas extensas, possibilitou uma rede de trocas na qual os camponeses também podiam participar – embora a lógica do sistema, como veremos, não tenha se alterado em si mesma. Esta foi a forma mais comum, pelo menos ao longo da Eurásia medieval, que o modo feudal assumiu, uma vez que os Estados que cobravam tributos que se estendiam de al-Andalus no Oeste, passando pelo Oriente Médio Bizantino e Islâmico, até a Índia e a China, criaram classes dominantes subsidiadas pela taxaço (e, muitas vezes, também por renda), cuja demanda era pelo menos tão constante quanto a da Europa Latina após 1100, e geralmente muito mais constante. Esta economia altamente funcional, mas também altamente equilibrada, será, como já afirmado, meu foco principal pelo resto deste artigo, pois é através de suas complexidades que podemos melhor identificar qual era realmente a lógica do sistema.

A terceira forma era uma em que o trabalho assalariado no campo, na agricultura e nas atividades artesanais rurais (desenvolvendo-se em protoindústria), estava cada vez mais presente. Isso foi característico de grande parte do Noroeste da Europa tardo e pós-medieval e, de fato, em algumas áreas em 1600 ou até antes (partes da Alemanha, Países Baixos e Inglaterra), o trabalho assalariado igualava ou ultrapassava a agricultura de subsistência camponesa e o pagamento de renda como a forma mais comum de relações sociais rurais; as trocas, como resultado, tornaram-se ainda mais importantes como um elemento básico da economia.<sup>29</sup> Voltarei brevemente a isso mais tarde, pois suas implicações para o funcionamento da economia são importantes; mas não será analisado plenamente, já que este artigo se concentra sobretudo na Idade Média.

## II

O reconhecimento recente de que a demanda camponesa e o acesso ao mercado eram importantes para a maioria das versões da economia feudal abriram o campo, tornando possível explicar mais facilmente o conjunto de economias complexas listadas no início. A seguir, pretendo desenvolver as implicações disso com alguns exemplos concretos; e depois, na última seção do artigo, voltar à lógica econômica que os fundamentou. Começo com exemplos de uma base de fontes menos distorcida pela parcialidade da documentação em favor dos poderosos, ou seja, a arqueologia. A disponibilidade de produtos artesanais produzidos em massa, especialmente cerâmicas, em áreas camponesas é visível em prospecções arqueológicas de campo e escavações de assentamentos em uma variedade de lugares. Na África do Norte dos séculos IV e V, por exemplo (essencialmente a Tunísia moderna), cerâmicas de mesa de *terra sigillata* de boa qualidade, geralmente de fornos locais, são encontradas em praticamente to-

---

<sup>29</sup> Consulte as notas 24 e 48, para as contribuições de Dyer, Whittle, van Bavel e Ghosh sobre esse tópico, e a nota 47 para protoindústria; cada um, especialmente Ghosh, possui uma bibliografia substancial.

dos os sítios arqueológicos, grandes ou pequenos. Neste caso, produções que já existiam há muito tempo tornaram-se disponíveis para os camponeses, e não eram apenas, como anteriormente, destinados para exportação como utensílios finos produzidos em massa; assim, dado que os produtos já estavam lá, é um novo período de relativa prosperidade camponesa e poder de compra que podemos observar no final da África romana.<sup>30</sup> Em outros lugares, produção e consumo desenvolveram-se lado a lado. Na Grécia bizantina central e meridional do século XII, um denso conjunto de prospecções mostra pela primeira vez a ampla disponibilidade, tanto em aldeias quanto em propriedades rurais isoladas, de cerâmicas vitrificadas policromadas e também ânforas de vinho, de centros de produção urbanos especializados como Chalkis e Corinto, que haviam se desenvolvido recentemente como grandes produtores; a cerâmica vitrificada não era barata, mas era claramente acessível para camponeses mais abastados, a partir do momento em que se tornou disponível. Na Grécia, onde a incidência de propriedade de terra aristocrática provavelmente era menor do que em grande parte da Europa Ocidental, esses camponeses talvez às vezes fossem proprietários de terras, embora ainda pagassem tributos substanciais ao Estado.<sup>31</sup> Nas planícies da Inglaterra após 1200, onde, além de prospecções, aldeias medievais desertas tiveram inúmeras escavações, os modelos de Britnell são amplamente confirmados: cerâmica não local, algumas com vidrados simples, é uma descoberta normal, muitas vezes de várias fontes diferentes, juntamente com facas e algumas moedas, e, interessante, poucos pesos de tear em algumas áreas, indicando que os camponeses – aqui, muito raramente proprietários independentes – estavam comprando tecido de outros lugares em vez de fazê-los eles mesmos.<sup>32</sup>

Podemos comparar esta situação com alguns casos baseados em documentos, do Egito e da China. O Egito do século XI é bem visto nas coleções de cartas sobreviventes na *geniza* de Fustāt (a *geniza* era o sótão de uma sinagoga cheio de papel descartado com coisas escritas, jogados fora por judeus que não destruiriam material escrito por motivos religiosos, neste caso após 1025 aproximadamente). Os grandes mercadores judeus em Fustāt, ancestral do Cairo moderno, compravam linho bruto do Sul da capital e o enviavam através do Nilo até o mar, para ser vendido a estabelecimentos de tecelagem de linho na Sicília e Tunísia; eles vendiam outras coisas também, mas isso era o cerne de suas atividades, e é intensamente bem documentado. Eles compravam linho de muitos lugares, mas sobretudo de Būṣīr, uma pequena cidade entreposto perto do Nilo, a 70 km ao sul de Fustāt, e consideravam o linho comprado lá como sendo, geralmente, da melhor qualidade, comandando os preços mais altos. Os mercadores iam regularmente aos mercados de Būṣīr; lá as regras para venda eram padronizadas e, por isso, embora os preços do linho fossem um pouco mais altos, não era necessário percorrer as aldeias e correr o risco de ser enganado pelos camponeses (que eram famosos entre a comunidade judaica por serem negociantes astutos). Uma rede de aldeias ao redor da cidade se especializou, assim, em linho, cujos camponeses vendiam para os mercadores locais de Būṣīr, que por sua vez vendiam para os mercadores

<sup>30</sup> Dossey (2010, p. 62-97); Hobson (2015, p. 141-142; p. 149-152).

<sup>31</sup> Para as prospecções, veja, entre outros, Armstrong (1996, p. 353-368); Armstrong (2020); Vroom (2003, p. 133; p. 152-164; p. 192-193); Vionis (2008).

<sup>32</sup> Veja, por exemplo, Hinton (2010); Dyer (2014, p. 13-14; p. 17-20); Orecchioni (2015), especialmente nas páginas (p. 346-370); ela compara essa situação com a da Toscana, em uma abordagem comparativa incomum neste campo.

de Fustât. Havia, portanto, um sistema comercial em vigor em Bûşîr que deve ter canalizado muito dinheiro para esta parte do vale do Nilo, pois a escala de compra de linho era muito grande; mas era um sistema largamente dependente das vendas camponesas, aparentemente feitas de forma autônoma (os camponeses egípcios pagavam altos tributos, e a coerção local como resultado não era insignificante, mas neste período muitos deles, como na Grécia, eram proprietários de suas próprias terras). Se houve em algum lugar da Europa e do Mediterrâneo medieval uma monocultura comercial, poderia muito bem ter sido em torno de Bûşîr no século XI; e parece ter sido praticada por camponeses independentes e, como resultado, presumivelmente muitas vezes prósperos.<sup>33</sup>

Podemos, finalmente, observar algo semelhante na China tardomedieval. Aqui, nas regiões mais prósperas da costa Leste, Jiangnan no delta do Yangtzé e Fujian ao Sul, uma população camponesa substancialmente independente, facilmente autossuficiente em arroz, voltou-se cada vez mais após 1200 para a tecelagem de seda e, em seguida, para a de algodão também, vendendo seus tecidos por meio de intermediários em todo o Sul e centro do império. As amoreiras para a produção de seda e, em seguida, o algodão eram culturas comerciais (algum algodão era importado também), embora fosse adicional à produção local de arroz, exceto em algumas áreas especializadas, como Songjiang, perto de Xangai, onde por volta de 1500 a produção de algodão igualava facilmente o papel do linho em Bûşîr. Embora saibamos muito menos sobre o poder de compra dos camponeses daqui, deve ter sido considerável, levando-se em conta o que sabemos sobre a produção de tecidos; a fabricação local de cerâmica, pelo menos, era visivelmente feita em larga escala. Devem ter sido destinadas, até certo ponto, a um mercado rural de massa; uma vez que, em comparação com a importância dos artesãos rurais, os níveis de urbanização sempre foram baixos na China.<sup>34</sup>

Portanto, o acesso dos camponeses aos mercados pode, de fato, ser substancial, e isso significa que pode ter havido uma complexidade de trocas muito maior em muitas sociedades medievais do que às vezes foi afirmado, já que os camponeses eram uma grande maioria dos habitantes da Eurásia em todos os períodos. Vou desenvolver isso por meio de um exemplo mais longo, de uma das economias particularmente dinâmicas listadas no início – o Centro-Norte da Itália do século XIII ao XVI, particular-

<sup>33</sup> Veja Udovitch (1999); Goldberg (2012, p. 101-104); Gil (2004). Para mercadores comprando de camponeses, veja especialmente (cito do banco de dados do Princeton Geniza Project, disponível em <<https://geniza.princeton.edu/pgp/pgpsearch>>) T-S NS 308.119, T-S 12.227, T-S 10J12.26, 8J22.10, Moss. II,188.1, T-S Ar. 51.87, ENA 4020.20, T-S 13J13.11, 10J20.12, 13J16.19, ENA 4020.43, T-S 8.255, ENA 1822a.67, T-S 12.793, 13J27.18, 8J7.21, ed. em Moshe Gil, *Be-malkhut Yishmaiel bi-tekufat ha-ge'onim* [In the Kingdom of Ishmael] (Jerusalém, 1997), nn. 191, 193, 253 [S135], 255 [S80], 256, 299, 468, 479 [S102], 491 [S101], 493 [S112], 504, 505, 515 [S107], 640, 643, 728. “S” aqui denota as traduções em Simonsohn (1997); para os outros, sou grato à ajuda de Maayan Ravid e Marina Rustow. Veja, agora, Bondioli (2020), quem, entre outras coisas, destaca e documenta os aspectos coercitivos do sistema tributário e a maneira como foi explorado através do crédito rural, no qual os mesmos mercadores se envolviam.

<sup>34</sup> Consulte Wickham (2018, p. 129-136), que fornece a bibliografia básica em inglês. Para o algodão, veja especialmente Zurndorfer (2011). A tributação também era relativamente baixa na China: veja a nota 56 abaixo.

mente as regiões da Lombardia e Toscana. Este exemplo mostra como podemos entender a estrutura interna de uma economia complexa ao longo do tempo e, em particular, como ela pode estar relacionada a uma lógica econômica feudal.

A documentação que temos para o Centro-Norte da Itália no século XIII mostra que suas cidades eram, em diversos casos, muito grandes para o período; nenhum outro lugar na Europa, exceto Flandres, tinha níveis de urbanização comparáveis aos italianos. Essas cidades eram grandes devido a concentrações substanciais de produção artesanal. O impulso produtivo da Itália não remontava muito no tempo, embora, quando começou, tenha sido rápido; pode ser datado majoritariamente da última metade do século XII em diante.<sup>35</sup> De qualquer forma, é somente após 1200 que temos sinais concomitantes em diversas fontes de atividade produtiva e comercial, em graus diversos, em duas dezenas de cidades. As cidades cada vez mais independentes da Vale do Pó tinham uma hierarquia de fato, com Milão no topo, as cidades portuárias de Gênova e Veneza a seguir, e os vizinhos e inimigos de Milão na Lombardia um pouco mais atrás. (A Toscana era mais equilibrada até aquele momento; Florença não se tornou o principal centro da região até o final do século XIII). Em todos os lugares, o crescimento urbano havia começado em meados do século XII, como mostram as novas e ampliadas muralhas das cidades e as elaboradas casas-torre aristocráticas que também aparecem.<sup>36</sup> Na nossa documentação, isso acompanha evidências de aumento de obrigações senhoriais sobre comunidades de camponeses após cerca de 1100,<sup>37</sup> portanto, é em parte apenas um sinal de maior exploração, dado que as elites eram acima de tudo urbanas; mas a expansão das próprias cidades mostra pessoas se mudando para trabalhar. Encontramos a fabricação de tecidos por toda parte no século XIII, com metal e couro em segundo e terceiro lugares; a maioria das cidades fabricava algum tecido, com suas especializações correspondentes, e algumas o faziam em uma escala enorme, especialmente Milão e, mais tarde, Florença. A lã era o principal tecido, como em outros lugares da Europa Latina, mas Milão e Cremona, entre outras, também fabricavam fustão, uma mistura de algodão e linho, que dependia de importações de algodão da Sicília e do Leste do Mediterrâneo. De fato, a expansão da produção de lã também foi suficientemente rápida para superar as crescentes especializações na ovinocultura italiana; as importações de lã via Gênova do que hoje é a Argélia e, mais tarde, de outros fornecedores em Castela e Inglaterra, tornaram-se normais.<sup>38</sup> Portanto, também, desde o início do século XIII, as importações de trigo da Sicília e de Puglia tornaram-se normais, pois algumas cidades do Norte da Itália se expandiram além da capacidade de fornecimento de suas regiões adjacentes.<sup>39</sup>

A rápida expansão da produção dependia diretamente, portanto, de uma rede de trocas internacional. Exportações para toda a Europa e, especialmente, para o Mediterrâneo também eram normais e, dada a escala da produção e das importações, necessárias. As cidades italianas estavam inseridas numa teia de demanda internacional, competindo com os tecidos internacionais que também estavam sendo produzidos

---

<sup>35</sup> Wickham (2017); Wickham (2023, capítulo 6).

<sup>36</sup> Veja Hubert (2004); e, para torres, por exemplo, Redi (1991).

<sup>37</sup> Fiore (2017, p. 58-72).

<sup>38</sup> Para levantamentos recentes, veja Menant (2005, p. 267-289); Franceschi e Taddei (2012, p. 48-52; p. 71-87); para Milão, veja acima de tudo Grillo (2001, p. 209-234).

<sup>39</sup> Para a Sicília, veja Bresc (1986, p. 523-578); Epstein (1992, p. 270-284).

em Flandres. Embora quanto mais longe fosse a teia comercial, mais o tecido era visto como um produto relativamente luxuoso, havia ainda mais produção de tipos mais modestos para um mercado italiano também. O século XIII mostra a expansão de equipamentos urbanos, como esgotos e abastecimento de água – isto é uma preocupação com a saúde das populações urbanas, que custa dinheiro, e é assim um sinal não apenas da prosperidade das cidades, mas também de sua ambição. O crédito expandiu enormemente para se equiparar com essa hiperatividade econômica, não apenas via um sistema bancário em desenvolvimento; até o final do século XIII, os bancos florentinos e de outras cidades realizavam empréstimos, inclusive para reis.<sup>40</sup> O processo econômico subjacente ao crédito e sistema bancário era claramente capitalista, visto sob qualquer critério: dinheiro era emprestado para criar ou distribuir mercadorias, que por sua vez eram vendidas por mais dinheiro. E a luta de classes no contexto urbano era tarefa dos assalariados, às vezes contestando salários e condições de trabalho, ambos problemas que se parecem mais com relações de produção capitalistas do que feudais – embora isso tenha que ser matizado pelo reconhecimento de que muito mais revoltas urbanas na Itália se concentraram em direitos políticos, que eram menos sinalizadores de um sistema econômico novo.<sup>41</sup>

O que é mais importante para nós, no entanto, é a relação entre cidades e campo, onde, mesmo com a intensa urbanização da Itália, até três quartos da população ainda viviam. As cidades dependiam do campo para serem alimentadas, e esse processo, de forma alguma, era inteiramente dependente das rendas que iam para os proprietários urbanos. As cidades tinham que comprar comida também, sustentando assim estruturas de mercado complexas por toda a zona rural, que não eram todas dominadas por senhores, uma vez que a Itália tinha muitos proprietários entre o campesinato nesse período, que estavam, assim como no Egito e na China, felizes em produzir para venda também – venda de alimentos, mas também de produtos primários para artesãos, lã, linho e metal. Os camponeses compravam bens urbanos em troca; as produções urbanas de cerâmica, o melhor indicador arqueológico de troca, como vimos, alcançavam compradores camponeses na zona rural da Toscana de forma cada vez mais abrangente no século XIII; o que sem dúvida também era verdadeiro, e provavelmente ainda mais, para o tecido. O crédito não era apenas urbano; como Philippe Lefevre mostrou recentemente para o território de Florença, a existência de pequenos prestamistas rurais, camponeses ricos ou ferreiros locais, são bem documentados, alguns deles emprestando a mosteiros rurais – embora os proprietários rurais emprestando aos camponeses e líderes urbanos emprestando às comunas rurais fossem muito mais comuns, gerando relações de dívida que eram mais claramente um exercício de poder.<sup>42</sup>

No entanto, é aqui que a dominação senhorial entra em cena. O quadro que temos nos relatos recentes da Inglaterra já mencionados – a Inglaterra sendo o ponto

---

<sup>40</sup> Sobre crédito, Menant (2005, p. 169-174; p. 299-312). Para empréstimos a reis, Fryde e Fryde (1963, p. 455-461); Saporì (1926, p. 50-86; p. 140-182; p. 204-206); com cautela em Hunt (1990). Para o papel de Florença, Poloni (2015, p. 184-190).

<sup>41</sup> Veja Cohn (2006, p. 57-74; p. 208-220; p. 228-242). Para o capitalismo operando nesse contexto, veja Banaji (2020).

<sup>42</sup> Lefevre (2022, p. 313-340). Para cerâmica, ver Grassi (2010, p. 21-56). Para formas mais potentes de dívida, ver Menant (1993, p. 301-306; p. 544-557).

de referência simplesmente porque tem a melhor história econômica medieval atualmente – é aquele em que os arrendatários camponeses dos séculos XII e XIII ganharam acesso ao mercado, lentamente. Eles o fizeram à medida que mercados agrícolas rurais se desenvolveram para ajudar a alimentar as cidades, o que também coincidia com a necessidade dos camponeses de vender mercadorias por dinheiro para pagar rendas em espécie; mas, então, produtos artesanais, feitos nos mercados das mesmas aldeias e cidades, continuamente começaram a ser produzidos em maior escala, portanto, mais baratos, e também eram comprados pelos camponeses. Na Itália, deve ter sido semelhante, embora os camponeses proprietários de terra fossem mais comuns no mesmo período, e os mais empreendedores entre eles parecem ter reagido bastante bem às novas oportunidades oferecidas pela demanda urbana, que era muito maior do que na Inglaterra. Mas os senhores também podiam reagir de forma efetiva. Proprietários de terras italianos focaram mais em rendas pagas em gênero e lucraram eles próprios cada vez mais com vendas urbanas, frequentemente excluindo os camponeses do mercado de grãos.<sup>43</sup> Cidadãos bem-sucedidos também compravam cada vez mais terras nas áreas rurais, frequentemente exigindo dívidas camponesas, e assim estendendo a propriedade urbana às custas de camponeses independentes; eles estavam usando seus rendimentos comerciais para se estabelecerem como parte do grupo social mais prestigioso, os grandes proprietários de terras, e alguns deles eventualmente abandonavam completamente o comércio e a produção urbana, e se voltavam apenas à posse de terras.<sup>44</sup>

Adicione a isso, ao longo dos séculos XIII e XIV, o poder que as cidades tinham como órgãos dirigentes por direito próprio. Isso foi demonstrado pelo aumento do peso da tributação – as cidades Estado italianas tinham de longe o sistema fiscal mais desenvolvido na Europa Latina – e, em alguns lugares (mais na Toscana do que na Lombardia), por medidas para impedir qualquer indústria rural que pudesse competir com as das cidades. Era lógico para os grupos dominantes fazerem isso: aumentava e protegia seus recursos. Da mesma forma, era lógico para os senhores buscarem, bastante eficazmente, tomar dos camponeses o controle dos rendimentos dos mercados. Inversamente, esses desdobramentos diminuíram os recursos dos camponeses no campo e, portanto, também diminuíram a escala da demanda local que as cidades precisavam para qualquer produto que não fosse suficientemente luxuoso para ser vendido no exterior. E, assim, um sistema produtivo italiano que dependia mais das vendas no exterior era mais dependente da demanda das elites proprietárias de terras – além de estar mais exposto a mudanças nos padrões de comércio internacional, que eram frequentes. Na Lombardia, cujas cidades sobreviveram excepcionalmente bem às crises do período pós-Peste Negra, e onde os investimentos não eram apenas na indústria urbana, mas também na agricultura, por meio do estabelecimento de redes de canais, a hostilidade à indústria rural também foi menos bem-sucedida do que na Toscana. O resultado de tudo isso foi que, na Baixa Idade Média, as grandes cidades produtoras de tecido começaram a ter que competir com (mas também eram respaldadas por) uma vasta protoindustrialização nas cidades e aldeias menores da planície

---

<sup>43</sup> Consultar Kotel'nikova (1975, p. 26-93); Dameron (1991, p. 131-140). Para nuances importantes, ver Tabarrini (2023, p. 85-87; p. 95-108).

<sup>44</sup> Para a Toscana, ver Pinto (1982, p. 157-223).

setentrional do Pó.<sup>45</sup> Isso preservou e, de fato, ampliou a concorrência italiana no exterior e permitiu, pelo menos aqui, que tanto a produção para um mercado rural quanto a demanda rural em si permanecessem fortes.<sup>46</sup> Mesmo assim, o mercado rural como um todo, especialmente fora de Lombardia, não era grande o suficiente para permitir uma expansão maior da produção e comercialização; e após 1600, quando as exportações italianas de tecidos deixaram de poder competir com a ascensão da produção da Inglaterra, toda a economia comercial italiana contraiu em tamanho, até a industrialização muito diversa do século XX.<sup>47</sup>

Esta história italiana já foi contada muitas vezes. Ela contém elementos sobre os quais nem todos concordariam: entre outros, exatamente quando e por que a produção artesanal fraquejou diante da concorrência internacional; exatamente quando e por que as elites mercantis se voltaram para a posse de terras; e quão importante no processo geral foi o fato de que as cidades não eram apenas centros de capital mercantil, mas também de governantes territoriais (as cidades lombardas do final da Idade Média, por exemplo, não conseguiram evitar a protoindústria rural precisamente porque não controlavam diretamente o Estado sob domínio dos duques de Milão, Visconti e Sforza). Mas isso não importa aqui; as linhas principais da história permanecem as mesmas; e, como mencionado anteriormente, foi vista, acima de tudo, da mesma forma que em outras regiões no final de períodos de uma particular complexidade comercial, como um “fracasso”. Mas precisamos perguntar: fracasso em quê, exatamente? O Centro-Norte da Itália interessou historiadores porque era muito proeminente em 1300, mas estava longe de ser a economia mais ativa da Europa em 1700. Mesmo assim, ninguém propõe que a Itália tenha estado, em nenhum momento desses séculos, à beira de uma transição para um capitalismo industrial plenamente desenvolvido. Nem estavam nenhuma das outras sociedades altamente comerciais da Europa medieval e início da Moderna. Em 1500, as partes mais economicamente complexas da Itália, especialmente Lombardia, pareciam muito em sua estrutura básica com o Sul da Alemanha e os Países Baixos no início da Idade Moderna, com agricultura para venda, grandes cidades e protoindústria rural, mas, mesmo que Lombardia tenha perdido alguma dessa complexidade depois, nem Alemanha nem Países Baixos foram rápidos em direção ao capitalismo industrial. O que cada um deles estava fazendo era flutuar, para cima e para baixo, em uma tabela de classificação de sistemas de alto desempenho prósperos e ativos, o que dava muito espaço para a comercialização de produtos e movimentação de mercadorias, mas que, mesmo assim, não os colocava à beira de mudanças significativas.

E por que *deveriam* estar? O ponto central, em todos esses casos, e em todos os outros que mencionei no início, é que a relação dominante de extração de excedente

<sup>45</sup> Para o período pós-Peste Negra, ver agora, especialmente, Grillo e Menant (2019). Para a indústria rural, ver Epstein (2000, p. 106-146); ver também Epstein (1991; 2006).

<sup>46</sup> Isso ocorreu de forma equiparada após 1450, novamente em especial na Lombardia, com o uso de trabalho assalariado rural, pela primeira vez em grande escala na Itália, em novas propriedades irrigadas focadas em vendas agrárias; esse trabalho assalariado rural sustentou ainda mais a demanda rural. Ver Chittolini (1978); Mauri (1985); sobre trabalho assalariado rural na Itália em geral, destacando sua raridade antes da Peste Negra e seu papel complementar mesmo depois, ver Panero (2006).

<sup>47</sup> Ver, sobretudo, Malanima (1998), que também destaca a reestruturação do final do século XVII.

ainda era de camponeses pagando rendas e tributos aos senhores, ou seja, o modo feudal. Como acabamos de ver em vários pontos, a história da expansão comercial da Itália foi constantemente afetada por mudanças nessa relação. A lógica dos senhores assumindo os rendimentos comerciais dos camponeses, por exemplo, era uma lógica feudal, parte do conflito perene entre as duas classes; assim como o aumento da tributação urbana. E a expansão mais ampla da produção artesanal urbana, baseada principalmente em trabalho assalariado, em tão grande escala na Itália até 1300 que é frequentemente chamada de industrial (embora tecnicamente não fosse; oficinas individuais permaneciam sendo a base, com pouca necessidade de altos níveis de investimento de capital), foi circunscrita pelo simples fato de que os camponeses podiam facilmente, como parte de suas estratégias de subsistência, fabricar eles próprios a maioria de seus artigos essenciais. Fora isso, eles só precisavam de especialistas locais em pequena escala, muitas vezes artesãos de meio período apoiados por uma propriedade camponesa, para ajudá-los com tecidos (quando não eram produzidos dentro das próprias casas), ferragem e cerâmica. Eles participavam com entusiasmo do mercado urbano para todos esses artigos quando se tornavam baratos o suficiente para comprar, é verdade, mas não precisavam rigorosamente deles, e a mercantilização urbana sempre tinha que lidar com a possibilidade de que os camponeses não comprassem nada, ou não o suficiente – o que foi uma das coisas que estava acontecendo no século XVII.

Isso era verdade em quase todos os lugares até pelo menos 1700. Como resultado, o mercado mais seguro para a produção urbana (fora das redes dos próprios produtores) permaneceu sendo aquele dos senhores e seus séquitos – ou seja, grupos sociais que viviam, direta ou indiretamente, do excedente obtido com a cobrança de renda. Uma das formas mais visíveis de relações capitalistas genuínas era o crédito mercantil em grande escala, sintetizada pelo sucesso e riqueza das grandes famílias banqueiras florentinas por volta de 1300; mas eles acabaram emprestando a reis, apesar do histórico alarmante que alguns reis tinham de inadimplência em empréstimos, porque as altas taxas de juros régias e outros favorecimentos políticos os encorajavam a assumir os riscos, para obter benefícios que substancialmente excediam aqueles derivados dos rendimentos das trocas e produção urbanas. Em outras palavras, a escala do capital havia aqui, temporariamente, superado as possibilidades de um sistema econômico feudal, mas ainda era dominada por esse sistema – pois financiar guerras régias era uma parte intrínseca dele.<sup>48</sup> Protoindústria, com seu setor rural assalariado, era mais um complemento à sobrevivência camponesa do que algo que minava o campesinato; agricultores à beira da indigência podiam usar salários de meio período, ou salários de um membro da família, para permitir que permanecessem na terra – uma

---

<sup>48</sup> Compare Marx (1973), *Grundrisse*, tradução por Nicolaus, (p. 106-108): “Em todas as formas de sociedade, há um tipo específico de produção que domina sobre o resto, cujas relações então estabelecem a posição e a influência das demais”. A consideração mais teorizada das estruturas de dominação de um modo sobre o outro permanece a de Althusser e Balibar (1970), tradução por Ben Brewster, por exemplo, nas páginas (p. 98-99; p. 181-193; p. 302-308). Não estou utilizando aqui a distinção entre “modo de produção” e “formação social” que foi desenvolvida como resultado disso, mas minhas discussões sobre a predominância de um único tipo de lógica econômica parecem se encaixar com essa distinção.

razão importante pela qual tão poucas regiões de protoindústria estavam entre as primeiras a se industrializarem completamente.<sup>49</sup> Mesmo os trabalhadores assalariados rurais, que foram bem estudados na Inglaterra, Alemanha e Países Baixos, mais do que na Itália (eles também eram mais comuns nesses países do que na Itália), na realidade ainda faziam parte do mundo camponês. Alguns eram, como mencionado anteriormente, simplesmente filhos adultos esperando para herdar uma parcela camponesa – eles podiam viajar bastante como trabalhadores, mas depois retornariam; alguns tinham a função estrutural de servos domésticos, que recebiam alimentação e alojamento enquanto trabalhavam e só eram pagos no final, e, portanto, eram parte da economia camponesa. Somente em áreas bastante pequenas, como Guelders a Leste de Amsterdã, vemos um percentual substancial de trabalhadores agrícolas assalariados completamente proletarizados antes de, mais uma vez, 1700 no mínimo.<sup>50</sup> Portanto, o que esses elementos dinâmicos nos mostram não é algo que não seja feudal, ou mesmo potencialmente não feudal, mas, em vez de isso, a forma mais complexa de relações feudais, uma em que a cobrança de renda permitiu o desenvolvimento de todos os tipos de estruturas sociais suplementarias – o que torna o trabalho de análise mais complexo, mas cuja documentação também, em alguns aspectos, facilita a compreensão de como uma lógica econômica feudal poderia ter funcionado.

### III

O que me leva finalmente a alguns dos elementos dessa lógica. Isso está implícito no que acabou de ser discutido, mas seus elementos, mesmo que não sejam surpreendentes em si mesmos, precisam ser explorados mais a fundo. Grande parte do trabalho sobre isso tem se concentrado em ciclos de formação de preços, que vou deixar de lado aqui; é interessantemente complexo, mas foi adequadamente confrontado por outros, desde Ernest Labrousse passando por Witold Kula até Luciano Palermo.<sup>51</sup> O mais importante, no entanto, foi a dinâmica estrutural a longo prazo das relações feudais de produção. Acredito que ocorreu da seguinte maneira. (Nesta seção final, eu uso exclusivamente exemplos europeus, pois os dados são melhores para a Europa,

---

<sup>49</sup> Para protoindustrialização, veja o clássico Kriedte, Medick e Schlumbohm (1981) e Ogilvie e Cerman (1996), bem como o estudo modelo de Ogilvie (1997).

<sup>50</sup> Ghosh (2016, p. 268-272; p. 279-280), destaca esse ponto muito bem. Para o trabalho assalariado na Inglaterra, veja a nota 24 acima, especialmente Whittle (2000, p. 225-304); os artigos em Whittle (2013); e, para van Bavel (2010), especialmente nas páginas (p. 205-213), com van Bavel (2006). Sobre a transformação para uma predominância de uma forma mais proletária de trabalho assalariado na agricultura inglesa no século XVIII, veja Allen (1992, p. 79-101). Shaw-Taylor (2012), situa essa mudança mais cedo do que Allen, mas, como o foco principal do artigo é nos anos 1850, não é plenamente convincente.

<sup>51</sup> Labrousse (1933), especialmente nas páginas (p. 137-166; p. 357-364), sobre os ciclos de formação de preços do trigo; Kula (1976); Palermo (1997), um livro que, especialmente em (p. 85-160), vai além da formação de preços para oferecer seu próprio modelo econômico para a Idade Média, mas argumenta que a subsistência camponesa pode ser teoricamente reduzida a um salário, o que diminui a utilidade de seus modelos para os argumentos apresentados aqui. Veja também Demade (2004), especialmente nas páginas (p. 280-420), que discute e teoriza uma situação em que as exações senhoriais são grandemente aumentadas pelos senhores ao comprar grãos dos camponeses em momentos vantajosos do ano para vender nas cidades.

mas argumentaria que os padrões gerais descritos aqui seriam válidos para a maior parte da Eurásia). Os senhores eram em grande parte externos ao processo de produção, como vimos. A “luta pela renda”, no entanto, era em geral relativamente pacífica porque era estruturada por costumes. Isso não era imutável, mas os senhores nem sempre tinham os recursos locais necessários para ajustá-la eficazmente à medida que a economia mudava ou, em alguns casos, como Christopher Dyer mostrou para a Inglaterra, nem mesmo para policiá-la com sucesso. Ambos deram uma vantagem tática aos camponeses, que estavam ali em presença direta, enquanto os senhores, em sua maioria, não estavam. Para mim, este é o ponto chave. Como resultado – um argumento que Guy Bois deixou particularmente claro em seu trabalho sobre a Normandia tardomedieval – em períodos de expansão econômica, com a abertura de novas terras e melhores rendimentos, somados a inflação lenta (no caso de renda em dinheiro), o conjunto de rendas e tributos, mantido constante pelos costumes, tendia a diminuir firmemente em termos reais. Esta situação, quando a economia estava se expandindo, ainda produzia mais para os senhores, mas também dava aos camponeses mais excedente para comprar coisas ou se tornar pequenos empreendedores por conta própria; e não se revertia se e quando a economia se contraísse.<sup>52</sup> Mantendo-se as variáveis, isso significa dizer que havia uma tendência secular para rendas e tributos mais baixos, com o equilíbrio favorecendo o campesinato.

Claro, os senhores poderiam romper com os costumes e aumentar a extração total de excedente pela força. Foi o que aconteceu quando senhores locais recém-fortalecidos na França, e depois na Itália e no Norte da Espanha, inicialmente, por volta do ano de 1000 ou mais tarde, impuseram por violência tributos senhoriais sobre bosques, moinhos, justiça, etc., além de pagamentos aleatórios em alguns casos.<sup>53</sup> O aumento da tributação régia na Europa ocidental baixo medieval é outro exemplo da imposição de níveis maiores de pagamento campesino. E o estabelecimento da “segunda servidão” sobre camponeses anteriormente livres no Leste da Europa no final da Idade Média, que afirmou novas formas de controle senhorial, completada pelo trabalho forçado em domínios, foi talvez o ato mais claro de violência.<sup>54</sup> Houve também muitos outros, com certeza. Mas, por mais numerosos que fossem, eram todos eventos isolados; e exigiam muito trabalho. Como os economistas diriam, esses aumentos eram resistentes (*sticky*). Na maior parte do tempo, os senhores não estavam *in loco*, e os camponeses sim; eles podiam corroer mais facilmente o peso das rendas e tributos mais costumeiros que eram devidos à medida que o ambiente econômico mudava. E a luta de classes poderia funcionar na outra direção também: por exemplo, quando os cam-

<sup>52</sup> Dyer (2007); Bois (1984), especialmente nas páginas (p. 384-408). O argumento de Bois sobrevive às críticas de Brenner (1985, p. 231-232; p. 242-246). Mas veja a discussão das estratégias camponesas em Brenner (2007, p. 63-83); na minha opinião, este artigo subestima o poder de compra dos camponeses em muitos momentos da história europeia, mas as escolhas básicas disponíveis para os camponeses como classe são efetivamente apresentadas.

<sup>53</sup> A historiografia sobre isso é vasta e complexa demais para ser citada aqui; no entanto, uma descrição detalhada de muitos regimes senhoriais diferentes pode ser encontrada em Fossier (1982, p. 288-601). O equivalente na Inglaterra foi a imposição, por volta de 1200, de uma servidão mais generalizada, que teve o mesmo efeito: veja, por exemplo, Hilton (1965).

<sup>54</sup> Para uma análise atualizada da “segunda servidão”, Dygo (2005); para as consideráveis nuances agora necessárias para períodos posteriores, consulte a nota 57 abaixo.

poneses na França, Itália e Espanha conseguiram, durante o longo século XII, estabilizar os aspectos arbitrários dos tributos senhoriais e transformá-los em pagamentos padronizados, geralmente em dinheiro, que então novamente diminuíram constantemente como proporção do excedente total. A mesma coisa aconteceu com a resistência camponesa pós-Peste Negra, que levou ao desaparecimento dos últimos elementos de servidão em grande parte da Europa ocidental.<sup>55</sup> É por causa disso também que os camponeses muitas vezes tinham um maior excedente disponível na Idade Média Central e Baixa do que os historiadores costumavam pensar, pelo menos nos anos bons.

Uma vez que as relações feudais de produção, acima de tudo, direcionavam o excedente para os senhores, não é surpreendente que a maioria do comércio tenha sido estruturada *primeiro* pela demanda senhorial. De fato, como mencionado anteriormente, na Alta Idade Média, as diferentes intensidades de trocas são praticamente um indicador direto dos níveis distintos de dominação aristocrática.<sup>56</sup> No Oeste e no Sul da Europa, após a “revolução senhorial” do século XI, o primeiro dos principais períodos de aumento das exações mencionados anteriormente, a dominação senhorial sobre praticamente todos os grupos sociais se estabeleceu completamente, e a partir de então o comércio se desenvolveu constantemente em todos os lugares. Mas é também a partir desse momento que as formas como os camponeses poderiam usar sua vantagem tática se tornaram mais visíveis. Isso significa que temos um equilíbrio. Dada a dominação dos senhores, as economias urbanas se desenvolveram substancialmente em todos os lugares, sobretudo para atender à sua demanda. Mas, inversamente, foi também a partir daqui que a natureza costumeira e, portanto, o lento nível decrescente das exações começou a favorecer de forma estável os camponeses e o poder de compra camponês também; e, cada vez mais a partir de 1150 aproximadamente, a produção urbana (incluindo a de pequenas cidades) tinha um elemento camponês em sua base de demanda, como já vimos. Este foi o período medieval de expansão mais rápida em termos populacionais, agrícolas e de produção urbana. Tampouco a expansão na produção foi revertida.<sup>57</sup> Mantiveram-se, a partir de então, na maior parte da Europa, níveis consideráveis de produção, comercialização, especialização regional e troca internacional, com os pontos altos regionais que listei no início. E o contexto em que isso ocorreu foi a lógica econômica do feudalismo, baseada no fato de que a maioria camponesa era necessária ao processo básico de produção, e os senhores não; isso continuou a diminuir constantemente as rendas e tributos, exceto quando os senhores (e agora já os Estados) se empenhavam em aumentá-los, o que significava que os camponeses tendiam a manter sua participação nesse mundo comercializado.

Portanto, uma tendência geral da lógica econômica do feudalismo era estabelecer, eventualmente, sistemas de produção e troca razoavelmente eficientes, que em

<sup>55</sup> Para o século XII, Bourin e Sopena (2004, p. 161-309); para o período pós-Peste Negra, Brenner (1985) ainda se mantém como uma pesquisa comparativa válida.

<sup>56</sup> Consulte o texto da nota 25 acima.

<sup>57</sup> O possível período da armadilha malthusiana de superpopulação após cerca de 1290 tem sido alvo de críticas crescentes e, na medida em que ocorreu, foi dramaticamente invertido com a mortalidade da Peste Negra de 1347-1352. Veja agora, sobretudo para o Sul da Europa, Bourin, Menant e To Figueras (2014, p. 9-101), com uma importante revisão crítica do debate em língua inglesa na introdução dos editores; Grillo e Menant (2019); e Carocci (2018), igualmente crítico em relação a grande parte dos modelos recentes da história econômica.

alguns casos mostravam considerável dinamismo. O que aconteceria a seguir? Basicamente, havia duas direções. Uma era os senhores intervirem pela força, aumentarem as rendas, excluam os camponeses do sistema de trocas e apropriarem-se eles próprios dos rendimentos rurais. Isso, como vimos, demandava muito trabalho, mas certamente aconteceu; imagens de pobreza extrema não são incomuns na historiografia medieval das áreas rurais, como em períodos anteriores e posteriores também, e algumas delas são justificadas. O aumento da tributação não gerava sistematicamente essa situação, já que sistemas meticulosos de cobrança mal existiam na Europa neste período fora do Norte da Itália e do Império Otomano, ambos superando a China em seus detalhes – mesmo que a fiscalidade tardomedieval pudesse ser alta, o que geralmente, em toda a Eurásia, aumentava maciçamente a estabilidade e o poder do Estado, e que podia, certamente, retirar recursos consideráveis do campo para o benefício de grupos de elite.<sup>58</sup> E a “segunda servidão” do final da Idade Média e início da Idade Moderna no Leste da Europa – em uma região em que a comercialização, de qualquer forma, não foi ainda tão grande – significava que a grande expansão nas exportações de grãos, especialmente na Polônia no início da Idade Moderna, beneficiava principalmente os senhores e muito menos os camponeses. Isso certamente não contribuiu em nada para diminuir a força do sistema econômico feudal como um todo, e, de fato, Kula, cuja teoria de preços foi mencionada anteriormente de passagem, se baseou precisamente no exemplo polonês da Idade Moderna. Os camponeses do Centro-Leste da Europa tiveram que começar novamente a trabalhar para diminuir as exações senhoriais na prática. Mesmo assim, eles o fizeram com sucesso em muitos lugares; este tipo de economia de maneira alguma excluía sempre, ou permanentemente, os camponeses do mercado, como estudos recentes estão tornando cada vez mais claro.<sup>59</sup>

Em partes da Europa em que isso não ocorreu, o que vemos, ao invés disso, é o papel contínuo do comércio para o campesinato que pagava renda, o que manteve, com altos e baixos, um acesso razoável aos excedentes e à compra nos mercados – pelo menos para as camadas camponesas mais prósperas e, pelo menos, em tempos de paz. Mas o que isso também significa é que não havia uma tendência sistêmica para a “empobrecimento” do campesinato, seu enfraquecimento estrutural e, eventualmente, sua perda de controle sobre a terra, o que também significa que não existia nenhuma tendência sistêmica além do fato de que os camponeses não precisavam comprar produtos para subsistir. Já caracterizei brevemente esse mundo, com camponeses mais ricos cultivando para produzir excedentes, camponeses mais pobres frequentemente mantidos vivos e na terra pelo trabalho em tempo parcial na protoindústria, e trabalhadores assalariados em sua maioria envolvidos nos ritmos de longa data da produção

<sup>58</sup> Para a tributação na Europa, consulte especialmente os dados em Bonney (1995; 1999); para a Itália, Ginatempo (2006, p. 241-194). Para levantamentos rurais e coleta de tributos menos sistemáticos na China do final da Idade Média e início da Idade Moderna, e também taxas tributárias relativamente mais baixas do que se poderia esperar, veja Huang (1998, p. 126-134).

<sup>59</sup> Kula (1976); contraste, por exemplo, Cerman (2012). Para entender como a resistência camponesa funcionava na prática em Brandemburgo, veja Hagen (2002), especialmente nas páginas (p. 524-592); Hagen (1985). Para a complexidade das diferentes regiões da Alemanha no início da Idade Moderna, em particular, com servidão, trabalho assalariado rural e mercados rurais operando lado a lado, consulte o levantamento em Ghosh (2016) e os ensaios em Freedman e Bourin (2005).

camponesa, frequentemente possuindo pequenos lotes de terra, mesmo que não o suficiente para viver, e/ou ser absorvidos nas economias familiares camponesas como servos rurais. Existe uma tendência implícita em grande parte dos trabalhos recentes para enfatizar a persistência do que eu chamaria de lógica feudal para a economia até depois de 1700, em todos os lugares, mesmo na Inglaterra, onde geralmente se supõe que tenha se desfeito primeiro.<sup>60</sup> E faz sentido que seja assim, dado que altos níveis de comercialização não minavam por si só essa lógica.

Há dois pontos-chave aqui, ambos fortalecendo essa persistência. Primeiro, a troca neste sistema tinha um duplo limite, uma vez que a demanda da elite, ou senhorial, o motor fundamental para a troca e capaz de um crescimento considerável, era sempre restrita pelo fato de que as elites eram uma pequena minoria; e a demanda camponesa era, dada a base de subsistência não mercantilizada dos camponeses, finita.<sup>61</sup> Em segundo lugar, quanto mais sólida fosse a comercialização, em circunstâncias normais, menos provável seria que a maioria dos camponeses fosse forçada a deixar suas propriedades por motivos econômicos e potencialmente se proletarizar. Senhores podem, é claro, coagir camponeses a deixar suas propriedades em algumas circunstâncias, ou limitar coercitivamente os recursos econômicos dos camponeses, como nos movimentos de cercamento dos campos, mas estas são, como eu enfatizei, ações complexas e difíceis de realizar, exigindo muito trabalho específico. Na Inglaterra, isso de fato aconteceu afinal; ex-camponeses seriam assim compelidos a sair para Londres e as cidades industriais do Norte ou a se tornarem assalariados rurais desenraizados, totalmente dependentes do mercado. Evidentemente, no entanto, tal desenvolvimento não ocorreu em outros lugares, em geral antes de 1850, e, eu diria, isso se deve precisamente a essa solidez comercial tanto para camponeses quanto para senhores. Mas, inversamente, se a comercialização retrocedesse, como acontecia regularmente, enfraquecendo (embora raramente anulando completamente) o dinamismo de todas as regiões listadas no início deste artigo – o que poderia acontecer facilmente se a demanda senhorial caísse em momentos de dificuldades políticas, ou se houvesse muitos custos transacionais (como taxas senhoriais) associados aos mercados, ou se uma concorrência excessiva de outras regiões desestabilizasse o sistema, ou se os interesses de grupos urbanos minassem a protoindústria rural – o resultado não seria a proletarização tampouco, mas simplesmente um retorno a níveis mais elevados de produção camponesa para a subsistência.<sup>62</sup> Em ambas direções, isto é, em circunstâncias normais, aumentaria, em vez de enfraquecer, a solidez de um sistema econômico feudal. Esta é, de fato, a razão central pela qual tais sistemas duraram tanto tempo.

---

<sup>60</sup> Como, por exemplo, no (em outros aspectos, bastante diferente) trabalho de Allen (1992); Ogilvie (1997); e Ghosh (2016).

<sup>61</sup> Compare com Wickham (2018, p. 138). Veja também, a partir de uma perspectiva análoga, mas distinta, Brenner (1989), especialmente nas páginas (p. 31-39).

<sup>62</sup> Veja, por exemplo, Epstein (2000, p. 49-88; p. 127-142), para algumas dessas restrições; Ghosh (2016), para uma explicação eficaz de como sistemas de equilíbrio elevado não necessariamente se transformavam em algo diferente. Van Bavel (2016), especialmente nas páginas (p. 1-38; p. 251-287), também destaca que os mercados de fatores, enquanto se desenvolvem – e às vezes impulsionam economias já complexas – tendem a operar como uma restrição mais tarde, criando um ciclo que tende a levar à involução econômica. Este é um argumento adicional poderoso em alguns casos, mesmo que não esteja claro que seja universal.

É claro que o trabalho assalariado, se pago em dinheiro ao invés de gênero, implica, como regra geral, uma demanda mais sólida e permanente por alimentos e bens artesanais essenciais. Os camponeses podem não precisar comprar tais artigos, mas qualquer pessoa totalmente dependente de salários sim. À medida que o trabalho assalariado aumentava em escala após 1500 ou algo assim, especialmente no arco de regiões que se estende do Sul da Alemanha através dos Países Baixos até a Inglaterra, haveria mais demanda desse tipo. Mas qualquer pessoa que queira ver isso, em si mesmo, levando ao desenvolvimento posterior e à dominação das relações capitalistas precisa reconhecer o fato, que eu enfatizei diversas vezes, de que, para a maior parte desta área, isso não aconteceu. Isso dá força ao argumento de que os modos de produção não são simplesmente definidos por renda, salários, e assim por diante; eles são sistemas inteiros. Ou seja, o trabalho assalariado rural, por mais substancial que fosse, não necessariamente minou a lógica do modo de produção feudal. Mesmo quando era muito extenso, uma dominação de estratégias econômicas camponesas sobre o sistema evidentemente podia impedir que a lógica do sistema se transformasse em uma lógica capitalista. Isso seria, de fato, para mim a questão-chave ao olhar para o momento de mudança na Inglaterra, em algum momento do século XVIII: quando e como essas estratégias perderam força no campo, permitindo que a lógica do sistema se transformasse?

Mas desenvolver tais questões mais a fundo seria inadequado em um artigo focado na Idade Média. É muito menos parte do meu escopo avançar ainda mais e oferecer aqui uma explicação da revolução industrial no Norte da Inglaterra. Sou totalmente um leitor externo da literatura sobre isso e, segundo descobri, não existe qualquer tipo de consenso, ainda menos do que costumava existir, sobre suas causas básicas ou até, às vezes, seus elementos básicos. Minhas simpatias certamente estão com aqueles que tendem a vê-la como resultado de uma concatenação de eventos acidentais; havia pouco na economia inglesa, até onde posso ver, que realmente a diferenciasse de qualquer um dos outros sistemas de equilíbrio elevado que estavam operando na Eurásia até 1700, exceto pela fácil disponibilidade de carvão. Eu sempre estive mais interessado na comparação Inglaterra-China de Kenneth Pomeranz do que nas reações de seus críticos, embora Pomeranz em si tivesse pouco interesse nas relações de produção, que foram meu foco principal aqui.<sup>63</sup> Então, eu simplesmente quero encerrar enfatizando, pelo menos segundo minha interpretação, da lógica da economia feudal, e, portanto, da maior parte da economia medieval, que se resume no controle pelos camponeses do processo produtivo, e na grande dificuldade que os senhores tinham em reverter essa situação. As regras feudais para a economia tinham uma história muito longa e um grande poder de permanência, durando milênios em alguns lugares. Podemos não gostar – nenhum de nós gosta – das implicações dessas regras, que eram baseadas do começo ao fim em coerção e opressão; mas elas também merecem algum respeito por esse poder de permanência.

---

<sup>63</sup> Quanto ao carvão, veja, por exemplo, Pomeranz (2000, p. 59-67; p. 72-76 para comentários breves sobre relações de produção); e, para uma visão muito diferente, mas ainda análoga, Allen (2009), especialmente nas páginas (p. 80-105). Este último livro de Mokyr (1999), contém balanços historiográficos convenientes, que mostram a ampla variedade de visões recentes. A exploração colonial britânica, é claro, também teria que ser incluída no quadro explicativo a essa altura, como Pomeranz faz, embora seja sabido que os impérios coloniais espanhol e britânico – os dois maiores em meados do século XVIII – tiveram efeitos econômicos muito diferentes sobre o poder colonial em si; isto é, fatores causais endógenos tiveram um papel maior do que os exógenos. Mas, certo ou errado, o ponto é marginal para este artigo.

## Referências

- ALLEN, Robert. "Agricultural productivity and rural incomes in England and the Yangtze delta, c. 1620 – c. 1820". *Economic History Review*, v. 62, n. 3, 2009, p. 525-550.
- ALLEN, Robert. *Enclosure and the Yeoman: the agricultural development of the South Midlands, 1450–1850*. Oxford, 1992.
- ALLEN, Robert. "How prosperous were the Romans? Evidence from Diocletian's price edict (AD 301)". In: BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew. *Quantifying the Roman economy: methods and problems*. Oxford, 2009.
- ALLEN, Robert. "Real wages in Europe and Asia: a first look at the long-term patterns". In: ALLEN, Robert; BENGTSSON, Tommy; DRIBE, Martin. *Living standards in the past: new perspectives on well-being in Asia and Europe*. Oxford, 2005.
- ALLEN, Robert. *The British industrial revolution in global perspective*. Cambridge, 2009.
- ALLEN, Robert. "The great divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the First World War". *Explorations in Economic History*, v. 38, n. 4, 2001, p. 411-447.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Reading capital: the complete edition*. Londres, 1970.
- ARMSTRONG, Pamela. "Greece in the eleventh century". In: HOWARD-JOHNSTON, James. *Social change in town and country in eleventh-century Byzantium*. Oxford, 2020.
- ARMSTRONG, Pamela. "The survey area in the Byzantine and Ottoman periods". In: CAVANAGH, William et al. *The Laconia Survey*. Vol 1: Methodology and Interpretation. Londres, 1996.
- BANAJI, Jairus. *A brief history of commercial capitalism*. Chicago, 2020.
- BANAJI, Jairus. *Theory as history: essays on modes of production and exploitation*. Leiden, 2010.
- BOIS, Guy. *The crisis of feudalism: economy and society in Eastern Normandy, c. 1300–1550*. Cambridge, 1984.
- BONDIOLI, Lorenzo. "Peasants, merchants, and caliphs: capital and empire in Fatimid Egypt, 900–1200 CE". Tese de doutorado, Universidade de Princeton, 2020.
- BONNEY, Richard (org.). *Economic systems and state finance: the origins of the modern state in Europe*. Oxford, 1995.
- BONNEY, Richard (org.). *The rise of the fiscal state in Europe, c.1200–1815*. Oxford, 1999.
- BOURIN, Monique; MENANT, François; TO FIGUERAS, Lluís (orgs.). *Dynamiques du monde rural dans la conjuncture de 1300: échanges, prélèvements et consommation en Méditerranée occidentale*. Roma, 2014.
- BOURIN, Monique; SOPENA, Pascual Martínez (orgs.). *Pour une anthropologie du prélèvement seigneurial dans les campagnes médiévales (XIe–XIVe siècles)*. Paris, 2004.
- BOZHONG, Li. *Agricultural development in Jiangnan, 1620–1850*. Basingstoke, 1998.

- BRENNER, Robert. "Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe". In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge, 1985.
- BRENNER, Robert. "Economic backwardness in Eastern Europe in the light of developments in the West". In: CHIROT, Daniel. *The origins of backwardness in Eastern Europe*. Berkeley, 1989.
- BRENNER, Robert. "Property and progress: where Adam Smith went wrong". In: WICKHAM, Chris. *Marxist history-writing for the twenty-first century*. Oxford, 2007.
- BRESC, Henri. *Un monde méditerranéen: économie et société en Sicile, 1300–1450*. Roma, 1986.
- BRITNELL, Richard. *Britain and Ireland, 1050–1350: economy and society*. Oxford, 2004.
- BRITNELL, Richard. *The commercialisation of English society, 1000–1500*. Manchester, 1996.
- BROADBERRY, Stephen; GUPTA, Bishnupriya, "The early modern great divergence: wages, prices and economic development in Europe and Asia, 1500–1800". *The Economic History Review*, v. 59, n. 1, 2006, p. 2-31.
- CAMPBELL, Bruce M. S. "Progressiveness and backwardness in thirteenth and early-fourteenth century English agriculture: the verdict of recent research". In: DUVOSQUEL, Jean-Marie; THOEN, Erik. *Peasants and townsmen in medieval Europe: studia in honorem Adriaan Verhulst*. Gante, 1995.
- CAMPBELL, Bruce M. S. "The agrarian problem in the early fourteenth century". *Past and Present*, v. 188, n. 1, 2005, p. 3-70.
- CAROCCI, Sandro. "La 'crisi del Trecento' e le recenti teorie economiche". In: SAINT-PULGENT, Diane; DEJOUX, Marie. *La fabrique des sociétés médiévales méditerranéennes: les Moyen Âge de François Menant*. Paris, 2018.
- CERMAN, Markus. *Villagers and lords in Eastern Europe, 1300–1800*. Basingstoke, 2012.
- CHITTOLINI, Giorgio. "Alle origini delle 'grandi aziende' della Bassa lombarda: l'agricoltura dell'irriguo fra XV e XVI secolo". *Quaderni Storici*, v. 13, n. 39, 1978, p. 828-844.
- CLUNY, Odo de, *Vita sancti Geraldi Auriliacensis*. Bruxelas, 2009.
- COHN, Samuel Kline. *Lust for liberty: the politics of social revolt in medieval Europe, 1200–1425*. Cambridge, 2006.
- DAMERON, George. *Episcopal power and Florentine society, 1000–1320*. Cambridge, 1991.
- DEMADE, Julien. "Ponction féodale et société rurale en Allemagne du sud (XIe–XVIe siècles)". Tese de doutorado, Universidade de Estrasburgo II, 2004.
- DE VRIES, Jan; VAN DER WOUDE, Ad. *The first modern economy: success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500–1815*. Cambridge, 1997.
- DOSSEY, Leslie. *Peasant and empire in christian North Africa*. Berkeley, 2010.
- DYER, Christopher, *An age of transition? Economy and society in England in the later Middle Ages*. Oxford, 2005.

- DYER, Christopher. “The material world of English peasants, 1200–1540: archaeological perspectives on rural economy and welfare”. *Agricultural History Review*, v. 62, n. 1, 2014, p. 1-22.
- DYER, Christopher. “The ineffectiveness of lordship in England, 1200–1400”. In: DYER, Christopher; COSS, Peter; WICKHAM, Chris. *Rodney Hilton’s Middle Ages: an exploration of historical themes*. Oxford, 2007.
- DYGO, Marian. “Zur Genese der sog. ‘zweiten Leibeigenschaft’ in Polen (15.–16. Jahrhundert)”. In: FREEDMAN, Paul; BOURIN, Monique. *Forms of servitude in Northern and Central Europe: decline, resistance, and expansion*. Turnhout, 2005.
- EPSTEIN, Stephan. *An island for itself: economic development and social change in late medieval Sicily*. Cambridge, 1992.
- EPSTEIN, Stephan. “Cities, regions and the late medieval crisis: Sicily and Tuscany compared”. *Past and Present*, n. 130, 1991, p. 3-50.
- EPSTEIN, Stephan. *Freedom and growth, London: the rise of States and markets in Europe, 1300–1750*. Abingdon, 2000.
- EPSTEIN, Stephan. “I caratteri originali: l’economia”. In: SALVESTRINI, Francesco (ed.). *L’Italia alla fine del medioevo: I caratteri originali nel quadro europeo*. Florença, 2006.
- ESCH, Arnold. “Lucca im 12. Jahrhundert”. Tese de Habilitação (não publicada), Universidade de Göttingen, 1974.
- FELLER, Laurent; WICKHAM, Chris (orgs.). *Le marché de la terre au Moyen Âge*. Roma, 2006.
- FINDLAY, Ronald; O’ROURKE, Kevin. *Power and plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Princeton, 2007.
- FIORE, Alessio. *Il mutamento signorile: assetti di potere e comunicazione politica nelle campagne dell’Italia centro-settentrionale (1080–1130 c.)*. Florença, 2017.
- FIRNHABER-BAKER, Justine; SCHOENAERS, Dirk (orgs.). *The Routledge history handbook of medieval revolt*. Abingdon, 2017.
- FOSSIER, Robert. *Enfance de l’Europe, Xe–XIIe siècles, aspects économiques et sociaux*. Paris, 1982.
- FRANCESCHI, Franco; TADDEI, Ilaria. *Le città italiane nel Medioevo: XII–XIV secolo*. Bolonha, 2012.
- FREEDMAN, Paul; BOURIN, Monique (orgs.). *Forms of servitude in Northern and Central Europe: decline, resistance, and expansion*. Turnhout, 2005.
- FRYDE, Edwin; FRYDE, Matthew. “Public credit, with special reference to north-western Europe”. In: POSTAN, M.; RICH, E.; MILLER, E. *The Cambridge economic history of Europe from the decline of the Roman empire*. Volume III. Cambridge, 1963.
- GHOSH, Shami. “Rural economies and transitions to capitalism: Germany and England compared (c.1200–c.1800)”. *Journal of Agrarian Change*, v. 16, n. 2, 2016, p. 255-290.
- GHOSH, Shami. “The ‘great divergence,’ politics, and capitalism”. *Journal of Early Modern History*, v. 19, n. 1, 2015, p. 1-43.

- GIL, Moshe. "The flax trade in the Mediterranean in the eleventh century AD as seen in merchants' letters from the Cairo Geniza". *Journal of Near Eastern Studies*, v. 63, n. 2, 2004.
- GINATEMPO, Maria. "Finanze e fiscalità". In: SALVESTRINI, Francesco (ed.). *L'Italia alla fine del medioevo: i caratteri originali nel quadro europeo*. Firenze, 2006.
- GIORGI, Ignazio; BALZANI, Ugo (orgs.). *Il Regesto di Farfa*. Rome, 1879–1919.
- GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. Londres, 1972.
- GOLDBERG, Jessica L. *Trade and institutions in the medieval Mediterranean: the Geniza merchants and their business world*. Cambridge, 2012.
- GRASSI, Francesca. *La ceramica, l'alimentazione, l'artigianato e le vie di commercio tra VIII e XIV secolo*. Oxford, 2010.
- GREIF, Avner. *Institutions and the path to the modern economy: lessons from medieval trade*. Cambridge, 2006.
- GRILLO, Paolo. *Milano in età comunale (1183–1276): istituzioni, società, economia*. Spoleto, 2001.
- GRILLO, Paolo; MENANT, François (orgs.). *La congiuntura del primo Trecento in Lombardia (1290–1360)*. Rome, 2019.
- HAGEN, William. "How mighty the junkers? Peasant rents and seigneurial profits in sixteenth-century Brandenburg". *Past and Present*, n. 108, 1985, p. 80-116.
- HAGEN, William. *Ordinary Prussians: Brandenburg junkers and villagers, 1500–1840*. Cambridge, 2002.
- HALDON, John. "Theories of practice: marxist history-writing and complexity". *Historical Materialism*, v. 21, n. 4, 2013, p. 36-70.
- HALDON, John. *The state and the tributary mode of production*. Londres, 1993.
- HERLIHY, David. *Opera Muliebria: women and work in medieval Europe*. Nova York, 1990.
- HINTON, David. "Deserted medieval villages and the objects from them". In: DYER, Christopher; JONES, Richard. *Deserted villages revisited*. Hatfield, 2010.
- HILTON, Rodney. *English and french towns in feudal society: a comparative study*. Cambridge, 1992.
- HILTON, Rodney. "Freedom and villeinage in England". *Past and Present*, n. 31, 1965, p. 3-19.
- HILTON, Rodney. "Introduction' e 'A Comment'". In: HILTON, Rodney. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres, 1978a.
- HILTON, Rodney (org.). *The transition from feudalism to capitalism*. Londres, 1978b.
- HOBSON, Matthew. *The North African boom: evaluating economic growth in the Roman province of Africa Proconsularis (146 BC–AD 429)*. Portsmouth, 2015.
- HUANG, Ray, "The ming fiscal administration". In: TWITCHETT, Denis; MOTE, Frederick. *The Cambridge history of China: the Ming dynasty, 1368-1644*. Volume 7. Cambridge, 1998.
- HUBERT, Étienne. "La construction de la ville Sur l'urbanisation dans l'Italie médiévale". *Annales Histoire, Sciences Sociales*, v. 59, n. 1, 2004, p. 109-139.

- HUDSON, Pat. *Regions and industries: a perspective on the Industrial Revolution in Britain*. Cambridge, 1989.
- HUDSON, Pat. *The genesis of industrial capital: a study of the West Riding wool textile industry, c. 1750–1850*. Cambridge, 1986.
- HUNT, Edwin. “A new look at the dealings of the Bardi and Peruzzi with Edward III”. *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 1, 1990, p. 149-162.
- KOTEL’NIKOVA, Ljubov. *Mondo contadino e città in Italia dal XI al XIV secolo: dalle fonti dell’Italia centrale e settentrionale*. Bolonha, 1975.
- KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen. *Industrialization before industrialization*. Cambridge, 1981.
- KUCHENBUCH, Ludolf; MICHAEL, Bernd. “Zur Struktur und Dynamik der ‘feudalen’ Produktionsweise im vorindustriellen Europa”. In: KUCHENBUCH, Ludolf; MICHAEL, Bernd. *Feudalismus: materialien zur Theorie und Geschichte*. Frankfurt: Ullstein, 1977.
- KULA, Witold. *An economic theory of the feudal system*. Londres, 1976.
- LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris, 1933.
- LAIYOU, Angeliki; MORRISSON, Cécile. *The Byzantine economy*. Cambridge, 2007.
- LAUWERS, Michel (orgs.). *La dîme, l’Église et la société féodale*. Turnhout, 2012.
- LEFEUVRE, Philippe. *Notables et notabilité dans le contado florentin des XII<sup>e</sup>–XIII<sup>e</sup> siècles*. Roma, 2022.
- LOPEZ, Robert S. *The commercial revolution of the Middle Ages, 950 - 1350*. Englewood Cliffs, 1971.
- MALANIMA, Paolo. *La fine del primato: crisi e riconversione nell’Italia del seicento*. Milão, 1998.
- MARX, Karl. *Capital: volume III*. Londres: Penguin, 1981.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- MARX, Karl. *Pre-capitalist economic formations*. Londres: Lawrence & Wishart, 1964.
- MAURI, Luisa Chiappa. “Riflessioni sulle campagne lombarde del Quattro-Cinquecento”. *Nuova Rivista Storica*, v. 68, 1985.
- MENANT, François. *Campagnes lombardes au Moyen Âge: l’économie et la société rurales dans la région de Bergame, de Crémone et de Brescia du Xe au XIIIe siècle*. Rome, 1993.
- MENANT, François. *L’Italie des communes (1100–1350)*. Paris, 2005.
- MOKYR, Joel. *Industrialization in the Low Countries, 1795–1850*. New Haven, 1976.
- MOKYR, Joel (org.). *The British industrial revolution: an economic perspective*. Boulder, 1999.
- MYRDAL, Janken; SAPOZNIK, Alexandra. “Technology, labour, and productivity potential in peasant agriculture”. *Agricultural History Review*, v. 65, n. 2, 2017, p. 194-212.
- OGILVIE, Sheilagh. *State corporatism and proto-industry: the Württemberg black forest, 1580–1797*. Cambridge, 1997.

- OGILVIE, Sheilagh. “‘Whatever is, is right?’ Economic institutions in pre-industrial Europe”. *The Economic History Review*, v. 60, n. 4, 2007, p. 649-684.
- OGILVIE, Sheilagh; CERMAN, Markus (orgs.). *European proto-industrialization*. Cambridge, 1996.
- ORECCHIONI, Paola. “I contesti ceramici nel basso medioevo: riflessi dei cambiamenti sociali nella cultura materiale”. Tese de doutorado, Universidade de Rome Tor Vergata, 2015.
- PALERMO, Luciano. *Sviluppo economico e società preindustriali*. Roma, 1997.
- PANERO, Francesco. “Il lavoro salariato nelle campagne dell’Italia centro-settentrionale dal secolo XII all’inizio del Quattrocento”. In: CORTONESI, Alfio; MONTANARI, Massimo; NELLI, Antonella. *Contratti agrari e rapporti di lavoro nell’Europa medievale*. Bolonha, 2006.
- PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600–1850*. Cambridge, 2011.
- PINTO, Giuliano. *La Toscana nel tardo medioevo: ambiente, economia rurale, società*. Florença, 1982.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Trade and market in the Early Empires: economies in History and Theory*. Glencoe: Free Press, 1957.
- POLONI, Alma. “Una società fluida: l’economia di Firenze nel tardo medioevo”. *Storica*, v. 61-62, 2015, p. 165-190.
- POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: China, Europe and the making of the modern world economy*. Princeton, 2000.
- POMERANZ, Kenneth. “Their own path to crisis? Social change, state-building, and the limits of Qing expansion, c.1770–1840”. In: ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Age of Revolutions in Global Context, c.1760–1840*. Londres, 2011.
- POSTAN, Michael. “Medieval agrarian society in its Prime: England”. In: POSTAN, Michael. *The Cambridge economic history of Europe*. Volume 1. Cambridge, 1966.
- POSTAN, Michael. *The medieval economy and society*. Berkeley, 1972.
- REDI, Fabio. *Pisa com’era*. Nápoles, 1991.
- ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. *Before and beyond divergence*. Cambridge, 2011.
- SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, 1972.
- SAPORI, Armando. *La crisi delle compagnie mercantili dei Bardi e dei Peruzzi*. Florença, 1926.
- SHAW-TAYLOR, Leigh. “The rise of agrarian capitalism and the decline of family farming in England”. *The Economic History Review*, v. 65, n. 1, 2012, p. 26-60.
- SIMONSOHN, Shlomo. *The Jews in Sicily, 383–1300*. Leiden, 1997.
- TABARRINI, Lorenzo. *Estate management around Florence and Lucca (1000–1250)*. Oxford, 2023.
- UDOVITCH, A. L. “International trade and the medieval Egyptian countryside”. *Proceedings of the British Academy*, v. 96, 1999, p. 267-285.

- VAN BAVEL, Bas. *Manors and markets: economy and society in the Low Countries, 500–1600*. Oxford, 2010.
- VAN BAVEL, Bas. “Rural wage labour in the sixteenth-century Low Countries: an assessment of the importance and nature of wage labour in the countryside of Holland, Guelders and Flanders”. *Continuity and Change*, v. 21, n. 1, 2006, p. 37-72.
- VAN BAVEL, Bas. *The invisible hand? How market economies have emerged and declined since AD 500*. Oxford, 2016.
- VIONIS, Athanasios. “Current archaeological research on settlement and provincial life in the Byzantine and Ottoman Aegean: a case-study from Boeotia, Greece”. *Medieval Settlement Research*, v. 23, 2008, p. 28-41.
- VRIES, Peer. “The California School and beyond: how to study the great divergence?”. *History Compass*, v. 8, n. 7, 2010, p. 730-751.
- VROOM, Joanita. *After antiquity: ceramics and society in the Aegean from the 7th to the 20th century A.C. a case study from Boeotia, Central Greece*. Leiden, 2003.
- WHITTLE, Jane (org.). *Landlords and tenants in Britain, 1440–1660*. Woodbridge, 2013.
- WHITTLE, Jane. *The development of agrarian capitalism: land and labour in Norfolk, 1440–1580*. Oxford, 2000.
- WICKHAM, Chris. *Community and clientele in twelfth-century Tuscany: the origins of the rural commune in the plain of Lucca*. Oxford, 1998.
- WICKHAM, Chris. *Framing the early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400–800*. Oxford, 2005.
- WICKHAM, Chris. “Jiangnan style”. In: ARNOLD, John; HILTON, Matthew; RÜGER, Jan. *History after Hobsbawm: writing the past for the twenty-first century*. Oxford, 2018.
- WICKHAM, Chris. *Land and power: studies in Italian and European social history, 400–1200*. Londres, 1994.
- WICKHAM, Chris. “Le forme del feudalesimo”. *Settimane di studio del Centro italiano di studi sull’alto Medioevo*, Spoleto, 2000.
- WICKHAM, Chris. “Prima della crescita: quale società?”. In: WICKHAM, Chris *et al.* *La crescita economica dell’Occidente medievale: un tema storico non ancora esaurito*. Pistoia, 2017.
- WICKHAM, Chris. “Productive forces and the economic logic of the feudal mode of production”. *Historical Materialism*, v. 16, n. 2, 2008, p. 3–22.
- WICKHAM, Chris. *The donkey and the boat*. Oxford, 2023.
- WONG, Roy Bin. “China before capitalism”. In: NEAL, Larry. *The Cambridge history of capitalism*. Cambridge, 2014.
- WOOD, Ian. *The modern origins of the early Middle Ages*. Oxford, 2013.
- ZURNDORFER, Harriet. “Cotton textile manufacture and marketing in late imperial China and the ‘Great Divergence’”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 54, n. 5, 2011, p. 701-738.

# **Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista**

*Memories and histories of the dictatorship in times of Bolsonaro's neofascism*

**Marcelo Badaró Mattos\***

## **Resumo**

O artigo se inicia por uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo, para explicar seu recurso a uma visão mítica positivada da ditadura, através de uma análise dos discursos da cúpula das Forças Armadas. Em seguida, procura-se apresentar uma leitura crítica de certas análises historiográficas, produzidas por especialistas acadêmicos e com larga circulação que, embora não possuam relação direta com as visões dos militares e do bolsonarismo, acabam por compartilhar elementos em comum com essas memórias reacionárias do passado ditatorial. Pretende-se, com isso, chamar a atenção para a complexa relação entre a memória social e a história produzida por historiadores profissionais, de forma a ressaltar sua responsabilidade política e social.

**Palavras-chave:** bolsonarismo; golpe de 1964; ditadura militar; memória e história

## **Abstract**

The article begins with a characterization of the political phenomenon of Bolsonaroism, in order to explain its recourse to a positivized mythical vision of the dictatorship, through an analysis of the speeches of the leadership of the Armed Forces. The next step is to present a critical reading of certain historiographical analyses, produced by academic specialists and widely circulated, which, although not directly related to the views of the military and Bolsonaroism, end up sharing elements in common with these reactionary memories of the dictatorial past. The aim is to draw attention to the complex relationship between social memory and the history produced by professional historians, in order to highlight their political and social responsibility.

**Keywords:** Bolsonaroism; 1964 coup; military dictatorship; memory and history

---

\* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, pesquisador associado ao NIEP-Marx/UFF.

O historiador português Fernando Rosas, um especialista nos estudos sobre o salazarismo e os fascismos dos mais reconhecidos em seu país, em um texto de discussão das relações entre História e Memória, nos alerta para o fato de que “está em curso em nossas sociedades, com tempos e modos diversos, mas fundamentalmente comuns, uma disputa centrada nos conteúdos das representações do passado, sobretudo do passado recente, suscetíveis de fundar ou refundar as legitimidades ideológicas e políticas do presente e do futuro.” E complementa o argumento, definindo essa disputa como “um combate pela hegemonia política, pela ‘conquista de almas’”. (Rosas, 2016, p. 47)

Se há um tema em que a memória sobre o passado recente do Brasil é disputada com impactos diretos e expressivos nos conflitos políticos do nosso presente, esse tema é o do sentido do golpe de 1964 e da ditadura que ele inaugurou. Nenhum retrato das forças políticas de extrema-direita que governaram o Brasil entre 2019 e 2022 estaria completo sem lembrar seu saudosismo da ditadura militar. Por isso mesmo, é profundamente lamentável que, neste momento, em que estamos debatendo os 60 anos do golpe militar que instaurou a ditadura, o governo Lula abdique de fazer essa disputa pela memória, cancele eventos e volte atrás em relação ao anúncio de construção de um Museu dos Direitos Humanos, como parte da política por Memória, Verdade e Justiça.<sup>1</sup>

Por isso, nesta intervenção, parto de uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo, para explicar seu recurso a uma visão mítica positivada da ditadura, através de uma análise da principal matriz discursiva desse resgate: os discursos da cúpula das Forças Armadas. Em seguida, procuro apresentar uma leitura crítica de certas análises historiográficas, produzidas por especialistas acadêmicos e com larga circulação que, embora nem de longe procurem respaldar as visões dos militares e do bolsonarismo, acabam por compartilhar elementos em comum com essas memórias reacionárias do passado ditatorial recente. Assim, pretendo chamar a atenção para essa complexa relação entre a memória social e a história produzida por historiadores profissionais, de forma a ressaltar nossa responsabilidade política e social.

### **1. Bolsonarismo, militares e a ditadura como passado idílico**

Conforme venho defendendo em outros estudos, considero o bolsonarismo como um movimento político de cariz neofascista e analiso o governo Bolsonaro como um momento em que a centenária “autocracia burguesa” brasileira recorre ao neofascismo para enfrentar uma “crise orgânica”, sustentando o tradicional padrão “contrarrevolucionário” da forma de dominação de classes no Brasil. (Mattos, 2020)

A definição de neofascismo – que outros prefeririam denominar de “pós-fascismo”, ou de “fascismo do século XXI” – implica, necessariamente, o recurso à comparação com o fascismo histórico (dos anos 1920 a 1940), buscando identificar o que permite definir o processo que observamos hoje como uma variante “fascista” e porque precisamos adjetivá-la (como “neo” ou “proto”, por exemplo), ou seja, identifi-

---

<sup>1</sup> Entre as diversas matérias jornalísticas sobre o tema ver Marianna Holanda & Mateus Vargas (2024).

cando também suas especificidades. Não tenho aqui espaço para desenvolver plenamente essa comparação.<sup>2</sup> Me interessa apenas resgatar algumas das chaves de compreensão comuns que me conduzem ao argumento que quero desenvolver.

Os fascismos históricos e os neofascismos estão longe de representar apenas um fenômeno ideológico. Tanto na primeira metade do século XX, quanto agora, um século depois, eles surgem como respostas a crises profundas (ainda que distintas em suas naturezas), que atingem as várias dimensões da vida social. Para compreendê-los, portanto, a análise precisa recorrer ao estudo da correlação de forças sociais, de forma a captar o processo em que emerge uma alternativa reacionária, que se distingue de outras soluções políticas conservadoras, entre outras razões, por: assentar-se permanentemente numa mobilização de massas, cuja base social é vertebrada pela pequena-burguesia/classes médias, mas que atravessa de cima a baixo a estrutura de classes da sociedade; embora mobilizando uma base majoritariamente de segmentos médios, quando chegam a governar, os fascistas atendem aos interesses do grande capital; para além de buscar ganhar eleições, embora possam chegar ao governo através delas, os movimentos fascistas organizados em partidos buscam subverter o regime político, instalando ditaduras ferozes que propõem (e eventualmente executam) a violenta eliminação daqueles que são definidos como os inimigos do regime e do “povo”, e que podem ser desde setores organizados da classe trabalhadora que ameaçam a ordem capitalista até uma variada gama de inimigos internos e externos, ou “bodes expiatórios” que povoam as ideologias reacionárias que campeiam no senso comum de uma dada época – supostos comunistas, sindicalistas, produtores artísticos culturais e intelectuais críticos, “bandidos”, determinados grupos étnicos e raciais etc.

Lembremos que nem todo movimento fascista chegou ao governo e nem todo governo de fascistas logrou cambiar o regime político e instaurar uma ditadura fascista, embora isso estivesse sempre no seu horizonte. No período atual, uma das características dos governos dirigidos por neofascistas tem sido sua capacidade de interagir com os regimes democráticos (que de resto têm se mostrado bastante permeáveis à normalização do fascismo) de forma a subverter gradualmente suas características, limitando ainda mais o alcance das poucas garantias civis, políticas e sociais que neles foram conquistadas pelas lutas das maiorias trabalhadoras.

Até aqui, acredito que já seja possível entender por que caracterizo o bolsonarismo como um neofascismo. Mas, se comecei afirmando que fascismo e neofascismo não são apenas ideologias políticas, passo agora a destacar que todo movimento fascista se assenta em uma ideologia fascista, que em cada contexto histórico é um amálgama específico de um feixe de ideias reacionárias disponíveis. E essas ideologias fascistas possuem, entre várias outras características comuns que não desenvolverei aqui,<sup>3</sup> um forte apelo a um passado áureo, definido como um tempo de ordem e respeito aos valores conservadores – como pátria, família, religião. No caso do bolsonarismo, esse tempo mítico corresponde justamente à ditadura militar, invocada como

---

<sup>2</sup> Remeto interessados(as) em análises que fazem essa comparação histórica a algumas referências que estão longe de esgotar o debate: Rosas (2019) Renton (2018); Traverso (2019) e Mattos (2020).

<sup>3</sup> Um bom levantamento e uma análise interessante de vários elementos das ideologias fascistas pode ser encontrado em Stanley (2019).

um momento em que um governo forte, respaldado pelos interesses do povo/da nação/da sociedade, garantiu a ordem e a prosperidade. A memória positivada da ditadura é uma das chaves ideológicas do bolsonarismo, pacientemente construída e reforçada, antes e durante o governo e, obviamente, depois. Ou seja, nesse momento em que discutimos o aniversário do golpe de 1964, todos os canais de difusão bolsonaristas estão reforçando a memória positivada daquele evento e dos 21 anos que a ele se seguiram.<sup>4</sup>

Os principais responsáveis por esse esforço de dourar a memória da ditadura foram e são os comandantes militares, desde 1964 até hoje. Apresentando a sua ação (à época) e a de seus antepassados (hoje) como uma resposta heroica ao clamor da sociedade pelo retorno da ordem, contra o “caos” dos primeiros anos da década de 1960 (o Governo Goulart), a memória militar é o centro a partir do qual irradiam todos os discursos ideológicos a favor do golpe e do período ditatorial. Portanto, sem compreender os discursos e esforços memorialísticos militares, não compreendemos a ideologia bolsonarista que trata a ditadura como um passado áureo, da mesma forma que abstraindo os dirigentes militares da análise não teríamos como compreender a ascensão de Bolsonaro ao governo.

Passo então a um breve exercício de análise da memória construída pelos militares sobre o golpe e a ditadura, em suas manifestações mais explícitas durante o governo Bolsonaro, centrando-me em dois aspectos dessa memória: as narrativas sobre o evento 1964 que negam seu caráter de golpe de Estado e a ideia do respaldo e legitimidade conferidos “pela sociedade” aos governos militares.

Por certo que o discurso militar não poderia tratar o golpe como golpe. Se durante a ditadura o termo mais empregado era “Revolução (Gloriosa!) de 31 de março de 1964”, no último período, a terminologia mais empregada pelos oficiais superiores foi “movimento contrarrevolucionário”, “contragolpe” ou “contrarrevolução democrática”. A palestra que o general Heleno iria proferir em 31 de março de 2011 e que foi cancelada por determinação do então ministro da defesa, Nelson Jobim, orientado pela presidente Dilma Rousseff, teria por título, justamente, “A contrarrevolução que salvou o Brasil”. A ideia contida no título, de contrarrevolução, dá conta de uma reação a uma ameaça de outra “revolução”, em curso no governo Goulart: uma revolução comunista. Foi dessa ameaça – de implantação de um regime totalitário – que o país foi “salvo” pelos militares. (Victor, 2019)

Em 2019, quando Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa comemorasse o golpe, atitude que provocou ações do Ministério Público e críticas internas e internacionais, o Palácio do Planalto, em 31 de março, distribuiu um vídeo celebrando o golpe e elogiando as Forças Armadas, precisamente com a mesma terminologia daquele discurso vetado em 2011: “O Exército nos salvou. Não há como negar”. Na mesma data, o então ministro da defesa, general Fernando Azevedo e Silva, distribuiu uma ordem do dia que afirmava que as Forças Armadas em 1964 haviam atendido ao

---

<sup>4</sup> O vídeo da produtora “Brasil Paralelo” sobre 1964 é o mais visualizado de seu canal no youtube, com mais de 11 milhões de visualizações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@brasilparalelo>>. Acesso em: 04/2024.

“clamor da ampla maioria da população e da imprensa brasileira” para assumir um “papel de estabilização”.<sup>5</sup>

Em 2020, Azevedo e Silva lançou outra ordem do dia comemorativa, cujo título era “Movimento de 1964 – um marco para a democracia brasileira”. Nela reforçava o sentido da intervenção militar como contragolpe, associando a ameaça evitada pelos militares à Guerra Fria, com seus “engodos” de “ingredientes utópicos”. Conforme suas palavras:

Naquele período convulsionado, o ambiente da Guerra Fria penetrava no Brasil. Ingredientes utópicos embalavam sonhos com promessas de igualdades fáceis e liberdades mágicas, engodos que atraíam até os bem-intencionados. As instituições se moveram para sustentar a democracia, diante das pressões de grupos que lutavam pelo poder. As instabilidades e os conflitos recrudesciam e se disseminavam sem controle.<sup>6</sup>

Na continuidade da ordem do dia, o Ministro da Defesa introduz um outro elemento central à memória militar sobre o golpe e a ditadura que lhe seguiu: o respaldo social. O texto elenca entidades e setores sociais que se uniram para reagir à ameaça totalitária e completa a lista destacando o papel protagonista das Forças Armadas: “a sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis”. (*ibidem*)

Aqui se apresenta um ponto chave. Esses setores listados representam “a sociedade brasileira”, termo que inicia a sentença. Essa caracterização será reforçada na ordem do dia de 2022, sobre o 31 de março, emitida pelo então Ministro da Defesa, o general Walter Souza Braga Netto, que fora interventor federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2018, época em que ocorreu o assassinato de Marielle Franco, vindo a compor a chapa de Bolsonaro, como candidato a vice-presidente no mesmo ano de 2022. Braga Netto resume os argumentos elencados até aqui nos discursos anteriores:

O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época.

Em março de 1964, as famílias, as igrejas, os empresários, os políticos, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Forças Armadas e a sociedade em geral aliaram-se, reagiram e mobilizaram-se nas ruas, para restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil, por grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/31/gestao-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 03/2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/defesa-comemora-31-de-marco-de-1964-marco-para-a-democracia>>. Acesso em: 03/2024.

<sup>7</sup> Walter Souza Braga Netto, 30/03/2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/>>. Acesso em: 03/2024.

O golpe – “movimento” na terminologia do discurso dos comandantes militares – teria refletido os anseios “da população” e aqueles mesmos segmentos sociais e organizações, citadas por Azevedo Silva dois anos antes, se uniram representando – novamente o termo – “a sociedade (em geral)”, contra a ameaça totalitária.

Na ordem do dia de Braga Netto, essa noção de suporte social amplo ao golpe é estendida ao conjunto do período ditatorial, com elementos que valorizam positivamente o período – segurança, prosperidade econômica, paz, fortalecimento democrático – construindo uma imagem idílica da ditadura. A generalização “a sociedade brasileira” continua ali presente, “conduzindo” o idílio:

Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País, no fortalecimento da democracia, na ascensão do Brasil no concerto das nações e na aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita pelo Congresso Nacional. (*ibidem*)

Ou seja, nos 21 anos seguintes ao golpe, a “sociedade brasileira” construiu um regime militar autocrático (não referido assim, evidentemente), cujo resultado foi... a democracia!

Muitos outros exemplos de discursos como esses poderiam ser listados, mas os trechos citados nos parecem suficientes para levantar os principais elementos da memória positivada do golpe e da ditadura que a alta oficialidade cultiva nos quartéis e apresenta publicamente – quando tem oportunidade – de maneira a disputar a memória sobre o período, valorizar seu papel político-social e defender o modelo autocrático de gestão do Estado brasileiro. Seriam esses elementos as ideias de que ocorreram: um “movimento contrarrevolucionário”, ou um “contragolpe”, como reação à ameaça de uma revolução comunista – e/ou do caos e da baderna – em contraponto a todo o acúmulo acadêmico e social de que se tratou de um golpe militar; um amplo clamor social – “da sociedade”, “da população”, da “sociedade em geral” – por tal “movimento” e um igualmente amplo apoio “da sociedade” aos governos militares, em um período definido por “segurança”, “paz” e “prosperidade social”.

## **2. Sob o olhar dos historiadores profissionais infelizes convergências**

Os debates entre cientistas sociais e historiadores sobre o golpe de 1964 e a ditadura que ele instalou, e seguiria pelos 21 anos seguintes, começaram mesmo no calor daquele acontecimento, pois nunca houve, nem poderia haver, uma interpretação única para esse passado recente.<sup>8</sup> Enquanto durou o regime militar, porém, predominaram interpretações que associavam as articulações e mobilizações que levaram à derrubada de Goulart a interesses objetivos e movimentos políticos orquestrados pelas classes dominantes e suas representações políticas. Da mesma forma, o regime ditatorial foi entendido como um esforço para garantir a dominação burguesa e fazer avançar a acumulação capitalista com recursos mais acentuadamente coercitivos, de forma a controlar pela força repressiva as mobilizações da classe trabalhadora urbana e a luta pela terra no campo, que cresciam nos dez anos que antecederam o golpe. Garantir-

---

<sup>8</sup> Desenvolvi um balanço mais amplo das análises universitárias sobre o golpe de 1964 e a ditadura em alguns textos, entre os quais Mattos (2015).

se-iam, assim, as condições para uma ampliação das taxas de exploração sobre o trabalho que caracterizaram o “modelo econômico” do regime.<sup>9</sup>

Ao longo das últimas décadas, novos temas e fontes foram explorados, mas o que pretendo destacar aqui é que os principais eixos do debate historiográfico se alteraram, e, desde os anos 1990, ganharam influências interpretações que Caio Navarro de Toledo (2004) definiu como “revisionistas”. O termo foi por ele associado não a eventuais inovações interpretativas ou ao recurso a fontes primárias inéditas, mas ao esforço em questionar e substituir linhas de interpretação consagradas que destacavam o sentido de classe – fundamentalmente empresarial/burguês – da coalização que se formou em torno aos militares para derrubar Goulart e instaurar um regime político autocrático, que pelo recurso prioritário à coerção garantisse seus interesses.

Tais interpretações “revisionistas” procuraram caracterizar o golpe de 1964, ou simplesmente como um movimento militar, ou como resultante de uma convergência antidemocrática ampla. Os agentes de tal “consenso” contrário à democracia não mais seriam definidos em termos sociais (classes e suas frações), mas em termos políticos “puros”, como “direitas” e “esquerdas”. Em algumas análises, inclusive, o peso maior da explicação sobre o golpe recai sobre o “radicalismo” das “esquerdas”. Já a ditadura é apresentada como uma resultante de tal “consenso” autoritário “da sociedade brasileira”, “sociedade” apresentada de forma homogênea, em manifestações que iriam da apatia ao apoio explícito aos governos militares.

A crítica a tais interpretações também não é nova, pois depois de Caio Toledo acumularam-se textos produzidos por autores como Demian Melo, Carlos Zacharias Senna Jr, Gilberto Calil, Eurelino Coelho, Carla Luciana Silva, Renato Lemos, Felipe Demier e muitas(os) outras(os) historiadoras(es) que questionaram tais vieses de análise a partir de argumentos teóricos e empíricos sólidos. (Melo, 2014; Sena Jr. et al., 2019)

O que faço a seguir é apenas tomar alguns poucos exemplos, de textos produzidos nas últimas décadas, referindo-se ao golpe de 1964 e à ditadura, com o objetivo de localizar alguns argumentos centrais que me permitirão focalizá-los à luz da disputa de memórias presente hoje no debate público brasileiro.

Sobre o golpe de 1964, desde os anos 1990, diferentes autores buscaram por em questão a obra de René Dreifuss (1981) que, publicada ainda no período ditatorial, apresentava uma análise solidamente documentada da atuação de grupos empresariais ligados ao grande capital multinacional e associado, que articulados em torno de aparatos como o IPES e o IBAD, criados durante o governo Goulart, ligaram-se aos oficiais militares superiores que acabaram por empreender a ação golpista que derrubou o governo legítimo e instaurou a ditadura.

Especial repercussão teria o trabalho de Argelina Figueiredo (1993), que procurava demonstrar a existência de um certo “consenso” antidemocrático que iria da direita à esquerda do espectro político brasileiro e teria inviabilizado a realização das reformas propugnadas por Goulart no interior da ordem democrática realmente existente. Preocupava-se em rejeitar as análises baseadas em explicações que definia como

---

<sup>9</sup> Apenas para mencionar uma referência, entre as muitas comentadas no artigo da nota anterior, tomemos a análise de Florestan Fernandes, publicada pela primeira vez em 1975, no seu clássico *A revolução burguesa no Brasil*. (Fernandes, 2005)

“estruturais” (econômicas, mas também políticas – como a ideia de “crise institucional”) e, principalmente, aquelas interpretações que denominou “intencionais” – leia-se Dreifuss – associadas por ela a uma ideia simplista de “conspiradores onipresentes”. (Figueiredo, 1993, p. 28) Em seu lugar, propõe uma interpretação centrada nos dilemas políticos do governo Goulart para avançar com seus projetos reformistas, em que a desvalorização do “jogo democrático” teria sido um ponto comum entre as esquerdas que apoiavam as propostas de reformas de base e as direitas que acabaram por assumir o poder. Em suas palavras:

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas. (Figueiredo, 1993, p. 202)

Lembremos de passagem, aqui, que as reformas propostas por Goulart estavam longe de ser caracterizáveis como “radicais”. A principal delas, a reforma agrária, que fora uma pré-condição para o desenvolvimento capitalista em algumas nações de desenvolvimento industrial mais antigo, podia até assustar as classes dominantes por aqui, porque a acumulação dependente de economias capitalistas como as latino-americanas foi em grande medida centrada na agricultura de exportação, ancorada no latifúndio. Mas o que governo Goulart propunha era uma reforma agrária sem expropriação do latifúndio improdutivo e pautada pela indenização dos proprietários em valor de mercado. O desacordo estava na forma da indenização, que era definida pela Constituição de 1946 como devendo ser paga à vista, o que a tornava inviável. Por isso se queria fazer uma emenda constitucional que garantisse o pagamento “a prazo”, através de títulos do tesouro. Vale destacar também que não apenas Goulart era um reformista “moderado”, surgido da tradição varguista e de origem de classe na propriedade rural, como também que à sua esquerda estavam forças políticas e organizações sociais hegemônicas pelo PCB. O partido, à época, apostava na aliança com o que acreditava serem “setores democráticos” da “burguesia nacional”, de maneira a fazer avançar uma etapa “nacional-democrática” da revolução brasileira, comprometendo-se, naquele contexto, com a manutenção da “ordem democrática” então vigente.<sup>10</sup>

De qualquer forma, a passagem de análises como a de Figueiredo para interpretações de que a esquerda poderia ter dado um golpe e instaurado uma ditadura –

---

<sup>10</sup> Lúcio Flávio Almeida é um dos autores que demonstrou como toda a linha política do partido desde a “Declaração de Março”, de 1958, estava centrada na defesa de uma frente única, em que os comunistas apoiariam os “elementos nacionalistas e democráticos” da burguesia brasileira e das políticas de Estado. (Almeida, 2003, p. 116) O problema, portanto, segundo Almeida, não estaria na falta de compromisso democrático da esquerda identificada com essa mobilização, mas, ao contrário, na completa ausência de sentido na proposta de uma revolução burguesa para uma burguesia que não precisaria mais de nenhuma revolução para fazer valer seu projeto de classe. (Almeida, 2003, p. 121-122)

de forma a implantar “reformas radicais” – não é difícil de projetar. E de fato ocorreu de forma explícita, em uma série de trabalhos que vieram à tona ao redor da efeméride dos 40 anos do golpe, em 2004. Um de seus propagadores que encontrou maior repercussão foi o jornalista Elio Gaspari, que atuara como repórter, editor e diretor-adjunto da Revista *Veja* nos anos 1970 e 1980 e acumulara documentos de arquivos privados da cúpula militar do regime ditatorial, como Golbery do Couto e Silva.<sup>11</sup> Segundo Gaspari, “havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial”. (Gaspari, 2002, p. 53)

Pouco importam, para a argumentação de Gaspari, as múltiplas evidências de que João Goulart não avançou um milímetro contra o regime político vigente. Acuado pela pressão dos governadores de oposição (Carlos Lacerda, da Guanabara à frente, que dera declarações à imprensa estadunidense ameaçando o presidente com uma intervenção militar em marcha), apoiados pela política externa dos Estados Unidos, Jango chegou a propor ao Congresso Nacional a decretação do Estado de Sítio por 30 dias, em 04 outubro de 1963. Sem apoio no parlamento, retiraria a proposta três dias depois. Fora do parlamento, mesmo forças que apoiavam os projetos reformistas de Jango, como o CGT, manifestaram-se contra o Estado de Sítio, pressentindo que também seriam atingidas. (Bandeira, 2010, p. 258-259) Com o golpe em marcha, entre o dia 31 de março e 1º de abril, ainda que o tal “dispositivo militar” tenha se mostrado pouco confiável, Jango recusou todas as propostas de resistir ao levante dos quartéis, feitas tanto por militares legalistas quanto por políticos, sob o argumento de que não queria ser o responsável por uma “guerra civil”. (Moraes, 2024)

Mas não foi apenas em obras de divulgação, voltadas para um público mais amplo, que teses como essa prosperaram. Também nas universidades, historiadores profissionais as propagaram. Em torno dos debates sobre os 40 anos do golpe, Jorge Ferreira, analisando os últimos dias do governo Goulart, afirmou o seguinte:

O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia. [...] [Passa a citar Argelina Figueiredo, e conclui]. Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio. (Ferreira, 2004, p. 35)<sup>12</sup>

Conforme essa linha de interpretação, portanto, esquerda e direita lutavam naquele momento pela tomada do poder por vias não democráticas, como que numa corrida em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratando-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país.

---

<sup>11</sup> Ver o site [arquivosdaditadura.com.br](http://arquivosdaditadura.com.br). Acesso em: 03/2024.

<sup>12</sup> Esse artigo para uma revista de divulgação repetia argumentos de um texto de maior fôlego, Ferreira (2003). O autor retomou a mesma reflexão mais recentemente em Ferreira (2007) e Ferreira (2011).

Assim sendo, nesta como nas interpretações semelhantes já comentadas, as responsabilidades pela subversão do regime democrático vigente parecem ser divididas entre aquelas forças que efetivamente deram o golpe e/ou o apoiaram e quem exercia o governo de forma legítima e/ou foi atingido pelo golpe, em suas diferentes repercussões.

Note-se que, no momento em que as reformas de base mobilizaram centenas de milhares no comício de 13 de março na Central do Brasil e as forças golpistas mobilizariam outro tanto nas “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”, quando ocorria um número crescente de greves e estouravam levantes de baixa-patentes das Forças Armadas, o autor acredita que “uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio”. Expressões como “parcela ampla da população” são vagas e carecem do mínimo de precisão que se espera de uma análise, pois nela cabem desde uma ampla maioria até uma minoria expressiva. Mas, ao empregá-las, assim como ao generalizar os termos “esquerdas” e “direitas”, o que o analista faz é tirar de cena as classes sociais e seus conflitos, contornando assim todo o debate acumulado sobre o sentido de classe do golpe, que partia justamente da definição de quem subvertera o regime democrático vigente e por quê.

Um outro ponto de análises historiográficas recentes na mesma linha de argumentação, que quero aqui ressaltar, é a defesa de que a ditadura era “popular”, pois, apesar da violência da repressão aos opositores, gozava de amplo respaldo da sociedade, baseado em um consenso em torno dos valores autoritários, mas também dos sentimentos patrióticos e do genuíno contentamento com a prosperidade econômica.

Um bom exemplo desse tipo de argumentação pode ser encontrado em textos de Janaína Cordeiro. A historiadora parte do pressuposto de que a historiografia e a memorialística analisaram “fartamente” a luta contra a ditadura, mas que “pouco se sabe sobre os apoios, as admirações entusiasmadas e as simpatias tímidas, às vezes silenciosas – mas nem por isso pouco importantes – que a ditadura foi capaz de despertar ao longo de toda sua existência”. (Cordeiro, 2012, p. 83)

Cordeiro chega a afirmar que “constituiu-se um enorme silêncio sobre as bases sociais de sustentação da ditadura”, desprezando todo o acúmulo já aqui mencionado de décadas de estudos sobre o papel das classes dominantes no golpe e na sustentação do regime, assim como das organizações empresariais (como o IPES, o IBAD e congêneres) e das mobilizações sociais (como as Marchas da Família) que foram criadas e incentivadas para buscar conferir uma aparente legitimidade ao golpe. Seu objetivo, ao desprezar as tradições divergentes, é destacar que estudos na linha à qual ela se vincula teriam sido pioneiros em abordar “o tema dos apoios recebidos, das formas a partir das quais a ditadura brasileira alcançou graus expressivos de legitimidade, valendo-se não apenas da coerção – essencial, é verdade, para a manutenção de um regime autoritário – mas contando com o consentimento tácito ou explícito de parcelas expressivas da sociedade”. (*ibidem*, p. 84)

Cordeiro não nega a coerção, é verdade, mas, ao contrapor-se ao desenho que traçou de uma historiografia anterior limitada a tratar das resistências e “silenciosa” a respeito dos apoios, posiciona-se numa vertente que valorizaria o consenso. Novamente aqui os termos quantitativos vagos – “parcelas expressivas” – e a generalização “da sociedade” deixam pouco espaço para a reconhecer a divisão da sociedade em classes e o caráter conflitivo das relações sociais.

Focando sua análise no período do governo Médici (1969-1974), a historiadora reconhece que se trata do período de maior repressão e violência do regime, mas faz questão de destacar que também foi:

[...] o momento em que a ditadura brasileira foi mais popular. No plano econômico, foram anos de grande prosperidade, o tempo do Milagre brasileiro, quando os índices de crescimento econômico chegavam a 10% ao ano. Grandes obras foram previstas – e muitas realizadas –, criando, país afora, um clima de grande euforia. Falava-se – e a propaganda oficial potencializava este discurso – nas possibilidades de construção do Brasil potência. O Presidente Médici foi admirado por muitos e querido por tantos outros. Uma vasta onda ufanista tomou conta do país. (*ibidem*, p. 84)

Para um historiador do trabalho, essa noção vaga de “popularidade” associada ao “sucesso” do “Milagre econômico” causa certa espécie. Há todo um acúmulo de estudos que identifica no mesmo período: uma elevação brutal das taxas de exploração, com o arrocho salarial” (expressão de uso corrente na época), o aumento das horas-extras sub-remuneradas, o título conferido ao país de “campeão mundial de acidentes de trabalho”, os registros de elevação das taxas de subnutrição infantil e o acúmulo dos problemas de moradia, transporte, saúde pública que, tão logo falou-se em “abertura”, geraram toda uma onda de movimentos sociais, ainda nos anos 1970, apesar da repressão ainda vigente. (Mattos, 2009, p. 109-115; Silva, 2016) Por certo havia quem comemorasse o “milagre” e apoiasse o regime, mas a partir de um olhar atento à dinâmica da experiência de classe de trabalhadores e trabalhadoras, a “parcela (mais) expressiva da sociedade”, é um pouco forte falar em “clima de grande euforia”.

Tratando das comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, Cordeiro elenca uma série de elementos que demonstrariam essa “popularidade” do regime e do governo Médici. Vale a pena resgatar um trecho mais longo de seu texto, em que afirma que:

Do Oiapoque ao Chuí, pessoas saíram às ruas para comemorar D. Pedro I, o herdeiro do trono português, herói da independência brasileira com relação à metrópole europeia em 1822. O príncipe da autoridade, que com um gesto decidido, forte, promoveu a emancipação política brasileira, foi festejado país afora como o grande herói daquele ano. Grupos inteiros da sociedade civil manifestavam-se, querendo dar sua contribuição para aquilo que prometia ser um grandioso espetáculo cívico-patriótico; outros tantos não se ofereceram para colaborar, mas participaram, atendendo à convocação do regime para comemorar: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldado verde e amarelos, erguendo cartazes de dizeres patrióticos, compuseram a mise-en-scène comemorativa. Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da História-Pátria que se realizava em 1972. (Cordeiro, 2012, p. 86)

Não é muito fácil discernir, nessa citação, os argumentos analíticos da autora dos discursos propagandísticos do próprio governo militar sobre as tais comemorações. Mas Cordeiro rechaça “uma visão simplificadora da propaganda”. Para a autora, a propaganda é um “elemento capaz de potencializar sentimentos e atitudes já presentes na sociedade. O sucesso de uma boa propaganda reside em sua capacidade de diálogo com valores e tradições já arraigados na sociedade”. (*ibidem*, p. 84) Assim, da

mesma forma que destaca que “grupos inteiros da sociedade civil” participaram entusiasticamente das comemorações promovidas pelo governo Médici, enquanto outros o fizeram “de maneira mais discreta” – e não são nomeados os eventuais críticos –, a propaganda dialoga com os valores arraigados “na sociedade”, novamente apresentada como um todo homogêneo, ou mesmo como um sujeito histórico antropomorfizado, com seus sentimentos, valores, atitudes etc.

Uma das referências centrais tanto para as análises sobre o golpe que igualam “direitas” e “esquerdas” no desprezo pela democracia, quanto para o debate da popularidade da ditadura e do consenso “da sociedade” em torno de valores autoritários, é a obra do historiador Daniel Arão Reis Filho. Tendo o autor tomado parte da resistência armada à ditadura, sendo preso e mais tarde banido do país para viver no exílio até a anistia política, as intervenções de Reis Filho quando dos debates sobre os 40 e os 50 anos do golpe ganharam uma repercussão para além dos limites do debate acadêmico. Nelas procurou demonstrar que a atribuição de um caráter de “resistência democrática” à ação das esquerdas no período da ditadura militar é uma invenção datada da fase da redemocratização, pois as esquerdas da luta armada seriam antidemocráticas e visariam a implantação do socialismo – que seria por elas (e pelo autor) entendido como incompatível com a democracia – pela via revolucionária. Estendendo seu raciocínio ao período anterior, Reis Filho considera que essa perspectiva antidemocrática não era uma novidade, pois no início dos anos 1960 já teria se manifestado por parte dessas esquerdas que, “inebriadas pela vitória de agosto de 1961 [a posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros], passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente”. Com isso, essas esquerdas teriam dado às direitas e aos militares o argumento que faltava para que assumissem o discurso da defesa da legalidade, conseguindo mobilizar um movimento civil de grandes proporções “para legitimar posições favoráveis à intervenção militar golpista”. (Reis Filho, 2004, p. 38-39)

No momento mesmo de sua veiculação inicial, os argumentos de Reis Filho foram criticados, por exemplo, por Marcelo Ridenti, defendendo a ideia de que havia um componente assumido de resistência nas proposições de várias das organizações de esquerda daquele período e que, ainda que muitas delas não priorizassem a “resistência democrática”, o resultado de sua ação foi o de uma luta de resistência contra a ditadura. Ridenti argumentava que, se os estudiosos não podem controlar o uso de suas pesquisas histórias nos embates políticos do presente, devem ao menos “estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo”. (Ridenti, 2004, p. 64) As interpretações da “falta de democracia das esquerdas” acabariam por ser incorporadas “por aqueles que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura – e até pelos que chegam a justificá-la”, ainda que essa não fosse a intenção dos estudiosos. (Ridenti, 2004, p. 64)

Em seus estudos sobre a ditadura militar, Reis Filho também tem sido um dos principais propagadores da tese de que o regime instaurado pelo golpe de 1964 deve ser denominado de ditadura civil-militar. Nesse caso, o uso de “civil-militar” é distinto daquele original que, na obra de René Dreifuss, associava o elemento civil a um sentido de classe burguês/empresarial da articulação de uma “elite orgânica” do grande capital multinacional e associado, que trabalhou pela derrubada de Goulart e viu-se representada nos governos pós-1964. O uso de “civil-militar” por Reis Filho se distancia da ideia de um sentido de classe do regime, para defender a existência de um consenso

social, entendido como “a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade”. Embora sua noção de consenso envolva matizes que vão da defesa ativa à impotência conformista, a ideia é que, mais que o papel da repressão (que não é negado), o peso do apoio da sociedade é decisivo para “a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo”. (Reis Filho, 2010, p. 182)

O mesmo historiador propugna, ainda, que “a sociedade” (sempre vagamente apresentada de forma homogeneizadora) convergiu para o apoio ao regime (desde o golpe) e, a partir de meados dos anos 1970, convergiu novamente para uma transição pactuada – construindo uma memória que apagava tanto os elementos revolucionários (e autoritários) das propostas de esquerda, que agora apresentavam-se como democráticas, quanto silenciava sobre a ação repressiva mais violenta dos torturadores e assassinos do regime. Associando a popularidade do regime ao sucesso do “milagre econômico”, e vinculando o “consenso” na transição a uma “cultura política” nacional estatista, Reis Filho acrescenta:

A economia vai bem, mas o povo vai mal, diria o general Garrastazu Médici, o ditador mais sinistro e mais popular de todo o período ditatorial. E, depois, na segunda metade dos anos 1970, liquidadas as alternativas revolucionárias de esquerda, a retomada em grande estilo pelo governo Geisel da cultura política do nacional-estatismo e a convergência de direitas e esquerdas moderadas no processo que levou, finalmente, à restauração da democracia. (*ibidem*, p. 178)

Já tive a oportunidade de criticar com maior atenção tanto os argumentos empíricos que embasam essa valorização da “popularidade” do governo Médici, na análise de Reis Filho (Mattos, 2015), quanto o uso demasiado homogeneizador do conceito de “cultura política” que sustenta teoricamente sua perspectiva de um consenso “da sociedade” em apoio à ditadura. (Mattos, 2014) O que me interessou aqui foi destacar seu papel de referência para a convergência dos argumentos sobre o golpe, como resultado de uma ação não apenas dos golpistas, mas também dos golpeados e sua visão da ditadura como um regime autoritário, sim, mas respaldado pelo consenso da sociedade. Argumentos esses compartilhados pelos outros autores comentados.

### **3. Considerações finais**

Apesar de ter listado citações que revelam infelizes convergências entre os argumentos dos comandantes militares no governo Bolsonaro e os de historiadores universitários no trato do golpe e da ditadura, destaco que os historiadores que aqui mencionei não são representantes da memória positivada da ditadura, de cariz neofascista, que embalou o governo Bolsonaro e continua embalando as narrativas da extrema-direita brasileira. Pelo contrário, sempre que se manifestaram o fizeram de maneira explicitamente crítica ao bolsonarismo.

Os comandantes militares que citei na primeira parte deste artigo tampouco tomaram por base os trabalhos de historiadores universitários para redigir suas ordens

do dia de elegia ao regime autocrático. Provavelmente nunca leram esses trabalhos dos historiadores profissionais.<sup>13</sup>

Ainda assim, é digno de registro que haja uma vertente historiográfica de interpretação do golpe de 1964 e da ditadura, com ampla circulação acadêmica na atualidade, que compartilha com a memória difundida pela alta oficialidade militar, ainda que por caminhos distintos, argumentos de legitimidade do regime baseados na sua “popularidade” e no “apoio da sociedade”, que, relembramos, é apresentada de forma homogênea. Ainda que não esqueçam do componente coercitivo e violento do regime, como o faz a memória militar, convergem com ela ao valorizar o “consenso” e eludir os conflitos sociais de fundo. Da mesma forma que ao tratarem da queda de Goulart a partir da ideia de que “havia dois golpes em marcha”, ou de que as esquerdas “passaram à ofensiva e desafiavam abertamente a legalidade”, aproximam-se bastante do argumento militar de que o que ocorreu em 1964 foi um “contragolpe”, um movimento de reação a um suposto golpe preparado por Jango e seus apoiadores à esquerda.

Por isso, o que tentei fazer foi chamar a atenção para o fato de que, recordando Fernando Rosas, citado no início deste artigo, vivemos um período em que as diferentes representações do passado recente se inserem “em um combate pela hegemonia política, pela ‘conquista de almas’”. Nestes tempos, aquela “responsabilidade pública” dos historiadores, a que se refere Hobsbawm (1998, p. 290), como “produtores básicos da matéria-prima que é convertida em propaganda e mitologia”, é ainda maior. Assim como seu papel, ao confrontar a memória estabelecida pelos detentores do poder (durante a ditadura ou no período que se seguiu ao golpe de 1964), é hoje ainda mais decisivo.

---

<sup>13</sup> Embora, eventualmente, oficiais militares possam tomar contato e se apropriar de sua argumentação. Afinal, em 2008, um artigo na *Revista do Clube Militar* sobre o debate da anistia cita, buscando apoio a seus argumentos de defesa da ditadura, escritos e entrevistas de Reis Filho, tratado como “ex-terrorista”. Segundo o artigo, tratava-se de alguém que “desmente categoricamente a mística de que ‘lutavam contra a ditadura’”. Escreveu ele e confirmou em entrevista que não lutavam por Democracia, mas pela ditadura do proletariado, já que eram marxistas e leninistas convictos”. *Revista do Clube Militar*, ano LXXXI, n° 430, de 2008.

## Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CORDEIRO, Janaína Martins. “Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972”. *Confluenze*, Bologna, v. 4, 2012, p. 63-81.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. “Sexta-feira 13 na Central do Brasil”. *Nossa História*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n. 5, mar., 2004.
- FERREIRA, Jorge. “Entre a história e a memória: João Goulart”. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOLANDA, Marianna & VARGAS, Mateus. “Governo planejou pedido de desculpas nos 60 anos do golpe antes de veto de Lula”, 20/03/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/governo-planejou-pedido-de-desculpas-nos-60-anos-do-golpe-antes-de-veto-de-lula.shtml>>. Acesso em: 03/2024.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, D. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *1964: 50 anos depois e a ditadura em debate*. Aracaju: Edise, 2015, p. 35-83.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- MORAES, Dennis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024 [1989].
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura, anistia e reconciliação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan-jun, 2010, p. 171-186.
- RENTON, David. *The new authoritarians: convergence on the right*. London: Pluto, 2018.
- RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
- ROSAS, Fernando *et al.* *História e memória: “última lição” de Fernando Rosas*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismos: ensaio breve de história comparada*, Lisboa, Tinta-da-china, 2019.
- SENA Jr., Carlos Zacarias *et al.* *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SILVA, Ana Beatriz R. B. “Brasil, o ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’: controle social, exploração e prevenicionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, 2016, p. 151-173.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*, 3. ed., Porto Alegre, L&PM, 2019.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.
- TRAVERSO, Enzo. *The new faces of fascism: populism and the Far Right*. London: Verso, 2019.
- VICTOR, Fabio. “História, volver: o 31 de março, o golpe militar e a nostalgia da direita”. *Revista Piauí*, n. 150, mar., 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/historia-volver/>>. Acesso em: 03/ 2024.

Recebido em 08 de abril de 2024

Aprovado em 15 de maio de 2024

# **A relação entre Rosa Luxemburgo e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (1897-1903)**

*The relationship between Rosa Luxemburg and the General Jewish Workers' Union of Lithuania, Poland and Russia (1897-1903)*

**Antonio V. B. Mota Filho\***

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL) e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (*Bund*), sobretudo da principal dirigente da social-democracia polonesa, Rosa Luxemburgo, com o partido judeu, entre o período de 1897 a 1903. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira seção, descrevemos a questão judaica no Reino da Polônia, porção da Polônia inserida no Império Russo pelo Congresso de Viena, também conhecido como “Polônia do Congresso”, e o surgimento do Bund em 1897; em seguida, analisamos o diálogo implícito entre Luxemburgo e seu partido com o Bund, a partir do surgimento do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR); por fim, apresentamos as tensões entre o SDKPiL e o Bund no Segundo Congresso do POS DR; e a conclusão, em que se analisa a competição existente entre essas organizações.

**Palavras-chave:** socialismo; questão polonesa; questão judaica; Segunda Internacional

## **Abstract**

The aim of this article is to analyse the relationship between the Social Democracy of the Kingdom of Poland and Lithuania (SDKPiL) and the General Jewish Workers' Union of Lithuania, Poland and Russia (Bund), especially the main leader of Polish social democracy, Rosa Luxemburg, and the Jewish party between 1897 and 1903. The article is divided into four parts: in the first section, we describe the Jewish question in the Kingdom of Poland, the portion of Poland inserted into the Russian Empire by the Congress of Vienna, also known as “Congress Poland”, and the emergence of the Bund in 1897; then we analyse the implicit dialogue between Luxemburg and her party with the Bund, starting with the emergence of the Russian Social Democratic Workers' Party (RSDLP); and finally, we present the tensions between the SDKPiL and the Bund at the Second Congress of the RSDLP; and the conclusion, which analyses the competition between these organisations.

**Keywords:** Socialism; Polish question; Jewish question; Second International

---

\* Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>. E-mail: vogaciano@gmail.com. O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos 2017/10986-1 e 2018/15650-4) pela bolsa de doutorado que lhe foi outorgada, permitindo a consecução de pesquisa sobre a questão das nacionalidades na obra de Rosa Luxemburgo. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## 1. Introdução

A questão das nacionalidades acompanhou toda a atuação política de Rosa Luxemburgo. Ainda que percebida majoritariamente como uma militante da social-democracia alemã, Luxemburgo nasceu na Polônia do Congresso, onde iniciou sua militância política. Em 1893, participou do Congresso da Internacional Socialista, ocorrido em Zurique, em que apresentou um relatório sobre a situação política da Polônia. Suas conclusões eram opostas às aquelas defendidas para Marx e Engels: enquanto ambos defendiam que a Polônia deveria ser recriada como um Estado independente, condição para a defesa das revoluções socialistas que ocorriam na Europa Ocidental da ameaça do reacionarismo russo, Luxemburgo apontava que a necessidade da independência polonesa havia sido superada pelo desenvolvimento do capitalismo no Império Russo. A industrialização da Polônia dependia do mercado consumidor russo. Dessa forma, surgiu um espaço econômico comum no Império, cuja interrupção bloquearia o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado. Para Luxemburgo, mais importante do que a independência seria a luta comum do proletariado polonês com o proletariado russo. A luta de classes, e não a nacionalidade, era, portanto, um dos parâmetros mais importantes da sua análise.

Luxemburgo apresenta uma abordagem teórica e política da questão das nacionalidades que lhe permite: (i) desenvolver uma interpretação do formato do modo de produção capitalista ao final do século XIX e começo do século XX; (ii) realizar uma dura crítica ao nacionalismo e ao revisionismo; e (iii) defender a superação do capitalismo pela revolução socialista internacional. A forma como a questão das nacionalidades avança em sua obra é um microcosmo da evolução de seu pensamento político. Ousando desafiar as formulações de Marx e Engels e extraíndo conclusões opostas às dos “pais do marxismo”, o marxismo herético de Rosa Luxemburgo tem suas bases na questão das nacionalidades.

A formulação inicial da revolucionária polonesa sobre o tema era marcada por certo economicismo, o qual foi matizado em obras futuras. Entretanto, só é possível compreender as nuances que aparecem no tratamento de Luxemburgo da questão das nacionalidades se considerarmos os debates em que a autora e seus interlocutores políticos estavam inseridos. A análise a seguir se concentra na relação subterrânea entre Rosa Luxemburgo e um dos partidos socialistas judeus atuantes no Império Russo, a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia ou, como ficou conhecido no movimento socialista, o *Bund*.

Ainda que seja possível fazer várias inferências sobre Rosa Luxemburgo e o Bund, por vezes elas estão implícitas em documentos pouco conhecidos e em correspondências. Uma forma de remediar as poucas referências da autora sobre o Bund é trilhar o caminho de investigação inverso e analisar as referências do Bund a Rosa Luxemburgo e a Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL).<sup>1</sup> Além disso, documentos de interlocutores próximos a ela são fontes que possibilitam captar a percepção dos social-democratas poloneses em relação ao Bund.

---

<sup>1</sup> Inicialmente, o partido de Rosa Luxemburgo se chamava apenas Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP). A partir de 1899, com a fusão com a social-democracia lituana, o partido passou a se chamar Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL).

Privilegiando uma abordagem histórica, apresentaremos a relação de Luxemburgo com o Bund em quatro partes: na primeira seção, descreveremos a questão judaica na Polônia do Congresso e o surgimento do Bund em 1897; em seguida, analisaremos o diálogo implícito entre Luxemburgo e seu partido com o Bund, a partir do surgimento do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR); e, por fim, as tensões entre o SDKPiL e o Bund no Segundo Congresso do POSDR; e a conclusão, em que se analisam a competição existente entre essas organizações.

## 2. A situação dos judeus na Polônia do Congresso e o surgimento do Bund

Vítimas de diversas restrições legais - particularmente, de direitos de residência e de atividade profissional -, os judeus e a questão judaica marcaram a paisagem política da Europa Oriental. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 334) Como veremos, há um cruzamento entre a questão judaica e a das nacionalidades, especialmente a polonesa, que se dá por diferentes motivos. Primeiramente, há o problema histórico da intensificação da segregação dos judeus com a criação do Assentamento do Pale,<sup>2</sup> que acontece junto às seguidas divisões da Polônia. Em segundo lugar, há uma questão territorial, pois parte do assentamento estava em território da Polônia russa. (Mitchell, 2019, p. 13)

A situação dos judeus no Império Russo piorou sensivelmente após o assassinato do czar Alexandre II, em 13 de março de 1881, planejado e executado por militantes do grupo *Narodnaya Volya*. O homicídio gerou uma onda de boatos sobre a retomada da servidão, abolida oficialmente em 1861, e sobre o possível envolvimento de judeus no crime. (Aronson, 1992, p. 44) É nesse contexto que, em 1881, se iniciou uma onda de *pogroms*, liderada, sobretudo, por camponeses contra judeus. (Ury, 2012, p. 36)

Ainda que os *pogroms* de 1881 não tenham contado com a atuação direta das forças policiais do Império, valeram-se de sua omissão. Algumas investigações foram realizadas para punir os envolvidos e é sabido que a “a polícia não interveio para deter alguns dos *pogroms* mais devastadores, especialmente durante a segunda onda de *pogroms*, quando as explosões de violência antijudaica tomaram uma forma de terror em massa”. (Grosfeld; Sakalli; Zhuravskaya, 2020, p. 334) Em 1882, a postura antisemita do governo russo ficou explícita com a edição das chamadas Leis de Maio, que ampliavam ainda mais as restrições impostas aos judeus habitantes do Império.<sup>3</sup>

A resposta política dos judeus passou por diferentes táticas. Uma delas foi a imigração: muitos deles se instalaram em cidades do Império Russo onde era possível

<sup>2</sup> O Assentamento do Pale foi criado na primeira partição da Polônia, em 1772, com o objetivo de delimitar o território do Império no qual os judeus poderiam se instalar.

<sup>3</sup> As Leis de Maio impactaram, particularmente, a possibilidade de os judeus acessarem o sistema de educação. De acordo com Woodhouse e Tobias (1966, p. 335; tradução nossa): “A entrada de estudantes judeus em instituições educacionais russas nos níveis secundário e superior foi limitada por um critério de ‘*numerus clausus*’. Os judeus também sofreram restrições mais severas em seus direitos de moradia. De fato, eles foram gradualmente proibidos de viver em áreas rurais, mesmo dentro do Pale. O resultado foi que um elemento vital da comunidade judaica, a juventude disposta e capaz de aprender, teve a saída para suas energias e esperanças bloqueada, enquanto a aglomeração nas cidades resultou em dificuldades econômicas para a maioria dos judeus”.

escapar às restrições legais, como Varsóvia ou Łódź. (Zimmerman, 2004, p. 31) Outra tática foi a criação de organizações políticas. A primeira delas, o *Hovevei Zion*, foi criada em 1881 e marcaria o avanço do sionismo. (Frankel, 1981, p. 128) Outro exemplo foi o chamado Grupo de Vilna, criado no início da década de 1890, que congregava intelectuais judeus e atuava por meio de círculos educacionais, buscando forjar um núcleo consciente de trabalhadores judeus. Uma característica particular desse grupo, que terá papel central nas formulações políticas do seu sucessor, o Bund, era a abordagem da questão territorial, pois se propunha a representar os trabalhadores judeus de todo o Império. (Zimmerman, 2004, p. 39)

Em seu estudo sobre o Bund, Joshua Zimmerman (2004) apresenta uma interessante sociologia dos primeiros militantes do grupo de Vilna. Tratava-se de pessoas nascidas entre 1865 e 1873, oriundas de famílias *Maskilim*.<sup>4</sup> Isso significa que todos haviam realizado seus estudos em instituições públicas de ensino e não em escolas judaicas, assim como acompanharam a violência dos *pogroms* (1881-1882) e a crise que eles representaram para o “assimilacionismo” predominante no movimento *Haskalá*. O Grupo de Vilna teve três períodos com perspectivas políticas diferentes: no primeiro, de 1891 a 1893, predominou uma linha “assimilacionista” da cultura ocidental sobre os aspectos judaicos; no segundo, de 1893 a 1895, aprofundou-se a ação de agitação junto aos judeus e surgiram os primeiros elementos de um “programa nacional” para eles; e no terceiro, de 1895 a 1897, houve uma expansão para Varsóvia, que culminou na criação do Bund. (Zimmerman, 2004, p. 43)

O primeiro período do Grupo de Vilna foi marcado por um internacionalismo radical, evidente na utilização do russo como idioma preferencial de comunicação em vez do iídiche e na perspectiva de que o judaísmo estaria fadado a desaparecer à medida que o capitalismo e seus aspectos culturais se desenvolvessem. (Zimmerman, 2004, p. 45) Em diferentes depoimentos colhidos de militantes da primeira geração do Bund, fica claro que no grupo predominava a ideia de formação de quadros políticos vinculados ao ambiente político russo, por isso, a escolha do russo como idioma oficial. De acordo com Zimmerman (2004, p. 46), as demonstrações políticas do 1 de maio de 1892 comprovaram o caráter internacionalista do grupo. Na ocasião, quatro trabalhadores judeus pronunciaram discursos alinhados ao assimilacionismo predominante naquele momento.

Assumindo uma visão dogmática do marxismo, tudo que não se consolidasse entre o “proletariado” e a “burguesia” teria um caráter temporário e desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo. A visão assimilacionista, marcadamente vinculada aos primeiros dirigentes do movimento, logo foi revista e 1893 se tornou um ano decisivo na adoção do novo programa do movimento.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Nome dados aos judeus que se vinculavam ao movimento *Haskalá*, equivalente do “Iluminismo” no judaísmo.

<sup>5</sup> “Em 1893, ele publicou uma brochura chamada ‘Quatro discursos de trabalhadores judeus’, que havia sido proferida em russo e iídiche em um comício do Primeiro de Maio em Vilna. A brochura foi publicada em Genebra com uma introdução de Boris Kritchevsky. É quase certo que tenha sido editado por Rosa Luxemburgo. Tanto Leo Jogiches quanto Luxemburgo, cujas ideias são praticamente impossíveis de separar nessa época, consideravam claramente os discursos como uma expressão importante da solidariedade da classe trabalhadora judaica com os ideais do movimento socialista internacional. Portanto, vale a pena examinar em

Segundo Zimmerman (2004), dois documentos sinalizam o afastamento dos judeus de Vilna do espírito assimilacionista e internacionalista inicial do movimento: “Sobre agitação” (1896), de Arkadi Kremer, e “Carta a agitadores” (1893), de Shmuel Gozhanski. (Harding, 1983, p. 192) No primeiro documento, Kremer argumenta que o movimento operário judeu já não podia se manter reduzido a uma pequena parcela da população, devendo, portanto, buscar influenciar as massas da classe trabalhadora judaica. O autor indicou importantes alterações políticas para o Grupo de Vilna: efetivar uma nova forma de comunicação com as massas, adotando o iídiche yiddish como língua oficial; e mudar o caráter do movimento, que deveria deixar de ser um instrumento estritamente de formação política, para se voltar, principalmente, às questões econômicas relevantes postas pela conjuntura aos trabalhadores judeus. (Zimmerman, 2004, p. 48) Kremer também tratou da necessidade de adaptar a prática social-democrata ao contexto dos trabalhadores judeus,<sup>6</sup> majoritariamente composto de artesãos que não poderiam ser considerados “proletários”. Coube ao autor analisar o papel que caberia ao movimento operário judeu na luta pelo socialismo. (Frankel, 1981, p. 188)

Já o documento de Gozhanski apontava a necessidade de a classe trabalhadora judia organizar-se nacionalmente, o que seria o formato político mais eficaz para a conquista de direitos. Ainda que Gozhanski analisasse em profundidade as contradições políticas do Império Russo e apontasse a substituição da autocracia czarista por um governo constitucional, nada garantia que esse novo regime democrático traria automaticamente igualdade política para os judeus. (Frankel, 1981, p. 189)

Em 1894, foi organizada uma conferência do Grupo de Vilna, em que se discutiu pela primeira vez a necessidade de expandir o campo de atuação do movimento para outras regiões da Polônia do Congresso. Disso resultou o surgimento da iniciativa de criação das “colônias” social-democratas judias em outros lugares. De acordo com Zimmerman (2004, p. 73): “Entre 1894 e 1896, os social-democratas judeus em Vilna estabeleceram centros em Minsk, Odessa e Białystok”. Dirigentes do grupo foram en-

---

detalhes o artigo que Jogiches escreveu em janeiro de 1894 para o *Sprawa Robotnicza* (o órgão do SDKP editado por Rosa Luxemburgo) sobre os discursos de Vilna. ‘Com palavras comoventes, cheias de sentimento e na forma pitoresca característica da língua iídiche, os pobres e perseguidos proletários judeus pintam sua situação de classe trabalhadora e expressam seus objetivos e aspirações’. Jogiches então cita com aprovação um trabalhador judeu que denuncia o jugo comum do capital que oprime seus irmãos tanto quanto os proletários de outras nacionalidades. Jogiches ressaltou que não havia dúvida de que os judeus russos estavam sujeitos a uma opressão especial por parte do despotismo czarista. ‘Os judeus são os mais privados de direitos e os mais escravizados de todos os súditos do czar’”. (Wistrich, 2007, p. 102; tradução nossa)

<sup>6</sup> “Suas especificidades culturais, enraizadas em sua religião e idioma, foram reforçadas pela separação estrutural do proletariado russo. Essa concentração de trabalhadores judeus em uma espécie de gueto socioeconômico foi a origem material de um movimento socialista específico, na medida em que claras barreiras étnicas e culturais os separavam dos trabalhadores russos ou poloneses. Dentro da comunidade judaica, por outro lado, a divisão de classes era muito mais fluida: a grande categoria de ‘luftmenschen’ estava no cruzamento das diferentes camadas sociais e absorvia os comerciantes empobrecidos e os trabalhadores desempregados durante os períodos de crise. Consequentemente, para os trabalhadores judeus, a consciência de classe era identificada com a identidade nacional”. (Traverso, 2018, p. 104; tradução nossa)

viados a Varsóvia a fim de disseminar o movimento na capital. Destaca-se a participação de John Mill (Yoysef Shloyme Mil) que, antes de se instalar em Varsóvia, passou uma temporada em Zurique, onde travou contato com militantes da recém-criada Social-Democracia do Reino da Polônia, entre eles, Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches. (Nettl, 2019, p. 68)

Mill tinha passado dois meses em Zurique durante o verão de 1894, aprendendo sobre a história polonesa em geral e sobre a história do socialismo polonês em particular. Ele recorreu ao membro do SDKP Julian Marchlewski, que durante os dois meses seguintes o informou sobre a situação em Varsóvia. Assim, quando Mill partiu para Varsóvia em agosto de 1895, ele entrou na Polônia mais educado, mais familiarizado com a vida na Europa Ocidental, mais informado sobre o movimento socialista internacional no exterior e mais familiarizado com o movimento socialista em Varsóvia. (Zimmerman, 2004, p. 73; tradução nossa)

O início das atividades do movimento social-democrata judeu em Varsóvia abriu uma disputa com o Partido Socialista Polonês (PPS), criado em 1892, que reivindicava a recriação da Polônia independente e que também realizava atividades voltadas aos trabalhadores judeus, em especial, a difusão de panfletos em iídiche trazidos clandestinamente do exterior. (Ury, 2012, p. 73) Desinteressados da questão nacional polonesa e fluentes em russo, os representantes do Grupo de Vilna logo foram acusados pelo PPS de serem russófilos, sobretudo porque o objetivo de organizar todos os judeus do Império Russo estava explícito desde os primeiros documentos do grupo. Como veremos adiante, em pouco tempo, a acusação de separatismo também recai sobre o grupo, endereçada particularmente aos militantes da Social-Democracia do Reino da Polônia, com o objetivo explícito de organizar, especificamente, os trabalhadores judeus. Foram feitas tentativas de aproximação entre o PPS e os judeus social-democratas, mas a questão polonesa se mostrou um obstáculo intransponível. O PPS exigia o apoio à luta pela independência política da Polônia, algo que o Grupo de Vilna não aceitava, uma vez que defendia que os trabalhadores deveriam “lutar pela liberdade política geral e direitos civis iguais, e não pela independência da Polônia”. (Zimmerman, 2004, p. 80) Dessa forma, deflagrou-se a disputa entre as duas organizações e, para fazer frente ao PPS, foi necessário formalizar o Grupo de Vilna e suas “colônias” como um partido político. (Medem, 1979, p. 84)

Outro elemento que apressou a fundação do partido socialista judeu foram os esforços para criar um partido social-democrata no Império Russo. A partir do último quartel do século XIX, começaram a surgir pequenas organizações de inspiração socialista, como o partido “Proletariado”, na Polônia do Congresso, e o grupo “Emancipação do Trabalho”, criado por emigrados russos na Suíça. A partir da metade dos anos 1890, cresceu a percepção entre os socialistas russos da necessidade de criar um partido que abarcasse as diferentes organizações social-democratas do Império Russo. Ao final do relatório apresentado no Congresso da Segunda Internacional realizado em Londres, em 1896, Plekhanov menciona que:

Entre as organizações sociais-democratas secretas nas diferentes cidades da Rússia ainda não existe uma união suficiente, e muitas vezes há uma falta de unidade em sua ação. A criação de tal união e tal unidade de ação - a fundação de uma organização social-democrata unida na Rússia - deve ser o

grande objetivo de nosso trabalho no futuro imediato. (Plekhanov, 1983, p. 186-187; tradução nossa)

Frente à iminência da criação do partido russo, Plekhanov indagou sobre como se daria a representação dos judeus nessa nova organização, cobrando unidade política. (Frankel, 1981, p. 137) Em seu retorno a Vilna, em agosto de 1897, Kremer iniciou a discussão com os demais militantes do movimento sobre a convocação de um congresso de criação do partido judeu. Em pouco tempo, foram expedidas mensagens aos delegados para que chegassem a Vilna na última semana de setembro; assim, o congresso de criação do partido foi realizado entre 7 e 9 de outubro de 1897.

O objetivo da nova organização judaica, proclamada por Kremer, era o seguinte: “Uma união de todas as organizações socialistas judaicas terá como objetivo não apenas a apresentação de reivindicações políticas gerais na Rússia. Terá também a tarefa especial de defender os interesses particulares dos trabalhadores judeus, conduzir uma luta por seus direitos civis e, acima de tudo, fazer uma campanha contra a legislação antijudaica”. Kremer seguiu com uma discussão sobre as relações com os socialistas russos e poloneses. O Bund judaico se unirá ao futuro partido russo “como uma organização sólida e autônoma com o direito de decidir sobre assuntos particulares do proletariado judeu, bem como de imprimir sua própria literatura para a classe trabalhadora judaica”. (Zimmerman, 2004, p. 81; tradução nossa)

A tarefa seguinte, à qual se dedicaram os militantes socialistas, foi a criação de um partido social-democrata para o Império Russo.

### **3. O diálogo implícito: da criação do POSDR ao seu segundo congresso**

Logo após a criação do Bund, seus militantes cumpriram um papel importante na criação do POSDR. O primeiro congresso dessa organização ocorreu em Minsk, em 1898, por iniciativa do Bund, que ofereceu o local dos trabalhos, e cujos militantes garantiram a segurança do evento de modo a protegê-lo do controle policial. Tratava-se da concretização da posição defendida por Kremer de que uma organização que representasse os judeus de todo o Império deveria estar inserida no âmbito de uma luta política que envolvesse todos os trabalhadores. Essa perspectiva constava do manifesto de criação do POSDR, segundo o qual o Bund estava no partido “como uma organização autônoma, independente apenas em questões que afetem especificamente o proletariado judeu”. (Harding, 1983, p. 225)

Poucos dias após sua criação, contudo, quase todos os delegados que participaram da fundação do POSDR foram presos pela polícia política russa, a Okhrana, a partir do final de julho. (Minczeles, 1999, p. 58) A esperança do surgimento de uma grande organização social-democrata para o Império sofreu um duro golpe. Os militantes do Bund que conseguiram escapar das forças policiais, recuperaram os veículos de imprensa confiscados e relançaram o partido. Em 1898, ocorreu o Segundo Congresso do Bund e, segundo Minczeles (1999, p. 59), “Os debates duraram três dias e foram em grande parte dedicados às prisões ocorridas pouco antes, à ajuda a ser dada aos camaradas presos, ao enfraquecimento de certos setores e, em geral, ao problema da violência”.

A prisão dos dirigentes do Bund abriu espaço para a criação do comitê do partido em Genebra, com a direção de John Mill. Um dos militantes mais importantes do

movimento socialista judeu desde a criação dos círculos de formação de Vilna, Mill se encarregou de manter a publicação do jornal “Der yidisher arbeter”. Como novo editor, utilizou o jornal como plataforma de discussão da questão nacional. Considerado um “manifesto”, por Jonathan Frankel (1981, p. 218), o número seis do jornal publicou diferentes artigos em defesa da nacionalidade judaica, entre os quais um do próprio Mill em defesa dos direitos nacionais para os judeus. Partindo das formulações de Kautsky sobre a reorganização do Império Austro-Húngaro por meio da garantia da autonomia de cada nacionalidade, Mill, como os judeus, defendia a igualdade de direitos entre as nações. (Zimmerman, 2004, p. 109) Além disso, ele se posicionava contra a independência da Polônia: “O que o proletariado judeu pode esperar da *separação da Polônia*? Pode esperar que a perseguição contra ele *como judeu* cesse? Irá realmente receber a *igualdade nacional*?”. (Mill, 1899 *apud* Frankel, 1981, p. 217) É relevante dizer que Mill publicou um texto de Rosa Luxemburgo, que a essa altura já havia produzido longa discussão contra a defesa da independência política feita pelo PPS, no número seis do “*Der yidisher arbeter*”, com boa aceitação entre os militantes do Bund. (Zimmerman, 2004, p. 113)

Não obstante, o comitê central do partido, marcado pelo internacionalismo socialista, logo expressou críticas às posições nacionais do jornal. No Terceiro Congresso do Bund, realizado em 1899, em Kovno, muito se discutiu sobre a questão das nacionalidades e houve tensão entre o comitê central e John Mill.

[John Mill] enfrentou uma forte oposição e foi derrotado. Os congressistas sentiram que as demandas nacionais desviariam a atenção do proletariado judeu de seus interesses de classe e seriam um obstáculo para a solidariedade ativa das massas. Em conclusão, a resolução aprovada confirmou que “o Bund, entre suas exigências políticas, enfatiza apenas a igualdade de direitos civis e não os direitos nacionais [...] Entretanto, para permitir aos camaradas darem sua opinião sobre a questão nacional, [...] um fórum intitulado ‘Discussão’ é aberto no *Der yidisher arbeter*, onde cada pessoa pode expressar sua opinião pessoal vinculando apenas a si mesmo”. (Minczeles, 1999, p. 63; tradução nossa)

Sem contemplar a posição concreta dos militantes do partido, a questão nacional voltou a ser debatida no Quarto Congresso do partido, realizado ao final de maio de 1901, em Bialystok. A mesma tensão entre a tendência nacional e a internacionalista foi recolocada no centro da discussão. Como ressaltam Woodhouse e Tobias:

Um programa que reivindicava direitos “nacionais” para os judeus com base na autonomia cultural parecia calculado para ganhar a lealdade dos trabalhadores judeus e elevar sua consciência política; contudo, a proposta não resolveu o dilema para os líderes do Bund que temiam que o excesso de ênfase nos direitos judaicos alienasse seus colegas de trabalho social-democratas. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 341)

A diferença em relação ao congresso anterior era a presença de militantes que naquele momento estavam na prisão. Fortalecidos com a participação desses expoentes do movimento socialista judeu, os partidários de uma resolução, que demandava direitos nacionais, conseguiram aprovar uma solução de compromisso, que evitou a cisão do partido: “o Congresso protestou contra a opressão nacional, e enunciou a mesma exigência de igualdade de direitos civis e remoção das barreiras civis para os judeus”. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 341; tradução nossa; Mullin, 2015, p. 113)

Por fim, no contexto da relação que o Bund deveria ter com os demais partidos social-democratas, o Quarto Congresso aprovou uma resolução que defendia o estabelecimento de relações federais com o SDKPiL. (Mullin, 2015, p. 113) O documento também tratava do PPS e indicava que as relações entre as duas organizações deveriam ser apenas “amigáveis”. Havia, portanto, da parte do Bund, a disposição de aprofundar as relações com o SDKPiL nos marcos do federalismo proposto ao POSDR. Ainda que desacordos teóricos marcassem a relação entre os dois partidos, ambos participaram de atividades políticas conjuntas, como pode ser verificado nos relatórios enviados pelas duas organizações ao Congresso da Segunda Internacional de 1904, em Amsterdam. (Bund, 1904; SDKPiL, 1904) A relação entre as duas organizações parece piorar rapidamente após o fracasso das negociações de fusão com o POSDR, como analisaremos em seguida.

O Quinto Congresso do Bund, que ocorreu às vésperas do Segundo Congresso do POSDR, discutiu dois pontos importantes: quais relações o Bund teria no partido russo e, novamente, a questão nacional. Os vínculos entre o grupo Iskra, dirigido por Lenin, e o Bund estavam bastante tensionados por divergências que se concentravam no âmbito organizativo. No Quarto Congresso do Bund, uma resolução foi aprovada estipulando o federalismo como princípio de integração entre as diferentes organizações que comporiam o partido. No mesmo congresso, outra resolução foi adotada, na qual o Bund se declarava o representante do proletariado judeu de todo o Império Russo. Para Lenin, o Bund deveria difundir a propaganda em iídiche exclusivamente na região do Assentamento do Pale, pois criaria um separacionismo na classe trabalhadora caso atuasse em todo o Império. (Gechtman, 2008)

O Quinto Congresso é particularmente relevante para a história do partido, uma vez que foi nesse evento que o jovem delegado bundista, Vladimir Medem lançou a ideia do “neutralismo”, que passaria a marcar a política do partido. Buscando uma alternativa entre o internacionalismo, visto por parte dos judeus como “assimilacionista”, e o nacionalismo, Medem pretendia apresentar uma terceira possibilidade, pois, como escreveu em suas memórias, “Odiava apaixonadamente a própria palavra ‘nacionalista’”. (Medem, 1979, p. 263) Influenciado pelas ideias austro-marxistas de autonomia cultural extraterritorial,<sup>7</sup> Medem busca um arranjo político em que as minorias nacionais não fossem obrigadas a se dissolver social e culturalmente na nacionalidade dominante. Para tanto, a garantia de direitos civis individuais não bastaria, sendo necessária a garantia de direitos nacionais. (Medem, 1979, p. 264) Dessa forma, para o bundista, a nacionalidade não seria um dado constante das sociedades, o que representaria a posição nacionalista, nem estaria sujeita a políticas de assimilação forçada. Transformações econômicas e sociais poderiam levar à assimilação de algumas

<sup>7</sup> Particularmente relevantes nas formulações de Medem, são as ideias do jurista Karl Renner, um dos principais dirigentes da social-democracia austríaca no início do século XX. Em 1899, fazendo uso do pseudônimo Synopticus, ele publica o livro *Estado e nação*, em que registra uma crítica à ideia de nação como um fenômeno territorial, o que implicaria “a dominação incondicional de minorias estrangeiras para o benefício das classes dominantes estabelecidas há muito tempo”. (Renner, 1997, p. 221; tradução nossa) Em oposição ao princípio do território, Renner propõe que “a nação é uma comunidade de cultura”. (Renner, 1997, p. 218) O autor também propõe um complexo sistema de divisão de responsabilidades entre o governo central e os níveis locais de administração, que, em sua análise, garantiria o respeito aos direitos das minorias.

nacionalidades, entretanto, isso já não se daria como perseguição política de uma nação opressora sobre uma nação oprimida. (Gechtman, 2008, p. 77)

O tamanho do Bund ampliava sua influência na construção do imaginário socialista no Império Russo. Essa relevância não passou despercebida para Rosa Luxemburgo, que, em 1898, havia se instalado em Berlim. A partir desse momento, ela passou a desenvolver uma dupla militância, tratando tanto de questões relativas à Polônia quanto à Alemanha. A prisão de quase 400 membros do SDKP, em 1895, contudo, fez com que o partido praticamente deixasse de existir. (Abraham, 1989, p. 42) Em dezembro de 1899, a Social-Democracia da Lituânia iniciou discussões para recriar o antigo SDKP que, em 1900, passou a se chamar Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia - SDKPiL. Ainda que a recriação do partido fosse importante para Luxemburgo, os novos dirigentes, em particular Cezaryna Wojnarowska, militante polonesa radicada em Paris, tinham uma visão sobre a questão polonesa diferente daquela que ela teorizou, mostrando-se mais abertos a aceitar algum tipo de conciliação sobre a independência da Polônia, como a autonomia e o estabelecimento de um vínculo federativo entre a Polônia e a Rússia. (Blobaum, 1992, p. 210)

Em seu congresso de 1901, o SDKPiL voltou a se pronunciar contra a recriação da Polônia independente. Ainda que a disputa entre as diferentes frações do partido pelo conteúdo preciso da questão polonesa não estivesse encerrada, Luxemburgo expressou seu desligamento. É marcante a carta enviada a Cezaryna, no dia 17 de maio de 1901, em que a autora afirma: “eu não pertencço à sua organização e não participo de suas atividades”. (Luxemburg, 1975, p. 103; tradução nossa) Ademais, a carta é escrita alguns dias após o fim do Quarto Congresso do Bund de 1901, em que se aprovou a resolução que considerava os judeus como uma nacionalidade e o direito à “autonomia cultural”. A convergência entre as posições do Bund e do SDKPiL eram evidentes, o que exasperou Luxemburgo. Ainda nessa carta, a autora faz uma série de comentários muito pouco elogiosos sobre o partido socialista judeu.

Foi tolice da parte do bom homem Zalewski não o advertir suficientemente contra os judeus do Bund. Em resumo, para sua política em relação ao nosso partido, bem como para seus métodos de ação em geral, todo o Bund, e especialmente Aleksander, John e Cia. merecem, no mínimo, que as pessoas honestas os empurrem pelas escadas abaixo (e para isso vale a pena viver no quarto andar). Conheço Aleksander e John pessoalmente há anos e eles são personagens compostos de dois elementos: idiotice e perfídia. Eles são simplesmente *incapazes* de trocar duas palavras com você, de olhar para você, sem uma intenção oculta de roubar algo de você (moralmente, é claro). Toda a política do Bund se baseia no mesmo sistema. Não faz muito tempo, além disso, eles declararam oficialmente no *Neue Zeit* que o problema do programa para a restauração da Polônia ainda não está resolvido para eles, e é somente em seu próximo congresso que esses cabeças de burro se comprometerão a examinar a questão polonesa. (Luxemburg, 1975, p. 105)

Dois comentários precisam ser feitos quanto à visão da autora sobre o Bund. Primeiramente, é importante registrar que John Mill tampouco era simpático a Luxemburgo, a quem considerava assimilacionista. (Wistrich, 2007, p. 113) Em segundo lugar, está o fato de ela ter mudado de posição em relação ao partido socialista judeu. A antipatia de Luxemburgo em relação ao partido judeu perceptível na citação acima, discrepa do tom dos primeiros textos que menciona o movimento operário judeu, em que

transparece sua apreciação positiva. É o que se nota na seguinte passagem retirada de um texto escrito em outubro de 1897, poucos dias antes da criação do Bund:

[...] na Lituânia, entre os trabalhadores *judeus*, existe há mais de dez anos um movimento social-democrata, liderado quase exclusivamente por intelectuais russos, cuja língua é o russo ou o *ídiche* [...]. Devido à esterilidade do trabalho de propaganda em pequenos círculos, os socialistas foram empurrados para um novo caminho: começaram a se voltar diretamente para as massas e os exortaram a se engajar na luta diária por seus interesses imediatos, sobretudo na luta por um sindicato e por uma organização, e neste processo surgiu a necessidade de um programa político concreto, baseado em suas necessidades imediatas. (Luxemburg, 2019, p. 2; tradução nossa)

As posições de Luxemburgo quanto à questão das nacionalidades só voltaram a ganhar espaço dentro do SDKPiL quando Félix Dzierzynski retornou da cadeia, em 1902, e se aliou a ela e a Jogiches, para retomar a direção do SDKPiL, na Conferência do partido ocorrida em Berlim, em agosto de 1902. (Blobaum, 1992, p. 212) Nesse mesmo período iniciaram-se as discussões para que a social-democracia polonesa e lituana se tornasse uma seção do POSDR e esperava-se que essa fusão fosse oficializada no Congresso do partido russo, previsto para o fim de julho de 1903. Nesse mesmo mês, o SDKPiL realizou seu Quarto Congresso, em que foram discutidos os termos da fusão com o POSDR. Em carta a Felix Dzerzhinski, de março de 1903, Luxemburgo faz comentários sobre as discussões da fusão: “Atribuo grande importância às nossas negociações com os russos, pois também ali os social-patriotas devem permanecer fora da social-democracia unificada”. (Luxemburg, 1975, p. 144) O otimismo da autora se devia à publicação do texto de Lenin no número trinta e três do “Iskra”, em 1902, o qual “sobre a questão polonesa já adota claramente nosso ponto de vista”. (Luxemburg, 1975, p. 144)

No programa do POSDR, havia um ponto importante que previa o direito à autodeterminação dos povos, assunto que não era novo nas discussões da social-democracia europeia. No Congresso da Segunda Internacional, realizado em Londres em 1896, o PPS propôs um projeto de resolução sobre o tema, que foi duramente criticado por Luxemburgo. Ela, Jogiches e Dzerzhinski desejavam a supressão do direito à autodeterminação dos povos do programa do partido, como uma das condições para a continuidade do processo de fusão. A proposta não foi adotada pelo Congresso do SDKPiL, o que não impediu Luxemburgo de instruir os delegados do partido no congresso russo, a fim de que exigissem alterações no “ponto 7”, que tratava da autodeterminação. (Blobaum, 1992, p. 212) Em carta a Adolf Warszawski, conhecido como Warski, de 5 de agosto de 1903, escreveu:

É preciso dizer aos russos que, como resultado deste artigo, o valor *moral* de nossa filiação ao partido russo (que foi uma arma na luta contra o PPS) é mínimo para nós e que era precisamente este aspecto moral que nos importava. Se eles se recusarem a emendar o parágrafo 7 nos termos de nossa declaração, *nós retiraremos nossa adesão*. Diga de passagem à Zassulitch que só lhe escrevi após o artigo do Iskra, que não tenho mais interesse na fusão e que o aconselhei a não fazer mais nenhuma concessão. (Luxemburg, 1975, p. 150; tradução nossa)

Na mesma carta, Luxemburgo detalha outras condições para a entrada do SDKPiL no partido russo. Uma delas trata da constituição dos comitês do novo partido, que

deveriam ser comuns às organizações que passavam a compor o POSDR. No caso da Polônia do Congresso, a composição dos comitês comuns se daria pelo SDKPiL e pelo Bund. Na carta, Luxemburgo expressa seu acordo com o formato de comitês, com a condição de que sua realização não fosse imediata.

[...] Os comitês do *Bund* foram formados após vários anos de trabalho, e são úteis na medida em que se limitam à agitação prática. A sua abolição *de um dia para o outro* prejudicaria seriamente o trabalho prático. O mesmo vale para nossos próprios comitês. Formar comitês conjuntos agora e em todos os lugares significaria simplesmente a aniquilação da organização polonesa, a aniquilação do *Bund* e a criação de uma nova organização que seria parte integrante do partido russo. Nesse caso, os congressos polonês e judeu, a razão social e a “autonomia” não fariam sentido. Uma tal destruição me parece impensável no momento. Não devemos agir como a *Kanzler* e reverter as relações organizacionais com uma *canetada*, mas *preparar o caminho para esta união*. (Luxemburgo, 1975, p. 151; tradução nossa)

John P. Nettle (2019), na biografia que escreveu sobre Luxemburgo, argumenta que o motivo principal para adiar o estabelecimento dos comitês comuns não foi precisamente evitar a destruição do trabalho político prévio das organizações. De acordo com o autor, a direção do SDKPiL “estava preocupada com o receio de que a aceitação das condições dos russos e a necessidade de fundir os comitês locais com os do Bund exporia as reivindicações fictícias da força do SDKPiL, do qual muitos comitês locais existiam em grande parte no papel”. (Nettle, 2019, p. 258)

#### 4. A (não) discussão no Segundo Congresso do POSDR

O tumultuado Segundo Congresso do POSDR iniciou em 30 de julho, encerrando-se no dia 23 de agosto de 1903. Um fato político importante foi a expulsão do congresso da cidade de Bruxelas, por ordem policial, após a realização da décima terceira seção de discussões. Dias depois, o evento foi retomado em Londres. O congresso também foi marcado por grandes tensões, sobretudo, entre o grupo Iskra e o Bund. Segundo Medem (1979, p. 284): “o confronto foi muito acalorado. Assim que nossos delegados apareceram no congresso, eles se depararam com um verdadeiro muro de hostilidade, raiva e ressentimento”.<sup>8</sup>

Os delegados do SDKPiL chegaram a Bruxelas no dia 4 de agosto e, na décima seção, Adolf Warski discorre sobre as discussões realizadas no último Congresso do SDKPiL. Para ele, a fusão entre os dois partidos era a consequência do desenvolvimento do Império, que tornou a Polônia e a Rússia “um único organismo econômico, estabelecendo assim a base histórica para a fusão dos proletariados poloneses e russos na luta de classes comum sob a bandeira de um movimento social-democrata único e unido”. (POS DR, 1903a) É relevante assinalar que entre as resoluções de congressos anteriores do SDKPiL, que serviram de inspiração para a proposta de fusão entre os partidos, Warski não menciona o congresso de 1900, marcado pela hegemonia do grupo de Cezaryna Wojnarowska. Por fim, ele declara sete condições para a realização da fusão:

<sup>8</sup> A análise precisa dos debates, principalmente os de caráter organizativo, entre o Iskra e o Bund, é desenvolvida por Gechtman (2008).

1. Total independência para os social-democratas poloneses em todos os assuntos internos relacionados à agitação e organização no Reino da Polônia e na Lituânia, com seus próprios congressos, comitês e publicações.
2. Adoção pelo Partido Social-Democrata comum do título oficial: “Partido Social-Democrata Operário da Rússia”, com o movimento social-democrata polonês mantendo, como subtítulo, seu nome atual: “Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia”.
3. Outras organizações socialistas polonesas só poderão ingressar no Partido da Rússia aderindo ao Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e da Lituânia.
4. Um membro da organização polonesa para ser membro do conselho editorial do Órgão Central, estando lá para dar orientações, juntamente com os outros membros do conselho, sobre assuntos relativos ao partido polonês e assuntos públicos.
5. Substituição do parágrafo 7 do programa do Partido Russo por uma fórmula precisa, incapaz de interpretação num espírito nacionalista.
6. Exigência de autonomia para as províncias polonesas e lituanas.
7. Adoção de uma resolução expressando a atitude dos social-democratas russos em relação ao social-patriotismo polonês, no espírito do SDKPiL. (POSDR, 1903a, tradução nossa)

Warski afirma, em seguida, que apenas as três primeiras condições foram determinadas pelo congresso do seu partido como condições indispensáveis. Os pontos um e dois dizem respeito ao formato organizativo do SDKPiL e a autonomia que ele guardaria no novo partido. O ponto 3 era uma forma de evitar a possibilidade de o PPS também entrar no partido russo. O tema da autodeterminação não constava, portanto, das condições indispensáveis, contudo, no documento protocolado por Warski junto à direção do Congresso, a exigência de alterar o artigo sobre a autodeterminação aparecia como tal:

Portanto, consideramos, independentemente das três condições básicas para nossa unificação com o movimento social-democrata russo que apresentamos anteriormente, que essa unificação só será possível se o congresso achar que pode adotar a formulação do Artigo 7 do Programa que propusemos, ou outra formulação com o mesmo significado, ou, pelo menos, se o congresso concordar em deixar a questão em aberto e guardar sua formulação até o próximo congresso, com a devida elucidação da questão na imprensa. (POSDR, 1903c)

O documento sugere que o ponto sobre a autodeterminação dos povos seja substituído pela defesa de “instituições que garantam a liberdade de desenvolvimento cultural a todas as nações incluídas no Estado”. A proposta de redação evidencia o peso que domínios extraeconômicos, como a cultura, passaram a ter nas formulações do SDKPiL - e da própria Rosa Luxemburgo -, a partir dos anos 1900. Como ressalta o documento: “A única solução possível para a questão nacional, que hoje vincula os social-democratas em todas as circunstâncias, é, a nosso ver, a defesa da liberdade de desenvolvimento cultural de cada nacionalidade, através da democratização das instituições estatais historicamente dadas”. (*ibidem*)

Após apresentar a declaração da Social-Democracia da Polônia e da Lituânia, Plekhanov, presidente do Congresso, sugeriu que uma comissão fosse estabelecida para debater o documento do partido e o formato da fusão. Os delegados do Bund reagiram negativamente à proposta e sugeriram que o tema fosse discutido pelo plenário do Congresso antes da eleição da comissão. A proposta dos bundistas foi derrotada e uma comissão para tratar da fusão com o SDKPiL foi composta por Fomin, Martov, Yegorov, Plekhanov, Rusov. Parece-nos revelador que tenham recomendado uma discussão mais ampla sobre o tema. Notando a animosidade, os delegados do partido judeu sabiam que uma discussão restrita a poucos dirigentes significaria uma negativa à entrada do SDKPiL. Levando o tema para o pleno do Congresso, os delegados do Bund acreditavam poder convencer mais delegados sobre a relevância do conteúdo da resolução proposta pelos poloneses. Entretanto, uma questão sobre a movimentação dos delegados fica em aberto: por que o Bund teria decidido assistir o SDKPiL no tema da autodeterminação?

Não há uma resposta precisa para essa questão. Um primeiro motivo poderia ser encontrado na convergência programática de ambas as organizações em relação a esse tema. Como apontado anteriormente, com o surgimento do SDKPiL, em 1900, o programa do partido sobre a questão nacional esteve no centro da disputa entre o grupo liderado por Luxemburgo, comprometido com o internacionalismo, e o grupo orientado por Cezaryna Wojnarowska, aberto a compromissos com setores nacionalistas. Ao apoiar a resolução dos poloneses, provavelmente, o Bund esperava fortalecer o grupo de Wojnarowska.

As resoluções do Segundo Congresso do SDKPiL, de 1900, eram bastante próximas das resoluções do Quarto Congresso do Bund, realizado em 1901, em que foi proposto a criação de relações federais entre os dois partidos. Além disso, nas comemorações do quinto aniversário de criação do Bund, Julian Marchlewski, próximo das posições de Wojnarowska, foi a Munique saudar o partido judeu em nome do SDKPiL.

Ainda que o grupo de Luxemburgo tenha conseguido recuperar o controle do partido, a partir de 1902, algum tipo de compromisso precisaria ser firmado entre os dois grupos a fim de manter a unidade. A defesa da autonomia das províncias da Lituânia e da Polônia, que constava das condições de fusão com os russos, é uma mostra de como o grupo internacionalista teve que aceitar mediações programáticas. Caso defendesse o internacionalismo “intransigente”, o partido corria o risco de se fragmentar, com a possível saída da ala de Cezaryna Wojnarowska. Assim, a autonomia aparece, nesse episódio, como uma solução de compromisso. Como veremos na seção seguinte, o tema da autonomia só será discutido com mais detalhes pela autora e seu partido a partir da revolução russa de 1905. Era evidente a crescente preocupação de Luxemburgo com a cultura nacional e a defesa da nacionalidade, o que a aproximava das ideias de autonomia cultural defendidas pelo Bund desde 1901.

Em suas memórias, Vladimir Medem descreve a atuação da delegação polonesa no Congresso do POSDR, afirmando que a procurou para tentar definir uma resolução comum entre o Bund e o SDKPiL.

Como eu conhecia a posição do Iskra, sabia que eles não abandonariam o ponto sobre a “autodeterminação”, mas gostei da formulação dos poloneses. Embora desejasse clareza, ela era ampla o suficiente para abraçar a autonomia da Polônia (que eles desejavam), bem como nossa autonomia cultural nacional. Perguntei a Warski se ele me apoiaria se eu mudasse para que

ambos os itens fossem unidos, ou seja, “autodeterminação” e “instituições”. Sua resposta foi altamente característica. “Não”, disse ele, “o ‘direito de autodeterminação’ deve ser completamente rejeitado, porque o ponto poderia ser interpretado por nossos adversários no sentido da independência da Polônia e não podemos aceitar tal exigência”. (Medem, 1979, p. 100; tradução nossa)

A delegação polonesa foi embora antes do término do Congresso. Nesse contexto, a delegação do Bund propôs uma alteração ao artigo da autodeterminação, que introduzia o seu conceito de autonomia cultural não-territorial, mas que não foi aceita pelo Congresso.<sup>9</sup> Alguns dias depois, a resolução, que previa a exclusividade da representação do proletariado judeu no Bund, foi rechaçada pelo Congresso, levando o partido judeu a também abandonar o Congresso.

## 5. Conclusão

Ainda que questões programáticas tenham um papel importante na ritualística socialista, as alianças políticas não são construídas apenas em torno de programas. Acreditar nisso é alimentar uma visão idealizada da política socialista. Nesse sentido, para compreender a complexidade da questão da relação entre Rosa Luxemburgo e o Bund, é preciso agregar outros elementos à análise.

Propomos três componentes determinantes para entendermos as posições de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a questão programática. O movimento socialista judeu não era desconhecido do núcleo dirigente do SDKP e, posteriormente, do SDKPiL. Leo Jogiches foi um dos fundadores dos círculos de Vilna, mas logo se retirou. Ademais, parte dos militantes dos círculos de Vilna e, posteriormente, do Bund passou pela colônia de exilados políticos russos em Zurique, onde Luxemburgo e Jogiches estavam instalados. Nesse sentido, é lícito afirmar que as ideias do movimento socialista judeu não eram desconhecidas do grupo dirigente da Social-Democracia do Reino da Polônia. A recíproca também é verdadeira: no quarto congresso do partido, os bundistas aprovaram o estabelecimento de relações federativas com a Social-Democracia Polonesa.

O processo de aproximação com o Partido Operário Social-Democrata Russo é mais uma evidência de que a Social-Democracia não descartava uma atuação conjunta com o Bund. A criação de uma organização política que coordenasse as atividades dos social-democratas em todo o Império Russo era uma aspiração comum às duas, como comenta Wistrich (2007, p. 105; tradução nossa): “Leo Jogiches, Rosa Luxemburgo, e os futuros líderes do Bund (estabelecido em 1897) compartilharam uma

---

<sup>9</sup> Utilizando o pseudônimo de Goldblatt, Medem sugere a seguinte alteração da redação do programa do POSDR: “No artigo sobre o autogoverno regional, o congresso reconheceu a necessidade de adaptar a estrutura do Estado às condições locais especiais. Mas o conceito de ‘autogoverno regional’ não coincide com o que trata o Artigo 8, pois uma nação nem sempre coincide com um território. O autogoverno regional pode, portanto, garantir apenas o autogoverno para todas as nações que vivem em um determinado território, sem garantir o livre desenvolvimento de uma minoria nacional. Considero necessário criar instituições especiais para garantir a liberdade de desenvolvimento cultural das nacionalidades e, portanto, proponho que acrescentemos ao Artigo 8: ‘e o estabelecimento de instituições que garantam sua plena liberdade de desenvolvimento cultural’”. (POSDR, 1903b; tradução nossa)

crença comum na necessidade de uma ação de massa unida do proletariado russo, polonês e judeu”.

Levando-se em consideração o contexto do Congresso de 1903 do POSDR, a Social-Democracia Polonesa estava consciente da participação do Bund no partido russo e de que a concretização da fusão entre as organizações implicaria uma atuação política conjunta, ainda que, pela proposta de Luxemburgo, a composição de comitês locais entre o Bund e o SDKPiL não fosse imediata. O fato de que tentativas de aproximação, partindo de ambos os lados, tenham acontecido, evidencia a existência de alguma afinidade programática entre as organizações. A título de comparação, a análise das relações com o PPS mostra que a total incompatibilidade de posições políticas gerava uma animosidade permanente do SDKPiL.

Entre as diferenças programáticas, destaca-se a fundamentação teórica de cada organização para o conceito de “nação”. Tomando como referência as formulações do austro-marxismo do final do século XIX, principalmente de Karl Renner, a “nação” aparecia nas formulações do Bund como uma categoria que deveria se conjugar com o internacionalismo socialista. A condenação da opressão dos judeus e a defesa da sua cultura foram como um corolário da fundamentação teórica que o Bund dava à nação. A questão da autonomia cultural, nos termos formulados por Vladimir Medem, foi a síntese possível entre o socialismo de inspiração internacionalista e a compreensão nacional do judaísmo: a cultura dos judeus não poderia sofrer qualquer tipo de opressão oficial, que implicasse uma assimilação forçada. A aceitação imediata do internacionalismo socialista, para Medem, era uma forma de assimilacionismo, daí a necessidade de conceber um programa político que demarcasse as diferenças dos judeus.

Percebe-se, nas formulações do Bund, a presença de um aprofundamento teórico, que se desdobrava em ação política, sobre a definição da nacionalidade judaica e como ela se mostrava em termos culturais. Como afirma Traverso (2018, p. 110), para o Bund, a nação era “uma estrutura quase hierárquica baseada em dois elementos principais, idioma e cultura, e um secundário, a economia, em que o território não desempenhou nenhum papel significativo”. A pequena atenção dispensada à dinâmica econômica, sem dúvida, era uma das principais diferenças programáticas entre o Bund e o SDKPiL.

No caso de Rosa Luxemburgo, o período de formulações sobre a questão nacional, que se inicia em 1900, é marcado por maior sistematização de suas ideias. Se concordarmos que ela “aceitava a nacionalidade como uma questão natural, mas era categoricamente oposta ao Estado-nação” (Minczeles, 1999, p. 208), não seria menos verdade que nos textos da primeira fase, de 1893 a 1900, termos como “Nação”, “nacionalidade” e mesmo “Estado” sejam utilizados por vezes como sinônimos. A própria ideia de “autonomia” teve uma evolução errante na obra de Luxemburgo, tornando-se uma possível alternativa política, para a social-democracia, apenas na segunda fase de seus escritos sobre a questão nacional.

Na abordagem sobre a “defesa da nacionalidade” polaca, centrada na crítica à “germanização” da província de Posen, Luxemburgo mostra que a opressão nacional se encontrava na interseção entre política, economia e cultura. A política de “germanização” não era uma ação dos “alemães”, mas do Estado alemão, que operava como instrumento da classe dominante. Por meio de uma política de cunho nacionalista, o Estado buscava fragmentar a classe trabalhadora da província, minando seus vínculos

de solidariedade de classe. Uma resposta nacionalista por parte dos trabalhadores poloneses - ou seja, uma ação política avessa aos “alemães” em geral e não à política do Estado alemão - teria por resultado a mesma fragmentação da classe trabalhadora almejada pelo Estado.

A formulação de Luxemburgo permitia compreender como o capital dominava relações sociais que até então estavam para além do âmbito mercantil. Assim como nas sociedades ditas “primitivas”, cujo vínculo social extraeconômico foi substituído pela relação de exploração em torno de classes sociais, também a nacionalidade não escapou à dinâmica da economia capitalista. Defender a nacionalidade polonesa sem colocar em questão o capitalismo era dar uma falsa resposta ao problema.

A utilização da língua materna, um elemento *a priori* extraeconômico, é trazida para o centro do debate sobre a questão nacional. A resposta da social-democracia ao avanço do capitalismo sobre domínios extraeconômicos da sociedade não podia ser feita através da tentativa de recuperação de um passado idealizado, mas por meio de uma política coerente que permitisse a superação do capitalismo. Disso resulta a defesa da nacionalidade só ser possível por meio do socialismo e de seu internacionalismo.

O segundo elemento, que ajuda a explicar as posições de Luxemburgo em relação ao Bund, é o componente tático, ou seja, a forma como a política socialista aparecia na vida cotidiana. Nesse campo, o comentário de Henri Minczeles (1999, p. 228) de que “Lênin precisava dos judeus do Bund sem seu judaísmo” também se aplicaria a Rosa Luxemburgo e ao SDKPiL, ao qual interessava acessar a classe trabalhadora judia, mais pelo substantivo “classe trabalhadora” do que pelo adjetivo “judia”. Ainda que em alguns momentos Rosa Luxemburgo tenha elogiado a ação política do Bund, predominava em seus comentários a crítica a seu separatismo. Não bastava, portanto, enunciar que o programa político do SDKPiL era o correto e os demais, errados. Era preciso indicar que a aplicação de um programa político equivocado gerava distorções na política cotidiana. Ainda que contribuísse para elevar a consciência de classe dos trabalhadores judeus, a política concreta do Bund ia na contramão da criação de *uma* classe revolucionária.

À vista disso, ao disputar a base social do Bund, fatalmente, o SDKPiL entraria em choque com essa organização. A diferenciação política dos judeus acontecia de duas maneiras: assumindo pontos do programa do Bund e acentuando diferenças aparentemente marginais. Assim, é possível compreender como a questão da autonomia da Polônia entra na discussão de Rosa Luxemburgo e de seu partido. Trata-se de uma palavra de ordem próxima àquela levantada pelo Bund e que Vladimir Medem (1979, p. 286) reconhece em suas memórias. Essa nuance tática, portanto, era uma forma de disputar a parte da classe trabalhadora que se sentia representada tanto pelo programa nacionalista do PPS como pela ideia de autonomia cultural do Bund. Tendo se notabilizado, desde 1893, pela sua oposição intransigente ao “social-patriotismo” do PPS, restava a Luxemburgo se diferenciar do Bund com maior precisão. Se a autonomia passava a figurar no programa do SDKPiL, ela a aceitaria apenas em seu aspecto territorial.

[...] a autonomia que surge historicamente junto com o autogoverno local com base no desenvolvimento burguês democrático e moderno é na realidade tão inseparável de um território determinado como é o Estado burguês, e é tão difícil imaginá-la sem este, como conceber um autogoverno

“não territorial” de uma comuna rural ou urbana. (Luxemburg, 1988, p. 155-156)

Houvesse apenas reconhecido os judeus como nacionalidade com direito à autonomia, Luxemburgo teria aceitado acriticamente pontos importantes do programa do Bund. A partir do estabelecimento do critério da autonomia apenas territorial - questão sobre a qual ela começa a refletir em 1905, mas que só apresentará de forma mais precisa em “A questão das nacionalidades e a autonomia” (Luxemburg, 1988, 2018 [1908-1909]), ela abre a possibilidade de seu partido incluir parte dos judeus sem deixar de se diferenciar do Bund.

O terceiro elemento que ajuda a compreender a posição de Luxemburgo é o organizacional, ou seja, o formato da estruturação interna da organização política. Partindo de sua defesa de um modelo federalista para cada nacionalidade do Império Russo, o Bund propõe uma relação federativa entre as organizações que compõem o POSDR. Em seu famoso texto “Questões de organização da social-democracia russa”, de 1904, no qual faz uma crítica profunda à natureza do centralismo organizativo proposto por Lênin ao POSDR, Luxemburgo esboça uma desaprovação do federalismo como proposto pelo Bund.

Não há dúvida de que uma forte inclinação para o centralismo é inerente à social-democracia como um todo. Tendo crescido sobre o solo econômico do capitalismo, de tendência centralizadora, e dependendo, na sua luta, dos parâmetros políticos do grande Estado burguês centralizado, a social-democracia é, desde suas origens, adversária declarada de todas as formas de particularismo e federalismo nacionais. [...] Neste contexto, não há dúvida de que também a social-democracia russa não deve formar um conglomerado federativo das inúmeras organizações particulares nacionais e da província, mas um partido centralizado, compacto, para o império russo. (Luxemburg, 2011, p. 155-156)

Assim como a economia capitalista é marcada pela tendência à centralização e à concentração de capitais, também a social-democracia deveria ser marcada pela centralização. Como dito anteriormente, a correspondência de Luxemburgo, após o fracasso das negociações de fusão com o POSDR, em 1903, evidencia sua divergência no que diz respeito ao formato federativo do Bund. A partir de sua relação com este partido, é possível repensar algumas conclusões recorrentes sobre a interpretação da autora da questão nacional. A primeira delas afirma que Luxemburgo tinha uma concepção economicista do problema; a segunda, que a nação era essencialmente um fenômeno cultural; e a terceira, que aparece como um desdobramento da anterior, que Luxemburgo teria visto nos movimentos de libertação nacional apenas seu aspecto anacrônico. (Haupt; Löwy; Weill, 1997, p. 377-378)

Quanto ao primeiro ponto, efetivamente, o economicismo aparece de forma recorrente nos escritos de Luxemburgo sobre as nacionalidades. Contudo, como mencionamos anteriormente, essa não é a única perspectiva teórica presente nesses textos. Mesmo naqueles em que é muito presente a preocupação da autora de identificar as “leis dos movimentos objetivos do capitalismo”, há uma preocupação constante de extrair conclusões políticas que possam iluminar a ação da classe trabalhadora. Trata-se menos de questão específica da obra de Luxemburgo e mais de uma marca do próprio movimento socialista do período. Longe de representar um tipo de otimismo in-

gênuo em relação ao progresso técnico, que acabou assumindo a forma de um atentismo da “maturação das condições materiais”, a questão do desenvolvimento econômico, para Luxemburgo, está acompanhada de crítica consistente sobre a destruição engendrada pelo modo de produção capitalista.

Além disso, a partir de 1900 e, especificamente, no contexto da Revolução Russa de 1905, a autora aprofunda suas formulações políticas quanto à questão nacional. Ela se viu forçada a refletir sobre a proposta de autonomia para a Polônia do Congresso - palavra de ordem que diferentes organizações políticas tentavam moldar de acordo com seus programas políticos.

Sobre o tema da nação como fenômeno cultural, é verdade que ele ganhou força nos escritos de Luxemburgo a partir de 1900, com a questão da utilização da língua materna na província de Posen, anexada pela Prússia por meio das resoluções do Congresso de Viena. Contudo, o tema da cultura não aparece descolado de uma interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo e das tarefas políticas para a social-democracia. Para sermos mais precisos, a nação estaria localizada na interseção dos elementos culturais, políticos e econômicos.

Certo, o peso de cada um desses elementos varia ao longo de sua obra, mas eles sempre se fazem notar, por exemplo, no relatório apresentado ao Congresso da Segunda Internacional, em 1893, em Zurique, quando Luxemburgo expressa sua preocupação com a russificação imposta sobre a Polônia. (Luxemburg, 1979, p. 170) E, a partir de 1900, com o processo de prussianização da Polônia alemã, aumentaram as referências da autora à cultura na interpretação da questão nacional.

Por fim, quanto ao anacronismo dos movimentos de libertação nacional e seu caráter “pequeno burguês, reacionário” e, portanto, desprovido de perfil revolucionário, isso também nos parece uma leitura parcialmente correta. Nesse ponto, é preciso retornar à diferença entre a defesa da nacionalidade e o nacionalismo. Sem dúvida, este aparece nas formulações de Luxemburgo como política “pequena burguesa” e “reacionária”, uma vez que mina a solidariedade de classe inerente à classe trabalhadora. Contudo, como já referido, a partir de 1900, a autora propõe que a defesa da nacionalidade – compreendida como comunidade cultural vinculada por um conjunto de práticas sociais comuns – é uma das tarefas da classe trabalhadora, que somente poderia ser levada a cabo por meio do internacionalismo socialista.

## Referências

- ABRAHAM, Richard. *Rosa Luxemburg: a life for the International*. New York: Berg Publishers, 1989.
- ARONSON, Irwin Michael. "The anti-Jewish pogroms in Russia in 1881". In: KLIER, John Doyle; LAMBROZA, Shlomo Lambroza (eds.). *Pogroms: anti-Jewish violence in modern Russian history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 44-61.
- BUND. *Rapport d'activité*. Amsterdam, 1904.
- BLOBAUM, Robert. "The SDKPiL and the Polish question (revisited)". In: MORISON, John (eds.). *Eastern Europe and the West*. Selected papers from the fourth world congress for Soviet and East European studies, Harrogate, 1990. London: Palgrave Macmillan, 1992, p. 207-218.
- FRANKEL, Jonathan. *Prophecy and politics: socialism, nationalism and the Russian jews, 1862-1917*. London: Cambridge University, 1981.
- GECHTMAN, Roni. "National-cultural autonomy and 'neutralism': Vladimir Medem's Marxist analysis of the national question, 1903-1920". *Socialist studies/Études socialistes*, Alberta: University of Alberta, 2008, p. 69-92.
- GROSFELD, Irena Grosfeld; SAKALLI, Seyhun Orcan; ZHURAVSKAYA, Ekaterina. "Middleman minorities and ethnic violence: anti-Jewish pogroms in the Russian empire". *The review of economic studies*, v. 87, n. 1, jan. 2020, p. 289-342.
- HAUPT, Georges; LOWY, Michael; WEILL, Claudie (orgs.). *Les marxistes et la question nationale*. 1848-1914. Paris: Maspero, 1997.
- HARDING, Neil (ed.). *Marxism in Russia*. Key documents, 1879-1906. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LUXEMBURG, Rosa. *Vive la lutte!* Paris: François Maspero, 1975.
- LUXEMBURG, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y otros escritos sobre el problema nacional*. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. v. 1. São Paulo: Unesp, 2011.
- LUXEMBURG, Rosa. *Nationalitätenfrage und Autonomie*. Berlin: Dietz Berlin, 2018.
- MEDEM, Vladimir. *The life and soul of a legendary Jewish Socialist: the memoirs of Vladimir Medem*. New York: Ktav, 1979.
- MINCZELES, Henri. *Histoire générale du Bund*. Un mouvement révolutionnaire juif. Paris: Denoël, 1999.
- MITCHELL, Robert. *Human geographies within the pale of settlement*. New York: Palgrave, 2019.
- MULLIN, Richard. *The Russian Social-Democratic Labour Party, 1899-1904*. Historical Materialism Book Series, v. 84. Leiden: Brill, 2015.
- NETTL, John Petter. *Rosa Luxemburg*. London: Oxford Press, 2019.
- PLEKHANOV, Georgi. "Report presented by the Russian social democrats to the (London) International Congress of the Socialist Workers and Trade Unions (1896)".

- In: HARDING, Neil (ed.). *Marxism in Russia*. Key documents, 1879-1906. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party. Tenth session*. 1903a. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/ch10.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party. Seventeenth session*. 1903b. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/ch17.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party: appendix*. 1903c. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/appendix.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- RENNER, Karl. “État et Nation”. In: HAUPT, Georges; LOWY, Michael; WEILL, Claudie (orgs.). *Les marxistes et la question nationale*. 1848-1914. Paris: Maspero, 1997.
- SDKPiL. *Rapport d'activité*. Amsterdam, 1904.
- TRAVERSO, Enzo. *The Jewish question: history of a Marxist debate*. London: Brill, 2018.
- URY, Scott. *The Revolution of 1905 and the transformation of Warsaw Jewry*. Stanford, 2012.
- WISTRICH, Robert. *Laboratory for world destruction: Germans and Jews in Central Europe*. Nebraska: University of Nebraska Press, 2007.
- WOODHOUSE, Charles E.; TOBIAS, Henry J. “Primordial ties and political process in pre-revolutionary Russia: the case of the Jewish Bund”. *Comparative studies in society and history*, v. VIII, n. 4, 1966, p. 331–60.
- ZIMMERMAN, Joshua. *Poles, Jews, and the politics of nationality: the Bund and the Polish Socialist Party in late Tsarist Russia, 1892–1914*. Madison: Universidade de Wisconsin, 2004.

Recebido em 01 de outubro de 2023

Aprovado em 12 de março de 2024

# As ocupações fabris controladas por operários e comunistas em Joinville, SC (2002 2007)<sup>1</sup>

*Factory occupations controlled by workers and communists in Joinville, SC, Brazil (2002–2007)*

**Francisco Lino de Aviz Neto\***

**Mariluci Neis Carelli\*\***

**Daniela Pistorello\*\*\***

## Resumo

Este artigo apresenta uma análise de como alguns jornais expuseram as ocupações e o controle operário entre 2002 e 2007 nas fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville (SC). Os trabalhadores e dirigentes políticos comunistas buscavam salvaguardar mil empregos e receber direitos trabalhistas em atraso desde 1996. Diante desse processo, os jornais locais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, o primeiro de Joinville e o segundo de Florianópolis (SC), foram as principais fontes de imprensa para a pesquisa, localizados e fotografados no acervo do Arquivo Histórico de Joinville, totalizando 37 publicações relacionadas, auxiliando na problematização de uma seleção de manchetes, discursos e ideologias da burguesia, refletindo sobre o caráter da imprensa ao entendê-la como instrumento de luta das ideias dominantes contra as ações proletárias independentes.

**Palavras-chave:** imprensa; fábrica; controle operário

## Abstract

This article presents an analysis of how some newspapers exposed occupations and worker control between 2002 and 2007 in the Cipla and Interfibra plastic processing factories, in the city of Joinville, SC, Brazil. The communist workers and political leaders sought to safeguard a thousand jobs and receive labor rights that had been delayed since 1996. Faced with this process, the local newspapers *A Notícia* and *Diário Catarinense*, the first from Joinville and the second from Florianópolis, SC, were the main sources of press for the research, located and photographed in the collection of the Joinville Historical Archive, totaling 37 related publications, helping to problematize a selection of headlines, speeches and ideologies of the bourgeoisie, reflecting on the character of the press by understanding it as an instrument of struggle for dominant ideas against independent proletarian actions.

**Keywords:** press; factory; worker control

---

<sup>1</sup> Agradecemos o apoio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o desenvolvimento dessa pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

\* Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Contato: aavizneeto@gmail.com.

\*\* Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Contato: mariluci.carelli@gmail.com.

\*\*\* Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Contato: danipistorello@hotmail.com.

## Introdução

Uma fábrica ocupada e controlada por operários, sem patrões, será sempre um caso extraordinário sob a égide do modo de produção capitalista. Trata-se de uma organização da produção que contrapõe a própria *razão de ser* de um regime de propriedade privada. Essa foi a realização de operários e militantes políticos nas fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra, entre 2002 e 2007, em Joinville (SC), constituindo o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), angariando uma atenta e dedicada repercussão da grande imprensa da cidade no processo. O MFO conformou-se em 2002 com a união dessas três fábricas do mesmo ramo: a Cipla e a Interfibra, situadas na cidade catarinense, e a Flaskô, na cidade de Sumaré (SP), todas pertencentes ao grupo Corporação Holding do Brasil, resultado de uma cisão da Companhia Hansen Industrial S.A. (Musto, 2012, p. 19)

Joinville é a maior cidade de Santa Catarina em população, localiza-se no norte do estado, apresenta mais de 600 mil habitantes<sup>2</sup> e remonta, segundo sua fantasiosa história oficial, à colonização germânica de março de 1851. Seria uma colonização agrícola, mas que “rapidamente ergueu pilares que a fariam comunidade referencial ainda no período colonial” (Ternes *apud* Gehlen, 2021, p. 5), sendo capaz de transformar-se em “polo comercial em matriz industrial e, desta, em cidade de serviços, guardando nos dias de hoje, forte espírito empresarial, de pioneirismo e inovação”. (Ternes *apud* Gehlen, 2021, p. 5)

Tamanho *destino* empreendedor capitalista é permanentemente reforçado pelos ideólogos oficiais, políticos e imprensa do município, como se pode verificar, por exemplo, na obra que comemora os 110 anos da Associação Empresarial de Joinville (Acij), de Joel Gehlen (2021). Esse sonho liberal promove o sumário apagamento das populações ali já estabelecidas de trabalhadores negros escravizados e seus senhores portugueses.

Todavia, é importante reiterar que no empreendimento da Sociedade Colonizadora de Hamburgo tal discurso viceja desde sua criação, compreendendo o trabalho como “fonte de valores, virtudes e de progresso ou ainda como uma vocação divina”. (Cunha, 2008, p. 127) Longe de suas terras europeias por causa da crise econômica, social e política de 1848, os laureados germânicos buscaram construir no norte catarinense uma sociedade que cultuasse o trabalho como *dever ético e moral*. Isso porque os gestores da Colônia Dona Francisca,<sup>3</sup> como foi inicialmente chamada a atual Joinville, visavam consolidar um local de desenvolvimento e exploração para suas riquezas no contexto de industrialização e expansão do capitalismo, em um Brasil Imperial no

---

<sup>2</sup> Em dados preliminares do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Joinville apresenta o total aproximado de 618 mil habitantes. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/ibge-apresenta-dados-preliminares-do-censo-2022-em-joinville/#:~:text=Na%20ocasi%C3%A3o%20a%20equipe%20t%C3%A9cnica,habitantes%20do%20munic%C3%ADpio%3A%20618%20mil>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>3</sup> Em 1843, a princesa Francisca de Bragança, irmã de Pedro II do Brasil, casou-se com o príncipe francês Francisco Fernando de Orleans, o qual passou a ter o título de príncipe de Joinville. As terras no norte catarinense eram o dote ao europeu. Este, em 1848, negociou parte desse dote com a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, por causa das condições financeiras decadentes da família real após a queda do rei Luís Felipe, na França.

processo de algumas mudanças, como a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, e as pretensões *civilizatórias* do Governo Imperial e das frações ilustradas da elite nacional.

Contraditório ou não, nessa cidade, de referida trajetória *ontologicamente* capitalista, gerou-se uma experiência extraordinária de ocupação e controle operário de fábricas, estas que também eram símbolo da história oficial. Tendo isso em vista, considera-se que o atual apagamento do controle produtivo por operários e comunistas em Joinville não é ingênuo ou involuntário, mas intencional, por destoar da fábula liberal que permeia o imaginário joinvilense.

### **Quem noticia a cidade, as fábricas e o tumulto?**

Objetiva-se aqui discutir, à luz dos processos de greve, ocupação e controle operário de Cipla e Interfibra, o caráter burguês dos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*. Por meio do estudo da imprensa oficial, lê-se como os antagonismos das classes sociais movem a história até nossos dias, e isso não poderia ser diferente em Joinville, cidade moldada pela ideologia da ordem e do trabalho.

Tais ocupações fabris ocorreram em um contexto histórico marcado por mudanças socioeconômicas, em razão do aprofundamento das políticas ultraliberais e da crise capitalista na virada do século XX ao XXI. (Verago, 2011) Nessa perspectiva, essas experiências dirigidas pelo MFO possuem características particulares, como a não adesão ao cooperativismo em defesa do autointitulado *controle operário*, sintetizado na estatização das fábricas ocupadas com base em um projeto político internacionalista, de cunho marxista, interligado a movimentos operários semelhantes aos de outros países do continente e do mundo, pautando a expropriação geral das burguesias sem indenização. (Dal Ri; Vieitez, 2007; Paulucci, 2007)

No específico caso de Joinville, as fábricas Cipla e Interfibra foram ocupadas em 31 de outubro de 2002, após tensos meses atravessados de paralisações por 24 horas, iniciando-se em janeiro, contra os atrasos constantes do pagamento dos salários e do 13º, até a explosão da definitiva greve de oito dias, em 24 de outubro do mesmo ano. Com a ocupação operária, foram formados o Comitê em Defesa de Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em Dia e a campanha de coleta de assinaturas pela Estatização para Salvar 1.000 Empregos, composto, além dos operários, de partidos, sindicatos, associações e representantes do poder público.

Em fevereiro de 2003, as fábricas passaram a ser geridas pelo Conselho Administrativo Unificado, eleito em assembleia na Cipla, com 14 representantes, seis deles representando a Interfibra. Como mostram as páginas dos jornais burgueses de Joinville, todo esse processo foi permeado por disputas e complexidades entre as instituições empresariais, estatais – nacional e internacional<sup>4</sup> –, sindicais e de organizações

---

<sup>4</sup> Em 27 de outubro de 2005, operários das fábricas ocupadas participaram, na Venezuela, do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas, onde foi assinado o acordo entre a Petroquímica da Venezuela (Pequiven) e o MFO. O governo Chávez comprometeu-se a enviar carregamentos de matéria-prima que pudessem colaborar com o Projeto Petrocasa de seu mandato. O projeto consistia na construção de fábricas de materiais plásticos para a construção de casas populares, caindo, portanto, como uma luva para a produção da Cipla, que possuía tecnologia para a realização de casas de policloreto de vinila (PVC). A Cipla ocupada já havia

políticas, finalizando-se com uma violenta invasão da Polícia Federal em 31 de maio de 2007, quando 150 policiais armados decretaram o fim dessas experiências proletárias, substituindo-os por um interventor judicial, chamado Rainoldo Uessler, contador e administrador judicial, que teve como primeiro ato demitir os trabalhadores eleitos ao conselho operário das fábricas. (Verago, 2011)

Ressalta-se aqui também o espaço dado pela imprensa nacional para a mobilização reacionária às ocupações, oferecendo voz ativa às posições burguesas, por exemplo, à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), como aponta a socióloga Josiane Lombardi Verago (2011) em sua tese de doutorado, intitulada *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002–2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*.

Em 22 de fevereiro de 2007, o *Estadão* estampou Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, agitando para suas bases que o acordo entre a Cipla ocupada e o governo Chávez “desagrada a setores tradicionais da indústria” e que caracterizava sua “ingerência em assuntos internos brasileiros”. (Verago, 2011, p. 246) A autora também relembra a famosa publicação da revista *Veja* destinada a caluniar os operários e representantes do MFO batizando-os de “O MST das Fábricas”, defendendo a intervenção federal em sua linha editorial. (Verago, 2011, p. 248)

Em ressonância, no mês de maio daquele ano, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico exigia no editorial de seu boletim um “repúdio contundente a esse tipo de prática antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia”. (Verago, 2011, p. 247) Esse mês ficou conhecido como Maio Vermelho, em que trabalhadores de todo o país se juntaram contra ações judiciais patronais e por direitos trabalhistas, como os operários da Honda e do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, conjuntamente aos operários e militantes do MFO da Cipla e da Interfibra, em Joinville, e da Flaskô, em Sumaré, outra fábrica ocupada pelo mesmo movimento.

Esses processos repercutiram nas páginas dos jornais joinvilenses, que, tal qual a imprensa geral, se apresentam como entes democráticos, porém majoritariamente são compostos de meios privados de comunicação que possuem papel central no acesso aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da sociedade e no seu conhecimento geral. São empresas, negócios com fins lucrativos, o que faz de suas reportagens, exposições e interpretações não expressões da opinião pública, mas dos interesses de seus capitalistas.

Em *Imprensa e História do Brasil*, Maria Helena Capelato (1988) aponta as produções jornalísticas como fontes cruciais para o trabalho do historiador, porém atenta para como esse material deve ser lido com suspeita. Sua credibilidade está longe de ser essencializada, isenta ou pública. Explicitamente, a autora aconselha a compreensão dos “interesses econômicos e políticos” da imprensa, dando-se também atenção tanto para toda a carga e depósito de ideias que possui o jornal quanto para a linha tênue entre a imprensa oficial e a imprensa oficiosa. (Capelato, 1988, p. 20-21)

Já em Robert Darnton (1990), em *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*, em seu capítulo 5, intitulado “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente pública”, além desse crucial elemento entre o relato dos *atos* e os interesses dos donos

---

apresentado um projeto semelhante ao governo brasileiro e ao de Cuba, mas somente o governo venezuelano o colocou em prática. (Verago, 2011)

dos jornais, vê-se a *sala de redação*, o chão de fábrica dos jornalistas, com suas analogias fabris e hierarquicamente capitalistas, onde os repórteres precisam “conquistar seu *status* diariamente”. (Darnton, 1990, p. 72) O editor-chefe, nomeado pela administração burguesa, comanda o escritório, e os editores-assistentes dirigem grupos editoriais, como esportes, cidade e economia, em extremidades opostas do ambiente, em suas diferentes linhas de produção. Divisórias guiadas pela *importância* de cada jornalista.

Eles se distribuem em quatro setores. Primeiro, algumas filas de grandes jornalistas liderados por sumidades [...]. A seguir, três filas de redatores e preparadores de texto, que se sentam ao lado das sumidades na frente da sala, de modo que podem ficar perto dos postos de comando na hora do fechamento. Em seguida, uma sequência de veteranos de meia-idade, que fizeram nome e são de confiança para qualquer reportagem. Por fim, um bando de jovens redatores em início de carreira, no fundo da sala, os mais jovens geralmente ocupando os lugares mais afastados. (Darnton, 1990, p. 72)

“O poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, como assinalam os estudos sobre o controle social na sala de redação” (Darnton, 1990, p. 77), complementa o historiador francês ao descrever a guerra de egos e interesses públicos e privados em jornais como o *The New York Times*, de Nova York, Estados Unidos, onde trabalhou. Darnton (1990) também se refere aos preconceitos e estereótipos que influenciam os jornalistas em suas coberturas, sobre o que e como deve ser a matéria, como se pode ver em uma das publicações do *A Notícia* joinvilense, que classificou a greve operária na Cipla de outubro de 2002 como causadora de *tumulto*. Ora, o que mais seria essa agitação subversiva na *cidade da ordem* senão uma balbúrdia operária?

Para Darnton (1990, p. 97), auxiliando na compreensão do papel desempenhado pelas fontes encontradas pelo presente trabalho, a matéria jornalística familiariza-se tanto com a notícia enquanto mercadoria produzida na sala de redação quanto com a maneira de ver o mundo do repórter, do editor e, por último, do financiador – o capitalista proprietário das páginas dos jornais.

Com base nessas considerações iniciais, o presente artigo teve a intenção de apresentar as produções jornalísticas encontradas e selecionadas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) acerca das ocupações fabris, visando problematizar a ideologia dominante da “cidade da ordem e do trabalho”, potência disciplinadora dos trabalhadores locais sob interesses burgueses. (Costa, 1996; Cunha, 2008) Portanto, buscou-se refletir sobre a imprensa tendo em vista o ideário oficial da cidade, que, considera-se, condena o controle operário da produção e menospreza a capacidade proletária de administrar fábricas, buscando moldar uma classe trabalhadora passiva e defensora do patrimônio privado, especialmente produtivo, apartada do movimento operário.

Para tanto, foram analisados os jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, tanto as edições encadernadas quanto o envelope de recortes intitulado pelo AHJ “Cipla/Interfibra/Ambalit – Grupo Hansen (1)”. Diante deles, foram realizados registros fotográficos de cada matéria que se relacionava com o tema proposto, a mais antiga datada de 16 de maio de 1996, do *Diário Catarinense*, cuja manchete diz: “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”, do jornalista Fabrício Minussi (1996, p. 21, seção Economia), até o jornal dos dias 2 e 3 de junho de 2007, em que a capa do *AN Cidade* traz

“A Cipla é viável?”, assinada por Marco Aurélio Braga. Foram, ao todo, 37 matérias encontradas, alternando-se entre rápidas notas até extensas reportagens que detalham os momentos, expressando o posicionamento dos jornais diante das ocupações fabris.

Sendo o jornal mais famoso de Joinville, *A Notícia* comemorou 100 anos em 24 de fevereiro de 2023. Trata-se, portanto, de um dos veículos de imprensa mais antigos ainda em circulação no Brasil. Oficialmente, o jornal realizou uma grande campanha ao longo do ano de seu centenário intitulada “A Joinville que queremos”, com exposições pela cidade de suas páginas históricas e o convite a um “debate sobre o futuro do município”, incluindo seminários em faculdades de jornalismo.

Todavia, um artigo interessante para conhecer a história desse jornal não foi publicado em seu *site*, mas sim em outro, chamado Portal Making Of, assinado pela *pena* célebre da historiografia e do jornalismo oficial joinvilense Apolinário Ternes.<sup>5</sup> Nele, em ar ressentido, Ternes (2023) teceu críticas ao fim do jornal de papel, à internet e à forma como ele fora retirado da sala de redação do *A Notícia*, em 2016. O historiador-jornalista relembrou a fundação do jornal, em 24 de fevereiro de 1923, pelas mãos de Aurino Soares, “com vida fulgurante” até dezembro de 1944, que se comunicava em uma cidade em que 75% da população falava a língua alemã. (Ternes, 2023)

Apolinário Ternes tem propriedade para apresentar esse veículo da burguesia joinvilense, pois teve a tarefa de escrever dois livros sobre a história do jornal ao longo de sua carreira, nas gestões das famílias Thomazi e Fallgatter. Mas para o presente trabalho, esse artigo de Ternes (2023) é rico por mencionar quem controlou a notícia em Joinville:

Depois de Aurino – 1923/1944 – a empresa teria novos proprietários. De 1946 a 1956, Aderbal Ramos da Silva e a família Alvim, comandaram a empresa. De 1956 em diante, um grupo de 150 empresários assumiu o controle, sob a liderança de três principais acionistas – Helmuth Fallgatter, Baltazar Buschle e Wittich Freitag. No começo dos anos 80, Fallgatter assumiria o controle e o genro, Moacir Thomazi, lideraria fulminante nova etapa na história do jornal, elevando-o à liderança na circulação e à condição de um dos mais modernos jornais do país, com impressão a frio e edições com até 70 páginas, com dezenas de cadernos especiais. Nesta etapa, além de outros importantes jornalistas, Luiz Meneghim liderou o rejuvenescimento do jornal que consolidou sua posição de número um do mercado. Vendido à RBS em 2006, o grupo gaúcho manteve o comando de *A Notícia* até transferir a empresa e o destino do jornal ao grupo NSC, estranhos ao mundo jornalístico e autores da extinção dos jornais catarinenses do universo impresso. [...] Enfim, os 100 anos de *A Notícia* simbolizam o auge e a queda, não só de uma empresa, mas de toda a cidade de Joinville. (Ternes, 2023, n.p.)

Essa linha do tempo dos donos do maior jornal local – e principal noticiador da ocupação fabril na Cipla e na Interfibra – é relevante, pois permite conhecer quem eram tais figuras da cidade de *espírito empreendedor*.

---

<sup>5</sup> Autor de 30 livros sobre a história de Joinville, de Santa Catarina e de empresas da região norte do estado, publica obras regularmente desde 1975. Disponível em: <<https://apolinarioternes.com.br/apolinario-ternes/>>. Acesso em: 08/01/2024.

Como dito por Ternes (2023), o substituto do jornalista paranaense Aurino Soares, em 1946, foi Aderbal Ramos da Silva (ALESC, 2022), que, além de banqueiro, jornalista, advogado e sobrinho do político Nereu Ramos e do industrial Celso Ramos, foi também governador de Santa Catarina no mesmo período em que era dono do *A Notícia*, entre 1947 e 1951.

Já em 1956, vieram três acionistas proprietários, que podem ser mais bem conhecidos por meio da leitura atenta da historiadora Sirlei de Souza (1998), em sua dissertação de mestrado, intitulada *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville*. No capítulo 1, “A construção da ordem na cidade do progresso”, Souza (1998) apresenta o crucial papel que *A Notícia* teve na mobilização social em Joinville em prol do golpe empresarial-militar, uma “fabricação das elites locais” (Souza, 1998, p. 12), sob a orientação e os interesses de seus donos, principalmente Helmuth Fallgatter, prefeito de Joinville entre 1961 e 1966:

A imprensa teve um papel fundamental como articuladora e divulgadora destas manifestações. Não se pode esquecer que o jornal de maior circulação na cidade – *A Notícia* – era dirigido pelo então prefeito Helmuth Fallgatter, que apoiou abertamente o golpe militar. Este jornal incentivou em seus editoriais as várias manifestações que foram realizadas durante o mês de Março e Abril de 64, em defesa do golpe militar. Sob o título: “Evolução e não Revolução”, o jornal refere-se a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” ocorrida em São Paulo, dizendo que a Marcha foi uma demonstração da vontade popular em resolver os problemas do país e garantir a permanência das instituições democráticas. Em uma demonstração de claro incentivo para que a Marcha viesse a ocorrer em Joinville, como de fato ocorreu um mês depois. (Souza, 1998, p. 13)

Ao lado de Fallgatter, estavam Baltazar Buschle e Wittich Freitag, que, segundo Souza (1998, p. 26), “exerceram por um longo período 1956-1980 uma grande influência na imprensa local [...] participando em diferentes períodos da administração da cidade”.

Isso é verificado quando se vê que em 1950 Buschle foi eleito para o Conselho Consultivo e Deliberativo da Acij para o biênio 1950–52, assumindo o cargo de segundo tesoureiro. (Gehlen, 2021, p. 129) Alçando voos mais altos, em 1956, tornou-se prefeito de Joinville até 1961, substituído pelo já mencionado Fallgatter. Por sua vez, Freitag teve inúmeras legislaturas na câmara de vereadores e fora eleito prefeito em 1983.

Esse retrato exemplificaria não somente o Estado, mas a imprensa, como balcão de negócios e porta-voz da burguesia, como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848?

A linhagem de burgueses e políticos dessa classe controlando *A Notícia* não para por aí, pois se seguiu com o genro de Helmuth Fallgatter assumindo o jornal, o empresário, político e professor Moacir Thomazi. Em uma entrevista de 2019 realizada pelo jornalista Claudio Loetz para homenagear e referenciar Thomazi como exemplo do empreendedorismo local, este é apresentado como uma das grandes lideranças do estado, aprendiz de Buschle, Fallgatter e Hans Dieter Schmidt, outro importante burguês local.

Segundo a matéria (Loetz, 2019), Thomazi foi professor de história – do ensino fundamental ao superior –, assumiu *A Notícia* aos 29 anos de idade, presidiu a Acij em quatro oportunidades, foi secretário municipal de Educação e secretário de Educação

do estado de Santa Catarina e por mais de 10 anos presidiu o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Ao longo da obra de celebração da Acij de Gehlen (2021, p. 188), Moacir Thomazi é uma das personagens mais exaltadas pelos seus feitos empresariais e, sem perder de vista, por atuar em seus cargos públicos ao mesmo tempo que cumpria mandato no Conselho Deliberativo da Acij, em 1984.

Quanto ao *A Notícia*, Moacir Thomazi começou a envolver-se com este em 1976, consolidando-se nele em 1979, com a inauguração da nova sede do jornal, ficando em seu comando dos anos 1980 até 2006. Portanto, ao longo de praticamente todo o processo de ocupação das fábricas, o principal veículo comunicador da cidade e das ações do MFO foi controlado por um dos membros mais importantes da elite catarinense, dirigente desde 1977 da Acij. Digno de nota!

O outro periódico que se apresentou como fonte de pesquisa nos acervos do AHJ referente à ocupação foi o *Diário Catarinense*. Com uma história mais recente, o *Diário Catarinense* foi fundado em maio de 1986, proclamado como o “primeiro jornal totalmente informatizado da América Latina”, de propriedade de Maurício Sirotsky Sobrinho, também dono do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), criado em 1957 no Rio Grande do Sul e expandido para Santa Catarina em 1979. (Redação NSC, 2019)

Podem-se conhecer profundamente o processo de consolidação do poder midiático do conglomerado RBS e a potência para o estado catarinense do *Diário Catarinense* por meio da dissertação de mestrado de Daniel Piassa Giovanaz (2015), intitulada *Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina*. Vale dizer que, desde 2017, ambos os jornais são propriedade do Grupo NSC Comunicação, que, por sua vez, é propriedade do Grupo NC, do empresário Carlos Sanchez, 39º bilionário do Brasil, segundo a *Forbes* (2023).

Segundo Giovanaz,

O município mais populoso de Santa Catarina, Joinville, era o local de mais difícil penetração dos veículos da RBS no início dos anos 2000. A hostilidade do mercado local manifestava-se nos baixos índices de assinatura e circulação do *Diário Catarinense*, que tinha como principal concorrente o mais tradicional jornal da cidade, *A Notícia*. Precisamente nesse contexto, em 2006, o conglomerado gaúcho decidiu comprar o veículo joinvilense e tornou-se, enfim, referência de leitura em todas as regiões do estado. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou em 2008 uma Ação Civil Pública para anular aquela negociação sob a acusação de formação de oligopólio, a RBS tornou-se, a partir de então, um império (SANTA CATARINA, 2008, p. 7) – três anos depois, uma sentença proferida pelo juiz Diógenes Marcelino Teixeira julgaria o pedido improcedente e autorizaria a compra, legitimando a concentração de mídia no estado. [...] A compra do jornal *A Notícia* não apenas consolidou o domínio da RBS no mercado impresso local, mas ratificou a eficácia das articulações políticas estabelecidas por seus gestores desde a entrada em Santa Catarina. (Giovanaz, 2015, p. 23)

A obra de Giovanaz (2015) dá luz ao papel que a RBS e o *Diário Catarinense* representaram, ao longo de suas histórias, nos interesses burgueses e, principalmente, a como se consolidaram no mercado ao apoiar, assim como *A Notícia*, o golpe e a ditadura empresarial-militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Um fato interessante também lembrado pelo autor foi a contratação de Carlos Machado Fehlberg, ex-secretário de

imprensa do governo Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), para o cargo de diretor de redação dos jornais *Zero Hora* e *Diário Catarinense*. Tal registro é relevante, já que no século XXI esse grupo de comunicação teve a pretensão de ocultar suas relações com os “anos de chumbo” ou desvincular-se delas. (Giovanaz, 2015, p. 41)

As histórias desses veículos de comunicação, brevemente apresentadas e comentadas aqui, ajudam a demonstrar suas funções na sociedade capitalista e como os meios de comunicação no Brasil possuem uma estrutura desregulamentada permissiva às relações de interesses público e privado, sendo grande facilitadores do oligopólio da fala, do acesso à notícia e, conseqüentemente, do pensar. (Giovanaz, 2015, p. 41) Essa concepção precisa ser considerada, a seguir, com as páginas dos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, mesmo levando-se em conta a independência que cada jornalista possui ao assinar e publicar sua matéria.

### **As publicações jornalísticas: discursos e ideologias**

O processo de ocupação fabril em Joinville não foi repentino nas páginas dos jornais locais. Uma conjuntura de crises capitalistas levou diversas indústrias a entrarem em falência e em débito com seus trabalhadores. Contudo, inicialmente, cabe aqui um breve histórico dessas empresas, que, por suas importantes trajetórias, receberam muitos holofotes dos jornais privados.

Situada no limítrofe entre o centro e a zona sul de Joinville, a Cipla – centro da ocupação e do controle operário – é uma indústria transformadora de plásticos com mais de 50 anos de existência. Essa fábrica, amplamente conhecida e consumida na região catarinense, produziu serviços e mercadorias para o consumo doméstico, hospitalar, industrial e automotivo. Fundada em 1963, ligada ao Grupo Hansen Industrial, iniciou suas atividades em um galpão de 800 m<sup>2</sup>. Em 1988, desvinculou-se desse grupo industrial, passando a ser controlada pela *holding* Corporação HB, propriedade de Eliseth Hansen – filha de João Hansen Júnior, controlador da Tigre – e de seu marido, Luís Batschauer. Essa *holding*, presidida por Batschauer, possuía o domínio de Cipla, Profiplast e Interfibra, em Joinville, além da indústria Flaskô, em Sumaré, outra empresa que passou ao controle operário e permanece assim até nossos dias, apesar de suas diversas debilidades. (Verago, 2011, p. 126) Segundo o institucional da empresa, seu parque fabril é composto de 45.500 m<sup>2</sup>. (Cipla, 2024)

Em conexão com os trabalhadores que controlavam a Cipla, estava a fábrica de plástico reforçado Interfibra Joplas Industrial LTDA. Fundada em 1970 e autointitulada “a maior fabricante de Tubos, Tanques, Conexões e Laminados de plástico reforçado da América Latina” (Interfibra, 2024), seu parque industrial, localizado na zona industrial norte de Joinville, possui uma área construída com cerca de 14 mil m<sup>2</sup> em uma área total de 194.300 m<sup>2</sup>, sendo a única empresa nacional produtora de tubos para extração de petróleo. (Nascimento, 2004, p. 31) Um abalo aos interesses burgueses nessas fábricas não passaria incólume nas páginas dos principais jornais de Joinville.

Nas fontes encontradas no AHJ, demonstram-se a falta de pagamentos de direitos trabalhistas, o anúncio de demissões em massa e o definhamento de históricas fábricas da cidade, ao menos desde 1996, como se pode ler em matéria do *Diário Catarinense* de 16 de maio daquele ano, na seção Economia, na página 21, assinada pelo jornalista Fabrício Minussi, com a manchete “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”.

Seis anos antes da ocupação proletária, os trabalhadores demitidos em maio de 1996 foram organizados pelo advogado e dirigente político Chico Lessa, por ser este, na ocasião, representante do Sindicato dos Plásticos. Lessa fora dirigente do MFO e da organização política que impulsionou o processo de 2002 a 2007 – inicialmente a corrente O Trabalho, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2005 a Esquerda Marxista e atualmente a Organização Comunista Internacionalista. A matéria do *Diário Catarinense* se refere ao que explodiria em outubro de 2002, pois também foi a falta de pagamento e de garantia dos empregos o estopim para a greve que levaria os operários à ocupação fabril.

A justificativa dos burgueses dessa fábrica, que afirmavam a inexistência de dinheiro em caixa para pagar os trabalhadores, foi desmentida pela matéria de Estela Benetti, de 9 de abril de 1997, publicada na seção Economia do *Diário Catarinense*. Nela, a jornalista noticia a prisão de Luis Batschauer, presidente do conselho de administração da Corporação HB, controladora da Cipla, e de Anselmo Batschauer, vice-presidente do mesmo conselho, por sonegação de impostos, condenados a quatro anos e dois meses em regime semiaberto. O crime apontado em 1997 se relaciona diretamente com as motivações da ocupação: o recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados e a não transferência do montante ao Instituto Nacional de Previdência Social. A reportagem relembra que ambos já haviam sido detidos em 1994 pelos mesmos crimes, mas foram absolvidos naquele período. Foram liberados também em 1997, ao conseguirem *habeas corpus*.

O pré-ocupação ainda é oferecido pela imprensa com uma rica matéria sobre a situação da Indústria de Plástico Ambalit, na capa do *AN Cidade* de 12 de junho de 1997, intitulada “Indústria abandonada é alvo de saqueadores”, assinada por Marco Aurélio Braga, com denúncias de operários quanto à depredação e com a “sugestão” da “autogestão para a empresa voltar a funcionar”.

Dessas fontes nas pesquisas no AHJ, os jornais encontrados saltam para duas publicações de setembro de 2002. A primeira menciona a ansiedade dos operários da referida Ambalit para o leilão da empresa falida, de autoria de Rosane Felthaus no *AN Cidade*, Geral, na página 10, edição 22.458. A segunda aquece os motores para os discursos ideológicos da burguesia local, por meio das matérias dos jornais, quanto ao processo de tomada da fábrica pelos trabalhadores na Cipla e Interfibra: “Paralisação de trabalhadores causa tumulto”, de 22 de outubro de 2002, de autor desconhecido, no *A Notícia*, Economia, página 12, edição 22.489.

Caetano Veloso alertaria: “Alguma coisa está fora da ordem!”.<sup>6</sup> Paralisação e piquete de greve são algazarra, baderna... No corpo da matéria, uma linha para Carlos Castro, assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, afirmando que ninguém estaria sendo impedido de entrar na fábrica. Por outro lado, há três parágrafos, sob a referida manchete, para a contestação da assessoria jurídica da Cipla quanto à adesão dos operários ao movimento.

Três dias depois, a greve estampa o jornal: “Funcionários da Cipla fazem greve”, em 25 de outubro de 2002, de Rubens Herbst, em *A Notícia*, Geral. A resposta operária aos ataques aos direitos trabalhistas – ou à ausência deles – é compreendida como uma “decisão radical”. Novamente, a greve e a organização operária estão *fora da ordem* da

<sup>6</sup> Frase da canção “Fora da Ordem” (1991), faixa do disco “Circuladô”, de Caetano Veloso.

*Cidade do Trabalho*. Ainda assim, a matéria aponta para uma série de resultados dos atrasos salariais, incluindo o suicídio de um trabalhador, ocorrido três semanas antes da greve.

Já a dimensão nacional que se criava do processo pode ser aferida com a presença de Júlio Turra, membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, em Joinville. O jornal ainda propõe a versão da diretoria da empresa, condenando a greve, atacando o sindicato e afirmando que a greve tem “conotação política”.

À revelia da ordem burguesa, além de política – como toda ação em sociedade –, a greve também possuía conteúdo revolucionário. Então, em 1º de novembro de 2002, com uma janela em sua capa, o *A Notícia* publica: “Funcionários vão administrar a Cipla”, enquanto a página 8, também assinada por Rubens Herbst, reporta: “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”, com a ênfase: “E, mais importante, as máquinas voltaram a funcionar”. Assim, após uma semana de greve, a fábrica retornou ao funcionamento, porém sob *controle operário*. (Verago, 2011)

Na matéria, o controle operário é apresentado como resultado das negociações entre representantes do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, e a direção privada da Cipla acabou acordando a entrega da empresa aos trabalhadores. Com isso, a fábrica passaria a ser controlada por uma comissão eleita pelos operários, responsável pela organização financeira e administrativa. Clientes internacionais da Cipla, como Volvo, Mercedes-Benz e Scania, estavam atentas às resoluções, aponta Herbst (2002b).

Os mil empregos e o acerto de salários eram as prioridades do controle operário. Diante da situação, é interessante a fala de Carlos Castro destacada pela matéria de Rubens Herbst “Comissão analisa situação da Cipla”, de 13 de novembro de 2002, em *A Notícia*, Geral, p. 7, edição 22.507, na qual o principal comunicador da ocupação intercede para que toda a cidade se envolva com o processo, sentindo-se responsável pelo controle e pela retomada de uma importante fábrica de Joinville.

A matéria do *A Notícia* também aponta para a atenção dada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira e a procura da comissão de fábrica aos técnicos da Universidade do Estado de Santa Catarina e da Universidade Federal de Santa Catarina para colaborar com a administração fabril. Diferentemente de outras matérias, não se leem justificativas nem ataques da antiga direção privada da Cipla à mobilização operária, e sim a motivação conquistada pelos novos *controladores*, que receberam imediatos adiantamentos de seus salários atrasados e a esperança dessa nova etapa de suas vidas.

As profícuas matérias seguintes relatam a crise jurídica entre *controladores* da Cipla e a Volvo, referente aos moldes de produtos. Uma liminar da justiça paranaense deu causa vencida para a multinacional alemã, como mostra a matéria “Liminar causa polêmica”, de Jeferson Ribeiro, do *A Notícia*, Economia, na página 11, de 21 de dezembro de 2002. Mas também se noticiou a campanha nacional do MFO para a resolução dos problemas pelo recém-eleito governo Lula.

Na página 7 do *A Notícia* de 1.º de fevereiro de 2003, em matéria de Rubens Herbst intitulada “Comissão da Cipla vai à Brasília”, encontram-se as necessidades dos operários de transformar a fábrica ocupada em propriedade pública e estatal, mediante as primeiras tratativas com o governo Lula. Como aponta a matéria de Herbst,

iniciou-se com o ministro do Trabalho Jaques Wagner e a comissão dirigente da ocupação demonstrando as conquistas da mobilização operária e dando garantias ao governo em troca de acordos das dívidas da empresa, contraídas pelos antigos proprietários com o Estado.

Na matéria de Oliver T. Albert para o *A Notícia* de 12 de março do mesmo ano, “Funcionários da Cipla tentam manter autogestão”, destacam-se: o aparecimento do nome de Carlito Merss, contrário à direção da fábrica ocupada e então deputado federal e posterior prefeito de Joinville pelo PT, uma ação dos trabalhadores que soldaram o portão de entrada da fábrica para que não houvesse a entrega de uma procuração endereçada a Anselmo Batschauer, além do comunicado da entrega de um abaixo-assinado com 50 mil assinaturas em favor dos *controladores* para o governo Luiz Henrique da Silveira. (Albert, 2003, p. 10) O jornalista também cita o ato ocorrido em 13 de fevereiro de 2002 na fábrica, com a participação de Eurides Mescolotto, presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, visando à abertura de contas para os trabalhadores no banco estadual catarinense.

As reportagens seguintes do *A Notícia* e do *Diário Catarinense* acompanham a saga dos *controladores* atrás do presidente Lula. Em 23 de maio de 2003, numa pequena coluna da página 10 e sem autor citado, intitulada “Presidente vai receber funcionários da Cipla”, *A Notícia* destaca que o presidente receberia os trabalhadores em 4 de junho. Uma caravana foi organizada para Brasília (DF), pela comissão de fábrica, com 10 ônibus e cerca de 400 pessoas, objetivando pressionar a Central Única dos Trabalhadores e o PT.

Essa coluna também relata a assembleia do Conselho Unificado Administrativo da Cipla/Interfibra com 600 trabalhadores, de 22 de maio de 2003, que encaminhou a reivindicação pela estatização das duas indústrias para o pagamento da dívida de R\$ 480 milhões. Importante lembrar que Lula havia visitado Joinville em 15 de março de 2003, comprometendo-se a receber os controladores. O mesmo texto ainda abre aspas para o dirigente político Serge Goulart – citado equivocadamente como “Sérgio” –, que coloca a intenção do ministro Jaques Wagner de não estatizar as fábricas, mas assumir as dívidas referentes ao pagamento de impostos e tributos, visando garantir os mil empregos. Interessante também destacar que, nesse texto, se pode interpretar relativo apoio ao processo quando é expresso que a demissão dos trabalhadores afetaria diretamente a economia da cidade, por causa da quantidade de desempregos que o insucesso do processo geraria em cadeia.

Porém, o *Diário Catarinense*, na breve nota “Cipla com Lula: salvar mil empregos”, de 9 de junho de 2003, já expõe que Lula não recebera os operários em 4 de junho, mas somente, após vários adiamentos, em uma audiência pública de 11 de junho, às 16h30. No mesmo jornal, na seção Economia, na página 19, do dia 12 de junho, Liziane Rodrigues afirma: “Lula promete socorrer a Cipla”, além de um resumo da trajetória da produção e organização na Cipla, que produziria, segundo a matéria, “mais de 2 mil itens para construção”.

Em 2 de julho de 2003, em coluna de notas da página 13, *A Notícia* publica o descarte do governo Lula em estatizar as fábricas, após o encontro com o presidente, mencionando a defesa de Serge Goulart, que apontava para a federalização das empresas para a manutenção dos mil empregos.

Vale ressaltar diversas matérias desses jornais que expõem a crise das indústrias em Joinville nesse período, com atrasos salariais, queda de produção, redução de jornada e sem aumento real nos salários. De modo geral, a indústria catarinense estava em um delicado momento econômico-produtivo, como se vê nas publicações “Ganho real nos salários está descartado”, página 13, seção Economia do *A Notícia* de 4 de abril de 2003, por Leandro Junges, e “Amanco reduz jornada e salários”, assinada por Claudio Loetz na coluna Livre Mercado, página 12, de 2 de julho de 2003.

Após longa jornada até Lula, foi encontrada uma nova cobertura do processo no *Diário Catarinense* de 29 de setembro de 2003 reportando uma assembleia com mais de 500 operários da Cipla e Interfibra, convocada pelos opositores da ocupação representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica, liderado por Rinaldo Schroeder. A matéria aponta, contudo, o sucesso de faturamento da gestão operária, que havia dobrado, chegando em julho de 2003 a R\$ 1,85 milhão e conquistando a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem alteração dos salários e com reajuste de 18,5% aos operários. Essa matéria, sem autor, também explica que os atrasos promovidos pelos antigos donos tinham sido pagos, apesar de um passivo de R\$ 15 milhões ainda em débito. A grande pendência nessa altura da ocupação seguia sendo a dívida de R\$ 485 milhões da empresa, 85% dessa dívida com o governo federal. Citando Serge Goulart, o texto do *Diário Catarinense* indica que tal dívida impedia a renovação do parque fabril, então sucateado.

As fontes posteriores surgiram em 10 e 11 de dezembro de 2004 e 6 de outubro de 2004 referindo-se ao imbróglio dos leilões das máquinas das fábricas. Esse longo processo é compreendido nas duas matérias: “Trabalhadores tentam evitar leilões”, de 11 de dezembro de 2003, de Sabrina Passos, em *A Notícia*, Cidade, na página 10; e “Cipla impede retirada de máquinas”, de 6 de outubro de 2004, de Liziane Rodrigues ao *Diário Catarinense*, seção Economia, página 20, edição 6.749. Lê-se a pressão do mercado e da justiça burguesa para pôr em xeque a ocupação com a tentativa de retirar o maquinário dos operários. Novamente, os jornais estampam a mobilização operária, mas evitam um ataque direto.

Desse episódio até 2006, as únicas fontes encontradas no AHJ são relativas ao acordo que a Cipla Ocupada firmou com o governo da Venezuela, liderado por Hugo Chávez, estas sim com cunho persecutório. Em 2 de novembro e em 14 de dezembro de 2004, são encontradas notícias, ambas do *Diário Catarinense*, sobre a venda de tubos e tanques para a estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). Com a venda, ampliaram-se a produção e os postos de trabalho, mas mesmo antes do acordo, segundo a matéria de Liziane Rodrigues no *Diário Catarinense*, o faturamento em outubro daquele ano já havia alcançado seu recorde mensal, chegando a R\$ 2,9 milhões, três vezes mais que antes da ocupação operária. O acordo com os venezuelanos rendeu aos operários da Cipla e da Interfibra créditos para a aquisição de insumos pela Petroquímica de Venezuela, subsidiária da PDVSA.

Infelizmente, após essas reportagens, não foram mais encontradas publicações da imprensa até 8 de dezembro de 2006, na reta final da ocupação. Ressalta-se que junho de 2007 é um dos meses com mais materiais sobre o processo, pelo término da ocupação operária em função da intervenção federal.

Em 8 de dezembro de 2006, a seção Economia do *A Notícia*, em sua página 12, destaca que os trabalhadores da Cipla vão trabalhar menos, complementada pela página 14 da mesma edição com a nota “30 horas”. Ou seja, redução da jornada de trabalho semanal sem perda salarial e com a contratação de mais 78 trabalhadores, situação que atiçava a burguesia nacional com o medo de a *moda pegar*. Nessa edição também são encontradas linhas para o Encontro Pan-americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado pelo MFO, dirigido pelos marxistas, realizado na mesma semana, em 2006.

Quanto ao encontro continental, em 9 de dezembro, uma matéria é dedicada com um título sugestivo: “Fábricas ocupadas: uma apologia à estatização”, sem autor assinalado, encontrada no caderno de Economia de *A Notícia*, na página 11. Lê-se um interessante relato de toda a discussão e dos encaminhamentos traçados no encontro, enfatizando o combate ao capitalismo, além do dado de faturamento alcançando os R\$ 3,5 milhões. Esse foi um encontro de enormes proporções para o MFO.

Já em 2007, as fontes transportam-se diretamente para a intervenção federal, com armas em punho, nos jornais dos dias 1º, 2 e 3 de junho, reportando a violenta invasão policial nas fábricas ocupadas em 31 de maio. Inúmeros foram os espaços preenchidos nas páginas do *A Notícia* dando como manchetes, por exemplo, “Juiz federal ordena intervenção na Cipla” e “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”. As matérias dos primeiros dias de junho chamam a ação policial e judicial de “operação de guerra”, contam os bastidores, dão voz aos acusadores do não pagamento das dívidas ao Instituto Nacional do Seguro Social e às suposições de beneficiamento próprio aos dirigentes da Comissão de Fábrica.

A extensa matéria de 1º de junho é assinada por Marco Aurélio Braga, sendo capa do *AN Cidade* e presente nas páginas 4 e 5. O jornalista descreve a operação da Polícia Federal, detalha o cálculo da dívida da fábrica e estampa os dirigentes da ocupação, Serge Goulart, Chico Lessa e Carlos Castro. Um olhar atento vê personalidades sendo criadas nas páginas dos jornais: um dirigente político revoltado – quase tresloucado –, um advogado social cauteloso e sóbrio e um radialista agitador. Nessa publicação, destaca-se a posição do Sindicato dos Plásticos, reconhecido como “patronal” e opositor da ocupação e do controle operário. Na matéria, o referido sindicato possui ampla abertura de suas acusações com diminutas réplicas da Comissão de Fábrica, responsável pela direção da ocupação.

Nas edições de 2 e 3 de junho de 2007, as fontes mostram o papel do interventor, Rainoldo Uesler, e seu histórico ligado ao Tribunal de Justiça. Também contam com uma nota de Jefferson Saavedra chamada “Ideologias” sobre a direção política da ocupação, referente à cisão realizada nesse processo na Corrente O Trabalho (PT), gerando a fundação da Esquerda Marxista, atual Organização Comunista Internacionalista – seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, na qual Serge Goulart é secretário-geral.

Reforça-se que as publicações da imprensa local aqui apresentadas são uma pequena parte de toda a produção acerca desse processo histórico, repleto de memórias e resultados para os envolvidos, direta e indiretamente. Outros jornais locais e da imprensa nacional também podem ter destacado as ocupações fabris em Joinville em algum momento, mesmo não estando no referido acervo do AHJ, sendo novas investigações e interpretações possíveis.

## Uma interpretação da imprensa burguesa

A liberdade de imprensa é um sustentáculo democrático, seja na concepção burguesa, seja na concepção operária. Em *Liberdade de imprensa*, compilado de artigos de Karl Marx (2006) que expressam seus pensamentos sobre esse pilar da modernidade, vê-se como o fundador do materialismo histórico-dialético condenava a censura. Para ele, onde não há tal liberdade, todas as outras estariam solapadas.

A defesa absoluta pela liberdade, no entanto, não significa a ausência de identificação do caráter da imprensa burguesa. Nesse sentido, encontra-se em Antonio Gramsci (2005) uma precisa explicação, apresentada no texto “Os Jornais e os Operários”, publicado em 1916 no jornal *Avanti!*, de Piemonte, na Itália, sintetizada pelo trecho, que enfatiza:

O operário [...] deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. [...] Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. [...] Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem [...], com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: *É porque tenho necessidade de saber o que há de novo*. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. (Gramsci, 2005, n.p.)

Gramsci (2005, n.p.) ainda complementa: “Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, malfeitores”.

Esse breve artigo do revolucionário italiano Gramsci (2005) poderia ter sido endereçado para a análise das produções jornalísticas da imprensa brasileira sobre as ocupações das fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra e o MFO, mesmo àquelas que buscaram imprimir suposta isenção ao meramente *reportar* os acontecimentos.

O caso joinvilense, além de ter sido uma experiência de controle operário da produção, que tinha como horizonte a superação capitalista, foi em uma das fábricas mais reconhecidas da cidade-propaganda da industrialização e da ordem catarinense. Como exposto na introdução, historicamente as classes dominantes de Joinville e sua imprensa buscam construir uma memória histórica asséptica, ordeira, uma “pequena Alemanha tropical, a cidade dos Príncipes, das Bicicletas e das Flores”. (Gruner, 2017, p. 21)

A memória incrustada nas páginas da imprensa local compõe e constrói tal ideologia da ordem e do trabalho hercúleo dos empreendedores, especialmente dos imigrantes germânicos. A substituição, ou a tomada da produção pelos operários, com

salários atrasados, organizada por comunistas, retirando a posse de membros de famílias reconhecidas da cidade, é causadora de “tumulto” e observada como “manobra política”. Sai do *script*.

Ao fazer a comparação entre as páginas dos jornais anteriores à ocupação e as que noticiam a intervenção federal, salta aos olhos, mediante uma leitura crítica, a ausência de uma simples questão: por que a justiça ordenou a intervenção armada, a “operação de guerra”, contra os operários controladores das fábricas, mas não fizera nenhum movimento como esse durante a caótica e deficitária administração privada dos Batschauer?

Essa seria uma problemática passível de comentários e indagações da imprensa? Ou, como afirmou Gramsci (2005), o *jornal burguês* seria incapaz disso por ser *um mero instrumento de luta movido por ideias e interesses* antagônicos aos proletários? Ou, ainda, seria uma manchete mais vendável?

A hipótese aqui levantada concorda com a perspectiva da historiadora Iara Andrade Costa: a sociedade do capital busca enquadrar a população em “condutas desejáveis, dentro do preestabelecido como deveres [...] onde o capital define as formas de relacionamento” (Costa, 1996, p. 243) – situação visível em Joinville, enquanto uma cidade industrial e supostamente ordeira. As classes dominantes da cidade produziram seu mito de racionalidade por meio da burocracia local e dos padrões de organização da produção, em benefício do capital.

Essa organização produtiva tem como finalidade não apenas o lucro burguês, mas também a sabotagem às organizações independentes dos trabalhadores, considerando-os imaturos e incapazes de controlar uma fábrica, ou um risco de influência para toda a classe. Entretanto, como se vê no exemplo das ocupações da Cipla e Interfibr, mesmo com todas as pressões assinaladas por Costa (1996), os trabalhadores dessas fábricas foram capazes de combater a carga imposta pelo patronato, não apenas gerindo, mas aumentando a produtividade e diminuindo a carga horária de seu trabalho semanal sem rebaixamento de salários por cinco anos, findando somente por causa da intervenção policial federal.

Com base em Costa (1996), confere-se que a ideologia e os discursos das classes dominantes, especialmente advindas dos industriais, da imprensa e da administração pública, buscaram impor aos trabalhadores e à sociedade joinvilense a crença em verdades implícitas e encerradas do *ser trabalhador*. Assim, é na história do trabalho que se compreende a longevidade desses discursos, que são atravessados por essa correlação de forças entre ideologia burguesa e ação proletária. Isso é resultado de as condições de vida não serem como as propagandeadas pelas classes dominantes, sobretudo teuto-brasileiras, no caso joinvilense:

O contraponto do discurso dos empreendedores joinvilenses, que pregam a poupança, a disciplina e ordem para um homem ideal, protótipo do trabalhador cordial que cultivava religiosamente o trabalho é o homem com salários baixos, condições miseráveis de moradia, falta de infraestrutura, descontentamentos e sofrimentos. (Costa, 1996, p. 245)

Nem os empreendedores Batschauer nem os operários controladores de fábrica da Cipla cumpriram o protótipo do joinvilense, cada qual em sua posição, pois invariavelmente tal modelo se desmancha no ar na realidade da luta de classes.

À revelia, esses antagonismos compõem o patrimônio industrial local, laureado pela imprensa, mas não como seu ideal, e sim pelas relações humanas das personagens fabris dessa cidade, que, pela ideologia burguesa, qualifica a resistência como “sinônimo de atraso dentro do espírito do progresso”. (Costa, 1996, p. 245) Ao contrário disso, a resistência e a ação proletária, entre 2002 e 2007, salvaguardaram mil empregos, reduziram em seu último ano a jornada de trabalho para 35 horas semanais, pagaram salários, firmaram acordos internacionais, triplicaram o faturamento da empresa, garantiram benefícios, com planos de saúde e odontológico, efetivação de estagiários, licença-maternidade, centro cultural e até cabelereiro aos operários. (Paulucci, 2007, p. 99) Algumas dessas conquistas os jornais não puderam ocultar, mas o incentivo e a memória do e pelo controle operário da produção são constantemente apagados na Joinville de Fallgatter, Buschle, Freitag e Thomazi.

### Considerações finais

*A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado tempo-de-agora. [...] Ela é o salto de tigre em direção ao passado. [...] O mesmo salto sob o livre céu da história é o salto dialético, que Marx compreendeu como sendo a revolução. (Benjamin apud Löwy, 2005, p. 119)*

Em Walter Benjamin, o *historiador educado por Marx*, o qual *nunca perde de vista* a luta de classes (Tese IV de Sobre o Conceito de História de 1940 *apud* Löwy, 2005), aprende que sua tarefa é escovar a história a contrapelo. Nesse sentido, as fontes precisam ser postas de cabeça para baixo, deixando cair sobre o papel a se escrever aquilo que não está explícito em suas descrições e afirmações envernizadas de imparcialidade.

Na tese XIV Sobre o Conceito de História, Benjamin nutre a ação e a memória operária, capazes de ultrapassar as páginas da imprensa e a ideologia dominante, quando caracteriza a revolução – e suas tentativas – como esse “salto do tigre em direção ao passado”. (Benjamin *apud* Löwy, 2005) Um salto que salvaguarda a herança, a memória, o patrimônio dos explorados e oprimidos para, desse processo, inspirar e superar as misérias e catástrofes do presente, construindo um novo mundo, um novo futuro.

Por isso, as ocupações fabris não surgiram como raio em céu azul, mas foram fruto de seguidos ataques aos direitos trabalhistas dos operários e de mobilização permanente de militantes marxistas, como demonstram os jornais anteriores a outubro de 2002. Isso levanta a hipótese de como nenhum controle ou adequação fora completamente capaz de adestrar e evitar as aspirações revolucionárias contidas nas ocupações fabris na cidade.

Um evento dessa proporção exemplificaria que a classe trabalhadora de Joinville, mesmo com todo o esforço dominante de enquadrá-la como conservadora e ordeira, ferve na luta de classes e em força organizativa antagônica aos anseios reacionários. Os jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, diante dessas tramas extraordinárias, ou seja, que saíram da ordem estabelecida, dispuseram-se de discursos que buscavam afirmar a ideologia dominante, mas sem poder esconder as conquistas operárias, acionando seu caráter *democrático*.

Ainda assim, reitera-se que este trabalho se restringiu às fontes disponíveis no acervo do AHJ, onde estão os dois periódicos citados. Na imprensa nacional, pesquisa a ser feita, os discursos e as ideologias contrários às tais ações operárias são também interessantes, sobretudo nos materiais reconhecidamente detratores do MFO, como a revista *Veja*, que o cunhou, em sua matéria aqui já mencionada, de “O MST das Fábricas”, e o jornal *O Estado de S. Paulo*, opositor do acordo entre Cipla e governo venezuelano, baseado nas orientações da Fiesp, presidida à época por Paulo Skaf.

A presente pesquisa, integrante da produção de uma dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville, não esgota as capacidades desse tema na imprensa. Permanecem as investigações trabalhando a memória operária, pelos métodos da história oral e da própria imprensa produzida pelos trabalhadores e dirigentes políticos ligados ao processo.

## Referências

- ALBERT, Oliver T. “Funcionários da Cipla tentam manter autogestão”. *A Notícia*, Joinville, 12/03/2003.
- ALESC. *Biografia Aderbal Ramos*. 2022. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal\\_Ramos](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal_Ramos)>. Acesso em: 08/01/2024.
- A NOTÍCIA. Joinville, p. 13, 2 jul. 2003.
- A NOTÍCIA. Joinville, 8 dez. 2006.
- A NOTÍCIA. Joinville, 2 jun. 2007a.
- A NOTÍCIA. Joinville, 3 jun. 2007b.
- BENETTI, Estela. “Empresários de Joinville são presos por sonegação”. *Diário Catarinense*, Joinville, 09/04/1997.
- BRAGA, Marco Aurélio. “A Cipla é viável?”. *AN cidade*, Joinville, 02 e 03/06/2007.
- BRAGA, Marco Aurélio. “Indústria abandonada é alvo de saqueadores”. *AN cidade*, Joinville, 12/06/1997.
- BRAGA, Marco Aurélio. “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”. *AN cidade*, Joinville, 01/07/2007, p. 4-5.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CIPLA. *Institucional*. Disponível em: <<https://www.cipla.com.br/institucional>>. Acesso em: 08/01/2024.
- CIPLA com Lula: salvar mil empregos. *Diário Catarinense*, Joinville, 09/06/2003.
- COSTA, Iara Andrade. *A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917/1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- CUNHA, Dilney. *História do trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: Toda Letra, 2008.
- DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido G. “O controle dos trabalhadores na Cipla – Indústria de Plásticos”. *Org & Demo*, v. 8, n. 1/2, 2007, p. 173-186. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2007.v8n1/2.388>
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FÁBRICAS ocupadas: uma apologia à estatização. *A Notícia*, Joinville, 09/12/2006, p. 11.
- FELTHAUS, Rosane. “Ex-funcionários esperam leilão de empresa falida”. *AN cidade*, Joinville, n. 22.458, p. 10, 2002.
- FORBES. “Profile: Carlos Sanchez”. *Forbes*, 2023. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/carlos-sanchez/?sh=3e972b666359>>. Acesso em: 08/01/2024.
- GEHLEN, Joel. *Acij na história de Joinville*. Joinville: Letradágua, 2021.
- GIOVANAZ, Daniel Piassa. *Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina*. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

- GRAMSCI, Antonio. “Os jornais e os operários”. *Marxists Internet Archive*, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: 13/04/2023.
- GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Prismas, 2017.
- HERBST, Rubens. “Comissão da Cipla vai à Brasília”. *A Notícia*, Joinville, 01/02/2003, p. 7.
- HERBST, Rubens. “Funcionários da Cipla fazem greve”. *A Notícia*, Joinville, 25/10/2002a.
- HERBST, Rubens. “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”. *A Notícia*, Joinville, 01/11/2002b.
- HERBST, Rubens. “Funcionários vão administrar a Cipla”. *A Notícia*, Joinville, 01/11/2002c, p. 8.
- HERBST, Rubens. “Comissão analisa situação da Cipla”. *A Notícia*, Joinville, n. 22.507, 13/11/2002d, p. 7.
- INTERFIBRA. *Institucional*. Disponível em: <[www.interfibra.com.br/institucional/](http://www.interfibra.com.br/institucional/)>. Acesso em: 08/01/2024.
- JUNGES, Leandro. “Ganho real nos salários está descartado”. *A Notícia*, Joinville, 04/04/2003, p. 13.
- LOETZ, Claudio. “Amanco reduz jornada e salários”. *A Notícia*, Joinville, 02/07/2003, p. 12.
- LOETZ, Claudio. “Moacir Thomazi aprendeu liderança com personalidades como o empresário e político Baltasar Buschle”. *NSC total*, 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/loetz/moacir-thomazi-aprendeu-lideranca-com-personalidades-como-o-empresario-e-politico>>. Acesso em: 08/01/2024.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MINUSSI, Fabrício. “Sem dinheiro: ex-empregados da Cipla protestam”. *Diário Catarinense*, Joinville, 16/05/1996, p. 21.
- MUSTO, Rafaela. *Fábrica em movimento*. Sumaré: Edições Cemop, 2012.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério. *Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada*. [S.l.: s.n.], 2004.
- PARALISAÇÃO de trabalhadores causa tumulto. *A Notícia*, Joinville, n. 22.489, 22/10/2002, p. 12.
- PASSOS, Sabrina. “Trabalhadores tentam evitar leilões”. *A Notícia*, Joinville, 11/12/2003, p. 10.
- PAULUCCI, María Alejandra. *O internacionalismo e as fábricas recuperadas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89810>>. Acesso em: 25/08/2021.

PRESIDENTE vai receber funcionários da Cipla. *A Notícia*, Joinville, 23/05/2003, p. 10.

REDAÇÃO NSC. “DC, AN e Santa contaram a história cotidiana de Santa Catarina”. *NSC total*, 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/dc-an-e-santa-contaram-a-historia-cotidiana-de-santa-catarina>>. Acesso em: 24/10/2019.

RIBEIRO, Jeferson. “Liminar causa polêmica”. *A Notícia*, Joinville, 21/12/2002, p. 11.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla deve vender para Venezuela”. *Diário Catarinense*, Joinville, 02/11/2004.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla fecha venda para Venezuela”. *Diário Catarinense*, Joinville, 14/11/2004.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla impede retirada de máquinas”. *Diário Catarinense*, Joinville, n. 6.749, 06/10/2004, p. 20.

RODRIGUES, Liziane. “Lula promete socorrer a Cipla”. *Diário Catarinense*, Joinville, 12/06/2003, p. 19.

SOUZA, Sirlei de. *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64”* em Joinville. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TERNES, Apolinário. “Jornal *A Notícia* 100 anos”. *Redação Making Of*, 20/02/2023. Disponível em: <<https://portalmakingof.com.br/jornal-a-noticia-100-anos-por-apolinario-ternes/>>. Acesso em: 08/01/2024.

TRABALHADORES mantém o comando da Cipla. *Diário Catarinense*, Joinville, 29/09/2003.

VERAGO, Josiane Lombardi. *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002–2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. Sumaré: Edições Ce-mop, 2011. 258p.

Recebido em 05 de março de 2024

Aprovado em 15 de maio de 2024

# **A Reforma do Ensino Médio e a crítica marxista: uma reflexão acerca da ideologia**

*The High School Reform and the Marxist critique: a reflection on ideology*

**Frederico Lopes Marcelino Baptista\***

## **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo elaborar sobre o significado sociológico da atual Reforma do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito à relação entre mundo do trabalho e escola. Para isso, recorreremos à crítica marxista a essa reforma, que a compreende a partir do conceito de ideologia, sendo um dos mecanismos de adequação da força de trabalho às novas condições de precarização, buscando sua aceitação, pois as mistifica e as oculta. Contudo, o que percebemos foi que a reforma, antes de ocultar a realidade, a desvela. Esse desvelamento nos levou a considerar um novo modo de funcionamento da ideologia não contemplado pela conceituação clássica de Marx e Engels, além de estabelecer uma nova relação entre mundo do trabalho e escola no capitalismo contemporâneo brasileiro.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; ideologia; crítica marxista

## **Abstract**

The present work aims to elaborate on the sociological meaning of the current High School Reform, especially what concerns the relationship between the world of labour and school. To do this, we appeal to the Marxist critique of this reform, which understands it from the concept of ideology. This is one of the mechanisms for adapting the workforce to the new conditions of precariousness, by seeking the worker's approval as it mystifies and hides them. However, what we noticed was that this reform, before hiding reality, reveals it. This unveiling led us to consider a new way of functioning of ideology not covered by the classic conceptualization of Marx and Engels, besides to set up a new relationship between the world of labour and school in contemporary Brazilian capitalism.

**Keywords:** High School Reform; ideology; Marxist criticism

---

\* Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. E-mail: fredlmbaptista@gmail.com

## Introdução

Na década de 1970 a sociologia da educação estabeleceu uma espécie de novo paradigma para a análise crítica da escola. A partir de publicações como *Aparelhos ideológicos de Estado* (1970), de Louis Althusser, *A escola capitalista em França* (1971), de Christian Baudelot e Roger Establet, *A reprodução* (1975), de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, e *Escolarização na América capitalista* (1976), de Samuel Bowles e Herbert Gintis, estabeleceu-se na produção teórica o vínculo entre a escola moderna e a sociedade capitalista. Esse vínculo dava-se, sobretudo, pelo pressuposto de que a escola não pode ser analisada de maneira autônoma, mas, antes de qualquer coisa, como um resultado de determinações sociais que estavam para além dela. Nesse sentido, a escola moderna, para esses autores, não faz mais do que responder às necessidades que a sociedade na qual ela está inserida lhe impõe, de tal sorte que a escola seria, por consequência, uma instituição privilegiada para reprodução das relações sociais. Derveval Saviani, importante teórico da educação no Brasil, as denominou de “teorias crítico-reprodutivistas” em seu conhecido trabalho *Escola e democracia*. Críticas por reconhecerem as determinações sociais que perfazem a escola e reprodutivistas por salientarem, unilateralmente, o caráter reprodutor da mesma perante as relações sociais que a determinam (Saviani, 2018).

Ao menos para a parcela marxista desses trabalhos, essa reprodução ocorre através de dois vetores principais, sendo eles as funções mais essenciais que a escola teria de cumprir: 1) a conformação ideológica de seus estudantes às relações sociais existentes; 2) a preparação técnico-científica para que as novas gerações possam se incorporar nas relações de produção, seja ocupando um posto na divisão social do trabalho, seja como exército industrial de reserva. E, se a partir da análise do funcionamento e estrutura da escola capitalista na década de 1970 foi possível compreender quais as funções elementares dela, foi igualmente possível remontar o processo histórico de formação dessa escola tendo como base que ela foi construída para exercer essas atribuições. Um exemplo excelente se encontra no trabalho de Mariano Enguita, denominado *A face oculta da escola*, com foco especial para o capítulo 4: “Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: gênese da escola de massas” (Enguita, 1989).

Da mesma forma que essa “descoberta” das teorias crítico-reprodutivistas ressoou fortemente nos trabalhos voltados ao passado, por assim dizer, o mesmo acontece nas produções teóricas que enfrentam os problemas e transformações do presente. É, assim, no debate sobre a ideologização dos sujeitos e sua preparação técnico-científica – os articulando – que se concentram os debates com caráter mais críticos na maioria das políticas educacionais que emergem até os nossos dias. Nos anos recentes no Brasil, vimos – e continuamos a ver – uma série de projetos e leis que movimentaram as disputas políticas educacionais. Entre eles, a Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) sancionada em 2017 no governo Michel Temer tem tomado espaço considerável nos embates políticos, mesmo passada mais de meia década de sua aprovação como lei e, não por menos, nesses dois tópicos se concentra boa parte da discussão.

O presente trabalho irá, portanto, abordar como a Reforma do Ensino Médio se insere nas dinâmicas de conformação ideológica dos estudantes tendo como núcleo a mudança na sua instrução técnico-científica. Faremos isso a partir, inicialmente, da apresentação dos fundamentos econômicos, políticos e pedagógicos que deram corpo

à reforma e como eles têm sido compreendidos em algumas formulações do marxismo que se debruçaram sobre eles. Após essa apresentação, gostaríamos de promover alguns comentários críticos a essas formulações. A motivação desses comentários se dá por compreendermos certas limitações teóricas nas mesmas – muito calcadas no “espírito” dessas “teorias crítico-reprodutivistas” da década de 1970 – no que diz respeito à relação do capitalismo brasileiro contemporâneo com a escola moderna. Tais comentários não têm por intuito, apesar de serem críticos, uma desqualificação dessas formulações, apenas colocar mais um ponto em discussão, explicitar alguns elementos que possivelmente foram deixados de fora dos debates ou, ao menos, em um segundo plano. Vale dizer, também, que não se pretende produzir, contudo, nenhum comentário conclusivo, apenas levantar alguns questionamentos, seus fundamentos e uma tentativa – e não mais que isso – de explicação.

### 1. O Novo Ensino Médio e a pedagogia das competências

No bojo do golpe parlamentar de 2016, que depõe Dilma Rousseff e coloca Michel Temer no cargo de presidência, uma série de reformas foram promovidas com vista a aumentar a acumulação capitalista, flexibilizando direitos sociais e trabalhistas e intensificando a precarização e exploração do trabalho. É nesse contexto que surge a Medida Provisória 746/2016, que veio a ser aprovada como lei no ano seguinte (Lei nº 13.415/2017), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) no que diz respeito à estruturação do Ensino Médio no país.

De maneira geral, o conjunto da classe dominante entendeu – ou no mínimo assim externalizou em forma de discurso – que esse seria um contexto em que se abria uma “janela de oportunidade” para um suposto reencontro da formação das novas gerações com o mundo do trabalho. (Gawryszewski; Mello; Pereira, 2023) Ou seja, compreendia-se que a formação escolar promovida no Ensino Médio estava descolada das necessidades e demandas do mundo do trabalho no século XXI, produzindo uma escola desinteressante aos jovens estudantes e que não auxiliava no desenvolvimento econômico do país, dos estudantes e de suas famílias, não sendo um veículo de ajuda para a redução das desigualdades sociais brasileiras. Esse discurso foi promovido por distintos organismos das classes dirigentes do país. Diferentes *think tanks*, representando diferentes frações da burguesia, como o “Todos pela educação” (Quadros; Krawczyk, 2021) e a Confederação Nacional da Indústria (Gawryszewski; Mello; Pereira, 2023) são exemplos cristalinos.

Esse discurso, não por acaso, aparece de forma explícita na *Exposição de motivos* da MP 746/2016: “Atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI” (Brasil, 2016). Foi, inclusive, utilizada a estratégia de vincular alguns indicadores educacionais a indicadores econômicos para comprovar essa tese e mostrar o tom da urgência da reforma:

Em 2011, 13,6% da população de jovens de 15 a 24 anos não estudavam e não trabalhavam. Hoje esse percentual está em torno de 20%. A parcela de jovens fora do mercado de trabalho e da escola deveria reduzir com a conclusão da vida escolar e a transição para o trabalho, no entanto, o reverso tem acontecido. (Brasil, 2016)

Além disso, ainda se insinua que, pelo fato de o Ensino Médio anterior não possibilitar aos estudantes “desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho” e, portanto, não conseguirem entrada no mercado de trabalho, ficaria evidente “que os jovens de baixa renda não veem sentido no que a escola ensina” (Brasil, 2016). Por fim, quem se coloca como aquele capaz de solucionar o problema e oferecer uma formação que promova esse reajuste é, por óbvio, o próprio empresariado. Como firmado na Lei nº 13.415/2017, “para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento” (Brasil, 2017). Fora que, para garantir um melhor ensino técnico e profissional, se considerará “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional” (Brasil, 2017).

Em termos de transformações pedagógicas propriamente ditas no ensino médio, a Lei 13.415/2017 estabelece os seguintes pontos: 1) as únicas matérias com obrigatoriedade durante os três anos serão português e matemática; 2) a formação geral básica será feita através do desenvolvimento de *habilidades e competências* vinculadas à Base Nacional Comum Curricular e complementada com a escolha, por parte do estudante, de um ou mais itinerários formativos, sendo eles I) Linguagens e suas tecnologias; II) Matemática e suas tecnologias; III) Ciências da natureza e suas tecnologias; IV) Ciências humanas e sociais aplicadas; V) Formação técnica e profissional; 3) a construção curricular deverá ser feita com vista a construir o “projeto de vida” do estudante e sua formação física, cognitiva e emocional. Desse modo, o que se evidencia é uma redução drástica dos conteúdos propedêuticos em prol do desenvolvimento de determinadas competências e habilidades (Brasil, 2017).

Nesse sentido, a concepção pedagógica que alicerça a reforma é uma “pedagogia das competências”. Uma pedagogia que compreende ser o aprendizado de competências e habilidades a parte mais fundamental da formação escolar não é uma novidade da reforma, mas é a grande base sobre a qual se apoiam diversos organismos internacionais e *think tanks*. A ideia básica dessa formulação, pela boca de um desses organismos internacionais, é a seguinte:

Competências (ou habilidades) são definidas como um grupo de conhecimentos, atributos e capacidades que podem ser aprendidas e que possibilitam que os indivíduos realizem uma atividade ou tarefa de forma bem-sucedida e consistente e que podem ser construídas e ampliadas por meio da aprendizagem. A soma de todas as competências disponíveis para a economia em um determinado momento constitui o capital humano de um país. (OCDE *apud* Quadros; Krawczyk, 2021, p. 10)

Em resumo, portanto, quanto mais se desenvolverem as competências ou habilidades nos indivíduos de um país, necessárias às demandas das relações de trabalho, mais produtivo e competitivo esse país será, o que evidencia sua relação com a chamada teoria do capital humano, a qual não será possível desenvolver aqui.<sup>1</sup> Sendo

<sup>1</sup> Para maior apreciação do que é a teoria do capital humano, ver Frigotto (2001). De forma resumida, é uma teoria que se desenvolve em dois sentidos, em uma teoria do desenvolvimento

assim, a argumentação das mudanças no Ensino Médio encontra uma lógica. Não é o conhecimento teórico de *x* ou *y* disciplina que promoverá o reencontro da educação com o desenvolvimento econômico, mas sim, uma pedagogia com foco em “aprender a fazer” e a criar disposições nos indivíduos para lidarem com quaisquer adversidades, serem resilientes e adaptáveis à cada situação e condição que venham a encontrar no trabalho para serem consistentemente produtivos na tarefa que lhes seja incumbida cumprir.

## 2. A crítica marxista ao teor ideológico da reforma

Uma boa parcela da crítica marxista a essas mudanças se concentra no elemento ideológico dos discursos – resumidamente aqui apresentados – promovidos pela classe dominante que impulsionou o Novo Ensino Médio. Procurou-se compreender o real significado dessa reforma partindo do pressuposto clássico do materialismo de que não se analisa um determinado discurso ou uma determinada lei por ela mesma, mas a vinculando aos embates da vida material, ou se quisermos, “pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx, 2008, p. 48). Em resumo, a pergunta fundamental é a seguinte: quais são os interesses da classe dominante que estão sendo ocultados nesse processo, a fim de que, assim como numa câmara escura, quem tome consciência das questões em jogo, o faça de “cabeça para baixo”, de forma invertida, a ponto de defender interesses que não os seus? – para usar a analogia clássica de Marx e Engels ao caracterizar o que é a ideologia (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Se pudermos colocar em poucas palavras, a tese fundamental seria que “tais formulações procuram materializar a ideologia dominante, a fim de ocultar que tais ações de aparente ‘empregabilidade’ e ‘protagonismo juvenil’ essencialmente estão sendo mobilizadas para encobrir a expropriação sofrida pela classe trabalhadora” (Gawryszewski *et al.*, 2023, p. 79). A crise do capitalismo contemporâneo, a reorganização neoliberal com intuito tanto de “restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe” (Harvey, 2007, p. 10) – após algumas décadas de uma social-democracia construída com intensa participação de organizações de trabalhadores em países capitalistas centrais –, as implicações no mundo do trabalho da terceira revolução industrial e, mais recentemente, a partir do que se convencionou chamar “Indústria 4.0” e a proliferação do “capitalismo de plataforma” criaram uma necessidade de readequar a força de trabalho às novas condições de existência.

Essas transformações produziram uma divisão do trabalho cada vez maior e um nível de complexidade do trabalho a ser exercido cada vez menor, de tal sorte que se consiga dar conta de um determinado labor sem a necessidade específica de um conhecimento elaborado, prescindindo até mesmo de rudimentos científico-técnicos

---

e em uma teoria da educação: “Quanto ao primeiro sentido – teoria do desenvolvimento – concebe a educação como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho e, por extensão, potenciadora da renda, um capital (social e individual), um fator do desenvolvimento econômico e social. Quanto ao segundo sentido, ligado ao primeiro – teoria da educação – a ação pedagógica, a prática educativa escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se da perspectiva instrumentalista e funcional de educação”. (Frigotto, 2001, p. 16)

tradicionalmente necessários para o trabalho produtivo – ainda que tenhamos um aumento na complexidade geral dos processos onde esse trabalho está inserido, por exemplo, com o aumento considerável do desenvolvimento tecnológico incorporado pelo processo produtivo (Gawryszewski; Mello; Pereira, 2023, p. 15). Junto a isso, e, talvez, devido a isso, as condições de trabalho da população se deterioraram de sobremaneira, mesmo que, em 2023, o Brasil feche o ano com sua menor taxa de desemprego desde 2015, com 7,7% de desempregados. Contudo, apesar de uma aparente melhora, quando olhamos atentamente, o que se constata é que o aumento de emprego significa majoritariamente um aumento do trabalho informal. Até novembro de 2023 haviam sido criados 1,9 milhão de postos de trabalhos formais, sendo que no mesmo período em 2022 esse número era de 2,3 milhões e em 2021 de 2,7, ou seja, tem reduzido ano após ano a criação de trabalhos com carteira assinada (Konchinski, 2023). Em compensação, a taxa de informalidade no trabalho se encontra elevadíssima, chegando a 39%, o que corresponde a cerca de 40 milhões de pessoas. E, além disso, o número de pessoas em desalento, que procuraram trabalho por anos, mas não conseguiram e acabaram desistindo, também é alto, chegando a cerca de 4 milhões de pessoas, situação essa que atinge especialmente mulheres. (Passos, 2023)

Desse modo, seria necessário um tipo de educação que formasse sujeitos com capacidade de suportar esse quadro novo de precarização do trabalho, mesmo que sua condição de vida se degrade a cada momento mais. Ao ocultar que a situação de vida das pessoas advém da reestruturação das relações capitalistas e de uma intensificação da exploração do trabalho, pelo discurso de um suposto atraso educacional, a reforma procura, através dos discursos já demonstrados, “a produção de consensos sobre a sociedade burguesa neoliberal”, exigindo do “assalariado uma mobilização pessoal e uma implicação subjetiva para, além da interiorização das funções tradicionais das profissões, uma obrigação com performance e resultados” (Quadros; Krawczyk, 2021, p. 13).

Ou seja, se pretende neblinar que a formação oferecida no Novo Ensino Médio pouco tem a ver com uma educação que possibilite o reencontro com o desenvolvimento econômico do país e a melhora na qualidade de vida dos estudantes, mas sim, com a produção de um “trabalhador flexível, com base em competências e dotado de subjetividade conformada pela intensificação da precarização do trabalho e do desemprego estrutural” (Gawryszewski; Mello; Pereira, 2023, p. 19). Não é por acaso que, dentre as diversas competências, a mais valorizada pelos setores dominantes é a resiliência, “compreendida como a capacidade do indivíduo de lidar com adversidades de forma positiva”, a tornando “uma habilidade central, pois contribui com o aumento do desempenho, garantindo a fidelidade do trabalhador à empresa” (Quadros; Krawczyk, 2021, p. 12). Em suma, se intenta promover a formação de sujeitos que introjetam em si mesmos o mantra fundamental do neoliberalismo “*there is no alternative*” (não há alternativa) e por isso aceitariam as atuais condições de vida e se adequariam a elas, ao invés de uma educação que aponte para um reconhecimento das relações de exploração e precarização da vida e do trabalho e a suas possibilidades de superação.

### **3. Vínculo entre escola e trabalho no capitalismo: ideologia ou verdade?**

Recapitulemos brevemente. O Novo Ensino Médio se baseia na tese de que a educação fornecida no Ensino Médio não está em consonância com o mundo do tra-

balho no século XXI, usando de alguns indicadores que demonstrariam essa dissociação, em especial os índices de escolaridade e empregabilidade da população trabalhadora. Para justificar um encontro desses dois mundos e até colocar certa urgência nesse processo, se promove um discurso de que “evidências internacionais indicam que a escolaridade é uma variável chave na determinação do progresso econômico de indivíduos e nações” (Instituto Unibanco *apud* Quadros; Krawczyk, 2021, p. 7). Desse modo, o Brasil, se tiver alguma pretensão de progresso econômico e de combate à pobreza, deveria, o quanto antes, reformular seu ensino para melhor vincular a escola às demandas dos processos de trabalho contemporâneo, o que colocaria mais pessoas em condições de entrar no mercado de trabalho e geraria maior produtividade ao país. Como visto, esse seria um discurso ideológico que mistifica a realidade para ocultar os interesses da burguesia de promover uma maior exploração sem que os trabalhadores vislumbrem uma possibilidade de transformação social, ou seja, buscar o consenso ou aceitação dessa realidade de vida precarizada. Contudo, por mais que esse discurso seja colocado pelas classes dominantes dessa forma para alcançar seus objetivos escusos, ele tem, para dizer o mínimo, elementos que explicitam, com um nível relativamente alto, a realidade histórica.

Primeiro, vale dizer que o vínculo entre desenvolvimento econômico capitalista e escolarização é verdadeiro e se comprova historicamente. Mesmo que, em diferentes países, que ocupam diferentes posições na cadeia produtiva e distributiva do capitalismo mundializado, se encontrem diferenças gritantes em termos de acesso escolar por parte de sua população, de infraestrutura, de profundidade de conteúdos trabalhados e mais uma série de questões, é possível enxergar a concomitância no desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial e a criação de uma escola que dê vazão a esse desenvolvimento. Uma breve remontada histórica em como se deu esse vínculo no seu molde “clássico” nos permite, ao menos, compreender o motivo do vínculo entre uma coisa e outra e sua relação de necessidade.

É conhecida a tese de que “fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam as escolas de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também a ordem dos jesuítas)” (Manacorda, 1992, p. 249). A revolução industrial e todos os processos históricos que a engendraram e os que são consequência dela mudaram, por completo, as exigências da formação das novas gerações a partir do rompimento das relações de dependência típicas das sociedades feudais. Nessas relações, seja no campo ou na cidade, a formação das pessoas mais novas dava-se, quase que totalmente, a partir da inserção desses jovens nos afazeres da vida adulta junto às pessoas mais velhas. Tanto para o camponês, quanto para o artesão, todas as “destrezas e os conhecimentos necessários para seu trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho” (Enguita, 1989, p. 105), de tal modo que o processo de aprendizagem dos jovens consistia em acompanhar os mais velhos no trabalho da terra ou na corporação de ofício, obtendo, inclusive, o aprendizado da totalidade do processo de produção.

O rompimento das relações feudais representou uma verdadeira expropriação dos trabalhadores, a começar pelos seus meios de trabalho. Expropriou-se, igualmente, as suas formas de instrução, asseguradas pelas antigas relações de produção. E, se eles não tinham mais o conhecimento técnico e produtivo, acresce-se a isso que com as contínuas evoluções tecnológicas, não bastava mais que aprendessem como operar apenas uma máquina em específico, dado que logo ela seria substituída por

outra mais moderna. Nem tampouco que aprendessem a manusear uma máquina de um só ramo da produção industrial, dado que poderiam ser empregados em qualquer um dos ramos. Desse modo, era necessário que essa nova massa de operários modernos, apesar das condições de trabalho nas fábricas, não se “[fossilizassem] nas operações repetitivas das máquinas obsoletas, mas que [estivessem] disponíveis às mudanças tecnológicas, de modo que não se deva sempre recorrer a novos exércitos de trabalhadores mantidos de reserva” (Manacorda, 1992, p. 271). E, para dar conta dessas necessidades, a escolarização seria necessária para o aprendizado técnico-científico requisitado, inclusive, transformando o conteúdo confessional que, até então, era o que a escola efetivamente oferecia a seus estudantes, começando, assim, na pedagogia, a “proeminência das coisas (ciência) sobre as palavras (as letras) e da sua estreita relação com a vida social e produtiva” (Manacorda, 1992, p. 253).

Outro fator de vínculo entre o desenvolvimento das sociedades capitalistas e a escola foi o fato de a construção das sociedades urbano-industriais a partir da segunda metade do século XVIII criar outra forma de sociabilidade de maneira geral. Sem as relações de dependência tradicionais do regime de vassalagem e das dinâmicas próprias das corporações de ofício, havia indivíduos livres e autônomos, mônadas, que entram em relações de igualdade formal e se vinculam através do contrato social, garantido pelo direito positivo que, por sua vez, é assegurado pelo Estado Nação. Entrouse no campo da sociedade civil, o que também impactou em transformações no campo da educação. Fez-se imperativo a generalização dos códigos escritos e de uma formação moral e cívica compatível com essa nova sociabilidade (Saviani, 2013, p. 82-83).

Significa que foi condição para o desenvolvimento da nova sociedade urbano-industrial, ou capitalista, se quisermos, a generalização da educação escolar. Não à toa a intelectualidade burguesa nos primeiros momentos se deteve no debate de como se daria essa instrução das massas e, em especial, qual o nível em que ela se daria. A nova elite político-econômica que se firmava necessitava

recorrer a ela [a instrução das massas] para preparar ou garantir seu poder, para reduzir o da igreja e, em geral, para conseguir a aceitação da nova ordem. Por outro, entretanto, temiam as consequências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis. (Enguita, 1989, p. 110)

Daí surgem colocações como a de Adam Smith dizendo que queria “instrução para os trabalhadores sim, porém, em doses homeopáticas” (Smith *apud* Saviani, 2003, p. 138), ou de La Chalotais, um dos principais pensadores iluministas do período e com bastante influência no processo de expulsão dos jesuítas do território francês, quando diz que “O bem da sociedade exige que os conhecimentos do povo não se estendam além de suas preocupações” (La Chalotais *apud* Luzuriaga, 1971, p. 173; tradução nossa).

No Brasil, apesar de suas peculiaridades, o vínculo entre o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, de modelo urbano-industrial, e a necessidade de uma escolarização que dê vazão a esse desenvolvimento também se fez presente.<sup>2</sup> Nossa modernização capitalista é consolidada na “Revolução de 30”, com Vargas, onde se inicia

---

<sup>2</sup> Para um estudo sobre como se deu a formação da escola moderna no Brasil e os motivos dela ser defasada em comparação com os processos de modernização e escolarização dos países de capitalismo central, ver Romanelli (1986).

a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial – “ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956” (Oliveira, 2013, p. 35). Uma das principais medidas tomadas, logo no ano seguinte, em 1931, foi a Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890/1931) estabelecendo a modernização também no sistema de ensino brasileiro, promovendo “medidas [que] procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava” (Dallabrida, 2009, p. 1).

No que diz respeito à melhoria da condição social dos indivíduos atrelada à inserção na escola, esse também é um tópico que tem fundamento histórico, tanto nos países de capitalismo central, quanto da periferia, ressalvadas suas nuances em cada um dos casos. De início, os movimentos organizados dos trabalhadores não atrelaram o acesso à nova instituição escolar à melhoria das condições sociais. Houve uma gama de iniciativas de autoinstrução popular que tentava dar conta da necessidade da classe trabalhadora “acompanhar o ritmo do progresso e melhorar sua posição social e política frente às classes dominantes, quando não de subverter radicalmente a ordem social existente” (Enguita, 1989, p. 121). Contudo, não tardaria para que uma parte relevante das organizações operárias entendesse ter a escola moderna e seus princípios (universalidade, laicidade, gratuidade, estatalidade, obrigatoriedade e instrução científico-técnica) um potencial emancipatório, de tal modo que, no desenrolar das disputas políticas, tal compreensão acerca da nova instituição fosse generalizada.

Essa foi a tônica do marxismo e das organizações comunistas. Em 1847, Marx e Engels foram destinados pela Liga dos Comunistas a escrever um documento político-propagandístico a ser amplamente divulgado contendo as principais reivindicações e o programa político dos comunistas à época. Engels escreve um primeiro documento que veio a ser rejeitado por Marx quando o leu por ter uma forma catequística, onde, em um dos pontos do programa estabelece a necessidade da “Educação de todas as crianças a partir do instante em que possam prescindir dos cuidados maternos, em estabelecimentos nacionais e a cargo do Estado. Educação conjugada com o trabalho fabril” (Engels, 2014, p. 102). Reescrito então a quatro mãos e lançado em fevereiro de 1848, surge o *Manifesto do partido comunista* e, no último ponto do programa, consta: “Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (Marx; Engels, 2010, p. 58).

No que diz respeito ao processo brasileiro, é fato também, que, ao longo do tempo, mais e mais classes sociais reivindicavam seu lugar na escola, inclusive como um lugar ímpar para garantir a ascensão social. Com a Independência e o começo do Brasil Império, surge uma classe intermediária vinculada ao artesanato, ao pequeno comércio, aos jornais e à burocracia que demandou sua entrada na escola, em especial pelo potencial de distinção social com relação às camadas mais baixas, ligadas à servidão do trabalho manual e escravizado (Romanelli, 1986, p. 37). Já na chamada Primeira República (1889-1930), com ênfase na sua última década (1920), já com a escravatura abolida e o Brasil explicitando suas pretensões de formação de uma sociedade moderna, se vê uma série de movimentações políticas surgindo em solo brasileiro com o sindicalismo, o socialismo, o anarquismo, o tenentismo, entre outros. Boa parte desses movimentos políticos, em sua maioria mobilizadores das classes trabalhadoras, passaram a pautar uma maior entrada dos trabalhadores na escola como um aumento,

tanto de sua condição social, mas também de participação política na sociedade brasileira, a ponto de se poder falar que, nesse momento, o que havia era um verdadeiro “entusiasmo pela educação” (Nagle, 1974). Essa mesma reivindicação se mantém e, na época da constituinte, o Fórum das Entidades Educacionais em Defesa da Escola Pública conseguiu a aprovação da obrigatoriedade do cuidado escolar das crianças por parte do Estado quase que desde seu nascimento, de tal modo que o que vemos é uma hipertrofia escolar, tanto vertical, quanto horizontalmente, ou seja, tanto em termos de ampliação da carga horária, quanto do tempo de vida a que se deveria passar nela (Saviani, 2013, p. 83-84).

Sendo assim, a tese contida na Reforma do Ensino Médio e na sua defesa sobre o suposto vínculo entre o desenvolvimento econômico (do país e de seus indivíduos) e a escolarização se trata de um fato histórico verificável. E pode-se dizer mais: a escola moderna sempre teve uma espécie de missão civilizatória nas sociedades capitalistas, dado que é a instituição por excelência de preparação e inserção das novas gerações nessa sociedade. Sem a escola moderna – não seria absurdo dizer – provavelmente não existiria capitalismo. Ou seja, o estabelecimento desse vínculo por parte da Reforma não é uma falseabilidade da realidade, mas antes, a explicitação dela. Temos agora que avaliar a outra ponta do discurso, a saber, que esse vínculo se quebrou, que no contexto atual das últimas décadas houve uma dissociação do mundo do trabalho com a escola e vice-versa.

Já abordamos, mesmo que brevemente, como o próprio progresso tecnológico inerente ao capitalismo promove uma redução das necessidades de saber técnico-científico do trabalhador pois cada vez mais esses saberes são transferidos para as máquinas (aqui entendida em sentido amplo, seja a maquinaria de uma fábrica de carros, seja um celular, ou qualquer outro aparato tecnológico inserido na dinâmica do trabalho). Nos finais dos anos 1930 essa já era uma questão que perturbava uma parcela da teoria crítica pelo seu potencial de inversão: “Em relação a isso poder-se-ia inverter a frase: as ferramentas são prolongamentos dos órgãos humanos, na frase: os órgãos humanos são também prolongamentos das ferramentas” (Horkheimer, 1983, p. 126). Vivemos, sem dúvida, o momento histórico do ápice dessa inversão, de tal modo que uma parcela considerável dos trabalhos que são requeridos pode ser aprendida em pouquíssimo tempo pois os saberes necessários já estão incorporados nas máquinas.

Essa situação ganha especial validade em um país como o Brasil. A especificidade da modernização brasileira se encontra no fato de que se conjuga de forma orgânica o “moderno” e o “arcaico” de tal forma que o moderno, para se desenvolver, se alimenta do arcaico, “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (Oliveira, 2013, p. 60), como demonstrou Francisco de Oliveira na sua *Crítica à razão dualista*. Essa particular modernização, no seu momento derradeiro, faz com que “convivam todas as eras ‘geológicas’ do capitalismo: setores *high-tech* com o trabalho informal” (Oliveira, 2018a, p. 73), onde, quanto mais desenvolvimento tecnológico foi obtido, mais desenvolveu as formas arcaicas de trabalho, não as tornando mais complexas, mas mais rudimentares. Essa convivência, que mais tem a ver com uma mútua dependência, caminha a passos largos para o que Chico de Oliveira chamou de “plenitude do trabalho abstrato”. Sem querer entrar nos meandros truncados que nos obrigariam a abordar o debate conceitual sobre a composição orgânica do capital, mais valia absoluta, relativa etc., a plenitude do trabalho abstrato,

em síntese, significa que “todo o tempo de trabalho é tempo de produção” (Oliveira, 2013, p. 136).

O trabalho informal, ou como Chico preferia dizer, o trabalho sem forma, tipicamente terceirizado e precarizado, tem uma astuta mudança (ao menos para o lado do capitalista), a saber, o não recebimento de um salário por parte do trabalhador. No trabalho formal, o salário é um adiantamento que o capitalista paga ao trabalhador. Adiantamento pois o capital só se concretiza com a venda da mercadoria, o que significa que independentemente se essa venda se efetiva ou não, o trabalhador receberá sua parte - ainda que, como sabemos, não o total pelo que produziu. Já no trabalho informal, “por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes” (Oliveira, 2013, p. 136). É nesse sentido que devemos entender que “todo o tempo de trabalho é tempo de produção”, dado que sem o estabelecimento de uma norma de quanto tempo de trabalho será pago, independente da produção ou da realização da mercadoria pela venda, nesse novo modelo de trabalho, o dinheiro ganho pelo trabalhador depende do lucro do capitalista, dado que só recebem após a realização dessa venda, ou o que em muitos casos acontece, essa venda se efetiva no próprio tempo de trabalho.

O caso mais típico é o de motoristas da plataforma Uber, de tal sorte que comumente se denomina esse tipo de trabalho de “trabalho uberizado”. Ludmila Abílio, pesquisadora na área da sociologia do trabalho, ao estudar a uberização, dando certa continuidade aos debates colocados por Chico de Oliveira a esse respeito, chega a conclusões para nós bastante relevantes. A primeira é que essa “não-forma” do trabalho é feita a partir de “atividades que podem transitar entre o lazer, a criatividade, o consumo e também o complemento de renda. Trata-se de uma ausência da forma concreta do trabalho, o que significa a plena flexibilidade e maleabilidade de uma atividade que, entretanto, se realiza como trabalho” (Abílio, 2017). A segunda, derivada disso, é que a informalidade só pode lidar com um certo “amadorismo” do trabalhador. “O motorista Uber não é um motorista profissional, como o taxista” (Abílio, 2017). Esse tipo de trabalho só pode funcionar em uma dinâmica em que ninguém é especialista em nada, não detém um conhecimento específico de um ofício, e nem sequer existe esse requerimento. O trabalhador deixa de ser um profissional de uma área e vira um amador em todas elas.

Assim como o motofretista combina seu trabalho na terceirizada com o do aplicativo, assim como o engenheiro pejotizado passa seus dias entre o computador e a direção do carro Uber, trabalhadores dos mais diversos perfis socioeconômicos engajam-se em atividades que não têm um estatuto profissional definível, mas que podem ser fonte de rendimento, de redução de custos, ou mesmo do exercício de sua criatividade.<sup>3</sup> (Abílio, 2017)

Voltando ao Chico, dois pontos se entrecruzam dado essa situação. O primeiro é que, por causa desse amadorismo, “o conjunto dos trabalhadores é transformado em

---

<sup>3</sup> Uma outra conclusão de extrema relevância a que a pesquisadora chega diz respeito à relação do trabalho informal com o trabalho “tipicamente feminino” na nossa sociedade. Segundo ela, é o trabalho feminino que nos oferece “as raízes da flexibilização do trabalho que atravessa o mercado de cima a baixo” (Abílio, 2017). Não vamos aqui nos estender no assunto por não ser o foco do trabalho, mas sem dúvida é algo a ser investigado para melhor compreensão dessa nova norma do trabalho atual.

uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente” (Oliveira, 2013, p. 136). E, se na década de 1970 o trabalho informal poderia ser compreendido como um sinal do subdesenvolvimento, algo a ser resolvido com o desenvolvimento moderno capitalista brasileiro, a verdade é que hoje o “setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal”<sup>4</sup> (Oliveira, 2013, p. 136). O outro é a consequência dessa situação no que diz respeito à relação que estabelecemos ao longo do presente tópico entre escola e capitalismo.

Na era molecular-digital, a educação se tornou não funcional para a melhoria do mercado de trabalho. Qualquer pessoa passou a poder manejar um computador, o que viabilizou o trabalho sem forma ou informal. E a situação da educação no Brasil confirma: trata-se de fazer escolas pobres para pobres, apenas como mecanismo de legitimação, embora a vida real das populações e das classes nada tenha a ver com o que se ensina nas escolas. (Oliveira, 2018a, p. 74)

Ou seja, pelo processo de universalização de um “trabalho amador”, de rápida aprendizagem e cada vez mais baixa complexidade de execução, não é mais a escolarização que garante a reprodução do trabalho, mas a própria prática social, de tal modo que sobra apenas uma das funções típicas da escola moderna, a ideologização de seus estudantes, ou como disse Chico, o mecanismo de legitimação.<sup>5</sup>

Sendo assim, o discurso propagado pela Reforma do Ensino Médio, de que nos anos recentes houve um descompasso entre a escola de nível médio e o mundo de trabalho, não significa uma mistificação da realidade, mas uma explicitação dela, ainda que sem explicar seus motivos. O que nos leva ao último tópico desse discurso, ou seja, sua parte efetivamente propositiva, a mudança curricular que poderia promover esse reencontro e reaver o progresso econômico brasileiro. A partir disso poderemos falar, igualmente, sobre a função ideológica da escola no atual contexto.

#### **4. Conformação às relações de trabalho: ideologia ou verdade?**

Como vimos, a partir do desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, tal qual a resiliência, eles se tornariam mais aptos a ocuparem os postos de trabalho, já que teriam o que é mais requisitado pelo mundo do trabalho no atual momento. A consequência é que ocorreria novamente o encontro entre a escola e o trabalho, de tal modo que o Brasil poderia entrar novamente no rumo do progresso e desenvolvimento econômico e as novas gerações, conseguindo emprego, teriam a possibilidade de alcançar alguma ascensão econômico-social. O que de maneira indireta está sendo dito – e por mais que seja indiretamente, não se tem pretensão de esconder no discurso – é que essa é a única possibilidade de progresso que temos. Se pudermos colocar em uma fórmula crítica:

A rigor, o NEM [Novo Ensino Médio] afasta os estudantes do conhecimento sistemático nos domínios da ciência, da tecnologia, da filosofia e da arte e cultura em prol de competências que moldariam a formação às necessida-

<sup>4</sup> O que explica, pelo menos em larga medida, os dados de crescimento da informalidade e decréscimo do trabalho por CLT nos últimos anos no Brasil, já expostos em seção anterior.

<sup>5</sup> Contudo, como se verá no tópico seguinte, argumentaremos que até essa função se perde devido à própria dinâmica da modernização brasileira e sua conjuntura mais recente.

des do capital por meio de competências adaptativas à ordem social, inclusive em um contexto de imensa precarização do trabalho e mesmo de empreendedorismo concebido aqui como uma expressão que denota o trabalho sem direitos trabalhistas. (Gawryszewski *et al.*, 2023, p. 83-84)

O ponto que nos parece central da crítica aqui é que essa fórmula afastaria os estudantes não só dos conteúdos estabelecidos do Ensino Médio antes da reforma, mas que, em especial, por esse afastamento, as novas gerações se distanciariam, igualmente, da possibilidade de vislumbrar outras relações sociais possíveis. Isso acarretaria, portanto, a aceitação e adaptabilidade social que, no fundo, seria o principal objetivo das classes dominantes com o Novo Ensino Médio. Em suma, seria uma tentativa de excluir a chance de uma latente transformação social que aponte para um futuro com melhores condições de trabalho e existência, fundamentalmente, por parte da classe trabalhadora. É interessante, nesse caso, uma breve reflexão sobre essa possibilidade de transformação social no Brasil.

É conhecida a ideia inaugurada por Stefan Zweig, nos anos 1940, de que o Brasil seria o país do futuro. Ele deu apenas a forma de uma “palavra de ordem” a uma promessa futurista que começa quando a modernidade desembarca de vez em território brasileiro, como já dissemos, com Vargas na “Revolução de 30”. Não por menos. É justamente na década de 1930 que se começa uma sina na tradição intelectual brasileira de pensar a formação do Brasil como uma nação moderna e que se estende pelas décadas seguintes. Seus nomes principais todos conhecem: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Com exceção do primeiro, que aponta mais para o passado do que para o futuro, os outros reconhecem ser o passado colonial o principal entrave para a construção efetiva de uma nacionalidade moderna plena no Brasil. Para Sérgio Buarque, apesar da semelhança descritiva para com a produção de Gilberto Freyre, porém com os polos invertidos, ao se impulsionar uma sociedade mais democrática, poderíamos, aos poucos, deixar para trás nossas raízes coloniais portuguesas. (Schwarz, 1999, p. 17) Para Caio Prado, “também aqui nós temos a matriz colonial que precisa ser superada. Escravidão, monocultura, incultura, primitivismo – em suma, o atraso – são o resultado funcional da subordinação da Colônia à Metrôpole” (Schwarz, 1999, p. 17).

Não muito tempo depois, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), se criou o conceito de “modo de produção subdesenvolvido”, onde o “subdesenvolvimento’ pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em ‘trânsito’, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste” (Oliveira, 2013, p. 32). A partir do conceito de subdesenvolvimento se chegou até a falar em dependência dos países subdesenvolvidos para com nações desenvolvidas, de tal modo que Celso Furtado, provavelmente o intelectual mais proeminente dos cepalinos, compreendeu que a superação de uma condição atrasada do Brasil para a modernidade estaria travada pois “o comando das decisões estratégicas que determinam o futuro está fora deste e deve ser trazido para dentro” (Schwarz, 1999, p. 18). Ou seja,

toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (Oliveira, 2013, p. 33)

Semelhante, de certa maneira, à essa ideia cepalina, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas vésperas do golpe civil-militar de 1964, compreendeu os desafios da formação brasileira a partir do anti-imperialismo. “Muito mais antiimperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro” (Schwarz, 2008, p. 75). Tudo passava por construir uma autonomia nacional, rompendo com a condição dependente do país que fomentava nos setores atrasados e “pré-capitalistas”.

Nos anos 1980, com o retorno do regime democrático formal, Chico de Oliveira, expressando a esperança política da época, formulou a viabilidade de um pacto de classes que se direcionasse para uma desmercantilização da sociedade. Baseando-se no surgimento no capitalismo, àquela altura, do que ele chamou de direitos do antivalor, chegou a falar em uma “economia política da social-democracia” (Oliveira, 1998). A perspectiva era de uma

possibilidade de que a disputa política por fundos públicos de acumulação pudesse mudar o rumo de estruturação de uma sociedade de classes em luta. Pois a luta consciente e o esforço coletivo que emanam dessa dinâmica política poderiam ensejar instituições cada vez mais inclusivas, de modo que seus protagonistas poderiam então assumir seu próprio destino. (Aran-tes, 2022, p. 93)

É possível dizer, assim, que, ao longo da moderna história brasileira, as possibilidades de construção de uma nação plena, autônoma, com uma institucionalidade consistente e capaz de dar vazão às necessidades de sua população foram vistas sob a seguinte máxima: “*A pobreza e sua superação eram a nossa chance histórica!*” (Schwarz, 2013, p. 19). O que significa que “em lugar do antagonismo entre Civilização e Barbárie, que vê os pobres como lixo, entrava a ideia generosa de que o futuro dependia de uma milagrosa integração nacional, em que a consciência social-histórica levasse de vencida o imediatismo” (Schwarz, 2013, p. 19). Todas essas ideias, contudo, não eram propriamente “ideias fora de lugar”, mas muito pelo contrário, tinham total fundamento político e cultural.

O projeto de modernização capitalista encabeçado por Vargas teve uma grande jogada política que deixou marcas para o resto da história brasileira. Adalberto Cardoso (2019) nos mostra como, na construção do Estado capitalista brasileiro, foi construída uma utopia da proteção estatal. Ao contemporizar com a elite agrária, não transformando as relações sociais no campo, prometia uma integração cidadã aos trabalhadores urbanos – se bem que, como o mesmo autor diz, uma “cidadania regulada” – representada pela legislação trabalhista e social. A ideia central era a inclusão, em três planos, de todos os trabalhadores, na fruição do que uma civilização moderna poderia produzir:

na firma, por meio da estabilidade no emprego, o que gerou compromisso mútuo entre as classes pelo bem estar de uns e a prosperidade de outros; no Estado, por meio da participação nos sindicatos como órgãos estatais e nos mecanismos corporativos de tomada de decisão, que acolhiam também as classes superiores; e na sociedade de consumo, aspecto garantido pela instituição do salário mínimo [...] e da previdência social, por ele chamada de propriedade social disponível aos trabalhadores, que asseguraria bem-estar material na velhice e na doença. (Cardoso, 2019, p. 193)

A partir dessa engenharia social, os trabalhadores e a massa da população urbana teriam descoberto que valia a pena lutar por essa inclusão, de tal sorte que se criou uma identidade social e política. Especialmente por ser o Brasil uma nação

com 80% da população situada abaixo da linha da pobreza, a promessa dos direitos sociais e do trabalho era uma promessa utópica, capaz de disputar corações e mentes com outras promessas (como a socialista ou a comunista) em posição bastante privilegiada, porque corporificada em instituições e na ordem jurídica estatal, sobretudo em sua capacidade de reprimir legitimamente a dissidência. (Cardoso, 2019, p. 186)

Ou seja, a possibilidade de superar a pobreza era apostar politicamente no desenvolvimentismo urbano-industrial. Seria ele quem poderia nos livrar dos resíduos pré-modernos que nos constituíam e, supostamente, travavam nossa passagem ao primeiro mundo desenvolvido. A ditadura civil-militar conseguiu mostrar como esse caminho à modernização poderia ser extremamente violento e repressivo. O Brasil conheceu a face do desenvolvimentismo que, antes de prometer uma cidadania plena, entregava morte e censura. Contudo, o período ditatorial se encerrou e, nos seus contornos finais, viu o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) etc., fazendo dos anos 1980, no que diz respeito à organização política da classe trabalhadora, uma das décadas de horizontes mais animadores. Era a chance de concretizar a promessa da nossa modernidade a partir dessas organizações de trabalhadores, que saíram fortalecidas no processo de redemocratização, disputando efetivamente os rumos do Estado e do desenvolvimento nacional.

Enfim, quando se alcança o lugar máximo almejado por essas organizações e todo o progressismo brasileiro, com a eleição presidencial de Lula em 2002, o que se constatou foi uma grande “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2018b), em que a classe dominante consente em ter seu programa econômico conduzido politicamente pelo seu contrário, a classe de subalternos organizada, atribuindo-lhe, inclusive, o volante da “direção moral”. O programa já sabemos qual é, como se chama e quando ele tem início: o neoliberalismo, iniciado com Fernando Collor de Mello em 1990, sendo continuado por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso até a chegada de Lula. As consequências dessa hegemonia às avessas mostram o derradeiro final de todas as promessas que a modernização brasileira fez. Se o Brasil era o país do futuro, esse futuro chegou e não é idílico como se esperava. Não existe mais “no mundo globalizado de fins do século XX e início do século XXI, fronteiras para a expansão do capital que, ao se realizar, liquidasse todas as anteriores formas ‘feudais’ ou ‘pré-capitalistas’” (Oliveira, 2018a, p. 73). As relações do campo, tradicionalmente vistas como arcaicas, fruto do passado colonial e incompatíveis com a modernização, hoje constituem um verdadeiro espaço capitalista por excelência. Temos um verdadeiro “agronegócio” capaz de ser um dos principais exportadores de grãos e carne bovina do mundo, incorporando o máximo que pode do que há de mais moderno no desenvolvimento capitalista. Não existe mais inclusão social a ser feita, o Estado, a seu modo, mobilizando o “arcaico” a seu favor, chegou em todos os recantos da sociedade com suas políticas públicas.

Se não havia emprego formal [...], a forma que o Estado encontrava para dar conta dessa ausência era a precariedade, a transformação da exceção em re-

gra, programas do tipo Primeiro Emprego e Bolsa Família. Se não havia recursos para a construção de habitações, utilizava-se o mutirão, à exceção da cidade, como política estatal de habitação”. (Oliveira, 2018a, p. 76)

Por fim, todo o espaço de disputa política pelo lugar do “público” se esvai com o esforço máximo do Estado em promover privatizações de todo tipo submetendo tudo ao domínio do capital financeiro.

Talvez a caracterização mais sagaz do que é o Brasil que encontrou seu futuro na modernização capitalista é a feita por Chico de Oliveira. O Brasil se tornou um ornitorrinco, em que a linha evolutiva da qual foi gerado não condiz mais com sua realidade e seu estado atual não aponta para nenhuma evolução outra. É um mamífero capaz de conjugar características reptilianas, não ter mamas, e uma aparência com elementos de um pato.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (Oliveira, 2013, p. 150)

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro que sempre apontou para uma superação das condições existentes, que sempre prometeu alguma possibilidade de prática política capaz de promover essa superação, que sempre deu brecha para o progresso, não encontra mais para onde escoar essas promessas. Ele completou sua história de progresso modernizador e não abre mais espaço para alternativas. A mero título de exemplo, é curioso como um representante dos povos originários (aqueles que, constantemente, foram excluídos dessas promessas e, mais do que isso, foram o sangue necessário para que elas se erguessem) com mais visibilidade no momento atual, a saber, Ailton Krenak, que, não por acaso, rejeita a modernidade e sua história, ao expor essa rejeição em uma de suas intervenções, tem como alternativa não a subversão radical da modernidade, mas apenas “adiar o fim do mundo”. E mais curioso ainda é o que seria esse adiamento: “a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim do mundo” (Krenak, 2019, p. 27). O que queremos salientar, entretanto, é que essa posição tem menos a ver com uma falta de capacidade de imaginação e prática política transformadora, e mais com as possibilidades reais de transformação do capitalismo brasileiro. No limite, a dialética da modernização brasileira “tratava-se de uma espécie de dialética negativa: os problemas não eram superados dando lugar a uma nova e superior contradição; os problemas eram rebaixados, utilizando-se de formas precárias, arcaicas, regressivas” (Oliveira, 2018a, p. 77).

Torna-se evidente, portanto, que a ideia propagada pela Reforma do Ensino Médio de que a substituição dos conteúdos científicos pela incorporação das competências geraria o reencontro com o progresso econômico não faz sentido ou constitui uma mistificação da realidade. Inclusive, o que se tem constatado nos processos de implementação dessa reforma é que o currículo das matérias que compõem os itinerários formativos é esvaziado, sem referências teóricas e que os próprios professores que lecionam essas matérias o fazem sem terem tido nenhuma formação e experiência relacionada aos conteúdos, como é no caso do Rio de Janeiro (Gawryszewski; Pereira, 2023). Ou seja, pedagogicamente é uma anomalia, é a própria inviabilidade de um processo mínimo de educação.

Contudo, queremos demonstrar que a concepção pedagógica da atual reforma do ensino médio não está em dissonância com a realidade brasileira. Nesse sentido, uma pedagogia que coloca em segundo ou terceiro plano (quicá em plano nenhum) conteúdos específicos, propedêuticos, científicos, em prol de “habilidades”, em que não se necessita de nenhuma formação consistente para seu desenvolvimento, como a pedagogia das competências, encaixa como uma luva. Não para reaver o progresso, até porque ele saiu do horizonte, mas como, talvez, a única que seja coerente com a prática social contemporânea.

Junto a isso, abordamos, mesmo que brevemente, que a escola, ao se inserir na história de desenvolvimento moderno, seja no Brasil ou em outros países, tinha uma espécie de missão civilizatória, de tal sorte que ocupava um lugar necessário para viabilizar esse desenvolvimento. Se fazia necessária a instrução sistemática da população<sup>6</sup> para que essa população pudesse se inserir nessa história, a aceitasse e, com isso, manter as bases de seu desenvolvimento assentadas. Uma das coisas que a reforma faz é explicitar que esse lugar tem se esvaído de sobremaneira, seja por essa missão ter se concretizado, seja por ela simplesmente deixar de fazer sentido para as pretensões modernas atuais. Ela evidencia isso não só pelo próprio discurso, mas, igualmente, pela prática. No limite, o que nos sobrou foi uma certa resiliência que continue nos permitindo contar nossas histórias, de tal sorte que, assim como a “plenitude do trabalho abstrato” esvazia a escola moderna da função de preparação técnico-científica dos estudantes, o impasse da “dialética negativa” da modernização brasileira esvazia sua função de legitimação social, já que a prática social desse impasse já a estabelece por si própria. Se não necessariamente por uma grande aceitação popular dela, por uma falta de viabilidade de transformação social consistente.

Vivemos uma época que nos coloca um desafio novo de compreensão da realidade. Dentro da tradição marxista sempre se soube que o capitalismo necessitava ocultar as relações sociais, pois, por baixo dos panos, o que se tem é uma história de exploração de uma classe sobre a outra. Para isso se eleva todo um conjunto de ideias, valores, filosofias, leis etc. que visam disputar a consciência da classe trabalhadora, para que ela seja sempre envolta de uma “falsa consciência”. Daí a conceituação clássica feita por Marx e Engels da categoria “ideologia”. Nesse sentido, a verdade sempre foi revolucionária, pois só ela poderia revelar o aparato de dominação e exploração de classe existente, de sorte que a falsa consciência poderia se transformar em consciência de classe. A necessidade de ocultamento ou mistificação da realidade continua

---

<sup>6</sup> Mesmo que, como também já foi explicitado, de maneira sempre travada pelos interesses da burguesia, ficando restrita às classes dominantes o pleno potencial dessa educação sistemática.

existindo, por óbvio. Contudo, no Brasil, a terra do “desenvolvimento conservador a partir de rupturas históricas libertadoras” (Oliveira, 2018a, p. 32), como diria Chico de Oliveira, vemos a verdade mudar de lado. A partir da conjugação entre falseabilidade e verdade, ocultamento e desvelamento, a classe dominante dá continuidade a seu projeto de sociedade. O desafio não passa mais só por se perguntar: qual a verdade que tanto se quer esconder? Mas perguntar igualmente: o que se quer esconder através da verdade?

### **Considerações finais: quais as consequências?**

A pergunta fundamental que fica, portanto, é: o que a reforma do ensino médio quer ocultar a partir da explicitação da realidade? Assim como a escola moderna teve seu surgimento, seu desenvolvimento e sua consolidação devido às transformações sociais engendradas pelo capitalismo e seus conflitos internos, com a figura da “plenuidade do trabalho abstrato” e a realização da modernização, não é de se espantar que ela chegue ao seu fim. Ao explicitar o falecimento da função civilizatória da escola moderna e adequar seu currículo a essa nova realidade, a reforma oculta que o processo mais fundamental em curso, no que diz respeito à educação no Brasil hoje, tem a ver com a passagem dessa escola para uma outra, com princípios fundamentalmente distintos.

A consequência teórico-política que vemos é que a imensa maioria dos trabalhos científicos e disputas políticas feitas em cima da reforma se atém a combater fundamentalmente o currículo novo, a dizer que o Novo Ensino Médio é irrealizável em uma grande gama de lugares pela falta de infraestrutura escolar e a interpretar que seu principal objetivo é uma certa formação e ideologização dos novos trabalhadores, aos moldes da teoria crítica dos anos 1970.<sup>7</sup> Em suma, se colocam nos clássicos lugares das disputas políticas no campo da educação, onde existia uma fronteira que não podia ser ultrapassada e os combates se davam pela redução ou aumento do nível de conteúdos oferecidos pela escola, por qual seria a concepção pedagógica dominante e pelo aumento ou diminuição da infraestrutura escolar.

No fundo, desde sua criação, sempre se soube que a escola moderna não estava verdadeiramente em cheque pela atuação da burguesia, pois tinha sido a mesma que a criou e sempre viu necessidade no seu “valor de uso”, tendo por atuação política fazê-la funcionar em uma espécie de baixa intensidade, enquanto, do outro lado, se tentava destravar suas possibilidades emancipatórias. Havia um chão sobre o qual essa disputa podia se dar sem muitas “surpresas”. O que temos agora é que esse chão dado pela burguesia foi limado e, com isso, nós perdemos a sustentação e a capacidade de efetivamente fazer valer nossos interesses.

Isso não significa que todos os trabalhos científicos e movimentos políticos feitos sob esse prisma estejam equivocados ou sejam irrelevantes, ao contrário, a escola

---

<sup>7</sup> Sobre isso, apesar de já termos abordado sobre as interpretações focadas no caráter da formação ideológica da Reforma aos moldes da teoria crítica da década de 1970, para obter um panorama geral dos trabalhos científicos acerca da Reforma do Ensino Médio ver os seguintes dossiês: 1) Trabalho Necessário (2021). Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2497>>. Acesso em: 17/01/2024; 2) Retratos da Escola (2022). Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/45>>. Acesso em: 17/01/2024; 3) Espaço Pedagógico (2023). Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rep>>. Acesso em: 17/01/2024.

moderna ainda não desapareceu, nem tampouco seus modos de funcionamento e, por isso, ainda é um lugar de disputa. O ponto central, contudo, passa a ser que, de início, se rebaixa sensivelmente o programa político existente. Se antes a defesa era para uma “hipertrofia escolar”, como já falado acima, a defesa passa a ser, agora, pela mera existência da escola moderna, ainda que respirando por aparelhos. Nesse sentido, é necessário se questionar em que condições se dá uma defesa por algo que perdeu sua função. Se tradicionalmente as “ideias fora de lugar” eram da classe dominante ao falar sobre liberdade em uma sociedade escravista, por exemplo, uma defesa da escola de Estado, no atual contexto, não seria uma espécie de “ideia fora de lugar” também? O desafio que se coloca, conseqüentemente, seria a formação de um projeto de escola que consiga superar a escola moderna e, ao mesmo tempo, ter uma sustentação diante dos desafios do tempo presente.

## Referências

- ABÍLIO, Ludmila. *Uberização do trabalho: A subsunção real da viração*. Blog da Boitempo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 07/01/2024.
- ARANTES, Paulo. “O ornitorrinco virou um monstro: e agora, Chico?”. In: BELLO, Carlos Alberto *et al.* (orgs.). *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022 [Recurso eletrônico].
- BRASIL. Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2017. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em: 05/01/2024.
- BRASIL. Medida Provisória n° 746, de 22 de setembro de 2016. Exposição de Motivos. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-e-xposicaodemotivos-151127-pe.html>>. Acesso em: 05/01/2024.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade de trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- DALLABRIDA, Norberto. “A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário”. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago, 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>>. Acesso em: 05/01/2024.
- ENGELS, Friedrich. “Princípios do comunismo”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes de Bolso, 2014.
- ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- GAWRYSZEWSKI, Bruno *et al.* “Formação da classe trabalhadora”. In: LEHER, Roberto (org.). *Educação no governo Bolsonaro: Inventário da destruição*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- GAWRYSZEWSKI, Bruno; MELLO, Lívia; PEREIRA, Natália. “O caráter do Novo Ensino Médio para a qualificação da força de trabalho em tempos de crise do capital”. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 21, n. 45, maio/ago, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57381/34818>>. Acesso em: 05/01/2024.
- GAWRYSZEWSKI, Bruno; PEREIRA, Natália. “A reconstituição do processo histórico do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro”. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, 2023. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14355>>. Acesso em: 05/01/2024.

- HARVEY, David. “Neoliberalismo como destruição criativa”. *INTERFACEHS* – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, tradução, ago, 2007. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfaceHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>>. Acesso em: 05/01/2024.
- HORKHEIMER, Max. “Teoria tradicional e teoria crítica”. In: *Textos escolhidos*: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KONCHINSKI, Vinicius. “PIB em alta, inflação sob controle e dólar em queda: economia do Brasil supera expectativas no ano 1 de Lula 3”. *Brasil de Fato*, 30 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/30/pib-em-alta-inflacao-sob-controle-e-dolar-em-queda-economia-do-brasil-supera-expectativas-no-ano-1-de-lula-3>>. Acesso em: 05/01/2024.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *Historia de la educación e de la pedagogía*. 9ª ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1971.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos dias atuais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na 1ª república*. São Paulo: E.P.U., 1974
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. “O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- PASSOS, Juliana. “Quantidade é qualidade?”. *EPSJV/Fiocruz*, 19 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/quantidade-e-qualidade>>. Acesso em: 05/01/2024.
- QUADROS, Sérgio, F.; KRAWCZYK, Nora. *Educando pelas métricas do mercado: as propostas do empresariado para a juventude da classe trabalhadora e a reforma do ensino médio*. Preprints: 2021. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2239/3724>>. Acesso em: 05/01/2024.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

- SAVIANI, Dermeval. “A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar”. In: SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 43ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. “O choque teórico da politecnicidade”. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?format=pdf>>. Acesso em: 05/01/2024.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. “Prefácio com perguntas”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Recebido em 15 de janeiro de 2024

Aprovado em 05 de abril de 2024

# **O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina**

*Dependent capitalism and the particularity of the State in Latin America*

**Maicon Cláudio da Silva\***

## **Resumo**

Nesse artigo apresentamos uma discussão sobre o caráter particular do Estado na América Latina a partir da crítica da economia política. Partindo da relação entre forma valor e mercado, por um lado, e Estado e Nação, por outro, e do caráter particular do capitalismo na América Latina enquanto capitalismo dependente, nós apontamos que o Estado latino-americano assume um caráter particular sob a forma de Estado dependente.

**Palavras-chaves:** Estado; América Latina; teoria marxista da dependência; Estado dependente

## **Abstract**

In this article, we present a discussion on the particular nature of the State in Latin America from a critique of political economy perspective. Departing from the relationship between value form and the market on one hand, and the State and the Nation on the other, considering the distinctive character of capitalism in Latin America as dependent capitalism, we argue that the Latin American State takes on a particular character in the form of a dependent State.

**Keywords:** State; Latin America; Marxist dependency theory; dependent State

---

\* Economista e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Secretário do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maiconclaudio@gmail.com.

## Introdução

Há no ensino de Economia certa tendência a esterilizar o tema do Estado e da política. É como se em Economia o Estado fosse *uma variável exógena*, independente da estrutura econômica. Não por acaso o pensamento dominante constantemente defende a necessidade de um Banco Central independente, como se fosse possível separar a fórceps a Economia da Política.

No âmbito da vulgaridade de certo pensamento marxista, esse equívoco economicista se expressa através de um entendimento errôneo de que a compreensão da dinâmica da economia basta para garantir o entendimento do movimento da sociedade. Esquece-se, assim, do papel ativo desempenhado pela luta de classes sobre a realidade.

Por outro lado, o liberalismo de esquerda, pensamento dominante nos setores progressistas durante o começo do século XXI, ao desprezar a importância das determinações objetivas da Economia, tende a apresentar o Estado como um espaço em disputa que, caso conquistado, poderia atender os interesses da classe trabalhadora indefinidamente, em detrimento das necessidades do capital.

Há, não obstante, uma constante nessas diferentes perspectivas equivocadas: o Estado é sempre compreendido como se fosse um espaço livre de determinações. Esquece-se desse modo o aviso do equatoriano Agustín Cueva, para quem:

[...] a edificação de um Estado Nacional jamais se realiza no vazio [...] e sim sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto historicamente concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. (Cueva, 1983, p. 42)

E no caso da América Latina, qualquer análise séria sobre o Estado deve levar em conta necessariamente o caráter dependente que o capitalismo assume nessas latitudes.

De fato, já no clássico *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini (2005) – em discussão que trava com André Gunder Frank (1973) sobre a originalidade da dependência frente ao colonialismo – defende a tese de que a dependência pressupõe uma relação entre países *formalmente independentes*. Assim sendo, a subordinação na fase dependente ganharia para Marini um novo caráter, envolvendo a relação entre Estados nacionais formalmente soberanos e não mais entre colônia e metrópole.

Marini (2005, p. 141) destaca que “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento”. Para o autor, o surgimento de Estados formalmente independentes é um acontecimento original que, apesar de não excluir a continuidade de vários elementos do período colonial, marca uma mudança de qualidade frente ao passado. Portanto, é razoável inferir que o Estado latino-americano não seja uma categoria de pouca importância para a análise do capitalismo dependente na região.

Nos estudos marxistas sobre o Estado, como veremos mais adiante, para toda uma série de pensadores latino-americanos (boa parte inéditos no Brasil), o mercado capitalista “é o ponto ritual de referência tanto da nação como do Estado” (Mercado,

1990, p. 194)<sup>1</sup> e é a sua existência que garante “o deslizamento da ideologia da aldeia para a ideologia da nação” (*ibidem*, p. 193), permitindo conformar comunidades muito mais amplas das que as existentes até então.

Não por acaso o argentino Jorge Enea Spilimbergo (2002) recorda que em seu surgimento na Europa a burguesia luta para garantir o domínio sobre o mercado interno, buscando destruir as barreiras alfandegárias entre as províncias ou pequenos estados de uma mesma nacionalidade, que restringiam o desenvolvimento do mercado, impedindo o desenvolvimento da grande indústria e apogeu da produção capitalista. Por conta disso, ao “promover a unidade (ou a independência) nacional, a burguesia não luta por um simples princípio abstrato, mas por seus próprios e inadiáveis interesses materiais, que nesta etapa histórica coincidem com os do resto da população”. (*ibidem*, p. 23)

Não obstante, como já demonstraram os fundadores da Teoria Marxista da Dependência, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo na América Latina desencadeou o surgimento de particularidades que sem negar leis gerais do sistema, aprofundam suas contradições. Particularidades essas que incidem tanto na formação do mercado latino-americano quanto no caráter assumido pela burguesia na região.

Nesse artigo apresentamos algumas contribuições para entender a particularidade do Estado na América Latina desde a crítica da economia política.<sup>2</sup> Essa discussão é realizada a partir da relação dialética entre as categorias Forma Valor e Mercado por um lado e Estado e Nação por outro, tendo em vista as implicações das particularidades do capitalismo dependente sobre essa relação.

## **1. Estado, mercado e forma valor**

Há certa polêmica no debate sobre a formação de Estados e Nações quanto à possibilidade de encontrar em categorias da abstração elementos de explicação sobre processos históricos concretos. Alguns autores, tais como Immanuel Wallerstein e Étienne Balibar (1991, p. 139), defendem que é “completamente inviável ‘deduzir’ a forma nação das relações de produção capitalistas”. Para eles, a “circulação monetária e a exploração do trabalho assalariado não têm por que implicar uma forma de Estado determinada” e apenas à luz de processos históricos podem ser identificadas as determinações essenciais de Estados e Nações.

Outros autores, ao contrário, como o boliviano Álvaro García Linera (2010), o guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011) e o egípcio Samir Amin (1973), defendem que, mais do que possível, é necessário encontrar determinantes mais abstratos do que a própria história singular para compreender nação e Estado.

---

<sup>1</sup> Nesse e em todos os espaços em que houver citações de obras em espanhol, a tradução para o português é nossa.

<sup>2</sup> Esse artigo é baseado em parte do resultado da pesquisa que apresentamos em nossa dissertação de mestrado intitulada “O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina” (Da Silva, 2019), orientada pela professora Roberta Sperandio Traspadini e defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina durante o ano de 2019.

Ainda assim, mesmo entre esses autores há certas divergências. Samir Amin (*ibidem*), por exemplo, entende a categoria nação para além do modo de produção capitalista. Segundo o autor egípcio, reduzir a nação ao mundo moderno, apontando como uma de suas exigências a existência de um mercado capitalista integrado, é diminuir esse fenômeno social complexo, “pois é claro que a China imperial ou o Egito através dos milênios, não constituem conglomerados de povos [e] que são desde esse ponto de vista, muito diferentes da Gália ou da Germânia bárbaras”. (*ibidem*, p. 29-30)

Para Amin (*ibidem*), as bases da nação não podem ser encontradas, portanto, apenas no mercado. Em sua opinião, a nação surge quando uma classe social que controla o aparato central do Estado assegura uma unidade econômica à vida da comunidade.

A classe dominante controla sempre – por definição – o Estado. Mas esse é um império (homogêneo etnicamente ou não) ou uma nação, se a formação constitui uma unidade econômica, quer dizer, que tanto a organização da geração do excedente como da sua circulação e distribuição se solidarizem com a sorte das províncias. (*ibidem*, p. 30)

Essa definição é mais ampla que aquela assentada sobre o mercado capitalista, uma vez que para ela a classe dominante em questão não é necessária e exclusivamente a burguesia. Não obstante, Samir Amin (*ibidem*, p. 33) encontra uma particularidade na nação durante o modo de produção capitalista: “Se o fato nacional é anterior ao capitalismo como se acaba de ver, o modo de produção capitalista conduz o nível nacional a um plano muito superior ao que as formações pré-capitalistas haviam conhecido”. A generalização da forma de mercadoria não apenas à produção excedente, mas ao produto completo, a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, permitindo uma maior mobilidade da população e conseqüentemente uma maior integração humana, e a forma de mercadoria que o próprio capital assume, assegurando a integração do mercado e a circulação da riqueza, são todos aspectos que tornam a integração nacional no capitalismo superior às suas experiências pretéritas.

O guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011) tem acordo com Samir Amin (1973) quanto à existência da nação antes do capitalismo, mas reforça em seu trabalho o caráter particular que essa categoria assume no modo de produção capitalista. Ele afirma que: “Se bem a nação como forma de existência comunal aparece no largo período pré-capitalista, somente na sociedade burguesa encontra sua forma mais acabada, o Estado Nacional”. (Rivas, 2011, p. 87-88) O caráter novo da nação burguesa é que nesse caso a vinculação é feita através do comércio e da indústria, e não pelo poder tradicional de um mandatário divino.

A tendência unitária lhe dá a economia e não o imperador, e no seio dessa diferença é possível entender como o capital, a grande indústria, destrói particularismos, uniformiza nacionalidades e generaliza as mesmas relações entre as classes da sociedade. (Rivas, 2011, p. 87-88)

As relações capitalistas de produção proporcionam uma unidade contraditória das classes sem paralelos na história, de modo que a forma nacional da comunidade implica uma sociedade em que a relação de forças entre classes sociais assegura não só sua coesão, mas também sua reprodução e continuidade no tempo.

Desde uma perspectiva próxima a esses autores, ainda que num nível de abstração mais elevado, o boliviano Álvaro García Linera (2010) defende que é na forma

valor<sup>3</sup> onde estão dispostas as determinações da forma nacional de organização política da sociedade burguesa. Para Linera:

[...] é possível e necessário, para não ficar preso em um historicismo das singularidades basicamente desconexas, rastrear um conjunto de determinações gerais dadas pela forma celular da relação do capital, sobre cujo terreno fértil precisamente se torna inteligível a formação histórica específica de cada construção nacional moderna como construção nacional no capital. (*ibidem*, p. 204)

Para explicar a particularidade do caráter social da forma valor e sua relação com Estado e Nação, Álvaro García Linera compara-a com a forma comunidade. Segundo ele, nas sociedades em que predominou a forma comunidade, a sociabilidade é dada pelo processo de trabalho comunitário. “O caráter social do produto é aqui o caráter coletivo de sua produção”. (*ibidem*, p. 59) Portanto, o conteúdo imediatamente social-universal é determinado pelo trabalho em comunidade. A sociabilidade surgida da coletividade é direta – sem mediações – e se manifesta tanto pelo caráter social dos produtos quanto pela função que cada indivíduo exerce.

O que faz um indivíduo identificar-se no outro enquanto semelhante é, portanto, a vida em comunidade. Não por acaso o simbólico, o ritual e o sagrado têm tanta importância nas sociedades comunais. A solidariedade, a paixão coletiva, o ânimo e a energia grupal são dirigidos a um fim específico:

[...] na cerimônia que precede ou coroa o ato de trabalho direto, na convocatória aos deuses e aos ancestrais [e] reafirmam a vida comum, reatualizam a vida passada, legitimam o conjunto das forças e condições produtivas que agruparam a comunidade. (*ibidem*, p. 305)

A religiosidade desempenha deste modo o papel de uma verdadeira força produtiva, ao proporcionar um meio de reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo à comunidade, que é a produtora em última instância. Assim sendo, nas sociedades comunais, o limite da sociedade não pode ir muito além do limite mesmo da comunidade, porque é nos marcos desta em que se dá o trabalho coletivo e, por conseguinte, a própria existência da coletividade.

Nas sociedades estruturadas pela forma valor a situação é diferente. Os trabalhos individuais não se apresentam diretamente como trabalhos sociais, como trabalhos distribuídos coletivamente entre os membros da sociedade em atenção às suas necessidades, muito menos como um produto social. Impera, ao contrário, a indiferença e descoordenação entre os indivíduos produtores. Mas, diferentemente da forma comunidade, em que o produto satisfaz diretamente o produtor, na forma valor, esse, enquanto valor de uso, não satisfaz seu produtor direto, e para realizar-se necessita satisfazer a necessidade de outros.

Conseqüentemente, nas sociedades mercantis, onde reina a forma valor, ainda que os trabalhos imediatos não sejam diretamente trabalhos sociais, a mercadoria traz

---

<sup>3</sup> Linera recupera a categoria forma valor de Marx que havia concluído que: “A análise da mercadoria revelou que esta é algo duplo: valor de uso e valor. Portanto, para que uma coisa tenha a forma de mercadoria, deve ter uma dupla forma, a forma do valor de uso e a forma do valor. A forma do valor de uso é a forma do corpo da mercadoria, ferro, tecido etc., a forma tangível, sensível sob a qual existe. É a forma natural da mercadoria. *A forma de valor da mercadoria é, ao contrário, sua forma social*”. (Marx, 1966, p. 191; ênfase adicionada)

em si mesma um conteúdo de sociabilidade mais amplo do que o das sociedades comunais.

Como recorda Linera:

[...] o primeiro que distingue essencialmente a forma mercadoria de outras formas sociais gerais de riqueza é que sua utilidade imediata não se apresenta diretamente para o indivíduo ou corpo social que lhe fez surgir: “seu valor de uso é para alguém que não é seu possuidor”, a mercadoria existe na medida em que é um valor de uso para outrem enquanto a sua utilidade direta não é para o seu produtor. (*ibidem*, p. 46)

A mercadoria se constitui, portanto, como um vínculo material abstrato entre os indivíduos, entre o produtor e os demais. Nela se encontra a afirmação material das recíprocas necessidades determinadas socialmente. “De fato, a mercadoria define a superação da individualidade do corpo produtivo (familiar, comunal, de classe etc.) autossuficiente”. (*ibidem*)

Por meio da mercadoria, a forma valor constitui uma relação social entre os indivíduos, compradores e vendedores, que se conectam no mercado como livres proprietários privados, donos de mercadoria. Daí que a ampliação do número de valores de uso produzidos deva caminhar juntamente do crescimento do mercado. Isso porque, na medida em que o trabalhador produz necessariamente um valor de uso que deve ser valor de uso para outro, torna-se impreterível, portanto, um espaço de realização mais amplo que o das antigas comunidades.

A ampliação do mercado desencadeada pela forma valor implica também a destruição das formas precedentes de sociabilidade, dentre elas a forma comunidade. E implica ainda, a crescente transformação de produtos em mercadorias, subsumindo-os à forma valor. Como destaca o filósofo venezuelano Ludovico Silva, na sociedade capitalista até mesmo o ar é transformado em mercadoria:

[...] no século XX [os capitalistas] encontraram o verdadeiro segredo de Midas, e converteram em dólares até o ar respirável (o ar que se respira em qualquer escritório hoje é ar de uma “marca X”, é uma mercadoria, é ar “condicionado” que se trocou por dinheiro). (Silva, 1971, p. 143)

Igualmente é necessário que o trabalhador esteja despojado dos meios de produção direta para que sua produção, mediada pela mercadoria, tome livre curso. Assim, através do processo chamado de acumulação primitiva (Marx, 2013), a comunidade autossuficiente é destruída e potencialmente incorporada à comunidade da forma valor – o mercado – e o trabalhador direto transformado em produtor e consumidor de mercadorias.

Durante esse processo se produz a orfandade de sociabilidade direta dos antigos produtores agora despojados (Linera, 2010), o que permite que por meio da forma valor se construa uma nova autorrepresentação unificadora, um “Eu” coletivo. Como aponta o sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado (1990, p. 52), “a descampesinização é a destruição da tradição da aldeia e a dupla liberação no sentido de que se consagra, por um lado, a liberdade jurídica do homem desvinculado e a ‘liberdade’ a respeito da terra, meio de produção ou gleba”.

Dessa maneira, com a expropriação dos trabalhadores diretos ocorre “a primeira separação massiva entre o homem e seu meio de produção clássico, que é a

terra. Isso produz um estado de vacância ideológica, ou seja, um vazio na representação do mundo”. (*ibidem*, p. 52) Surge assim uma nova sociabilidade dada pela forma valor, em que o “modo cotidiano da comarca (no comer, no vestir, no falar) é substituído pela *hybris* de um modo coletivo. É aqui onde se produz a nacionalização, ou seja, a substituição do caráter localista pelo caráter nacional”. (*ibidem*, 1990, p. 52)

É nesse momento histórico em que encontramos o elemento abstrato de sustentação da nação e do Estado:

*A forma nação* contemporânea, em sua base abstrata, pode ser vista, portanto, como *o espaço social limitado* correspondente e necessário para a formação histórica *do grande espaço essencial elementar do domínio da relação do valor* e da respectiva distribuição das atividades dos indivíduos à *escala universal* que lhe sustenta. Só mediante esta mediação, no particular, pode realizar-se, no universal, a relação do valor, pois somente ela permite afirmar e perpetuar como sociabilidade “natural” as formas sociais específicas distributivas do trabalho necessárias para a existência da forma valor como forma específica do produto e do processo de trabalho. (Linera, 2010, p. 225; ênfase adicionada)

De modo simplificado poderíamos afirmar que na forma valor encontram-se duas forças definidoras: uma universalista e outra localizadora. Esse aparente paradoxo na verdade é uma importante força de expansão da forma valor em escala mundial, pois na dialética entre o particular e o universal, são os espaços sociais limitados da nação e do Estado que garantem a sustentação do espaço universal de domínio da lei do valor.

A tendência universalista da forma valor, por meio da incansável transformação de produtos em mercadorias, incorpora virtualmente todo o globo terrestre como espaço potencial de valorização do valor. Ao conformar pela primeira vez um mercado de âmbito mundial ela permite, por conseguinte, que o ser humano dê os passos iniciais em direção à construção de uma comunidade humana universal.<sup>4</sup> Em consequência dessa tendência, esferas sociais como a individualidade, a criatividade, as formas de aprendizagem, as relações amorosas, as formas de sociabilidade local (a família, o bairro, o local de trabalho, os meios de comunicação) são reestruturadas segundo a ordem do valor, o que cria mundialmente uma espécie de civilização do valor-mercantil. (*ibidem*, 2010)

No entanto, a universalidade do espaço social na comunidade mundializada estruturada pelo valor não deve ser confundida com sua homogeneidade. De fato, é aqui que o aparente paradoxo entre o universal e o local se desfaz, pois, uma vez que entendemos que o caráter universal do valor não significa sua redução a um conjunto de formas naturais genéricas, mas sim a configuração da unidade social geral em suas mais variadas formas particulares, fica evidente que o espaço universal da forma valor será uma totalidade síntese de múltiplos complexos particulares dados pela tendência localizadora.

A forma valor pressupõe uma específica distribuição no tempo e espaço das atividades da sociedade, uma divisão do trabalho entre seus membros, de modo que os

<sup>4</sup> É esse elemento progressista do capitalismo que dá as bases para a construção de uma comunidade universal futura que não esteja mediada pelo valor, uma sociedade comunista mundial.

não-valores de uso para os produtores possam realizar-se ininterruptamente como valores de uso para os não-produtores. Essa é a segunda força da forma valor, a tendência localizadora que conforma o espaço social onde os indivíduos realizam e representam sua existência material, imaginativa e organizativa na atividade produtiva, e que em último termo dá sustentação à formação da nação e do Estado.

Cada um dos centros de emanção da forma valor busca, portanto, consolidar-se como espaço social estável e diretamente autônomo (ainda que plenamente autônomo seja impossível pelo caráter universal do valor). Só mediante essa mediação particular local pode realizar-se universalmente a forma valor. Isso permite que ela perpetue como sociabilidade “natural” as formas sociais específicas do valor.

Em síntese, se a forma comunidade significa, de certo modo, viver para si, viver para a comunidade, a forma valor, ao contrário, significa viver para o outro, produzir o valor de uso que só o é para o outro e não para si mesmo. A seguir, veremos com mais profundidade o que significa a construção de Estados e nações em uma sociedade como a latino-americana em que essa contradição – viver para o outro – é levada a extremos.

## **2. Forma valor na América Latina**

A análise que realizamos até então, por seu caráter abstrato, diz respeito aos elementos mais universais da relação estreita entre mercado e valor por um lado e Estado e Nação pelo outro. Para uma análise mais adequada sobre a realidade latino-americana é imprescindível descer o nível de abstração, e, nos aproximando mais do concreto, desvendarmos as particularidades da América Latina nessa relação.

Como vimos, a forma valor pressupõe uma sociabilidade mais abrangente que a forma comunidade. Isso implica, desde logo, a destruição das áreas em que predominou até então a forma comunidade e a sua incorporação na órbita da forma valor, constituindo-se assim uma sociabilidade mais ampla.

No âmbito da América Latina, falar em destruição da forma comunidade significa remeter diretamente ao processo de colonização. E essa já é uma particularidade histórica decisiva que diferencia o processo de consolidação da forma valor nos países periféricos daquele ocorrido na maioria dos países centrais. Isso porque aqui, diferentemente do que ocorreu na Europa, as formas de sociabilidades precedentes são destruídas desde fora e num elevado ritmo e não por um impulso interno que levasse à sua transformação ao longo dos séculos.

Incorporada forçosamente ao mercado europeu através da conquista, a região que viria a se tornar a América Latina vê desde cedo suas estruturas econômicas e sociais formadas e transformadas para atender necessidades exteriores às suas. Nesse processo, o território é ocupado segundo a possibilidade de produção do valor de uso que fosse mais proveitoso aos interesses de ultramar. Surgem assim, formações sociais construídas ao redor de um centro produtor-exportador que ao longo dos séculos e nos diferentes espaços territoriais do subcontinente variou entre a produção de prata, ouro, cana-de-açúcar, tabaco, café, guano, couro, borracha etc.

Segundo o equatoriano Agustín Cueva:

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala

mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. (Cueva, 1983, p. 24-25)

Na relação dialética entre a acumulação primitiva na Europa e a desacumulação na América Latina podemos encontrar uma das características particulares do papel latino-americano desde o ponto de vista da forma valor. Historicamente a América Latina contribuiu para a generalização da forma valor em território europeu e para a formação do mercado mundial. Nesse processo ela reforçou o caráter universalista da forma valor. Isso, contudo, foi feito em detrimento do caráter localizador. Ou seja, a articulação da América Latina com o exterior, que foi levada ao extremo, não se fez acompanhada de uma articulação interna entre as diferentes regiões do subcontinente.

De fato, a colonização, além de ter construído uma estrutura econômica radial, voltada para fora, impediu politicamente a articulação interna na América Latina. A criação de estradas só era tolerada ou estimulada dentro de cada capitania ou entre essas e as capitais da costa. Se algum colono abrisse uma nova rota por dentro da selva seria duramente castigado e sua obra destruída. (Kaplan, 1974) Isso, somado à localização e ao isolamento das cidades, além da proibição do comércio direto entre elas, determinou a falta de interdependência e integração entre as várias regiões do subcontinente.

Também no âmbito da economia existiam poucos estímulos para que houvesse maior aproximação inter-regional. A utilização de trabalho escravo ou servil vinha acentuar ainda mais esse isolamento, visto que não havia incentivo para a produção de mercadorias destinadas ao consumo das massas trabalhadoras dos setores exportadores, uma vez que a maior parte dos bens-salário era produzida no interior das *haciendas* ou, em menor medida, vinha da Europa.<sup>5</sup> Ademais, como recordam Gilberto Mathias e Pierre Salama (1983, p. 23): “Não há verdadeiramente generalização da mercadoria, a não ser quando a mercantilização se estende à força de trabalho. A força de trabalho, livre, vende-se por um salário”. E a história colonial da América Latina é a história da utilização do trabalho cativo em suas variadas formas.

Ainda no âmbito da economia, podemos agregar que frequentemente distintas regiões latino-americanas competiam (e ainda competem) umas com as outras no atendimento às demandas do mercado externo. Exemplo dessa situação é a relação conflituosa entre Buenos Aires e Montevideu na disputa pela exclusividade de porto exportador do Rio da Prata.<sup>6</sup>

De fato, a presença de forças centrífugas é uma constante em toda a América Latina. Essas forças, atuando objetivamente sobre a realidade contra a sonhada Pátria

---

<sup>5</sup> Mesmo ainda no século XX, em minas como as de Simón Patiño na Bolívia, importavam-se latas de conserva da Europa para vender aos trabalhadores mineiros nos barracões. (Cueva, 1983) Na literatura o romance *Metal del Diablo* do escritor boliviano Augusto Céspedes (1998) retrata bem esta realidade.

<sup>6</sup> O escritor argentino Raúl Scalabrini Ortiz em *Política Britânica no Rio da Prata* (2014) mostra como essa relação conflituosa de interesses será decisiva para a separação da Banda Oriental, atual Uruguai, do território argentino.

Grande de Simón Bolívar, levam tanto ao processo de balcanização após a independência, que fragmenta o território latino-americano em cerca de 20 Estados, quanto a uma série de conflitos internos mesmo em territórios que lograram manter-se unidos enquanto país. Nesse último caso, as forças centrífugas se manifestaram através do regionalismo. Interior e Litoral na Argentina, Costa e Serra no Peru, Altiplano e Terras baixas na Bolívia são alguns desses exemplos.

Ensimesmadas, as distintas regiões da América Latina mantinham mais relações com a metrópole europeia do que com os territórios vizinhos. De fato, Juan Bautista Alberdi afirma que “[c]ada Estado na América do Sul pode prescindir dos outros, mas não da Europa”. (Alberdi *apud* Peña, 2013, p. 73) A baixa articulação interna da América Latina é reconhecida também pelo argentino Jorge Abelardo Ramos quando ele se questiona se:

Os produtores de café, bananas, trigo, cobre, cacau, algodão, tabaco e carne estavam em condições de adquirir a “consciência nacional do mercado interno”, única escola da burguesia, quando seus benefícios fluíam do mercado mundial? (Ramos, 2012, p. 364)

O capitalismo europeu, ao permitir que se constituíssem relações econômicas, políticas e financeiras entre todas as partes das nações que construiu, desenvolveu um grande poder multiplicador do sistema produtivo com o auxílio de um expansivo mercado interno, unido a uma linguagem nacional ou franca, que procurava difundir na construção da fronteira político-cultural de um Estado. (*ibidem*)

Na América Latina, ao contrário, a vitória das “pequenas pátrias” contra a ideia da “pátria grande” aprofundou ainda mais as dificuldades na consolidação do mercado interno regional, e como afirma o argentino Milcíades Peña:

Não pode haver industrialização séria onde – como no Chile ou na Colômbia, para citar dois casos – uma só fábrica de calçados equipada com as máquinas mais modernas fabricaria em um só mês de trabalho todos os calçados necessários para esses minúsculos mercados locais. A indústria moderna só é econômica quando produz em grande escala, mas dada a fragmentação da América Latina é uma obrigação produzir em pequena escala. (Peña, 2013, p. 74)

Essas dificuldades são ainda maiores se nos atentamos ao fato de que “boa parte de ‘nosso’ mercado interno não era mais que um prolongamento do mercado metropolitano” (Cueva, 1983, p. 90) e que as elites locais, sobretudo aquelas vinculadas ao comércio exterior, estavam mais interessadas em garantir seus próprios lucros do que no desenvolvimento e expansão do mercado interno.

Ainda sobre a colonização, uma vez que a ocupação territorial foi realizada segundo os interesses econômicos europeus, a penetração da forma valor no território latino-americano se deu de modo bastante heterogêneo, privilegiando regiões propícias à produção de mercadorias necessárias à Europa e marginalizando áreas de difícil acesso ou sem interesse produtivo imediato. De fato, algumas regiões do continente foram efetivamente incorporadas na órbita da mercadoria apenas após as independências e coube aos Estados independentes incorporá-las.

Com efeito, na Bolívia costuma-se dizer que os indígenas guaranis, que nunca haviam sido dominados anteriormente, seja pelo Império Incaico, seja pelo Império

Espanhol, tiveram seu território conquistado justamente pela República. Na Argentina, até as campanhas da “Conquista do deserto” empreendida pelo General Roca entre 1878 e 1884, o território patagônico ainda estava sob o domínio dos caciques indígenas, e até mesmo acordos diplomáticos entre esses e os argentinos haviam sido assinados. Já no Chile, segundo Luís Vitale, “entre 1873 e 1900 foram arrematados em leilão 1.125.000 hectares usurpados aos índios”. (Vitale *apud* Cueva, 1983, p. 78)

Assim, na América Latina o Estado vai assumindo a tarefa de expandir as fronteiras internas e de conquistar e ocupar espaços até então habitados por trabalhadores independentes, povos indígenas ou quilombolas. Ao mesmo tempo confirma legalmente as apropriações ilegítimas realizadas diretamente pelas oligarquias e impede o acesso direto à terra e aos meios de produção pelas populações que viviam à margem da forma valor.

Estes atraso e descompasso do ponto de vista da expansão da forma valor e formação do mercado têm consequências decisivas para a constituição dos Estados na região. Como recorda o boliviano René Zavaleta Mercado:

O que se chama unidade do Estado ou centralização em realidade só se realiza completamente quando o modo de produção capitalista já se impôs plenamente. [...] *Se a unificação não se produz na base econômica, em realidade não se produziu de todo ainda.* Por conseguinte, ainda que a unidade territorial se tenha logrado em um país atrasado, não obstante, enquanto subsistem ressacas ou sobrevivências de modos de produção prévios, a burguesia não cumpriu totalmente um de seus objetivos fundamentais que é a centralização. (Mercado, 1987, p. 164; ênfase adicionada)

Há na região, portanto, uma ausência de articulação unificadora por meio da forma valor, e isso têm importantes implicações do ponto de vista da formação da intersubjetividade necessária para a consolidação dos Estados e Nações. Diante da falta de integração inter-regional, as classes dominantes locais, ao invés de enfrentarem o problema, tratam na verdade de reproduzir estruturas econômicas que reforçam ainda mais as forças centrífugas pré-existentes. Esse comportamento não é fruto de má vontade ou equívocos ocasionais, mas é uma característica inerente às elites regionais enquanto classe, já que a fonte de seus rendimentos é encontrada especialmente no mercado externo. Com efeito, como afirma André Gunder Frank (1978, p. 14), a elite latino-americana, beneficiária da estrutura dependente, “frequentemente valendo-se dos gabinetes governamentais e outros instrumentos do Estado, gera políticas do subdesenvolvimento no âmbito econômico, social e político para a ‘Nação’ e o povo latino-americano”.

De fato, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo na América Latina desencadeou o surgimento de um modo particular da produção capitalista – o capitalismo dependente –, que sem negar as leis gerais do sistema, apresenta características próprias que exacerbam as contradições específicas da relação capital-trabalho. (Bambirra, 2013) Essa particularidade, marcada por elementos como a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, conduz também a um ciclo do capital particular. Pela natureza desse

trabalho, não podemos aprofundar em detalhes esse aspecto, mas também não podemos deixar de apontar algumas considerações sobre o ciclo do capital das economias dependentes.<sup>7</sup>

Na análise da circulação capitalista, Marx (2013) mostra a existência de três diferentes ciclos do capital, segundo a forma do capital que está em movimento. Trata-se dos ciclos do capital dinheiro, do capital produtivo e do capital mercadoria. Os três formam, em conjunto, o ciclo do capital social. Não há espaço aqui para entrar em detalhes sobre a forma particular assumida por cada um desses três ciclos no capitalismo dependente. Contudo, uma vez que o ciclo do capital dinheiro é aquele que explicita a totalidade do processo de valorização, indicaremos a partir dele, e com base nas considerações de Marini (2012a) alguns aspectos da sua particularidade no capitalismo dependente.

Marx (2013) divide o ciclo do capital-dinheiro (D-M ... P ... M'-D') em três fases. O primeiro movimento – primeira fase de circulação – acompanha a transformação do dinheiro em mercadoria, através da compra de meios de produção e força de trabalho. A esta fase, segue-se o processo de produção, em que a força de trabalho, atuando sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes bens (do capital constante) às mercadorias que elabora como também cria um valor novo que, se por um lado repõe o valor equivalente ao capital variável, lança ainda um valor excedente, que corresponde ao mais-valor. Esses diferentes valores encontram-se englobados no valor total das mercadorias que, após o fim do processo de produção, precisam retornar à circulação, desta vez à terceira fase do ciclo de capital – segunda fase de circulação – quando, mediante a venda, realizam-se em dinheiro e retornam às mãos do capitalista.

Na primeira fase do ciclo, (D-M) – primeira fase de circulação – Marini (2012a) destaca, no âmbito da particularidade do capitalismo dependente, que o capital-dinheiro posto em movimento tem como origem o predomínio do Estado e de capitais estrangeiros. Segundo Marini:

[...] podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado. (*ibidem*, p. 26)

O predomínio do Estado como fonte de financiamento diz respeito à necessidade de realizar investimentos que muitas vezes exigem o adiantamento de grandes montantes de capital ou um longo tempo de maturação até que o capital adiantado circule completamente, elementos esses que afastam o capital privado de atuar diretamente em certas atividades produtivas ou com recursos próprios. Já quanto à dependência de capital estrangeiro, é importante dizer que ela assume também a forma de dependência tecnológica, uma vez que o país periférico deve importar não só os meios de produção necessários para a fabricação de mercadorias industriais como também o conhecimento para operar esses meios.

---

<sup>7</sup> Agradecemos o comentário de um dos avaliadores da revista que nos alertou para a necessidade de apresentar no texto, ainda que minimamente, as categorias e elementos particulares do capitalismo dependente. Para uma leitura mais aprofundada desse tema, consultar o item 2.2 da nossa dissertação de mestrado. (Da Silva, 2019)

Assim, na primeira fase de circulação do ciclo do capital na economia dependente, o:

[...] ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é *duplamente dependente com relação ao exterior*. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro [sua origem] como no que diz respeito ao capital mercadoria [sua tecnologia]. (*ibidem*, p. 28; ênfase adicionada)

Na fase de produção (P), em que se apaga a origem do capital e já não importa quem são seus proprietários, a característica mais marcante é a existência da superexploração da força de trabalho. Por sua conexão próxima ao exterior, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que dominem a produção de mercadorias nos setores mais dinâmicos dos países dependentes. Essas empresas, devido ao privilegiado acesso a recursos das matrizes e tecnologias sob controle de patentes: “obtem sistematicamente uma mais-valia extraordinária [e] concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida” (*ibidem*, p. 29), de modo que o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce nas economias dependentes. Diante dos monopólios as empresas médias e pequenas tratam de estancar a sangria crescente de sua mais-valia:

[...] através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, e por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores. (*ibidem*, p. 30)

Na segunda fase de circulação (M'-D'), ou terceira fase do ciclo do capital na economia dependente, o tema dominante é como essas mercadorias se realizam. Nesta etapa, as marcas da superexploração da força de trabalho se fazem visíveis do ponto de vista da conformação dos mercados. Na medida em que a superexploração implica: “que não se remunere a força de trabalho pelo seu valor, [se] acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e [se] restringe a possibilidade de realização desses bens” (*ibidem*, p. 33), de modo que a produção de bens-salários é debilitada e o mercado interno vê seu papel reduzido ao segundo plano no âmbito da economia latino-americana.

Por outro lado, Marini (*ibidem*) destaca que mesmo com o surgimento do setor industrial nas economias latino-americanas o mercado interno não se expande sustentado pelo consumo de massas. Ao contrário, o mercado interno na América Latina passa a se dividir em duas esferas, uma alta, relativamente mais desenvolvida, fundada no consumo constituído por aquelas poucas camadas com rendimentos que correspondem à mais-valia não acumulada (lucros e proventos de capitalistas e trabalhadores improdutivos da classe média), e outra baixa, estancada, composta pelo consumo da numerosa classe trabalhadora. A segunda fase da circulação contribui, portanto, para orientar a produção no sentido de que se separe mais ainda das necessidades de consumo das massas.

Essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação. Para isso concorre de modo determinante o fato de que *a massa de mais-valia gerada não permanece integralmente no país, pois parte dela é transferida ao exterior, o que reduz o mercado.* (*ibidem*, p. 34; ênfase adicionada)

De fato, no ensaio *Dialética da dependência*, Marini (2005) demonstra como, seja em razão de uma maior produtividade do trabalho ou por conta do monopólio da produção de determinados tipos de mercadorias e tecnologias, ocorre um processo de transferência de valor dos países periféricos em direção aos países centrais. Ele evidencia ainda como na transferência de valor, “a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. [E] Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia”. (*ibidem*, p. 153-154)

Portanto, “o contexto reprodutivo dos países economicamente subdesenvolvidos só se completa através de sua vinculação com o circuito econômico das metrópoles” (Evers, 1989, p. 22), o que tem consequências decisivas do ponto de vista da estrutura de classes e da formação do Estado, já que “as classes dominantes de um determinado país periférico só se completam com uma fração ‘externa’ da burguesia composta por aquelas partes da burguesia das metrópoles que aí detenham o controle”. (*ibidem*, p. 19)

Do mesmo modo, o mercado interno latino-americano, historicamente reduzido pela maneira como se articularam na região o modo de produção capitalista e a forma valor, segue marginalizado na fase de desenvolvimento – propriamente capitalista – das economias dependentes. Nas palavras de Marini:

O capitalismo brasileiro [e latino-americano] é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve para a realização dos bens que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele. (Marini, 2012b, p. 262)

Daí que, segundo Enrique Moraga (1977), o Estado na América Latina terá como característica central que o diferencia do Estado burguês europeu, ser muito mais a expressão dos interesses das classes dominantes do que a expressão da relação entre esses interesses e os das classes dominadas.

Em vista disso e diante do fracasso das classes dominantes em unificar a população latino-americana através do mercado, a saída encontrada pelas mesmas é o uso da força e a incorporação violenta de regiões inteiras e contingentes populacionais cada vez maiores ao espaço e à lógica da acumulação capitalista. Como afirma René Zavaleta Mercado (1990, p. 197): “A violência, portanto, é uma forma não mercantil de formação de intersubjetividade, sem dúvida a mais dramática”.

Logo, não nos gera espanto sua afirmação de que na América Latina “a história das massas é sempre uma história que se faz contra o Estado”. (*ibidem*, p. 82) De fato, já no começo do século XX o brasileiro Manoel Bomfim (2005, p. 227) afirmava algo nesse sentido: “Abandonados pelo Estado, sofredoras e infelizes, é natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas”.

### 3. O Estado dependente latino-americano

A destruição da forma comunidade e a inserção da forma valor na América Latina foram realizadas desde fora e segundo os interesses do nascente capital europeu. Uma vez que a estrutura colonial primeiro e o capitalismo dependente depois limitaram o mercado interno na América Latina em detrimento do mercado externo, o Estado na região apresenta uma particularidade estrutural frente ao Estado dos países centrais.

Na periferia do sistema capitalista, diferentemente dos países centrais, a burguesia não assume as funções de direção e centralização da economia de forma plenamente autônoma, de modo que a direção é aqui assumida – em última instância – pelas burguesias dos países centrais das quais as burguesias da periferia são apenas um apêndice. Essa situação implica, segundo Amin (1973), a ausência da nação burguesa e o caráter não nacional da burguesia local.

Trata-se de posição compartilhada também por outros autores, como o alemão Tilman Evers (1989) e o guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011). Para Evers (1989), na periferia do sistema capitalista a função principal do Estado se inverte: de garantia da existência e da expansão do capital nacional no mercado mundial passa a ser a garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico.

Portanto, a respeito do Estado periférico, externamente não se pode falar de um controle político efetivo, o que coloca em dúvida a soberania, e internamente, ainda que se possa falar de um controle estatal efetivo, seu caráter nacional é duvidoso. (*ibidem*) O Estado na América Latina não é, desse modo, soberano frente ao exterior, e nacional frente ao interior. (Rivas, 2011)

De fato, Manoel Bomfim (2005) chega a afirmar que “em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses” (*ibidem*, p. 210), o Estado latino-americano é propriamente “um corpo alheio à nacionalidade”. (*ibidem*, p. 209)

Neste contexto cobra especial relevo a falta de identidade entre “Estado” (enquanto sistema de dominação política) e “nação” (como projeto de desenvolvimento socioeconômico integral); daí o papel nevrálgico das reivindicações nacionalistas nesses países: podem constituir-se em armas ideológicas importantes nas mãos de movimentos emancipatórios. (Evers, 1989, p. 200)

Assim, em consequência do caráter dependente das burguesias locais, na periferia do sistema capitalista o fato nacional é apenas um projeto (Rivas, 2011), cuja realização plena caberá aos trabalhadores. Esse aspecto particular da realidade latino-americana tem implicações estruturantes no âmbito do Estado.

Como afirmam Gilberto Mathias e Pierre Salama (1983, p. 32), existe uma dialética entre a constituição do Estado e da nação, uma vez que: “A constituição da nação enquanto tal – de algo que se situe além do mero agrupamento de etnias – é capaz de fornecer uma legitimação ao Estado e à sua constituição”.

Como na periferia a construção da nação não pode ser levada plenamente a cabo pela burguesia, os “mecanismos de legitimação [do Estado latino-americano] serão, ao mesmo tempo, instáveis e diferentes dos que dominam nos países centrais”. (*ibidem*, p. 30) Daí a importância do uso da força nos países dependentes para garantir

o domínio do Estado sobre a sociedade, e o caráter restringido assumido pelas democracias latino-americanas.<sup>8</sup>

Esta particularidade é a razão pela qual alguns autores chegam à conclusão de que o Estado na periferia é um Estado “forte” enquanto outros terminam por lhe qualificar como “fraco”, quando na verdade não se trata de ser um Estado mais ou menos forte que o dos países centrais, mas sim um Estado dependente, com características particulares.

O Estado dependente latino-americano precisa dar respostas à particularidade da reprodução dependente do capital na América Latina e às exigências específicas da dependência em cada padrão de reprodução do capital<sup>9</sup> vigente em determinado momento histórico, aspectos esses que não estão dispostos nos países centrais.

A esse respeito vale dizer que o caráter dependente assumido pelo Estado na América Latina não se trata de uma anomalia. De fato, assim como Marx disse certa vez que “a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (Marx, 2013, p. 829), é funcional ao capitalismo que os Estados tenham distintos graus de autonomia. Por um lado, a existência de Estados dependentes na periferia do sistema contribui na garantia da reprodução ampliada do capital dos países imperialistas, e por outro, possibilita que os Estados centrais – donos de um maior excedente econômico – assumam formas relativamente menos repressivas, acomodando em seu interior algumas reivindicações históricas da classe trabalhadora e amortecendo internamente o conflito entre capital e trabalho.

No âmbito da América Latina, a conjuntura mais recente tem apontado para a existência de um padrão de reprodução do capital que reforça ainda mais o vínculo do subcontinente com o mercado externo e o capital transnacional (Osorio, 2012), aspectos que acentuam ainda mais o caráter dependente de nossas economias e expandem as contradições sociais geradas pela superexploração da força de trabalho.

Do ponto de vista da relação entre Estado e Nação, segundo Edelberto Torres Rivas (2011, p. 130), a “transnacionalização introduz uma ‘cunha’ entre a nação e o Estado”, de modo que a “nação dependente é cada vez menos a matriz da reprodução burguesa, mas o Estado parece cada vez mais burguês, assumindo a internacionalização de funções públicas em demérito de uma nação cuja diástole resulta difícil”.

Assim, na América Latina, cada vez mais o capital expande e fortalece o Estado que avança ameaçadoramente contra a nação, essa última como expressão dos interesses gerais e superiores da sociedade. (*ibidem*, 2011) Daí a importância na atualidade da articulação entre o nacionalismo revolucionário e o socialismo na construção da luta da classe trabalhadora latino-americana.

E falar em nacionalismo revolucionário na América Latina implica necessariamente o resgate do projeto da Pátria Grande. Nas palavras de Simón Bolívar (1983, p. 89): “É a união seguramente o que nos falta para completarmos a obra de nossa regeneração”.

---

<sup>8</sup> Ver Agustín Cueva (1988) e Tilman Evers (1989).

<sup>9</sup> Sobre a categoria padrão de reprodução do capital consultar Jaime Osorio (2012).

## **Considerações finais**

A atual conjuntura política, de acentuados conflitos, voltou a colocar o debate sobre o Estado no centro das discussões. O tema que já havia sido estudado com profundidade em outros momentos-chave de nossa história, retorna ao debate com a ascensão de governos de extrema-direita, como o de Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022), Nayib Bukele em El Salvador (2019-presente), e a recente eleição de Javier Milei na Argentina (2023). Essas discussões, contudo, centradas geralmente no debate sobre categorias como “fascismo”, “autoritarismo” ou “populismo”, frequentemente ignoram as contribuições de uma série de autores do pensamento crítico latino-americano que, apesar de serem na maioria inéditos no Brasil, já são considerados verdadeiros clássicos nos países vizinhos.

De fato, a contribuição desses autores apontou há décadas que o Estado na América Latina, ainda que faça parte de uma universalidade maior, o Estado burguês, possui determinações mais concretas que condicionam sua própria particularidade. Tais determinantes são decorrentes tanto de sua formação histórica quanto da sua realidade objetiva, enquanto Estados de sociedades de capitalismo dependente.

Assim, esse artigo buscou brindar o leitor brasileiro com um resgate de autores latino-americanos e do capitalismo periférico que procuraram entender a particularidade do Estado nessas regiões. Objetivamos desse modo, contribuir na compreensão do Estado dependente na América Latina e dos desafios colocados para sua superação.

Por fim, vale dizer que ainda que em momentos históricos específicos, a depender da dinâmica da luta de classes, o Estado latino-americano possa assumir feições “desviadas”<sup>10</sup> do Estado dependente, como, por exemplo, durante o governo da Unidade Popular no Chile em 1970 ou com a Revolução Bolivariana da Venezuela em 1999, apenas com a superação do capitalismo o Estado latino-americano poderia sobrepujar seu caráter dependente. Essa lição, mais do que teórica, já nos foi dada pela história em 1959, quando Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, liderando o povo cubano, realizaram a primeira revolução socialista vitoriosa da América Latina.

---

<sup>10</sup> “Assim como o preço de mercado pode se fixar momentaneamente num ponto muito distante do valor-de-troca, do mesmo modo podemos estar diante do que poderíamos chamar de formas “desviadas” de existência do Estado capitalista”. (Mathias; Salama, 1983, p. 19)

## Referências

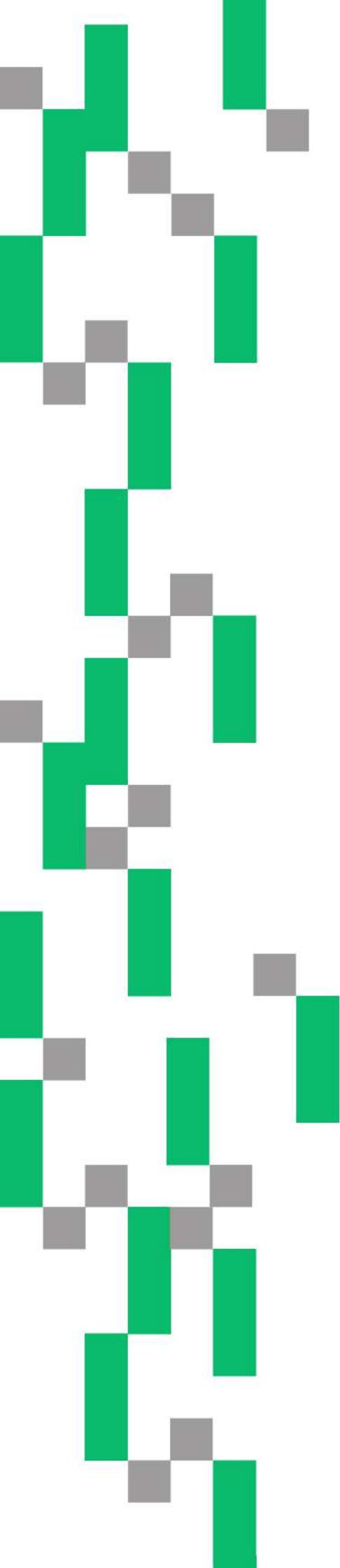
- AMIN, Samir. *Categorías y leyes fundamentales del capitalismo*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1973.
- BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raza, clase, nación*. Madrid: Iepala, 1991.
- BAMBIRRA, Vânia Bambirra. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOLÍVAR, Simón. “Carta de Jamaica”. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; MARTINEZ, Anna Maria (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 74-90.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CÉSPEDES, Augusto. *Metal del diablo*. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1998.
- CUEVA, Agustín. *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1988.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- DA SILVA, Maicon Cláudio. *O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215056/PGSS0240-D.pdf>. Acesso em: 13/11/2023.
- EVERS, Tilman. *El Estado en la periferia capitalista*. Cidade do México: Siglo XXI, 1989.
- FRANK, André Gunder. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. Cidade do México: Era, 1973.
- FRANK, André Gunder. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*. Cidade do México: Era, 1978.
- KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LINERA, Álvaro García. *Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro Marini. “Dialética da dependência”. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- MARINI, Ruy Mauro. “O ciclo do capital na economia dependente”. In: FERREIRA, Carla Ferreira; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 21-35.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012b.
- MARX, Carlos. “La forma del valor”. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Escritos económicos varios*. Cidade do México: Grijalbo, 1966, p. 191-209.
- MARX, Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MATHIAS, Gilberto Mathias; SALAMA, Pierre. *O Estado superdesenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MERCADO, René Zavaleta. *El Estado en América Latina*. Cochabamba: Los amigos del libro, 1990.
- MERCADO, René Zavaleta. *El poder dual: problemas de la Teoría del Estado en América Latina*. Cochabamba: Los amigos del libro, 1987.
- MORAGA, Enrique Gomariz. *O Estado nas sociedades dependentes: o caso da América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Política britânica no Rio da Prata*. Florianópolis: Insular, 2014.
- OSORIO, Jaime. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In: FERREIRA, Carla Ferreira; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.
- PEÑA, Milcíades. *Historia del Pueblo Argentino*. Buenos Aires: Ediciones Montevideo, 2013.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *História da nação Latino-americana*. Florianópolis: Insular, 2012.
- RIVAS, Edelberto Torres. “La nación: problemas teóricos e históricos”. In: LECHNER, Norbert. *Estado y política en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 2011, p. 87-132.
- SILVA, Ludovico Silva. *Teoría y práctica de la ideología*. Cidade do México: Nuestro tiempo, 1971.
- SPILIMBERGO, Jorge Enea Spilimbergo. *A questão nacional em Marx*. Florianópolis: Insular, 2002.

Recebido em 20 de novembro de 2023

Aprovado em 19 de março de 2024

# NOTAS CRÍTICAS



## Resenha

Bäumler, Alfred. *Männerbund und Wissenschaft*. Berlim: Junker und Dünnhaupt, 1934.

### A filosofia do militarismo fascista<sup>1</sup>

György Lukács\*

Alfred Bäumler é o filósofo acadêmico oficial do Terceiro Reich. Prontamente, após a tomada de poder de Hitler, ele foi nomeado professor de filosofia e pedagogia política da Universidade de Berlim. Sobretudo, ele conduziu as mais importantes polêmicas contra os desvios da linha oficial do nacional-socialismo nos órgãos oficiais do nacional-socialismo, por exemplo, contra as teorias cesaristas “antissocialistas” de Spengler.<sup>2</sup> Seu novo livro (*Männerbund und Wissenschaft* [Associação masculina e ciência], Berlim, *Junker und Dünnhaupt*, 1934) é uma coletânea de ensaios e discursos nos quais ele sustenta de maneira geral, imediatamente antes e depois da tomada de poder por Hitler, as questões relativas à visão de mundo do fascismo e particularmente sua aplicação no “fortalecimento militar do povo”.

Esses ensaios e discursos não são de modo algum interessantes em virtude de seu conteúdo filosófico. Da perspectiva filosófica não contém, como veremos, nada de novo em relação à filosofia da vida [*Lebensphilosophie*] reacionária do período do pós-guerra. Contudo, temos que nos ocupar desta filosofia porque nela é trazida à luz de maneira crassa as contradições entre a demagogia fascista e a realidade, porque nela se apresenta com plena clareza a vacuidade da pretensão de Hitler-Rosenberg de que o nacional-socialismo seja uma nova visão de mundo.

No domínio filosófico a suposta [*sogenannte*] crítica ao idealismo é uma das linhas mais características da demagogia fascista. Nela os nacionais-socialistas, tanto teórica quanto praticamente, exaltam e conduzem ao extremo todas as tendências reacionárias que o capitalismo monopolista em decomposição engendrou, ao mesmo tempo em que pretendem introduzir [*einzuführen*] uma nova era do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Tradução de Francisco Malê V. Cannalunga (Mestrando em filosofia pela PUC-SP). *Die Philosophie des faschistischen Militarismus*, no original em alemão, é uma resenha escrita por Lukács entre os anos 1934 e 1939 (antes da Segunda Guerra Mundial, o manuscrito original não se encontra datado pelo autor), inédita em qualquer idioma até o momento. O manuscrito original datilografado pode ser consultado online: <<http://real-ms.mtak.hu/21587/>>. Todas as notas e referências são do tradutor.

\* György Lukács (1885-1971) foi um filósofo, sociólogo e crítico literário húngaro, amplamente reconhecido como um dos mais influentes marxistas do século XX.

<sup>2</sup> Oswald Spengler (1880-1936), célebre historiador e filósofo alemão, especialmente durante os anos 1920 após a publicação de sua obra *O declínio do ocidente* [*Der Untergang des Abendlandes*] (1918). Representante tardio do chamado “historicismo” alemão e da “filosofia da vida” [*lebensphilosophie*] foi abordado criticamente por Lukács em sua obra *A destruição da razão*.

que não teria qualquer relação com o desenvolvimento pretérito do capitalismo, que se elevaria por cima da “falsa oposição” do século XIX – a oposição entre o capitalismo e o socialismo marxista – criando algo novo, uma terceira via. No campo da propaganda política essa luta é conduzida como uma luta contra as tendências “idênticas” do liberalismo e do marxismo. Filosoficamente ela aparece como luta contra o idealismo, que os fascistas concebem como a filosofia da era liberal. Bäumler diz em seu discurso inaugural na universidade de Berlim: “a crítica sistemática à tradição idealista é parte do nosso futuro trabalho”. Ele fala inclusive, de maneira muito aberta e áspera, como outros teóricos fascistas, da ruptura ideológica levada a cabo [*vollzieht*] pelo nacional-socialismo com o período clássico da filosofia alemã e fornece uma clara fundamentação política para essa ruptura: “o nacional-socialismo não pode se fundamentar espiritualmente com os conceitos de Fichte [...] A verdadeira perdição [*Verhängnis*] do século XIX foi o da não-coincidência entre a filosofia humanista e a silenciosa filosofia dos soldados do Estado-maior prussiano”. Ele exige [*verlangt*] uma universidade ativista, politizada e fornece também a essa politização uma clara determinação: “Mas uma escola superior, que mesmo no ano da revolução apenas fala da liderança do espírito e das ideias, não da liderança de Adolf Hitler e Horst Wessel,<sup>3</sup> é apolítica [...] O princípio do líder [*Führerprinzip*] e o símbolo do nacional-socialismo renomearam [*neugeprägt*] o conceito de ideia”.

Bäumler nem sempre adotou essa perspectiva. Em seu livro, aparecido há 10 anos acerca da *Crítica da faculdade de julgar* de Kant, ele ainda lutava pelas tradições do período clássico, porque naquele tempo ainda via nelas o único bastião ideológico contra o comunismo. A juventude, escrevia ele então, “busca seu líder mais na Rússia do que em Königsberg ou Weimar [...] Nesta circunstância apenas resta para nós a alternativa de *readquirir* ou possivelmente perder para sempre o conteúdo da humanidade que se encerra decididamente em todo o legado da formação alemã”. Como vimos, Bäumler se encontrava à época no ponto de vista liberal da defesa hipócrita da “cultura humanística” em oposição ao avanço da “barbárie bolchevista”. Seu desenvolvimento filosófico até sua posição atual, da suplantação de Fichte e Hegel pelo canalha Horst Wessel, sua liquidação da hipócrita “humanidade” liberal em prol de uma aberta *filosofia da barbárie*, é o desenvolvimento típico de uma grande parte da intelectualidade [*Intelligenz*] alemã; é a reação da burguesia alemã à agudização da luta de classes no período pós-guerra, à ameaça posta pelo amadurecimento da revolução proletária contra a exploração.

A liquidação da ideologia do “humanismo” se dá em Bäumler segundo o esquema geral da propaganda fascista: ele procura difamar todo o período liberal do desenvolvimento alemão; o qual representa como um período da burguesia afluyente, como um período da “urbanidade” e “segurança”. Tal “urbanidade” e “segurança” são filosoficamente contrapostas ao “realismo heroico” baseado em Nietzsche.<sup>4</sup> A antiga

<sup>3</sup> Horst Wessel (1907-1930), membro da *Sturmabteilung* (“SA”), tornou-se mártir entre os nazistas após seu assassinato em 1930 por membros do partido comunista alemão (KPD).

<sup>4</sup> O conceito de “segurança” [*Sekuritat*], designado para representar o modo de vida da burguesia liberal ocidental, avesso a qualquer tipo de insegurança ou imprevisibilidade, era extremamente corrente entre diversos representantes da intelectualidade burguesa alemã tanto no período anterior à 1914 quanto imediatamente após a Primeira Guerra. A tal concepção eram contrapostas filosofias que valorizavam a proximidade com a morte e a angústia daí decorrente, enquanto fonte da possibilidade de abertura para uma realidade mais autêntica e essencial (a

Alemanha teve um período heroico até aproximadamente o século XIII, quando a cultura urbana suplantou o heroísmo, quando o estilo gótico foi suplantado pelo estilo romano. Até a cidade alemã era inicialmente heroica (Hansa), mas esse heroísmo era “forçado a vestir um falso traje”. O segundo período heroico do desenvolvimento alemão segundo Bäumler – muito caracteristicamente – é dos Lansquenetes<sup>5</sup> [*Landsknechtheere*] do século XVI. Pela terceira e mais recente vez esse heroísmo irrompeu nos exércitos da guerra mundial. Esse era o heroísmo imaculado [*urwürschsige*] do povo alemão. “Um poder mais antigo que este século se expressou através do povo. A irmandade [*Männerbund*] se restabeleceu com uma força violenta”. A ambígua posição do fascismo com relação ao passado alemão dos Hohenzollern vem bruscamente à tona em Bäumler. Nós já vimos que ele opôs o idealismo clássico à “filosofia silenciosa” do Estado-Maior prussiano. Por outro lado, o nacional-socialismo, em função de sua demagogia, não pode simplesmente se identificar com o regime dos Hohenzollern, tampouco com Bismarck. Bäumler resolve essa ambiguidade de maneira muito característica, acusando o antigo militarismo de fazer concessões à “humanidade” e ao liberalismo, o que ele atribui a erros positivistas. O antigo exército era de fato uma irmandade – segundo Bäumler e Rosenberg, a protoforma do Estado heroico –, mas, resultante das concessões ao *zeitgeist* urbano, apenas o era externamente, não como uma “forma de vida” [*Lebensform*]. Bäumler diz, em síntese: “o militarismo é o heroísmo com má consciência [*Gewissen*]”.

Desse modo, para Bäumler a história alemã possui três grandes épocas: a época pré-romana, que dura até o século XIII; seguida pela época romana da “urbanidade” e “segurança” que dura até a guerra mundial; “com a guerra mundial inicia-se a época pós-romana”. Este é igualmente o fim da época burguesa do desenvolvimento alemão. A conclusão da guerra mundial põe os alemães frente à escolha: “integração à vitoriosa Europa burguesa ou retirada do sistema vital [*Lebenssystem*] burguês”. O último é a missão da “revolução nacional-socialista”.

Assim, Bäumler considera sua principal tarefa fundamentar cientificamente a “nova visão de mundo” [*neue Weltanschauung*] correspondente a essa “revolução”, que é ininterruptamente externada por Hitler, Rosenberg e Goebbels. Seu novo livro contém um ensaio extraordinariamente interessante dedicado a essa tarefa (“A situação histórico-espiritual no espelho da matemática e da física”). Esse ensaio é tão interessante porque nele é patentemente evidente que todos os argumentos gnosiológicos em prol da “nova visão de mundo” são tomados do arsenal do neomachismo [*Neomachismus*].<sup>6</sup> Seguindo o modelo de Spengler – a quem combate politicamente –, Bäumler procura utilizar os ataques dos neomachistas contra a

---

realidade da *Volksgemeinschaft*, da comunidade racial-popular) do que aquela da “segurança” burguesa, caracterizada pelo individualismo e atomismo. Esse conjunto de preceitos passou a ser reunido sob o termo de *Kriegsideologie* (ideologia da guerra), cuja formulação mais célebre vincula-se à obra de Ernst Jünger, mas também encontra profundos ecos em *Ser e tempo* de Martin Heidegger (sobretudo em seu conceito de “historicidade”) e serviu de plataforma para grande parte da demagogia nacional socialista. Sobre isso cf. a obra de Domenico Losurdo (1991), *La Comunità, la morte, l'Occidente. Heidegger e l'“ideologia della guerra”*.

<sup>5</sup> Soldados mercenários de infantaria a serviço do Sacro Império Romano-Germânico durante os séculos XIV e XVII.

<sup>6</sup> Referente às tendências filosóficas que tomam como ponto de partida a filosofia ultraempirista e sensualista de Ernst Mach (1838-1913).

causalidade e a tendência machista rumo a uma física “indeterminista” sob o fundamento da concepção anticausal da legalidade estatística, para a consolidação de um mito fascista. Ainda assim ele não produz nada de original. Ele simplesmente mitologiza a concepção Schrödingueana da mecânica quântica,<sup>7</sup> através da qual ele censura Planck<sup>8</sup> – que se aferra à causalidade – porque ele “represou as consequências filosóficas de sua própria descoberta” para si mesmo. O único elemento novo e original nas observações de Bäumlér é o fato dele procurar com este expediente descreditar com autêntica demagogia fascista a categoria de causalidade, na qual entrevê a expressão filosófica da “segurança” [*Sekurität*] da ordem social liberal. A causalidade é, segundo Bäumlér, “a segurança absoluta. Não oferece nenhuma imprevisibilidade, nenhum fundamento para qualquer medo”. Assim, segundo Bäumlér, a causalidade também é uma mitologia, mas uma mitologia inferior, uma mitologia “não-heroica”. “Essa imagem de mundo era antes chamada de profana, agora nós reconhecemos com olhos aguçados que ela também tem seu Deus: a lei causal, que o átomo serve com rigorosa determinação”.

À filosofia liberal da “segurança” Bäumlér contrapõe a filosofia do “realismo heroico”, uma filosofia da realidade [*Wirklichkeitphilosophie*]. Vejamos mais de perto o que ele compreende por realidade: “somente realidades podem nos salvar, precisamos de realidades, apenas realidades são as infalíveis [*unverrückbare*] estrelas guias de nossas ações. Não preciso tratar do conceito teórico-gnosiológico que utilizo aqui como base. Serei entendido por vós quando digo: uma realidade no sentido que quero exprimir aqui é a grande guerra. *Sobre essa realidade nós não temos opiniões a dar* (meus grifos, G. L.), frente a uma tal realidade nós, antes de mais nada, nos *silenciamos*”. Aqui aparece de modo crasso a bancarrota da filosofia fascista. Assim que Bäumlér cessa de tomar emprestados os argumentos do extremo subjetivismo idealista dos neomachistas, assim que ele se compromete a anunciar seu próprio conceito de realidade, toda a argumentação se encerra, assim como em Hitler, Rosenberg e Goebbels: só há precisamente uma realidade, a do Terceiro Reich, e aqui importa calar e obedecer. A luta contra os vestígios – de todo modo profundamente degenerados – do idealismo clássico aparece aqui como a luta contra a concepção de Kant-Fichte do “homem autônomo”;<sup>9</sup> é a

<sup>7</sup> Lukács aqui faz referência aos elementos da mecânica ondulatória desenvolvida por Erwin Schrödinger (1887-1961), apropriados por diversos representantes da física teórica, sobretudo da chamada “Escola de Copenhague”, para fundamentar uma concepção radicalmente subjetivista e anticausal da mecânica quântica, a despeito dos protestos do próprio Schrödinger, ventilados especialmente no célebre artigo *Die gegenwärtige Situation in der Quantenmechanik*, de 1935. Para uma visão ampla da maneira como, sob o influxo do irracionalismo filosófico da *Lebensphilosophie*, o conceito de causalidade foi progressivamente abandonado pelos cientistas e teóricos alemães, cf. o clássico artigo de Paul Forman (1971), “Weimar culture, causality, and quantum theory, 1918-1927” publicado na *Historical Studies in the Physical Sciences* (no artigo, Forman faz explícita referência à obra *A destruição da razão* de Lukács para embasar algumas de suas teses).

<sup>8</sup> Max Planck (1858-1947) é considerado por muitos como o pai da mecânica quântica. Planck defendeu ao longo de sua vida uma concepção estritamente causal e objetivista da mecânica quântica, em oposição às tendências dominantes em seu tempo. Lukács faz ampla referência aos escritos teóricos de Planck no primeiro volume de sua póstuma *Ontologia do ser social*, contrapondo as concepções de Planck às interpretações neopositivistas da mecânica quântica.

<sup>9</sup> Referente à concepção acerca da autonomia da vontade moral e sua capacidade de autolegislação [*Selbstgesetzgebung*] independente das leis da natureza e da heteronomia

expressão filosófica da liquidação fascista da democracia burguesa, que há muito apodreceu e tornou-se hipócrita.

Contudo, as contradições do regime fascista não permitem a Bäumler executar sua teoria acerca da “quietude [*Stillstehen*] frente à realidade”. Essa “quietude”, essa ausência de opinião é a práxis do nacional-socialismo, levada a cabo com a força do aço, com tortura e campos de concentração, com a liquidação das forças rebeldes da SA no momento em que elas começaram a formar uma opinião própria sobre a realidade. Mas, ao mesmo tempo, em sua teoria e propaganda, o nacional-socialismo sustenta a ficção demagógica de uma “democracia germânica”. Essa contradição do regime nacional-socialista se reflete na teoria do militarismo fascista de Bäumler, sua teoria do “soldado político”. O soldado político, o SA [*Sturmabteilung*] enquanto o “povo mobilizado politicamente” deve ser o novo no pensamento militar fascista, a soldadesca [*Soldatentum*] como forma de vida [*Lebensform*]. “Por soldado político entendemos o soldado que não apenas obedece, mas que também sabe a *quem* obedece; que não apenas luta, mas que também sabe *pelo que* luta [...] a palavra terra pátria [*Vaterland*], quando eu não indico quem ou o que é a terra pátria, ainda não tem qualquer caráter pictórico... Não se crê que, por exemplo, a questão a favor ou contra o socialismo pode ser mantida longe das tropas a longo prazo”. Isso tudo soa muito radical, completamente de acordo com o sentido da propaganda Gobbelziana, particularmente após a tomada de poder [*Machtergreifung*]. Contudo, naturalmente Bäumler não pode deixar de imediatamente introduzir a correspondente limitação que anula inteiramente toda sua formulação. Ele distingue muito nitidamente, no sentido de sua teoria da realidade [*Wirklichkeitstheorie*] – que, como sabemos, “epistemologicamente” [*erkenntnistheoretisch*] exclui a formação de opinião dos indivíduos –, o soldado político do soldado raciocinante [*räsonnierenden*], politizante [*politisierenden*]. “O soldado politizante é o homem singular que forma sua opinião [...] o soldado politizante significa o fim, a dissolução do exército. Por ‘soldado político’, no entanto, entendemos não o homem singular com sua própria opinião, mas sim um *tipo*: a figura histórica dos soldados de hoje”. Assim, o soldado político é apenas aquele que cumpre estritamente a determinação “epistemológica” Bäumleriana da “quietude” frente à realidade do Terceiro Reich e que não forma qualquer opinião própria – de maneira liberal ou marxista, como fazem cada vez mais homens da SA. Deste modo, Bäumler se mantém plenamente no solo da tradição prussiana. Os antigos *junkers* prussianos assim diziam sob os Hohenzollern: “e o rei é absoluto – se ele fizer a nossa vontade”. O mesmo dizem Hitler e Bäumler de seus “companheiros de povo” [*Volksgenossen*]: eles podem ter uma “democracia germânica” se eles obedecerem cegamente em todas as coisas o Führer, isto é, os barões do capitalismo monopolista; eles podem ter um “socialismo alemão” se eles não opuserem qualquer resistência à constantemente crescente exploração sob o capitalismo monopolista! A demagogia nacional e social do fascismo alemão tende apenas a aumentar após a tomada de poder. É, assim, um dos principais objetivos do nacional socialismo a *mobilização das massas trabalhadoras alemãs para a febril preparação da nova guerra imperialista*. Contudo, com a tomada de poder, emergem diariamente de

---

resultante de seu encadeamento mecânico-causal. Tanto para Kant quanto para Fichte, a verdadeira perspectiva moral é aquela que não se baseia em qualquer impulso ou necessidade advinda do mundo fenomênico da natureza, mas tão somente da legislação moral situada em um plano puramente racional, distinto do curso determinista e necessário das leis da natureza.

maneira mais forte as contradições entre as promessas demagógicas e a realidade social. Para o filósofo do sistema hitleriano, Bäumler, não resta nada senão procurar superar essas contradições irrevogáveis [*unaufhebbaren*] através de um *salto mortale místico*. O papel é paciente e o que há de mais contraditório pode tranquilamente coexistir nele. Mas na realidade a coisa é completamente diferente. O livro de Bäumler é, portanto, um interessante sintoma de que o fascismo tem uma compreensão mais ou menos clara de que para a mobilização do povo trabalhador rumo a uma nova guerra imperialista são necessários novos métodos, distintos daqueles aplicados pelo regime Hohenzollern, e de que ele procura desesperadamente descobrir tal novo método da demagogia. O livro de Bäumler, que denota o mais alto nível espiritual da Alemanha fascista, aponta o quão incapaz o nacional-socialismo é em dominar intelectualmente as contradições sociais que o fundamentam.

### Referências

- LOSURDO, Domenico. *La comunità, la morte, l'Occidente*. Heidegger e l'“ideologia della guerra”. Torino: Bollati Boringhieri, 1991.
- FORMAN, Paul. “Weimar culture, causality, and quantum theory, 1918-1927”. *Historical Studies in the Physical Sciences*, Princeton, v. 3, 1971, p. 1-115.

Recebido em 04 de abril de 2023

Aprovado em 08 de abril de 2024

## Resenha

Espinoza Hernández, Raymundo. *La maquinización del Derecho*. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecnológico. México: Itaca, 2021.  
ISBN 9786078651771

## Relevância histórica da maquinização do Direito para a crítica jurídica

**Carlos Jesús Magaña Iñiguez\***

La relevancia y sentido histórico del proceso de la maquinización del derecho no se entiende sin antes fijar posturas sobre la modernidad capitalista. Asimismo, para mirar nuestros tiempos desde una perspectiva de totalidad es necesario recurrir al método de la crítica de la economía política, la concepción materialista de la historia y la dialéctica. De lo contrario, pensar la maquinización del derecho consistiría en una posición teórica más sobre el derecho dentro del pensamiento jurídico convencional que coloca representaciones fijas en una relación causal con las condiciones también aparentemente fijas del derecho moderno. (Espinoza Hernández, 2021) Es en el sufijo “ión” donde se encuentra gran parte de la importancia que contiene la reflexión de la obra *La maquinización del derecho. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecnológico* de Raymundo Espinoza Hernández, pues, como bien afirma, nos encontramos en un momento de transformación del devenir informático y tecno-científico impulsado por el desarrollo del mercado mundial capitalista que conjuntamente reconfigura internamente el derecho y facilita la transición a un orden jurídico maquinizado dentro de una sociedad tecnificada.

El derecho moderno es un orden coactivo de la conducta subsumido bajo el capital, producto de un sistema que se afirma a través del desgaste mortuorio de quienes vivimos inmersos en su lógica y cuya experimentación cotidiana lo han naturalizado en diferentes formas ilusorias de la modernidad. Así, el derecho moderno y el discurso que se configura en su apología son procesos de racionalización instrumentalizada del capitalismo en donde su recreación ocurre día tras día y cada paso técnico es cooptado en una lógica de una deshumanización continua. Procesos que se enriquecen cuando se limita el entendimiento del derecho como técnica y procedimiento formal, a la par que el discurso que los juristas construyen sobre el orden jurídico oculta su historicidad y contenido de clase, replicando y recubriéndolo con una ideología que legitima su configuración positiva.

Los argumentos contenidos en el presente libro son consecuencia de un sólido trabajo de deslindes, depuraciones metodológicas y conceptuales, a la vez que manti-

---

\* Estudiante de Licenciatura nas carreiras de Direito e Filosofia na UNAM (México).

ene la identidad filosófica de la crítica jurídica, reivindicándola de cuantiosas desventajas ideológicas que demeritan el marco más amplio del pensamiento crítico y su reflexión sobre el derecho. De ahí que la construcción del libro sea un movimiento dialéctico en tres momentos para afirmar la crítica jurídica: 1) el necesario ajuste de cuentas con las limitaciones de la actual “crítica jurídica” que no logra desplegarse plenamente; 2) la negación de dichos horizontes, lo que permite a la crítica jurídica afirmarse como lo que verdaderamente es, separándose de estas limitaciones y solidificando a la crítica jurídica como una crítica marxista del derecho; 3) el despliegue en su plenitud con la potencia del marxismo ortodoxo, reconociendo su conexión y relación con la totalidad capitalista, en particular con el proceso de racionalización tecno-informática del derecho burgués. Se abren, tras esta obra, nuevos horizontes para la crítica jurídica y para pensar el proceso de la maquinización del derecho.

Vinculando su reflexión con lo concreto, los argumentos del libro se enfrentan al pensamiento abstracto y atomizado de las reflexiones tradicionales en torno a lo jurídico, reconociendo las contradicciones internas del derecho y sus interrelaciones con el proceso de dominación capitalista en su justa dimensión histórica, para así plantear una crítica a la maquinización del derecho acompañada de una praxis transformadora que se enmarca en el horizonte de la revolución comunista. El lector podrá ver en cada uno de los capítulos de este libro que se reconocen las diversas aportaciones y los puntos sólidos de una exhaustiva búsqueda bibliográfica, pero removiendo puntual o totalmente aquellas posturas que no se sostienen desde el marxismo ortodoxo.

En oposición directa a la irreflexiva fantasía que celebra la configuración que ha adoptado el derecho moderno y su devenir tecno-informático, este libro también constituye una reflexión crítica sobre el proceso al que está sometida la comunidad de juristas, formada en su mayoría por proletarios con más o menos conciencia de clase. Las repercusiones del entendimiento de la estructura del derecho moderno influyeron en la forma de comprender el fenómeno jurídico, desde filósofos como Leibniz hasta las tradiciones del pensamiento jurídico, como la jurisprudencia analítica y ciertos positivistas. Cegados epistemológica o ideológicamente los juristas no ven, sin la claridad que ofrece este libro, que su adoración del tecno-derecho se la deben a un *Moloch* que reclama “el mundo entero como víctima sacrificada en sus altares, pero que, impulsado por una misteriosa fatalidad, no logra nunca satisfacer, sino que ve siempre contrarrestadas sus justas aspiraciones, nacidas de su propia naturaleza”. (Marx, 1980, p. 406)

A partir de lo previamente expuesto, *La maquinización del derecho* presenta de manera original la problemática de un escenario donde las mediaciones jurídico-institucionales “aparecen como piezas del gran autómatas en que consiste el mercado mundial: máquinas interconectadas que ahora pueden automatizarse y regirse por las determinaciones de la conciencia artificial del capital”. (Espinoza Hernández, 2021, p. 249) No para su contemplación, sino para contribuir activamente en los procesos de transformación de raíz al presentar, y adherir, la comprensión científica de su origen, su desarrollo y su porvenir. La exposición del libro nos recuerda incesantemente que “Los filósofos se han limitado a interpretar el mundo de distintos modos; de lo que se trata es de transformarlo”. (Marx, 1970b, p. 668)

Tanto el academicismo como el activismo ingenuo desconocen y en ocasiones manipulan el discurso crítico de Marx, demeritando su relevancia con etiquetas y poses que suelen dificultar la comprensión cabal de su obra y de la necesidad de “actuar sobre

el presente, a través de la crítica radical de todo lo existente, radical en el sentido de que la crítica no se asusta ni frente a los resultados logrados ni frente al conflicto con las fuerzas existentes”. (Marx, 1970a, p. 67) Las deducciones obtenidas en el libro y las referencias que constituyen su aparato crítico son un ejemplo de cómo la crítica permite obtener resultados sin retrotraerse ante el conflicto con las fuerzas existentes o de manipular el método marxista cuando el conjunto de posiciones en torno a la realidad del fetichismo jurídico-tecnológico se está configurando, de diferentes maneras, en la realidad que ya experimentan día tras día los investigadores, profesores, legisladores, jueces, burócratas, abogados digitales o tradicionales. Por ello, la sugerencia de que ante una situación así “se debería responder atendiendo con gran recelo los requerimientos que impone la objetividad de lo realmente existente”. (Espinoza Hernández, 2021, p. 249)

Las dificultades que atañan el entendimiento de la crítica jurídica resultan notorias cuando se pretende agotar su contenido con categorías miopes de la teoría jurídica convencional u cualquier otra posición dogmática en turno<sup>1</sup> que imposibilitan la comprensión cabal de la crítica jurídica. El libro en comento es continuación directa del diálogo crítico con la obra de Óscar Correas, proyecto previamente mapeado, reconstruido y expuesto en el libro *Crítica marxista del derecho. Materiales para una introducción*, en donde se presenta a la crítica jurídica como:

La crítica jurídica no es una teoría positiva del orden normativo estatal, sino una crítica de la teoría burguesa del Derecho y sus variantes. No se trata de un discurso positivo sobre un objeto de estudio neutral, es un cuestionamiento del orden jurídico burgués. Tampoco es un movimiento social. La crítica jurídica supone un trabajo reflexivo que reconstruye sin dogmatismos la normatividad capitalista y, entonces sí, se constituye en valor de uso para la transformación de la sociedad. En todo caso, es un quehacer teórico que pretende dar cuenta de la realidad del mundo del capital y sus contradicciones a partir del horizonte histórico-filosófico específico del proletariado y la revolución comunista desmantelando la ideología que encubre la naturaleza clasista del Derecho moderno y volviendo inteligibles sus límites y condiciones de posibilidad. (Espinoza Hernández, 2018, p. 29)

Concluyendo en la definición de la maquinización del derecho, siendo sus características principales: 1) un derecho sin teoría; 2) un derecho sin abogados y; 3) un derecho sin principios. Así, se reflejan los principales elementos de la realidad a la que el devenir histórico del derecho nos arroja de frente ante un *Leviatán tecno-informático* que compromete y refleja la existencia de la humanidad en condiciones históricamente determinadas, pero que, por sus diversos instrumentos de dominación, se hace parecer invencible, positivo y deseable.

La recopilación de elementos para la crítica de la maquinización del derecho que se estructura en el libro aporta los elementos necesarios para que la comunidad de

---

<sup>1</sup> Véase, por ejemplo, Vázquez Arellano (2021). En donde podemos encontrar conclusiones como la siguiente: “la postura de Espinoza se puede describir como un tipo de no-positivismo excluyente, en el cual se establece una relación muy fuerte entre el derecho y la ética, una en donde la validez jurídica se reduce a la validez ética, y como tal hereda los problemas conceptuales que se asocian con este tipo de teorías reduccionistas. Esto resulta importante pues ilustra el hecho de que el autor no logra mostrar cuál es la diferencia específica de la crítica jurídica marxista con respecto de este tipo de teorías reduccionistas”. (Vázquez Arellano, 2021)

juristas se pueda sumar a realizar una crítica del fetichismo jurídico tecno-informático y todas las consecuencias que esto acarrea. El libro *La maquinización del derecho. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecno-informático* es una obra valiosa para contribuir en la cosmovisión revolucionaria para la superación del capitalismo, por lo que a su vez resulta una obra indispensable para quienes nos encontramos en condiciones de actuar dentro de la comunidad de juristas y de orientar la discusión en la praxis política acerca del derecho y su devenir.

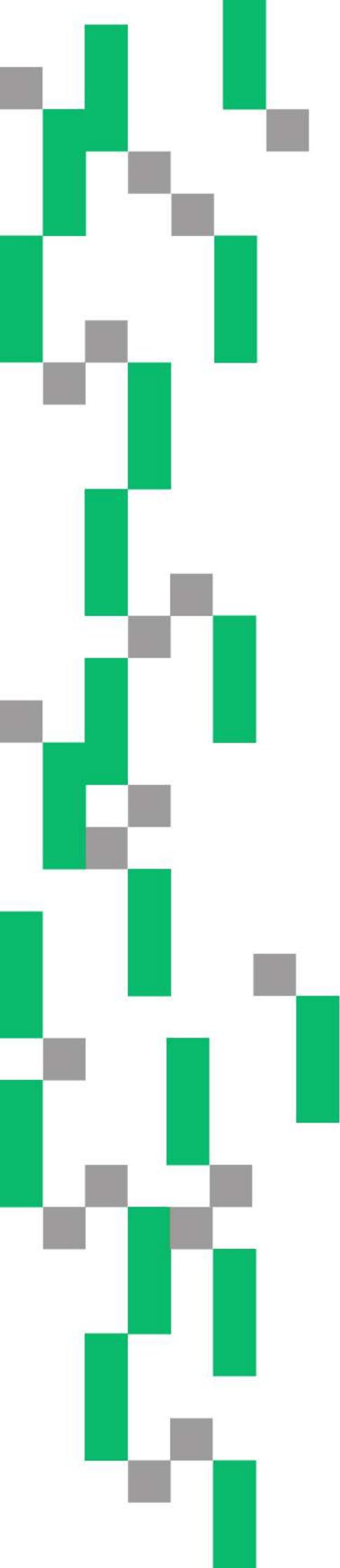
### Referências

- ESPINOZA HERNÁNDEZ, Raymundo. *Crítica marxista del derecho: materiales para una introducción*. Ciudad de México, México: Itaca, 2018.
- ESPINOZA HERNÁNDEZ, R. *La maquinización del derecho*. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecno-informático. Ciudad de México, México: Itaca, 2021.
- MARX, Karl. “M. a R. Kreuznach, septiembre, 1843”. In: MARX, K. y RUGE, A. *Los anales franco-alemanes*. Barcelona, España: Ediciones Martínez Roca, 1970a, p. 65-69.
- MARX, Karl. “Tesis sobre Feuerbach”. In: MARX, K. y ENGELS, F. *La ideología alemana*. Montevideo, Uruguay: Ediciones Pueblos Unidos, 1970b, p. 665-668.
- MARX, Karl. *Teorías del plusvalor*. T. III. Distrito Federal, México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- VÁZQUEZ ARELLANO, José Alberto . “Recensión del libro: crítica marxista del derecho. Materiales para una introducción”. *Derecho y Ciencias Sociales*, Argentina, n. 25, 2021, p. 152-157.

Recebido em 03 de janeiro de 2024

Aprovado em 28 de março de 2024

# LUTA e MEMÓRIA



# La escuela zapatista, dez anos depois

Ana Lilia Félix Pichardo\*

Neste janeiro se completaram 30 anos do levante armado zapatista. A partir de 1º de janeiro de 1994, o EZLN<sup>1</sup> ficaria mundialmente conhecido como o exército indígena camponês que desafiou o governo mexicano no marco do NAFTA<sup>2</sup>, o acordo comercial entre os EEUU (Estados Unidos da América), Canadá e México, que dava fim aos últimos resquícios da reforma agrária revolucionária e acrescentava as políticas neoliberais no país. Nesse caminho de 30 anos de vida pública, o projeto zapatista tem se transformado, começando com uma declaração de guerra contra o governo, passando pela tentativa de diálogo com o Estado e os atores políticos do México, até chegar a construir uma autonomia política e econômica nos territórios de sua influência no estado de Chiapas, no sudeste mexicano.

Depois da traição da classe política, de não tornar lei o projeto emanado dos diálogos de *San Andrés Sakamch'en de los Pobres*, no qual foi reconhecida a liberdade dos povos de se autogovernar e mandar nos seus territórios, o EZLN decidiu desenvolver uma autonomia baseada no princípio e no direito à autodeterminação, independentemente do governo não o reconhecer. Assim, o zapatismo cumpriu por conta própria as treze demandas que foram sua motivação de luta para o levante armado: terra, trabalho, saúde, educação, moradia, alimentação, independência, democracia, liberdade, informação, cultura, justiça e paz.

A interlocução com o governo e com a classe política *partidista* foi encerrada pelo porta-voz do zapatismo, o Subcomandante Marcos, quem acentuou que a comunicação do EZLN seria com a sociedade civil organizada, com as organizações e coletivos de luta, e com as pessoas interessadas em participar e serem solidárias. Junto a esses atores anônimos da sociedade civil mexicana e internacional, o zapatismo tem tentado desde 1994 multiplicar as vias de contato e troca de reflexões, assim como as parcerias de apoio às comunidades e mostras de solidariedade mútuas. Eventos no território e fora dele têm sido cenário para o encontro entre zapatistas e seus apoiadores, como festivais, colóquios, fóruns, seminários, assim como encontros de mulheres, ciência, cinema e artes.

Com o passar dos anos e dos passos políticos do EZNL, a sociedade civil como destinatária das iniciativas do zapatismo desapareceu ou se transformou, chegando a se constituir num interlocutor delineado como *La sexta*. Pessoas, organizações e coletivos que aderiram ao pronunciamento de corte anticapitalista, realizado em 2005, *A Sexta Declaração da Selva Lacandona*, seriam desde então os interlocutores principais do zapatismo. O foco deste trabalho é a iniciativa que foi conhecida como *La escuela zapatista*, realizada há onze anos no território zapatista, cujos principais destinatários foram os membros de *La Sexta*. Como tal, este texto pretende ser uma resenha crítica

---

\* Doutoranda UFSC. E-mail: ana\_lilia199@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3051-0506>.

<sup>1</sup> Exército Zapatista de Libertação Nacional

<sup>2</sup> Por suas iniciais em inglês: *North American Free Trade Agreement*.

do que significou fazer parte de *La Escuelita*, tentando construir uma voz coletiva a partir das vozes de outros companheiros e companheiras, que acudiram também como parte da Sexta nacional e internacional.

Como parte das obrigatórias reflexões coletivas do que temos aprendido do zapatismo nesses 30 anos de caminhar coletivo, lembrar o que significou *La Escuelita* é imprescindível para refletir sobre a ética política zapatista e suas práticas anticapitalistas. O tom da presente resenha é resultado também de uma aprendizagem sob a forma poética comunicativa do EZLN, que mistura sentimentos, reflexões, vozes coletivas, memórias e pensamentos teóricos. Algumas das vozes aqui analisadas fazem parte de um projeto de pesquisa que incluiu entrevistas com membros da Sexta, participantes da iniciativa de *La Escuelita*. Porém, o texto não tenta mais que rememorar a experiência desde um ponto de vista militante, que valoriza o convite das comunidades e a partilha das suas práticas conosco.

Entre agosto, dezembro e janeiro de 2013 e 2014, mais de três mil pessoas fizeram parte da *Escuelita zapatista* como alunos dos altos comandos do EZLN, quer dizer, os homens e mulheres das comunidades, das bases de apoio. A iniciativa da *Escuelita* representa um divisor de águas na caminhada zapatista, após dezenove anos de luta política e de tentativas de criar pontes com os sujeitos invisíveis do mundo. E depois de dez anos da fundação dos caracóis zapatistas como projeto territorial de autonomia em 2003, visando compartilhar suas experiências de luta, as comunidades convocaram o curso “A liberdade segundo os zapatistas”. A ideia nasceu desde os menores vilarejos que compõem a territorialidade autônoma e foi percorrendo assembleias, povoados, municípios, até chegar aos caracóis e sair do território zapatista através de diversos convites. Principalmente, se convidou os membros de *La Sexta nacional e internacional*, mas também ficou aberta a possibilidade de qualquer pessoa ou coletivo participar do curso e da experiência.

A iniciativa mobilizou internamente gerações de zapatistas das até então cinco zonas, ou regiões, denominadas caracóis<sup>3</sup>: *Oventik, La Realidad, Roberto Barrios, La Garrucha e Morelia*. O propósito era compartilhar com os alunos da *Escuelita* as experiências de viver lutando, da caminhada dos povos zapatistas para chegar a construir um mundo novo e próprio, em suma, de autonomia. Para isso, a memória coletiva tinha uma enorme tarefa: tecer as lembranças dos idosos, veteranos do levante armado de 1994 e sobreviventes da vida nas fazendas, testemunhas do processo de organização na clandestinidade, com as novas gerações que nasceram na autonomia: jovens que aprenderam as tarefas do autogoverno e a *outra economia*. O modo zapatista guiou essa proposta desde sua preparação até sua execução. O modo zapatista, como uma epistemologia coletiva e dinâmica, envolveu homens e mulheres das cinco regiões em longas assembleias para trocar lembranças, discutir ideias, e organizar a palavra que seria compartilhada com os alunos. Enquanto os jovens zapatistas também recebiam

---

<sup>3</sup> Em 2003 foi anunciado o nascimento dos cinco caracóis zapatistas, que representavam a rearticulação territorial e política do zapatismo na ideia de consolidar o projeto autônomo. Em 2019, o EZLN anunciou a criação de sete novos caracóis, quatro municípios autônomos a mais e a denominação de “Centros de resistência autônoma e rebeldia zapatista”. Em 2023, o EZLN comunicou uma nova reorganização e nomenclatura para suas territorialidades, pondo fim aos Municípios Autônomos e às Juntas de bom governo. Porém, mantendo a nomenclatura dos caracóis.

a memória como presente dos idosos, as famílias, comunidades e *votanes* se organizavam materialmente para receber os mais de três mil alunos que chegariam aos povoados e aldeias do território, desde as mais próximas dos centros organizativos até as mais distantes e de difícil acesso.

*Votan* é uma palavra que provém da língua indígena *maya* e significa guardião da floresta, coração coletivo. Os zapatistas chamaram assim os homens e mulheres, a maioria jovens, que iam ser a ponte entre os alunos e as famílias zapatistas. Os *votanes* se prepararam para responder às dúvidas dos estudantes, cuidar de suas saúde e segurança, ajudá-los em qualquer momento, além de serem uma espécie de tradutores e intérpretes não só linguísticos, senão culturais:

Aqui, na medida do possível, eles sempre falarão com você em sua língua materna. Somente o *votan* pode falar com você em castelhano. Dessa forma, você entenderá o que acontece quando um indígena tenta falar no idioma dominante. (Marcos, 2013)

Cada estudante teve a si atribuído um *votan* que o acompanhou na sua estadia no território zapatista. Os *votanes*, pelo menos bilíngues, representam essa geração de jovens zapatistas cuja educação foi recebida nas escolas autônomas, criadas pelos próprios zapatistas, cujos conteúdos são baseados nos objetivos do projeto político.<sup>4</sup> Assim, cada estudante esteve acompanhado do seu *votan* e viveu o dia a dia com uma família zapatista; tornou-se mais um nos trabalhos familiares e coletivos, participou das assembleias ou festas que a comunidade realizou, e ainda leu e discutiu os cadernos de trabalho. Os temas propostos para os cadernos de trabalho foram: Governo autônomo I, Governo autônomo II, Resistência autônoma e participação das mulheres no governo autônomo.

*La Escuelita* consistiu em que os alunos, membros da Sexta nacional e internacional, acudiram ao território zapatista para viver e fazer parte da comunidade, como membro de uma família zapatista. Durante pelo menos cinco dias, os alunos conviveram no povoado e se integraram às atividades cotidianas das famílias, aprendendo que a resistência se radica no dia a dia da organização, no trabalho, na tomada de decisões nas assembleias, nos trabalhos produtivos e na coletivização das atividades. Nessa experiência, o espaço escolar se tornou a família e a comunidade; já os professores, foram as famílias que receberam os estudantes; o *votan*, por fim, representou a ponte comunicativa entre professores e alunos. Isto é, uma espécie de intérprete, tradutor cultural e guia durante a estadia do aluno no território zapatista. O conteúdo pedagógico tratou da prática de viver como vivem as comunidades em resistência, trabalhando e organizando a vida coletiva num contexto de guerra de baixa intensidade. Além disso, os zapatistas tentaram sistematizar nos cadernos de trabalho os principais eixos da autonomia, materiais que foram resultado das trocas de memórias de diferentes gerações nas assembleias preparatórias da *Escuelita*.

<sup>4</sup> Os zapatistas desenvolveram seu próprio projeto de educação, saúde e justiça. Nos territórios de influência zapatista não funciona o sistema estatal de educação nem de saúde ofertados pelo Estado e governos oficiais. Os zapatistas criaram suas próprias escolas, centros de saúde e espaços de resolução de conflitos, e os eixos de sua autonomia se mantêm com o trabalho coletivo das comunidades e com a solidariedade externa de apoiadores. As crianças zapatistas recebem uma educação chamada autônoma, não só pelos conteúdos, senão porque o sistema inteiro de educação é resultado do trabalho político e econômico das comunidades em resistência.

A ideia das comunidades era compartilhar o seu próprio olhar sobre como se faz a luta, e para isso abriram seus mais profundos espaços políticos, desde onde a transformação das relações sociais acontecem: os núcleos familiares e comunitários. Nem antes nem depois da *Escuelita*, os espaços comunitários de base foram abertos deliberadamente para os apoiadores do zapatismo. O trabalho com a sociedade civil e depois com a *Sexta* ocorreu principalmente nos locais dos caracóis, com objetivos específicos. Por isso, a abertura dos espaços familiares foi também um presente e uma possibilidade não só de observar, mas de experimentar a luta diária das bases de apoio zapatista. A criação de novas relações sociais em chave anticapitalista se baseia no cotidiano, e a construção da autonomia se radica nas mais simples coisas do dia a dia. Se foram fundamentais o levante armado e a preparação na clandestinidade, isto é, o preparar-se para morrer, depois o mais difícil foi se preparar para a vida em si. Essas duas situações foram mostradas aos alunos: a primeira como a memória tecida pelos mais velhos, a memória coletiva da luta que permanece como um *continuum* na resistência contra a guerra de baixa intensidade; e a segunda, a construção de uma nova e rebelde forma de vida, que foi mostrada a partir do cotidiano das famílias e povoados. A mudança das relações produtivas e reprodutivas é um processo permanente, que se tece de maneira coletiva nessa lógica zapatista da palavra verdadeira como espaço de discussão e acordo, e que sustenta seu projeto político e econômico.

A poética do discurso zapatista tomou forma na materialidade vivida pelos estudantes nos povoados. Essa outra forma de fazer política, escutada ou lida muitas vezes nas comunicações zapatistas, estava ali na tomada de decisões nas famílias, na comunidade, nos trabalhos produtivos e nas cooperativas, como uma maneira horizontal de escutar o sentir de todos e de construir acordos. Trata-se dos sete princípios do mandar-obedecendo<sup>5</sup> vividos na prática junto às famílias, como está expresso nas palavras de um dos companheiros que entrevistei: “porque os *compas* te ensinam fazendo junto as coisas, te levam e fazem contigo a *milpa*<sup>6</sup>, ‘assim funciona, assim faz mal para a sementeira’. Te ensinam com o corpo”. A iniciativa da *Escuelita* foi uma série de aprendizagens que foram desde conhecer as dificuldades das regiões para se manterem em comunicação, os tempos e as distâncias entre um vilarejo de uma zona até outro povoado em outro caracol; foi compreender os caminhos que a palavra zapatista percorre antes de sair do território e ser comunicada aos coletivos e organizações. A temporalidade dos povos é outra, se constrói além da lógica do tempo como mercadoria e dos corpos como mercadorias que produzem outras mercadorias.

Durante nossa estadia trabalhamos juntos nos projetos produtivos de cada comunidade, de acordo com a diversidade de cada região e povoado. Existem trabalhos cooperativos que são realizados em coletivo, seja pelas famílias como núcleo primário, por coletivos dentro dos povoados, ou ainda pela comunidade inteira. Ao mesmo tempo, há projetos produtivos que se trabalham a nível municipal ou regional. O trabalho sempre se realiza de maneira coletiva e com objetivos não só de sobrevivência,

<sup>5</sup> Os princípios são: (1) servir e não ser servido, (2) representar e não substituir, (3) construir e não destruir, (4) obedecer e não comandar, (5) propor e não impor, (6) convencer e não derrotar, e (7) descer e não subir.

<sup>6</sup> A *milpa* é um espaço onde são semeados alimentos básicos para autoconsumo, como milho, feijão, café, hortaliças e legumes; a sementeira de vários produtos é realizada de forma tradicional, evitando o uso de pesticidas.

mas de dar suporte às áreas da autonomia: a saúde, a educação e a justiça. O trabalho é principalmente agrícola, já que as comunidades zapatistas são fundamentalmente camponesas e a autonomia se baseia na produção e no consumo de alimentos básicos dentro das aldeias. A terra, quando possível, é trabalhada coletivamente, mas as famílias também têm seus próprios pequenos lotes de terra onde cultivam milho, feijão, legumes, café e frutas. Nas comunidades visitadas, além do trabalho de *milpa*, havia cooperativas de pão, mantimentos, criação de galinhas e perus, criação e venda de vacas, transporte autônomo e armazéns. Essas atividades eram realizadas coletivamente pelas mulheres, por alguns membros da comunidade ou por todas as famílias.

O projeto zapatista tenta consertar a divisão que o capitalismo faz entre economia e política. Todo trabalho tem como objetivo manter o projeto autônomo em suas diversas áreas. As comunidades têm se mantido à margem do Estado, enquanto a estrutura estatal mantém uma dinâmica de guerra de baixa intensidade contra elas. Escolas, postos de saúde, transportes, hospitais e auditórios são produto do trabalho das comunidades, tudo feito sem ajuda governamental ou dos partidos políticos, o que implica uma das posições do zapatismo de se manter contra a articulação dos poderes de fato do Estado. Os zapatistas têm levado a autonomia a um ponto radical que os coloca na condição de criarem suas próprias formas de vida, embora isso implique uma resistência constante contra as tentativas de extermínio do seu projeto autônomo. Todo trabalho coletivo contribui com o funcionamento dessa forma autônoma de governo, dos sistemas de educação e de saúde. Por isso, a tomada de decisões laborais também tem um caráter político, e não apenas econômico, pois a organização dos projetos coletivos visa a consecução de necessidades materiais e de objetivos organizacionais.

O que vimos e vivemos nesses dias foi essa maneira diária de organizar a vida coletiva, o trabalho, o tempo livre e as relações dentro da comunidade e das famílias. Segundo a região e a localidade, os projetos cooperativos variavam, assim como as atividades organizativas:

Os dias eram mais ou menos assim, sempre a mesma coisa, com exceção de um dia em que havia algo especial [...] e meu tutor levava muito a sério aquele horário, o horário de estudo, eu tinha que parar o que estava fazendo e sentar lá e ler o livro junto com ele. (Informante 10, 2020)

Depois da criação dos caracóis em 2003 as cinco zonas ficaram mais conectadas, mas a diversidade cultural e as condições naturais do território determinam ritmos de organização diferentes. Cada município ou comunidade tem suas formas de se organizar, o que ficou perceptível ao comparar as observações de alunos que estiveram em diferentes localidades. A importância do trabalho interno é que gera apoio mútuo entre os diversos territórios, sob uma lógica de coletividade.

Fazer parte da *Escuelita* significou receber esses conhecimentos coletivos das comunidades, podendo viver a prática zapatista como mais um membro daquelas famílias. Os colegas com quem falei concordaram comigo em relação ao afeto que recebemos das mulheres e homens zapatistas. Além disso, era notável a preocupação pela segurança dos visitantes durante sua estadia, por parte dos *votanes*. A possibilidade em si de poder chegar até as regiões mais distantes do território autônomo dá a dimensão da organização por detrás de uma iniciativa como foi a *Escuelita*. Ali tudo estava pensado e organizado para poder receber essa quantidade de pessoas nos territórios,

tendo a capacidade de alimentar e cuidar de todos os estudantes. Nem antes nem depois da iniciativa de 2013 as comunidades tinham aberto essa possibilidade de chegar até os núcleos mais íntimos da luta, o que pode parecer algo simples, mas que representavam o que há de mais poderoso e que dá sustento ao projeto. Ter essa experiência representou vivenciar a prática da ternura como projeto político, onde as famílias e *votanes* escutavam com respeito cada estudante, pois para eles significava uma janela pra conhecer as lutas de outros territórios, de outros mundos:

Meu *votan* era muito jovem, tinha uns quinze ou dezesseis anos. Eu tinha um livro com um mapa e queria mostrar a ele de onde eu vinha, porque ele me perguntou de onde eu vinha e eu disse “sou do Brasil”, mas ele não sabia onde ficava o Brasil. Ele me fez perguntas sobre o que eu estava fazendo lá, e eu lhe disse o que era o Movimento Sem Teto; ele ficou muito curioso. (Informante 10, 2020)

Os professores, quer dizer os membros das famílias zapatistas, também tentavam aprender daqueles que recebiam nas suas casas:

Eles começaram a fazer muitas perguntas: “como é o lugar onde você mora, como está a luta e que dificuldades você tem; o que você faz?” Então você conversava com eles e eles ficavam muito interessados [...] para eles, era uma perspectiva diferente do mundo que eles não julgavam, mas tentavam entender. (Informante 2, 2020)

Foi uma troca de olhares, de conhecimentos e de afetos, onde é possível acreditar que se outros mundos são possíveis eles têm que ser construídos com afeto e empatia, e que a ternura cria mais possibilidades de luta do que qualquer arma. O que aprendemos deles foi talvez desaprender aquilo que outras formas de fazer a luta ou a revolução afirmam: que o amor é uma debilidade burguesa, que as diferenças sexuais são desvios ideológicos, que a mudança do mundo acontece só no dia da revolução e que só depois disso se vai lutar contra todas as formas de dominação... Ou seja, os zapatistas mostraram sua luta para nós e nos convidaram a imaginar nossas próprias formas para lutar, cada um do seu jeito, seu tempo, suas forças e seu coração:

Que eu soubesse que eles saíram do quarto deles para me dar conforto, quando? Quando no mundo você já viu isso? “Ei, venha, vou lhe mostrar como estou construindo outro mundo, vou lhe dar tudo o que tenho”. E ser dito assim francamente [...] foi sentir isso no meu coração. (Informante 2, 2020)

Em 2019 e 2020 entrevistei colegas do México e do Brasil que foram alunos da *Escuelita*, todos eles com trajetórias militantes em diferentes coletivos, organizações e causas políticas. Após a *Escuelita*, cada um voltou ao seu território tentando pôr em prática não uma fórmula de fazer a luta, de promover a revolução, senão de caminhar de outro modo, com um olhar posto nos outros como ética política. Do zapatismo se aprendem muitas coisas, mas acredito que eles não querem ser um exemplo para ninguém, nem que sua experiência seja replicada. Ao contrário, apelam constantemente à narrativa do pequeno, da margem ou do subterrâneo, vindo dos porões do mundo, como eles dizem. O que mostram com sua vida diária, que está cheia de resistência e de rebeldia, é que existem possibilidades de viver de outro modo, de construir a vida em coletivo contra a lógica dos padrões e dominadores. Depois de dez anos, as comunidades se mantêm caminhando, resistindo às tempestades e construindo uma vida

coletiva, mas não sem enfrentar um permanente assédio militar e paramilitar nos territórios. Temos que pontuar isso cada vez que se fala da experiência maravilhosa da autonomia zapatista.

Nesses anos, aconteceram dois encontros internacionais de mulheres que lutam (2018 e 2019), os festivais de arte CompArte pela humanidade (2016, 2017 e 2018), os encontros de dança e de teatro Dança-te outro mundo (2019), os encontros do pensamento crítico e cientistas para pensar outra ciência em favor da humanidade e contra o capitalismo (2015 e 2016) e a viagem pela *outra Europa* (2021). As mudanças geracionais dentro do território dão conta de que aqueles jovens, que foram nossos guardiões na *Escuelita*, logo viraram promotores de saúde, de educação ou autoridades autônomas; que as meninas que moraram conosco nas famílias depois foram as encarregadas de organizar os encontros de mulheres e protagonizaram peças de teatro e dança nos festivais. No entanto, os territórios vivem, entre um governo federal e outro, a reconfiguração de uma guerra de baixa intensidade que afeta a vivência diária das famílias e das comunidades. Os projetos extrativistas de um governo que se diz progressista e de esquerda têm cercado as comunidades pela passagem do chamado trem maia, um megaprojeto turístico e de reconfiguração territorial que percorre o território sudeste mexicano.

Os outros mundos são como eles nos mostraram, uma luta permanente, e não a consecução de um desafio de uma revolução triunfante. Não só porque as faces do capital mudam e se adaptam, senão porque as populações também se transformam e as novas gerações de zapatistas criarão suas maneiras de lutar, possivelmente diferentes das dos seus pais e avós. Longe de idealizar as lutas pelos mundos possíveis torna-se mais difícil imaginar experiências de lutas que nos coletivizem. Diante da sobrevivência diária nos não-lugares, a crueldade se torna a moeda de troca entre os invisíveis do mundo. Mas apelar à ternura como prática de uma ética política anticapitalista sempre será subversivo e muito do jeito zapatista.

## Referências

INFORMANTE 2. Entrevistas orais realizadas pela autora, 2019.

INFORMANTE 3. Entrevistas orais realizadas pela autora, 2019.

INFORMANTE 10. Entrevistas orais realizadas pela autora, 2019.

MARCOS, S. Votán II. L@s guardian@s. México: Enlace Zapatista, 2013. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/07/30/votan-ii-ls-guardians/>>. Acesso em: 15/05/2024.

Recebido em 29 de fevereiro de 2024

Aprovado em 26 de março de 2024

**Marx e o Marxismo** v.12, n.22, jan/jun 2024

nlep  marx

**uff** Universidade  
Federal  
Fluminense